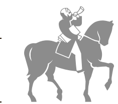
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Quarta-feira 22 de MAIO de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47699
estadão.com.br

Após absolvição no Paraná __A7

Em decisão unânime, TSE mantém mandato de Moro no Senado

Sete ministros rejeitam alegação, feita por PT e PL, de abuso de poder econômico na campanha por ex-juiz

Por unanimidade, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitaram os recursos do PT e do PL que pediam a cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato. O TSE concluiu que não houve abuso nos gastos da pré-campanha e não ficou comprovado que Moro usou a pré-candidatura ao Palácio do Planalto para ter mais visibilidade na disputa pelo Senado. Floriano de Azevedo Marques, relator do caso, defendeu a absolvição de Moro e foi acompanhado por André Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques, Raul Araújo, Isabel Gallotti e Alexandre de Moraes. Este foi o último julgamento de grande repercussão na gestão de Moraes como presidente do TSE, que fez questão de participar da votação antes de deixar o tribunal. "Para a cassação de mandatos, a Justiça Eleitoral exige provas cabais. São decisões graves que afastam pessoas dos mandatos concedidos pelo eleitorado e da própria vida política", defendeu o presidente do TSE.



Pena de Dirceu por corrupção passiva é extinta pelo STF

Sentença do então juiz Sérgio Moro, confirmada pelo TRF4, condenava o petista a 8 anos e 10 meses de prisão. Na decisão de ontem, ministros reconheceram a prescrição do processo. __A8

Supremo Tribunal Federal __A8

Toffoli anula todos atos da Lava Jato contra Marcelo Odebrecht

O ministro Dias Toffoli, do STF, declarou a nulidade de processos e investigações contra o empresário Marcelo Odebrecht na Operação Lava Jato. Réu confesso, o empresário admitiu ter pago propinas a centenas de políticos e agentes públicos. O acordo de delação firmado por ele continua válido.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Depois da cheia, lixo acumulado e doenças

Toneladas de lixo e escombros se acumulam no bairro Farrapos, em Porto Alegre; há duas mortes confirmadas por leptospirose no Estado, que investiga mais de 300 casos. __A18

Fórmula 1 __A23

McLaren faz tributo a Senna em Mônaco

Pintura em verde, amarelo e azul homenageará o piloto brasileiro no GP de domingo. Ele foi tricampeão pela equipe.



DIVULGAÇÃO/MCLAREN



ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Governo Lula autoriza teles a usar R$1,1 bilhão em benefício fiscal para conectar escolas

O governo federal autorizou as empresas de telecomunicações a utilizar R$ 1,1 bilhão em benefícios fiscais para levar internet a 25 mil escolas públicas. O dinheiro deve ser aplicado até 2026, quando termina o mandato do presidente Lula. A partir de agora, as teles poderão investir até 40% da contribuição obrigatória que fazem ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) diretamente em projetos de conectividade nas instituições de ensino. Ou seja, o dinheiro será descontado dos aportes feitos ao Fust. O porcentual limite sobe de 40% para 50% em 2025 e 2026. A medida foi bem recebida pelo setor e não impacta a meta fiscal, porque a verba já estava prevista no programa Escolas Conectadas, embora não na modalidade de benefício fiscal.

● **GOSTEI.** "O benefício fiscal permite às operadoras investir na expansão da conectividade", disse à *Coluna* Marcos Ferrari, presidente executivo da Conexis Brasil, que representa as teles.

● **RITMO...** Uma "churrascada" promovida hoje pelo deputado Fernando Marangoni (União) deve reunir de ministros do governo a líderes da oposição. Nos bastidores, a leitura é de que o evento será oportunidade para o líder do União, Elmar Nascimento, melhorar a relação com os pares e impulsionar sua candidatura à presidência da Câmara.

● **...DE FESTA.** Arthur Lira ainda não anunciou quem apoiará para sucedê-lo, mas Elmar desponta como favorito. Entre ministros, o mais aguardado no evento será Alexandre Padilha (Relações Institucionais), desafeto do presidente da Câmara. Filiados ao União, Celso Sabino (Turismo) e Juscelino Filho (Comunicações) também devem comparecer.

● **CLIMÃO.** A homologação da pré-candidatura de **Marcelo Ramos** (PT) a prefeito de Manaus ampliou a crise na federação Brasil da Esperança (PT-PCdoB-PV). Apesar de a lei obrigar que partidos federados caminhem juntos nas eleições, o PCdoB insiste na pré-candidatura de Eron Bezerra na capital do Amazonas.

● **ESPERA.** Por orientação do presidente Lula, o PT pressiona o PCdoB a retirar a pré-candidatura. O mal-estar cresce a cada dia porque Lula avisou que só vai entrar na pré-campanha após a resolução do impasse. Como mostrou a *Coluna*, a federação também está em pé de guerra em Aracaju.

● **DECISÃO.** O STF anulou a cassação do vereador Abidan Henrique (PSB), de Embu das Artes, na Grande São Paulo. Em fevereiro, o parlamentar, único opositor do prefeito Ney Santos (Republicanos) na Câmara Municipal, perdeu o mandato acusado de quebra de decoro e recorreu.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Marcelo Ramos,
ex-deputado federal (PT)

● **DEU RUIM.** Inelegível até 2030 por ferir o Código de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o ex-deputado Arthur do Val, o Mamãe Falei, foi à Justiça para tentar reaver seus direitos políticos. A estratégia, contudo, deu errado. O Tribunal de Justiça do Estado rejeitou a ação e ainda o condenou a pagar R$ 5 mil em custas processuais.

● **BRASILEIRO.** À *Coluna*, do Val afirmou que sua cassação foi ilegal. "Vou recorrer em todas as instâncias. Tenho certeza que o Judiciário fará o correto", disse.

COLABOROU GUSTAVO CÔRTES

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre a tragédia climática no RS

RENAN ALVES



Natalie Unterstell
Presidente do Instituto Talanoa

"A tragédia no RS está sendo vista por todo mundo. É um risco que se materializou. Ninguém precisa mais ser convencido da gravidade das mudanças climáticas."

Carlos Nobre
Doutor em meteorologia pelo MIT

"É fundamental que a prevenção dos desastres climáticos esteja no ensino, nas escolas. No Japão, desde os 6 anos, os alunos aprendem a se proteger de terremotos."

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Crime rápido, Estado lento



Enquanto o crime organizado avança, o plano de segurança para a Amazônia, anunciado com pompa eleitoreira pelo governo, ainda não saiu do papel, bem ao estilo do lulopetismo

Quase um ano depois de ser anunciado com o tom palanqueiro típico dos governos lulopetistas, o plano de segurança para a Amazônia do governo federal ainda não saiu do papel, informou reportagem do **Estadão**. Batizada de "Plano Amazônia: Segurança e Soberania", a iniciativa, voltada para uma região tisnada pelo avanço do crime organizado, previa a implementação de 34 bases de segurança na Amazônia Legal, aquisição de equipamentos como viaturas, armas, lanchas e helicópteros, criação da chamada Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública para atuar no território e R$ 2 bilhões para combater a criminalidade. De junho do ano passado para cá, constata-se, pouco andou. Segundo reconhece o próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável pelo projeto, o plano ainda está em fase de "construção conjunta" com os nove Estados da Amazônia Legal.

É a máxima da inépcia governamental – enquanto organizações criminosas avançam com rapidez, o Estado brasileiro reage de forma lenta. A Amazônia exibe um retrato fiel desse descompasso de ritmo e eficácia entre o crime e as instâncias que deveriam combatê-lo. No caso do governo do presidente Lula da Silva, o enredo é conhecido: ante um problema, convoca-se uma reunião ministerial; diante do fracasso, monta-se uma força-tarefa; se a questão envolve governos estaduais e municipais, produz-se um plano supostamente robusto, lançando-o de maneira estrepitosa. A prática é adornada pela convicção do presidente de que é um demiurgo, e de que seu governo constitui uma espécie contemporânea da arca de Noé pronta para recomeçar a vida e salvar a população quando cessar o dilúvio (e, claro, o dilúvio, segundo sua visão, surgiu nos governos anteriores, jamais em sua gestão). O roteiro foi levado ao paroxismo com um ministro mais preocupado em prestar contas às redes sociais do que pôr em prática grandes planos, como era o caso do animador de auditório Flávio Dino.

Como se trata de um governo lulopetista, não foi a primeira vez e provavelmente nem será a última em que planos mirabolantes ou lançados ruidosamente se resumem ao papel e ao palanque. Para citar um exemplo amazônico, desde janeiro de 2023 se sabe que o povo yanomami enfrenta uma crise humanitária sem precedentes. Desassistência sanitária, malária, pneumonia, desnutrição, doenças sexualmente transmissíveis e mortes atingem os indígenas, resultado de anos e anos de interferência indevida de não indígenas e do avanço do garimpo ilegal na região. Naquele primeiro mês de governo, Lula anunciou um plano para salvar os indígenas. Quando se viu perto do marco de um ano das ações de emergência anunciadas, e diante da constatação de que a operação fracassara, Lula convocou uma reunião ministerial para tratar do tema, apontou culpados externos e, como se desembarcasse ali mesmo no problema, anunciou, ora vejam, um novo plano. Práticas similares já foram percebidas em áreas-chave como a saúde, o meio ambiente e a economia – não sem recauchutar velhas ideias para dar-lhes o verniz de novidade.

Bons governos concebem bons planos. Governos realmente eficazes e preocupados com o interesse público organizam o Estado de tal modo que bons planos sejam postos em prática, com metas, indicadores, detalhamento de cronograma, orçamento e responsabilidades – e com capacidade para revê-los rapidamente, ajustá-los ou encerrá-los conforme o impacto das medidas implementadas. A literatura especializada no assunto chama isso de capacidade estatal e capacidade burocrática. Significa que não basta a pura vontade dos agentes políticos para que objetivos sejam alcançados. Requer mecanismos destinados a induzir a implementação de políticas públicas, mesmo com mudança na cabeça da gestão como foi o caso da Justiça – dos recursos financeiros à capacidade de resolver conflitos e divergências, da profissionalização das burocracias à capacidade de escutar atores relevantes da sociedade sem perder a independência em relação a eles.

Diferentemente do que acredita o presidente Lula, não se faz política pública efetiva só no gogó. ●

Analfabetismo assombra o Nordeste

A região com o pior índice de analfabetismo é também aquela que tem ilhas de excelência na educação, enquanto programas para jovens e adultos são incapazes de frear a disparidade

Um dos retratos mais exemplares e perversos do atraso brasileiro, o analfabetismo é daqueles temas que inspiram análises adversativas, em que uma boa notícia é invariavelmente sucedida por um porém. É esse o caso dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na semana passada, com base no Censo 2022: naquele ano, 93% dos 163 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais estavam alfabetizados – uma taxa de analfabetismo, portanto, de 7%. Algo positivo se comparado ao índice de 2010 (10%) e notável quando se sabe que, em 1940, quando iniciada a série histórica, chegava a inacreditáveis 56%.

Há um porém nos números apresentados. Vem do Nordeste mais da metade dos 11,4 milhões de analfabetos do Brasil, uma região cuja taxa é simplesmente o dobro da média nacional. Ou seja, mais de 14% da população do Nordeste não sabe ler e escrever uma carta simples. Se é verdade que a curva dos números é descendente (19,1% em 2010; 14,2% em 2022), também é verdade que há uma insistente desigualdade no Brasil, assim como uma inconcebível lentidão na redução do analfabetismo entre nordestinos e pessoas mais velhas.

Chega a ser espantoso que, no Brasil, haja 50 municípios com índices de analfabetismo iguais ou superiores a 30%, dos quais 48 – isso mesmo: 48! – estejam no Nordeste. E o mais surpreendente: trata-se da mesma região que se notabilizou por ilhas de excelência na escola pública, atestada por sucessivos testes de avaliação de âmbito nacional e internacional.

São notórios os bons exemplos e resultados educacionais de municípios do Piauí e de Alagoas, e de Estados como Ceará e Pernambuco – além de Sobral, cidade cearense do ministro da Educação, Camilo Santana. Diferentemente do que sugere o senso comum, a educação básica pública brasileira não é exatamente uma terra arrasada. Há experiências bem-sucedidas em alguns sistemas educacionais, entre Estados e municípios País afora, marcados por ensino de qualidade, boa gestão, capacidade de formação de professores e diretores de escolas e, sobretudo, continuidade das boas políticas – condição essencial para resultados positivos de longo prazo.

De novo, porém, estamos diante de uma análise adversativa: todos os Estados nordestinos tiveram melhora significativa, muitos deles em nível mais acelerado do que outras unidades da Federação – é natural ter avanço em ritmo menor quando a curva já se encontra em patamar melhor. Nenhum desses Estados, contudo, superou a marca de 87% na taxa de alfabetizados. Tal disparidade certamente não começou ontem, e sim é fruto de um histórico de atraso e de intermitência de garantia de recursos para a educação, sobretudo a educação básica e gratuita. (Recursos só foram assegurados à educação a partir da Constituição de 1988 e, mais adiante, com a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996.) É também um sinal de que programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos não tiveram bons resultados em diferentes governos. Em português ainda mais claro: programas do gênero foram varridos para debaixo do tapete ao longo da história brasileira.

O fato é que sucessivos governos fecharam a torneira do analfabetismo focando na universalização do ensino dos mais jovens. Era um imperativo, mas insuficiente. A alfabetização de adultos pouco avançou no País – tanto que o índice nacional é menor entre a população de 15 a 19 anos (1,5%) e maior entre pessoas acima de 65 anos (20,3%). As faixas etárias mais altas, em síntese, não tiveram acesso à expansão educacional que aconteceu no Brasil a partir do início da década de 1990. As consequências são conhecidas, isto é, pessoas que se inserem no mercado de trabalho em profissões que exigem baixa qualidade. Com isso, a elas não é garantida a expectativa do chamado "bônus educacional" na renda ao eventualmente voltarem para a escola. No caso nordestino, não seria exagero dizer que, na prática, a redução do analfabetismo é favorecida na medida em que as pessoas analfabetas com mais idade vão morrendo.

É um dado sombrio de um país que prometeu erradicar o analfabetismo até este ano. ●

ESPAÇO ABERTO

O STF não é o problema, tampouco a solução

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Há uma crescente indignação com o Supremo Tribunal Federal (STF), seja por suas decisões, seja pelo comportamento de alguns de seus integrantes. O Supremo tornou-se tema cotidiano na imprensa, no debate público, nas conversas. Parece ser ele o grande problema a ser resolvido no País.

Não há dúvida de que o STF – em seu funcionamento, em sua composição, em sua compreensão do Direito – expressa muitas de nossas deficiências enquanto sociedade. A Corte constitucional não está imune à realidade brasileira: ao seu contexto social, cultural, político e econômico. O Supremo é, portanto, muitas vezes parte do problema. Há nele muito a ser corrigido e aperfeiçoado.

Mas isso não faz do STF a causa dos nossos problemas, como se a grande questão nacional fosse mudar o Supremo. Tornemos o STF perfeito – tal como cada um imagina que deveria ser a Corte constitucional – e os problemas brasileiros continuarão muito similares.

Eis um dos grandes desafios de compreensão da atualidade. A Corte constitucional desempenha uma função fundamental no Estado Democrático de Direito. Mas isso não a transforma no órgão estatal mais importante do País, nem a torna onipotente.

O STF tem a missão de defender a Constituição, mas ele é incapaz de sozinho prover efetividade ao texto. Os exemplos são inúmeros. Em 2015, a Corte reconheceu o estado de coisas inconstitucional dos presídios nacionais. No entanto, o que mudou desde então? Correta e necessária, a decisão era e continua sendo insuficiente para modificar a realidade.

Isso não é demérito do Supremo. Trata-se de consequência do que é uma Corte constitucional dentro do Estado Democrático de Direito. É impossível que o STF seja hoje o grande problema nacional por uma razão simples. Por mais importante que seja, o Supremo não dispõe do poder que lhe atribuem alguns de seus admiradores e muitos de seus críticos. Por mais que erre – e, às vezes, ele erra feio –, o STF nunca será o grande problema a ser resolvido no País.

Na hipervalorização do Supremo, tem-se uma compreensão superficial da própria relação entre Direito e sociedade

Colocar o Supremo numa espécie de pedestal, a merecer todas as atenções da sociedade, é ignorar a existência de três Poderes independentes. Mesmo que, por hipótese, os ministros do STF ampliem suas competências, a Corte nunca será a protagonista de todas as esferas da vida pública. Ela é incapaz de assentar um poste de iluminação pública, de selecionar e contratar um professor, de dar treinamento a um policial. Uma Corte constitucional pode facilitar ou atrapalhar o trabalho do Executivo, mas é absolutamente incapaz de substituí-lo.

Essa compreensão distorcida de Estado, subjacente na visão do STF como o grande problema nacional, tem efeitos muito concretos sobre o exercício da cidadania. Ao fixar exclusivamente o olhar sobre o Supremo, perde-se o alcance da responsabilidade, por exemplo, dos prefeitos e vereadores no cuidado da coisa pública. Eles ficam, em boa medida, isentos do indispensável controle social. A hipervigilância do Judiciário, como se ali se decidisse tudo, conduz a população a um alheamento da política.

Há dois anos tivemos uma eleição para o Senado bastante disfuncional, em que candidatos foram eleitos com base apenas em sua oposição ao STF, sendo que a atuação de um senador vai muito além de suas opiniões sobre o Supremo. A indignação com a Corte constitucional foi instrumento de evidente manipulação política.

Na hipervalorização do STF, há mais do que uma ideia distorcida de Estado. Tem-se uma compreensão superficial da própria relação entre Direito e sociedade. Atribuir ao Supremo o *status* de maior problema nacional é conferir à sua atividade uma distópica capacidade de transformação social. A sociedade é complexa, com regras e dinâmicas profundas. O direito positivo é muito limitado frente a tudo isso.

Ao fazer do Estado – no caso, do STF – o bode expiatório de nossas angústias, atribui-se ao ente estatal um poder que ele jamais teve. Por mais que o Supremo trabalhe – por mais, como afirmam alguns, que ele seja extremamente ativista –, ele é incapaz de moldar a realidade social, cultural, política e econômica do País. O fruto de sua atividade são decisões judiciais, cuja efetividade é bastante limitada.

Um alerta. Afirmar que o STF não é o problema é reconhecer, a um só tempo, que ele também não é a solução das questões nacionais. Os problemas vitais de um país não são resolvidos por sua Corte constitucional: ela não educa as crianças, ela não dá comida aos que têm fome, ela não cria empregos, ela não define o que é crime. Certamente, aplicar corretamente a Constituição pode facilitar tudo isso, mas não é o Judiciário, para o bem ou para o mal, que realiza essas atividades.

Sejamos mais modestos nos louvores e nas críticas ao STF. Os 11 ministros têm muito poder – e é necessário exigir-lhes decisões compreensíveis e fundamentadas. Mas os rumos da sociedade não estão em suas mãos. Tampouco os rumos do Estado. Criar um bode expiatório é cômodo, mas envolve um autoengano. O bem do País fica a depender dos outros, e não do exercício responsável da própria cidadania. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Rio Grande do Sul

Eleições municipais

Diante da tragédia no RS, a mudança na data das eleições municipais é um debate urgente e necessário, para dar mais tempo à reconstrução do Estado, destruído pelas inundações das últimas semanas. Como na época da eleição de 2020, durante a pandemia de covid-19, a melhor opção seria realizar o 1.º turno das eleições municipais no feriado de 15 de novembro. E as cinco maiores cidades gaúchas, com mais de 200 mil eleitores, ficariam com a opção de realizar o 2.º turno no último domingo do mês.

Luiz Roberto da Costa Jr.
Campinas

Sem sentido

Soa sem sentido a ideia de prolongar os mandatos atuais dos prefeitos do RS, apresentada pelo governador Eduardo Leite, por causa das inundações no Estado. O Brasil e o resto do mundo passaram pela pandemia de covid-19, fato mais grave, e as eleições de 2020 ocorreram com sucesso. Além disso, será uma oportunidade ímpar para o povo gaúcho avaliar as políticas públicas adotadas pelos que atualmente têm mandato eletivo, além das costumeiras promessas. Será, sim, hora de encontrar os responsáveis pelas decisões políticas que contribuíram para a tragédia climática que praticamente destruiu o Rio Grande do Sul.

Celio Cruz
Recife

Dengue

Pouco-caso

A mais recente divulgação dos casos de dengue no Brasil aponta que o País ultrapassou os 5 milhões de casos e 2,8 mil mortos. É a pura realidade. Posso afirmar sem dúvidas, pois somos em seis na família e três contraíram essa desgraça. Seguimos à risca os cuidados determinados pelos órgãos da Saúde, mas pagamos caro pelo relapso de quem não está nem aí para o mosquito. O governo federal, com ínfimos alertas na mídia, é corresponsável por este descaso. A distribuição em *doses homeopáticas* das vacinas, por faixa etária e só em cidades com mais de 100 mil habitantes com alto índice de infecções, é outro exemplo do pouco-caso com a população. Mas quem quiser ficar imunizado sem depender da rede pública, basta procurar o atendimento privado e optar pelo esquema vacinal completo, de duas doses, e pagar cerca de R$ 1 mil, uma bagatela! Afinal, *o imposto que você paga é a assistência que você não tem.*

Sergio Dafré
Jundiaí

Irã

O futuro

Não se pode admitir como verdade nua e crua ter sido mero acidente a queda de um helicóptero dentre duas outras aeronaves iguais que pousaram sem traumas, voando em região remota sob forte intempérie, o que levou à morte do presidente do Irã e possível sucessor do líder supremo Ali Khamenei, Ebrahim Raisi, e do chanceler iraniano. Em tese, assume o vice-presidente e eleições serão convocadas em 50 dias. Creio que esta segunda regra será descumprida, ante o estado quebradiço da economia iraniana e o forte descontentamento popular, que certamente levará as eleições a um resultado antagônico às perspectivas do clã atualmente dirigente. O melhor dos mundos seria um Irã democrático, com liberdade econômica e política, para o Oriente Médio e o mundo, mas isso não deve passar de miragem onírica.

Amadeu R. Garrido de Paula
São Paulo

'Açougueiro de Teerã'

A ONU expressou condolências pela morte de Ebrahim Raisi, presidente do Irã apelidado de "açougueiro de Teerã". Homenageá-lo assim é inocentá-lo das barbáries cometidas contra o seu povo. Cruzes!

Tania Tavares
São Paulo

Ciclovias em São Paulo

É preciso rever o projeto

O cidadão e leitor sr. Geraldo Santana reclama, com razão, da criação de tantas ciclovias na cidade (**Estadão**, 21/5, A14). Essas muitas ciclovias têm gerado reclamações principalmente de profissionais do transporte público, que dizem que o trânsito no município só piorou. Mas a Companhia de Engenharia de Tráfego responde, com cinismo, que a implementação das ciclovias é uma alternativa de mobilidade à população. Ora, é visível que elas têm sido implementadas sem nenhum critério técnico – como bem disse o leitor, "ruas já estreitas para o tráfego de veículos foram sacrificadas para a instalação dessas ciclovias". Vê-se que a administração pública, uma vez traçado um plano, não o altera mesmo percebendo (se é que percebe) que o projeto não atende aos interesses da comunidade.

Alvaro A. Fonseca de Arruda
São Paulo


ESTADÃO
Recomenda
DIARIAMENTE, AS MELHORES AVALIAÇÕES COM OPÇÕES DE COMPRA ONLINE
Conheça e acompanhe!
GETTY IMAGES
LAR | MODA E BELEZA | TECH | BEBÊS E CRIANÇAS | BEM-ESTAR | PRESENTES | PROMOÇÕES

ESPAÇO ABERTO

Onde está nossa elite?

Sebastião Ventura Pereira da **Paixão Jr.**

O Brasil é frágil, extremamente frágil. Assim o é, porque nossa elite é tímida, assimétrica e descomprometida com seu indelegável papel nas lógicas do poder. Diante da inação daqueles que deveriam endereçar o rumo do País, nossa democracia perde o leme do desenvolvimento entre rotas desencontradas, que ficam ainda mais sinuosas, perante uma classe política fisiológica e de baixo interesse público genuíno. O resultado é historicamente conhecido: pífias taxas de crescimento ao longo da curva, baixa produtividade, péssimos resultados escolares, déficit profundo de investimentos em infraestrutura e tecnologia, tópicas reformas emergenciais, ausência de qualquer projeto consistente de inclusão do País nos grandes jogos geopolíticos, burocracias mil e entregas estatais insuficientes.

Nosso insistente atraso secular faz gerações inteiras de brasileiros sonharem com um amanhã de sol para acordarem no breu da noite. Vivemos um eterno sentimento de frustração nacional. E não se trata de expectativas desmedidas ou irreais: as pessoas apenas querem uma escola que bem eduque seus filhos, um trabalho que lhes permita viver com dignidade, segurança para poderem se locomover sem furtos ou assaltos, um posto de saúde equipado com serviço médico para o atendimento comunitário. Ou seja, bens públicos básicos e elementares à civilização. Mas nem isso temos.

Qual seria, então, a causa do insistente fracasso brasileiro?

Ora, de início, gostamos de culpar especialmente a política e, sim, é indubitável que nossos políticos poderiam ser melhores e mais capacitados à concretização dos ideais democráticos. Aqui, começamos a andar em círculos, pois, sem bons partidos, é impossível formarmos bons políticos. Apesar das cifras públicas bilionárias, nossas agremiações partidárias, com exceções pontuais, são entidades moral e programaticamente falidas. Se verdadeiros e autênticos, os partidos seriam os primeiros a afastar candidatos com denúncias de corrupção ou malversação de dinheiro público. As últimas nominatas eleitorais estão aí e falam por si só. Então, é afirmativo o ônus da baixa política no acidentado processo institucional brasileiro.

Há, todavia, outro elemento central: a falta de uma elite organizada e disposta a honrar seu protagonismo de poder. Trata-se, na essência, de uma questão de responsabilidade com o País e com os concidadãos em situações adversas. Objetivamente, o conceito de honra, que legitima o poder da elite, antes de direitos, está ligado aos deveres a ela vinculados, sendo a construção de uma sociedade justa e apta a gerar ascensão social pelo trabalho dedicado uma das pedras angulares da democracia política. No clássico *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy*, Christopher Lasch pontua que, "apesar de todos os atrativos intrínsecos, a democracia não é um fim em si mesma. Tem de ser julgada pelo sucesso na produção de bens superiores, nas obras de arte e aprendizagem superior, em um tipo superior de caráter". A seguir tal métrica, o fracasso brasileiro tem sido robusto.

> ***A construção de uma sociedade justa e apta a gerar ascensão social pelo trabalho é uma das pedras angulares da democracia política***

A decadência cultural em curso é alarmante. Aliás, o precário desempenho de nossas crianças no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) sinaliza a tragédia. É urgente reverter este processo deletério. Não se trata de elitismo ou retorno aristocrático, mas de apenas rompermos a apatia para voltarmos a falar com coragem dos valores da democracia política, de conquistas humanas e empresariais admiráveis, do talento, da arte superior e do caráter que faz elevar. Precisamos sinalizar às pessoas que há um país que, apesar de tudo, dá certo. É para esse ponto de luz que os cidadãos de todas as classes sociais devem mirar seus esforços e dedicação.

Para tanto, se faz imperativo o surgir de uma elite nacional realmente comprometida com o bem do Brasil. Uma elite que seja capaz de superar diferenças, vencer vaidades, mostrando-se coesa e organicamente estruturada para ações sistemáticas e concretas à melhor direção do País. Em página clássica, a inteligência de C. Wright Mills sublinhou que, "quando as crises se tornam totais, e aparentemente permanentes, as consequências das decisões se tornam também totais, integram-se e passam a ser gerais, em cada uma das principais áreas da vida. Até certo ponto, é possível prever as consequências nas outras ordens institucionais; além desse ponto, é preciso correr riscos", vindo a acentuar que a necessidade de decisões coordenadas "exige uma elite de poder de novo calibre".

No fim, entre a pobreza e a prosperidade, há sempre algum tipo de escolha. Algumas nações se tornam vítimas das circunstâncias; outras assumem a responsabilidade do processo histórico evolutivo. O tabuleiro do mundo pulsa e clama por novas posições de liderança. Na instabilidade do presente, a volatilidade será a tônica. Quando do equilíbrio, saberemos onde estará a nova elite do poder global. Mas o que vale pensar o mundo se sequer resolvemos o nosso quintal? ●

ADVOGADO, É CONSELHEIRO DO INSTITUTO MILLENIUM

TEMA DO DIA

CRIADORCARLOS SOARES/SSP-AM



Insegurança pública

Plano de segurança pública para Amazônia não sai do papel 1 ano após promessa de Lula

Após quase 1 ano, o governo federal ainda não conseguiu implementar as 34 bases de segurança prometidas para a região. Ministério da Justiça diz que o plano está em fase de "construção conjunta" com os nove Estados da Amazônia Legal. ●



Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "E alguém acha que o governo está preocupado com a segurança da Amazônia?...
TONY SANRAOS

● "Nem cumpriu e nem vai cumprir."
RAFAEL CAVALCANTI DE SÁ

● "Governo quase parlamentarista... Bancada ruralista e a evangélica compõem a maioria oposicionista."
LUIZ HENRIQUE ANDRADE

● "O que foi tirado do papel foram os impostos, como o DPVAT, para sustentar a máquina pública que não para de crescer."
OSVALDO SARTORI HENRIQUES

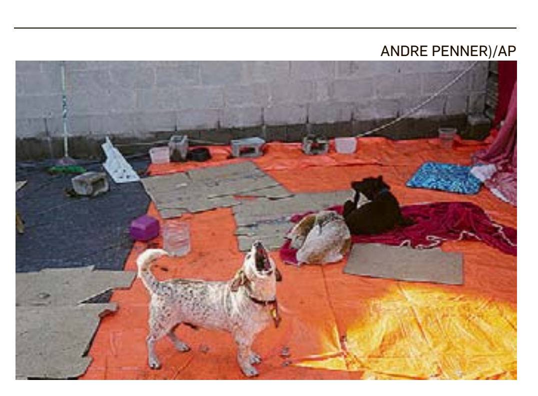


NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ANDRE PENNER)/AP



Guia Pet Friendly



O que será dos animais salvos das enchentes no Sul? ●
https://bit.ly/3yE9Q4v

Tesouro Direto



Quanto investir para ter renda alta na aposentadoria? ●
https://bit.ly/3KakbaT

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Justiça Eleitoral

Por unanimidade, TSE recusa ação de PT e PL e mantém mandato de Moro

Todos os sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral votaram para rejeitar recursos dos partidos contra a absolvição do senador e ex-juiz da Lava Jato no TRE do Paraná

RAYSSA MOTTA

Por unanimidade, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitaram ontem os recursos do PT e do PL que pediam a cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato. O TSE concluiu que não houve abuso nos gastos da pré-campanha e que não ficou comprovado que Moro usou a pré-candidatura ao Palácio do Planalto para conseguir mais visibilidade na corrida ao Senado.

Como relator, o ministro Floriano de Azevedo Marques abriu a votação e defendeu a absolvição. Ele foi acompanhado pelos colegas André Ramos Tavares, Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques, Raul Araújo, Isabel Gallotti e Alexandre de Moraes.

Foi o último julgamento de grande repercussão na gestão de Moraes como presidente do TSE. Ele fez questão de pautar o caso às pressas para participar da votação antes de deixar o tribunal. "Para a cassação de mandatos e decretação de inelegibilidade, a Justiça Eleitoral exige provas cabais, porque são decisões graves que afastam pessoas dos mandatos concedidos pelo eleitorado e, por um tempo, da própria vida política", defendeu o presidente do TSE.

DESPROPORCIONAL. Cármen Lúcia criticou a conduta do senador, que segundo ela "não é exatamente um modelo ético de comportamento na pré-campanha", mas também defendeu que a cassação do mandato seria desproporcional.

A Justiça Eleitoral no Paraná já havia absolvido o senador das acusações de abuso de poder econômico, arrecadação ilícita e uso indevido dos meios de comunicação.

O julgamento no TSE começou na semana passada, com o relatório de Floriano Marques sobre a tramitação do processo. A sessão foi retomada com as argumentações dos advogados e a leitura do parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), que pediu a manutenção do mandato de Moro. O órgão defendeu que o TSE deveria preferir uma "postura de menor interferência na escolha soberana das urnas". Com a PGE jogando a seu favor, após a absolvição no TRE de seu Estado, o senador entrou no julgamento menos pressionado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também intercedeu pelo colega.



Confirmação
TRE-PR havia absolvido Moro das acusações de abuso de poder econômico e arrecadação ilícita

O Podemos foi o primeiro partido a filiar Sérgio Moro quando o ex-juiz da Lava Jato entrou oficialmente na vida político-partidária. Ele migrou para o União Brasil – após ver diminuírem suas chances de vitória na corrida presidencial – e se lançou candidato ao Senado. Também alterou o domicílio eleitoral, de São Paulo para o Paraná.



ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO

Moro durante sessão ontem no Senado; mandato foi preservado

'VACILANTE'. O relator, Floriano Marques, defendeu que o percurso político "vacilante" e a estratégia "errante" conferem ao caso contornos particulares, sem precedentes na Justiça Eleitoral.

Entre os desembargadores do Paraná, prevaleceu a tese de que Moro só poderia ser condenado se ficasse provado que o movimento foi intencional, ou seja, que ele lançou pré-candidatura a presidente para ganhar maior visibilidade na campanha ao Senado. Os partidos, no entanto, defendem que o efeito da pré-campanha existe, independente de eventual premeditação.

Para o os ministros do TSE, a mudança de estratégia não foi deliberada e, por isso, não há espaço para a punição.

"Uma coisa é um candidato se lançar artificialmente como pré-candidato a um cargo do Executivo apenas como trampolim para se promover à disputa de um cargo legislativo que sempre fora seu objetivo. Coisa bastante distinta é um postulante, acreditando ter envergadura para concorrer a um cargo elevado, como a Presidência da República, depois de se lançar legitimamente a essa pré-candidatura, verificar que não tem tal estatura, ao menos não naquele momento, e se redirecionar para disputar um cargo de alçada menor", defendeu o relator.

Outro ponto-chave do julgamento foi o parâmetro que usado para calcular os gastos de campanha. A definição sobre quais despesas seriam ou não de pré-campanha, para avaliar se houve ou não desequilíbrio na eleição, é controversa. O critério dividiu os desembargadores do Paraná.

O ministro Floriano Marques chegou ao total de R$ 777 mil – 17,47% do teto da campanha. "Podemos considerar um montante importante, mas não, por si só, abusivo."

A natureza dos gastos também influenciou a votação. Para os ministros, despesas que não estão diretamente relacionadas com a campanha para obter votos não têm caráter eleitoral. É o caso, por exemplo, de valores desembolsados com segurança pessoal e escolta.

O relator considerou apenas gastos voltados à "promoção pessoal", como o lançamento da pré-candidatura ao Senado no Paraná, a contratação de serviços para gestão das redes sociais e despesas com voos fretados para eventos na pré-campanha. "Aqui eu afasto a tese de que toda atividade de apoio à atuação política de um pré-candidato deva ser considerado gasto voltado à campanha ensejador da disparidade de armas", afirmou Floriano Marques.

O relator também concluiu que as despesas fora do Paraná, na pré-campanha a presidente e ao Senado em São Paulo, não deveriam entrar no montante considerado. ●

Decisão abre trégua do Judiciário com o Senado

ANÁLISE

RICARDO CORRÊA

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de rejeitar, por unanimidade, os recursos de PT e PL que pediam a cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil) reforça a disposição do Judiciário de reduzir a temperatura na relação com o Congresso e, em especial, com o Senado. Inicialmente dada como improvável, a reviravolta em favor de Moro veio após decisão que deixou mais tranquilo outro senador de direita: Jorge Seif (PL-SC), que também é alvo de processo de cassação. No caso do catarinense, não houve rejeição ainda da cassação, mas um pedido de novas provas que empurrou para mais adiante uma decisão final. Seif, como Moro, deve manter o mandato.

As decisões foram apresentadas com o verniz técnico no plenário do TSE. Até pelo fato de que o argumento central de que Moro teria utilizado uma pré-campanha a presidente para se promover na corrida ao Paraná era de difícil sustentação. Para isso, seria necessário entender que Moro nunca quis ser de fato candidato a presidente; que mesmo o Podemos, seu antigo partido, sabia disso e trairia Alvaro Dias, uma de suas principais lideranças e que concorreu ao Senado contra Moro por lá; e que o ex-juiz carecia de se tornar conhecido no Paraná, seu Estado.

Também seria ignorar que Moro tentou concorrer em São Paulo antes de retornar ao Sul do País por decisão da Justiça Eleitoral.

Nenhuma conclusão em contrário, porém, seria suficiente se houvesse de fato interesse em cassar o mandato do senador. Decisões de tribunais superiores têm forte componente político. Tanto a de Seif como a de Moro ocorrem em um momento em que a cúpula do Judiciário, representada pelo STF e por ministros da Corte que também fazem parte do tribunal eleitoral, tenta controlar ânimos exaltados entre os senadores.

Realinhamento
Unanimidade da votação mostra que TSE tenta realinhar relação com o Poder Legislativo

Como mostrou a repórter Vera Rosa no **Estadão**, o julgamento se deu em meio a alertas do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) – que comanda a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa – de que o caldo estava entornando na relação. Há uma interpretação de que, com a renovação de dois terços das cadeiras do Senado prevista para 2026, a direita pode ampliar seu poder na Casa Legislativa. ●

COORDENADOR DE POLÍTICA DO ESTADÃO EM SP

Supremo

Dias Toffoli acentua revisionismo da Lava Jato e livra Marcelo Odebrecht

Em nova decisão individual, ministro vê 'conluio' e anula todos os atos processuais contra o empresário na operação

RAYSSA MOTTA

GUSTAVO MORENO/SCO/STF



PITI REALI/ESTADÃO - 19/1/2010

Ministro Dias Toffoli (ao lado) e Marcelo Odebrecht

Em nova decisão monocrática (individual), o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), reforçou ontem o movimento de revisionismo da Lava Jato na Corte. Toffoli, em despacho de 117 páginas, derrubou todos os processos e investigações contra o empresário Marcelo Odebrecht na operação que revelou um vasto esquema de corrupção envolvendo políticos e empresários do País.

A decisão do ministro afirma que houve "conluio processual" entre o ex-juiz Sérgio Moro (atual senador pelo União Brasil) e a força-tarefa de Curitiba, base da Lava Jato. Toffoli concluiu também que os direitos do empresário foram violados nas investigações e ações penais. "O que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal", justificou.

Ao declarar a "nulidade absoluta de todos os atos processuais" contra Marcelo Odebrecht na Lava Jato, o ministro determinou que os inquéritos e processos envolvendo o empresário sejam trancados. A decisão não lista os procedimentos penais que foram atingidos. "Nota-se um padrão de conduta de determinados procuradores integrantes da força-tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados, que ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos – pessoais e políticos –, o que não se pode admitir em um estado democrático de direito", diz trecho da decisão.

"Nota-se um padrão de conduta de determinados procuradores integrantes da força-tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados, que ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos – pessoais e políticos"
Dias Toffoli
Ministro do Supremo

DELATOR. Réu confesso, Marcelo Odebrecht fechou acordo de colaboração com a força-tarefa de Curitiba e admitiu propinas a centenas de agentes públicos e políticos de diferentes partidos. Ele era presidente da empreiteira que leva o sobrenome da família quando a Lava Jato estourou em 2014 e prendeu os principais executivos do grupo. Marcelo Odebrecht foi preso em junho de 2015, na 14.ª fase da Lava Jato. Ele permaneceu dois anos e meio em regime fechado, quando saiu da cadeia para cumprir prisão domiciliar – encerrada em setembro de 2019.

A defesa do empresário agora alega que ele foi forçado a assinar a colaboração premiada. A decisão de Toffoli não afeta o acordo de delação, que continua válido, segundo o próprio ministro.

Seus advogados usaram mensagens hackeadas da força-tarefa, obtidas na Operação Spoofing, que prendeu os responsáveis pela invasão do Telegram dos procuradores, para recorrer ao STF. A defesa pediu a extensão da decisão que beneficiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Trancados
Decisão determina que todos os processos envolvendo o empresário sejam trancados

Em sua decisão, Toffoli afirma que as conversas revelam que Moro e os procuradores da Lava Jato combinaram estratégias contra Marcelo Odebrecht. "A prisão do requerente, a ameaça dirigida a seus familiares, a necessidade de desistência do direito de defesa como condição para obter a liberdade, a pressão retratada pelo advogado que assistiu o requerente naquela época e que o assiste atualmente estão fartamente demonstradas", escreveu o ministro no documento. "Fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático", completou.

Procurada pela reportagem, a defesa de Marcelo Odebrecht não havia se manifestado até a noite de ontem.

LENIÊNCIAS. A decisão monocrática de ontem ocorre na esteira de outras que atenderam a recursos da empreiteira Odebrecht (atual Novonor). Em fevereiro, Toffoli suspendeu o pagamento das parcelas da multa da empresa acertadas nos acordos de leniência assinados no âmbito da Lava Jato.

Os pagamentos foram suspensos enquanto a empresa analisa documentos da Operação Spoofing. A Odebrecht havia assumido o compromisso de pagar R$ 2,72 bilhões ao longo de 20 anos. Foi o segundo acordo de leniência suspenso por determinação de Toffoli. Ele já havia beneficiado a J&F com decisão semelhante.

Em setembro do ano passado, o ministro determinou a anulação das provas que embasaram o acordo de leniência da Odebrecht, assinado no fim de 2016. Como parte da leniência, a empreiteira deu ao Ministério Público Federal acesso às planilhas da contabilidade paralela, com registros de propinas pagas a agentes políticos e a funcionários públicos. Foram mencionados 415 políticos de 26 partidos.

Uma das condenações de Lula, no caso do sítio de Atibaia (SP) – posteriormente anulada –, teve como base provas obtidas a partir dos anexos entregues pela Odebrecht.

As decisões monocráticas de Toffoli envolvendo acordos de leniência também têm como base mensagens obtidas na Operação Spoofing e o julgamento que declarou a suspeição de Moro e considerou que havia "vícios" nas provas. ●

2ª Turma anula pena imposta a José Dirceu

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu ontem, por 3 votos a 2, pena de prisão imposta ao ex-ministro José Dirceu (PT) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A sentença, assinada pelo então juiz Sérgio Moro e confirmada pelo Tribunal Regional Federal do Paraná 4.ª Região (TRF-4), condenava o petista a 8 anos e 10 meses de prisão no âmbito da Operação.

O julgamento, no plenário virtual do Supremo, começou em 2021. Prevaleceu na decisão de ontem o reconhecimento da prescrição do processo. Como Dirceu tem mais de 70 anos, o prazo de prescrição é contado pela metade. No caso do crime de corrupção passiva, cai de 12 para seis anos.

O processo julgado pelo STF envolve uma condenação por propinas da Apolo Tubulars, entre 2009 e 2012, para ajudar a empresa a fechar contratos com a Petrobras. O ex-ministro teria usado sua influência para manter Renato Duque na Diretoria de Serviços da estatal e, com isso, direcionar licitações para a empresa de tubulação.

MARCO. A maioria da Segunda Turma do Supremo considerou como marco de prescrição o ano de 2009. Os ministros entenderam que o crime foi consumado no momento do suposto pedido de propina. Como José Dirceu só foi condenado em 2017, a sentença foi considerada irregular.

Votaram para derrubar a pena de Dirceu os ministros Kassio Nunes Marques, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski (aposentado). Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia.

Segundo o criminalista Roberto Podval, que representa o ex-ministro da Casa Civil no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a única ação pendente contra Dirceu envolve acusações de propinas da Engevix. Ele foi condenado a 23 anos e 3 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Um recurso está na fila para julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mensalão e Lava Jato
Dirceu foi preso e cassado por envolvimento no mensalão. Voltou a ser alvo de ações na Lava Jato

DIREITOS POLÍTICOS. Com a decisão do STF, o ex-ministro fica mais perto de recuperar o direito de se candidatar a cargo eletivo. As condenações criminais o impedem de disputar as eleições, por causa da Lei da Ficha Limpa. A lei, sancionada em 2010, proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar.

Uma eventual candidatura dependerá de análise da Justiça Eleitoral. Hoje com 78 anos, que completou em março, Dirceu já declarou que pretende disputar uma vaga na Câmara dos Deputados em 2026. ● R.M.



Marcelo Godoy *email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoy000*

O exemplo alemão e o desafio a Moraes

O príncipe Heinrich XIII Reuss, a juíza Birgit Malsack-Winkemann, ex-deputada do Alternativa para a Alemanha (AfD), e o tenente-coronel Rüdiger Von Pescatore, ex-comandante do 251.º Batalhão Paraquedista, começaram a ser julgados em Frankfurt. O trio acusado de liderar uma organização de extrema direita que planejava um golpe de Estado na Alemanha acreditava que um estado paralelo controlava Berlim e pensava que a morte da rainha Elizabeth II era um sinal secreto para seu movimento agir. Acabou preso. Um gaiato pode dizer: "Se isso acontece na Alemanha, imagina no Brasil".

Reuss, Winkemann e Pescatore não tinham a capacidade de mobilizar o exército alemão para a ação. Isso, porém, não tornava o crime impossível, tampouco limitava a conspiração a atos preparatórios. Pode-se pensar em um certo paralelo do caso alemão com o 8 de Janeiro. Aqui como lá, os conspiradores não contavam com apoio da cúpula militar, mas teriam o dolo, a intenção, de tomar as sedes de poder para dar o golpe.

O processo em Frankfurt poderia, assim, reforçar os argumentos de Alexandre de Moraes. O ministro, no entanto, devia olhar para outro caso: o do ex-deputado José Dirceu. Ontem, a 2.ª Turma do STF decidiu que a Lava Jato calculou errado a pena do ex-deputado e extinguiu uma sentença de 8 anos e 10 meses contra Dirceu. Em Brasília, muitos pensam que os inquéritos de Moraes são uma "Lava Jato com sinal trocado".

> ***Defesa de Martins apresenta novas provas de que o ex-assessor não se ausentou do País***

O ministro tem em sua mesa um agravo da defesa de Filipe Martins, ex-assessor de Jair Bolsonaro, contra a decisão de o manter na prisão. Os advogados guardam ainda uma carta na manga: documentos da Uber que mostram que Martins fez duas corridas com motoristas em Brasília, no dia 30 de dezembro de 2022, uma delas após Bolsonaro embarcar para os EUA.

Ela já havia juntado aos autos uma declaração da TAM de que Martins apanhara um voo de Brasília para Curitiba no dia 31. Além disso, obteve pela Lei de Acesso à Informação documento da Presidência informando que o nome de Martins estava fora da lista definitiva dos passageiros que foram para Orlando.

Se os documentos forem verdadeiros, não haveria motivo para a manutenção da prisão de Martins. Ele foi preso no dia 8 de fevereiro sob a alegação de que saiu do País no dia 30, com Bolsonaro, sem registro na alfândega. Não bastaria, assim, a entrega de seu passaporte para impedir uma nova fuga.

O ministro pediu novas diligências, ainda inconclusivas. A defesa diz ter provas de que Martins está "preso injusta e ilegalmente há mais de cem dias, sob alegação comprovadamente falsa". As provas se avolumam. Assim como o desafio diante de Moraes. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Caso Marielle

Domingos Brazão pede prisão especial ao STF

A defesa do conselheiro do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ) Domingos Brazão, preso e denunciado como um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a transferência dele para uma "prisão especial ou sala de Estado-Maior." ●

MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO - 29/3/2017



Redes sociais

CCJ adia para hoje requerimento sobre Musk

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou para hoje a votação do requerimento que prevê o convite ao empresário Elon Musk para uma audiência pública virtual. A deliberação estava prevista para ocorrer ontem ●

Luiz Felipe D'Avila

'Direita sensata tem de se unir para tirar PT do poder'

Cientista político defende consenso 'em torno de um único nome' para ser apresentado em 2026


TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 13/7/2020

ENTREVISTA

Cientista político, tem 60 anos. Na eleição de 2022, foi candidato do partido Novo à Presidência da República

JOSÉ FUCS

O cientista político Luiz Felipe D'Avila tem pela frente missão espinhosa, que ele mesmo se colocou: unir a direita para disputar o pleito de 2026 com chances concretas de vencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve buscar a reeleição, e tirar o PT do poder. "Meu papel é trabalhar para tentar unir a direita", disse D'Avila, que lança hoje, em São Paulo, seu novo livro, *Vire à direita, Siga em frente – Manifesto da direita sensata para derrotar a esquerda* (Ed. Edições 70).

O sr. apresenta seu novo livro como um manifesto do que chama de "direita sensata" e diz que o grupo precisa se unir para vencer a esquerda nas eleições de 2026. Que "direita sensata" é essa a que se refere?
A direita sensata é a que acredita na liberdade econômica e na liberdade individual como pilares do desenvolvimento e da prosperidade. Ela tem o compromisso de combater os três males que afligem o País, que são o populismo, o nacional-estatismo e o Estado ineficiente. A direita sensata sempre compreendeu que essas três coisas são as âncoras que impedem o Brasil de crescer de maneira sustentável. A pauta da direita sensata é fazer o Brasil acreditar no mercado e deixar os empreendedores trabalharem, para a economia voltar a crescer e a gente reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população.

No livro, o sr. exclui o que chama de "direita chucra" desse frentão para derrotar a esquerda. Por quê?
Ela é igual à esquerda retrógrada. Ambas acreditam no nacional-estatismo. Acreditam que essa mistura de nacionalismo econômico, fechamento da economia, proteção à indústria nacional e subsídio do governo é o jeito de gerar o crescimento da economia. Isso não é verdade.

Quem seria o grande líder dessa "direita sensata", com força para vencer as eleições de 2026?
Na eleição de 2022, felizmente, tivemos uma das melhores safras de governadores desde a redemocratização, com foco nessa pauta da direita sensata. E aí tem vários nomes que poderiam ser candidatos. Tem os governadores Tarcísio (*de Freitas*) em São Paulo, o Ratinho Júnior, no Paraná, o (*Ronaldo*) Caiado em Goiás, o (*Romeu*) Zema, em Minas, e a (*ex-ministra da Agricultura*) Tereza Cristina, que está no Senado. Então, o que nós temos de fazer é trabalhar para unir a direita em torno de um único nome. E, ao meu ver, a melhor forma de promover essa união é em torno de propostas, como a transformação do Brasil numa superpotência global da economia de baixo carbono e o foco em resolver a questão da educação básica. Se a direita se unir em torno de propostas, nós poderemos definir quem será o candidato mais à frente.

Nesse "bonde" da "direita sensata" há espaço também para as forças de centro e de centro-esquerda?
Com certeza. Aliás, se estiver de acordo com a agenda mínima que eu proponho no livro, acredito que cabe todo mundo. Cabem as pessoas sensatas da esquerda e da direita. O ponto principal é o seguinte: o que une essa direita sensata é a necessidade imperiosa de vencer as eleições de 2026 e tirar o PT do poder. Eu digo no livro que tem uma esquerda inteligente, que era a antiga esquerda do PSDB, do Fernando Henrique. Ela quebrou o monopólio da Petrobras, fez a privatização das telecomunicações e da Vale, começou um programa importante de reformas. Então, se houver esse diálogo da esquerda inteligente com a direita sensata, o Brasil só tem a ganhar com isso. ●

Operações Baal e Fogo Amigo

PF mira CACs e PMs suspeitos de desvio de armas

PEPITA ORTEGA

A Polícia Federal e Ministérios Públicos estaduais deflagraram ontem duas operações contra a venda ilegal de armas e munições para facções criminosas e um grupo voltado à prática de roubos na modalidade "novo cangaço". As investigações apuram o envolvimento de CACs – categoria formada por colecionadores, atiradores desportivos e caçadores –, policiais militares e lojistas em desvios de armamentos para abastecer os criminosos.

"As ações investigadas constituem uma modalidade de conflito proveniente da evolução de crimes violentos contra o patrimônio, no qual grupos criminosos subjugam a ação do poder público por meio do planejamento e execução de roubos que causam verdadeiro terror social", disse a PF sobre o novo cangaço.

Em uma das ofensivas, batizada de Operação Baal e aberta em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo, quatro CACs foram presos. Eles são suspeitos de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e de usar o registro da categoria para desviar armas. Agentes cumpriram 12 ordens de prisão temporária e 24 mandados de busca e apreensão, em São Paulo, na Bahia, no Maranhão e no Piauí. Foi decretado o bloqueio de bens dos investigados no valor de até R$ 4 milhões.

Durante as diligências, foram apreendidas diversas armas, inclusive fuzis, explosivos, pólvora, granadas caseiras e coletes balísticos. Também foram encontrados, em uma casa no interior do Maranhão, peças de fardamento usado por policiais.

SARGENTO. Já na Operação Fogo Amigo, a PF identificou um sargento da Polícia Militar de Pernambuco como o "principal fornecedor de armas e munições" da facção criminosa Honda.

'Novo cangaço'
Armas abasteciam grupo que praticava assaltos a bancos e empresas de valores, diz investigação

A PF resgatou diálogos que remetem à venda ilegal de armas do sargento Josenildo de Souza Silva para a Honda. Relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) indica que ele movimentou, entre 2021 e 2023, R$ 2,1 milhões, "totalmente incompatíveis com rendimentos de sargento da PM".

De acordo com o inquérito, a obtenção das armas se dava por meio de inserção de informação falsa em sistemas de fiscalização. Além do sargento, foram identificados outros 19 suspeitos de integrar a quadrilha. A PF pediu a prisão preventiva dos investigados, solicitação acolhida pelo juiz Eduardo Ferreira Padilha, que determinou o bloqueio de até R$ 10 milhões dos alvos da Fogo Amigo.

Em março, o **Estadão** revelou que relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o Exército emitiu licenças de CACs para condenados por crimes como tráfico de drogas e homicídio, foragidos e cidadãos que podem ter sido usados como "laranjas" do crime organizado.

A defesa do sargento Josenildo não havia sido localizada até a noite de ontem. ●

Presente

TCU: Lula pode ficar com relógio de R$ 60 mil

Área técnica do Tribunal de Contas da União entendeu que Lula não precisa devolver relógio Cartier avaliado em R$ 60 mil que ganhou no primeiro mandato, em 2005. Auditoria concluiu que presentes de alto valor devem ser devolvidos à União. Mas, no caso do petista, isso não foi recomendado, pois o entendimento não pode ser aplicado de forma retroativa. ●

REPRODUÇÃO


Multas na pandemia

Gonet pede que STF derrube anistia de Tarcísio

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal a derrubada da lei que anistia multas aplicadas em São Paulo durante a pandemia de covid-19. O projeto convertido em lei é iniciativa do governador Tarcísio de Freitas. O procurador-geral, Paulo Gonet, disse que a legislação é inconstitucional porque viola o dever de proteção à vida. ●

Um país de luto

Morte de presidente põe regime do Irã em dilema de vetar ou não moderados

Establishment iraniano deve escolher entre abrir a corrida eleitoral ou limitá-la a candidatos conservadores e perder legitimidade, diante de um baixo comparecimento

WASHINGTON

A morte do presidente Ebrahim Raisi, no fim de semana, coloca o regime iraniano diante de um dilema: os aiatolás devem escolher entre abrir a corrida eleitoral e enfrentar nomes moderados, ou limitar os candidatos e minar ainda mais a legitimidade da teocracia, diante de mais um baixo comparecimento às urnas.

Durante décadas, os aiatolás apontavam o alto comparecimento como prova da legitimidade do sistema político do Irã. Nos últimos anos, porém, a presença eleitoral caiu. Raisi foi eleito por 48% dos eleitores. Em 2009, Mahmoud Ahmadinejad foi reeleito com um comparecimento de 85%.

Agora, diante da necessidade de novas eleições, o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei, tem duas opções, cada uma com seus riscos. Ele poderia garantir que a eleição – que deve ocorrer no dia 28 de junho – seja aberta a todos, incluindo os reformistas. Ou pode repetir a estratégia de bloquear os moderados, aumentando a apatia da população e minando a legitimidade de um Estado cada vez mais autoritário.

"Khamenei teve uma oportunidade de ouro de permitir que as pessoas entrassem no processo político, de uma forma que salvasse sua imagem", disse Mohamed Ali Shabani, analista e editor do *Amwaj*, veículo de mídia independente. "Infelizmente, como nos últimos anos, parece que ele não seguirá esse caminho."

TEOCRACIA. O Irã é uma teocracia com um sistema paralelo de governança, no qual os órgãos eleitos são supervisionados por conselhos nomeados. As principais políticas de Estado – a agenda nuclear, militar e a diplomacia – são decididas pelo aiatolá e pelo Conselho Supremo de Segurança Nacional. O papel do presidente é mais limitado à política interna e às questões econômicas, mas ainda é um cargo influente.

As eleições são um teste do sentimento geral. O baixo comparecimento é visto como um sinal claro do desânimo em relação aos clérigos e ao establishment político, que tem se tornado cada vez mais conservador. "Para o regime, o distanciamento entre Estado e sociedade é um problema sério", disse Sanam Vakil, diretor do programa para o Oriente Médio da Chatham House, centro de estudos de Londres. "Eles querem manter a unidade conservadora, mas é difícil ocupar o lugar de Raisi."



IRANIAN PRESIDENCY OFFICE VIA AP

Multidão em Tabriz acompanha cortejo fúnebre de Ebrahim Raisi; sua sucessão deve desencadear brigas internas entre conservadores

> *"Para o regime, o distanciamento entre Estado e sociedade é um problema sério. Eles querem manter a unidade conservadora, mas é difícil ocupar o lugar de Raisi"*
>
> **Sanam Vakil**
> Diretor do programa para o Oriente Médio da Chatham House

O presidente iraniano, que morreu em um acidente de helicóptero no domingo, era um clérigo que veio do Judiciário, esteve envolvido em atos de repressão e era um leal apoiador de Khamenei. Defensor das regras religiosas, Raisi era tido como possível sucessor do aiatolá. Sem ele, o líder supremo pode enfrentar brigas internas entre os conservadores.

"Raisi aceitava tudo e sua inexpressividade era sua maior qualidade", disse Arash Azizi, historiador da Universidade Clemson, na Carolina do Sul. "O establishment político inclui muitas pessoas com sérios interesses financeiros e políticos. Haverá uma disputa pelo poder."

Os candidatos que tiverem permissão para concorrer mostrarão o caminho que o aiatolá pretende seguir. Mohamed Baqer Ghalibaf, um tecnocrata pragmático, presidente do Parlamento, é um nome forte, embora seu desempenho como deputado, segundo Azizi, tenha sido um desastre.

Outro provável candidato é Saeed Jalili, veterano da Guarda Revolucionária, que se tornou negociador nuclear e é visto como um leal aliado de Khamenei. "Sua candidatura não seria um bom presságio para uma possível aproximação com o Ocidente", disse Azizi.

Em eleições recentes, Khamenei eliminou todos os candidatos reformistas – e não há sinais de que ele pretenda reverter o curso. "É um sistema que está se afastando de suas raízes e se tornando cada vez mais autoritário", disse Vakil. "Enquanto Khamenei se sentir confortável com o controle repressivo e a elite mantiver sua unidade, não espere ver uma mudança."

FUNERAL. Ontem, uma multidão acompanhou o início dos eventos fúnebres de Raisi e do chanceler Hossein Amir-Abdollahian, na cidade de Tabriz, no noroeste do Irã. O aiatolá Khamenei anunciou cinco dias de luto.

> **Calendário eleitoral**
> **Novas eleições no Irã devem ocorrer em 28 de junho – com segundo turno em 5 de julho**

A mídia estatal apontou que o acidente ocorreu devido a uma "falha técnica", mas o governo não estabeleceu uma causa e ainda investiga o acidente, ocorrido perto da cidade de Jolfa, no domingo.

Vídeos postados por agências de notícias mostraram multidões nas ruas, muita gente chorando, atrás do cortejo que levava os caixões cobertos. Eles foram levados para a cidade sagrada de Qom e depois para Teerã.

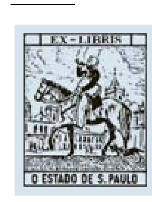
Após uma cerimônia religiosa na capital, o corpo de Raisi será levado para Birjand, na região de Khorasan, sua circunscrição eleitoral, e em seguida para o santuário sagrado de Mashhad, sua terra natal, onde ele será sepultado, amanhã.

SUCESSÃO. O primeiro vice-presidente Mohamed Mokhber assumiu o cargo de presidente interino, conforme exige a Constituição. Ele deverá conduzir o processo eleitoral que terá segundo turno em 5 de julho. Ali Bagheri, um experiente negociador nuclear, foi nomeado chanceler.

O chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, não desperdiçou a chance de culpar os EUA pelo acidente, alegando que as sanções americanas tornaram mais inseguro o setor aéreo civil iraniano – elas impedem que o Irã compre peças de reposição para sua frota de aviões e helicópteros, como o modelo Bell 212, fabricado nos EUA, comprado antes da Revolução Islâmica de 1979. ● NYT, WP, AP e AFP

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Irã em rota de colisão



A morte do presidente não alterará, e pode agravar, o apetite da teocracia por repressão dentro e agressão fora


A morte do presidente do Irã, Ebrahim Raisi, despertará nervosismo em tempos turbulentos. A economia está em decomposição, assim como a popularidade do regime, recentemente desafiado pelas ruas. O mundo civilizado está apreensivo com os avanços nucleares de Teerã, e a pressão dos EUA aumenta. O Hamas, uma de suas milícias biônicas, está em guerra aberta. Outras, na Síria, no Iêmen, no Iraque ou no Líbano, estão em alerta e ocasionalmente se engajam em hostilidades. Pela primeira vez, o Irã saiu por um instante das sombras na guerra contra Israel, disparando mísseis de seu território. O Oriente Médio está à beira de uma conflagração.

Em muitos países esses seriam ingredientes para mudanças. Não no Irã. Quem nutre esperanças em reformas – quanto mais numa revolução – será frustrado.

Decerto haverá movimentações. Novas eleições foram marcadas para 28 de junho. A linha de sucessão que vinha sido cuidadosamente urdida pelo líder supremo, o octogenário aiatolá Ali Khamenei, foi rompida, e o clero xiita precisa concertar novos arranjos.

Raisi era o principal candidato. Especialista na lei islâmica, ele fez carreira como um servidor canino do regime. Nos anos 80, o "açougueiro de Teerã" executou milhares de dissidentes. A abordagem mão pesada seguiu em linha de continuidade até a execução da jovem Mahsa Amini, em 2022, por não usar adequadamente o hijab, e na truculenta repressão aos protestos cujo slogan era "mulher, vida e liberdade". Sob sua presidência, desde 2021, o Irã acelerou o enriquecimento de urânio e freou a renegociação do pacto de não armamento nuclear, apoiou a Rússia contra a Ucrânia e intensificou ataques de suas milícias contra Israel e os EUA.

Esse é o modo como Khamenei vem pondo sua casa em ordem, após um presidente mais reformista como Mohammad Khatami, ou um centrista como Hassan Rouhani, um dos arquitetos do pacto nuclear. Desde a revolução de 1979 os líderes ocidentais acalentam esperanças em interlocutores "moderados" desse tipo, mas sempre em vão. Nas próximas eleições, como já nas últimas, eles nem sequer aparecerão nas cédulas.

É possível que, enquanto concerta sua transição interna, o regime transmita uma imagem mais conciliatória domesticamente e razoável externamente. Mas Raisi era a ferramenta de um projeto de endurecimento, e qualquer aparência de moderação será um arranjo de conveniência enquanto os aiatolás buscam outra.

Há, é verdade, um espaço possível para mudança – mas não do tipo que a comunidade democrática deseja. A Guarda Revolucionária, que controla amplos pedaços da economia, pode aproveitar o momento para forçar a mão e avançar um golpe em câmera lenta. Isso até pode mitigar o conservadorismo religioso em casa, mas levará a mais hostilidades fora.

Num futuro previsível, o Irã seguirá perseguindo a revolução jihadista mundial de Khomeini. Com um regime assim, negociações são contingenciais; a postura natural é de oposição, o que significa empregar todas as forças para impedir que ele ponha as mãos em armas nucleares e para apoiar os focos de resistência que buscam miná-lo a partir de dentro. ●

Guerra em Gaza

Israel pede boicote a mandados de prisão do TPI

TEL-AVIV

Israel pediu ontem "às nações do mundo civilizado" que se oponham a eventuais mandados de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) contra seu primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, e o ministro da Defesa, Yoav Gallant. O procurador do tribunal, Karim Khan, anunciou o pedido na segunda-feira, alegando crimes contra a humanidade na Faixa de Gaza. Ele também pediu a prisão de três líderes do Hamas. Israel e EUA não são membros do TPI, o que significa que Netanyahu só corre risco de prisão se viajar para um dos 124 países que reconhecem o tribunal. O pedido foi interpretado em Israel como uma equivalência entre as lideranças israelenses e as do grupo terrorista, provocando uma onda de solidariedade ao premiê. ● AP e NYT



Andrés Oppenheimer

A esperança da oposição a Maduro

Ainda que o ditador Nicolás Maduro tenha instalado todo tipo de trava à oposição para vencer nas eleições de 28 de julho, não me recordo de ter visto a líder opositora María Corina Machado tão otimista como quando a entrevistei, dias atrás – e eu já a entrevistei muitas vezes.

Maduro a desqualificou, assim como a outros importantes líderes opositores, e está tomando medidas drásticas para evitar que milhões de eleitores possam se registrar para votar. Mas a julgar por algumas coisas que Machado me relatou, ela me pareceu convencida de que a oposição pode ganhar, contrariando todos os prognósticos. "Estamos vendo um processo inédito", disse Machado. "As pessoas estão reagindo com uma força que nunca tínhamos visto. É incrível."

Na semana passada, em visita ao Estado de Trujillo, bastião do chavismo, Machado levou cinco horas para percorrer um trajeto de carro cobrindo uma distância que normalmente levaria duas. "Foi uma loucura", relatou a líder opositora, que admitiu que a batalha será dura.

O regime não apenas proibiu Machado de se candidatar, mas também impediu o registro da candidatura de Corina Yoris, sua substituta. Agora, Machado e a coalizão opositora que ela lidera apoiam um novo candidato, o diplomata Edmundo González Urrutia, de 74 anos.

Além disso, o regime está impedindo que 4,5 milhões de venezuelanos no exterior se registrem para participar do processo eleitoral, assim como outros 5 milhões dentro da Venezuela, que mudaram de endereço ou chegaram à idade de votar. Cerca de 10 milhões, em um país de 28 milhões de habitantes, não poderão votar.

> *O otimismo de María Corina Machado sugere que há esperança para a Venezuela*

Mas, mesmo reconhecendo que as eleições não serão livres, Machado disse que não quer que Maduro suspenda o processo. Vários líderes da oposição disseram temer que, diante da possibilidade de perder, ele use como pretexto um conflito fronteiriço com a Guiana para cancelar a eleição.

"É muito importante a presença de missões de observação eleitoral competentes, como a da União Europeia, o painel de especialistas da ONU e o Centro Carter", disse Machado. O Centro Carter, a União Europeia e as Nações Unidas estão avaliando se participarão. Quando sugeri a possibilidade de Maduro não abandonar o poder, caso seus aliados não recebam uma anistia, ela me disse: "Não haverá vinganças."

Minha impressão depois da entrevista é que, se Machado pensava que Maduro poderia se sair bem fraudando a eleição e restringindo a oposição, o lógico seria que ela convocasse um boicote e desejasse que o processo fosse suspenso. Mas ela está fazendo o contrário – e passa a impressão de estar aguardando ansiosamente a votação. Seu otimismo sugere que pode haver um raio de esperança para a Venezuela. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

Troca de ofensas

Crise com Milei faz Espanha cogitar romper relações com Argentina

Governo espanhol diz que embaixadora não volta a Buenos Aires, em mais uma escalada das tensões com presidente argentino

MADRI

O chanceler da Espanha, José Manuel Albares, anunciou ontem a retirada definitiva de sua embaixadora em Buenos Aires e afirmou que cogita romper relações diplomáticas com a Argentina. As declarações foram uma resposta aos ataques do presidente Javier Milei ao primeiro-ministro espanhol, o socialista Pedro Sánchez.

A crise diplomática se agravou no fim de semana, após Milei desferir insultos a Sánchez durante uma cúpula de líderes da extrema direita na Espanha. "A embaixadora ficará definitivamente em Madri. A Argentina continuará sem embaixador", afirmou Albares.

O chanceler explicou que a decisão foi tomada depois que Milei se recusou a pedir desculpas pelas acusações feitas à mulher de Sánchez, Begoña Gómez, a quem chamou de "corrupta". O argentino também disse que o socialismo "deriva da escravidão e da morte".

Ontem, Milei dobrou a aposta. Em entrevista ao canal LN+, ele voltou a ofender Sánchez, a quem chamou de "arrogante" por retirar sua embaixadora de Buenos Aires. "Isso é um absurdo típico de um socialista arrogante. Sánchez se tornará motivo de chacota no mundo inteiro pelas palhaçadas que está fazendo com um assunto pessoal", disse.

Milei disse que não pretende retirar seu embaixador de Madri e ainda fez um desafio, prometendo voltar à Espanha no fim do mês. "Aviso que viajarei para receber o Prêmio Juan de Mariana (*um centro de estudos liberal de Madri*). Veremos até onde chega o totalitarismo no sangue."

> **Farpas**
> **Crise começou quando ministro espanhol disse acreditar que Milei havia 'ingerido substâncias'**

Ontem, o chanceler espanhol afirmou que o governo analisa quais medidas tomar sobre a viagem de Milei. Na segunda-feira, Sánchez disse que Milei não estava "à altura" de seu cargo. "Entre os governos, os afetos são livres, mas o respeito é irrenunciável. Por isso, pedimos ao presidente da Argentina uma retratação", disse.

O porta-voz da presidência argentina, Manuel Adorni, tentou minimizar o episódio ao defini-lo como uma questão "entre pessoas, e não entre países". As empresas privadas espanholas que operam na Argentina optaram pelo silêncio.

PROVOCAÇÕES. Os desentendimentos começaram no início do mês, quando o ministro dos Transportes da Espanha, Oscar Puentes, insinuou que o presidente argentino seria usuário de drogas. "Vi Milei na TV. Não sei se foi antes ou depois de ingerir substâncias", declarou o ministro, em uma conferência do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE).

A primeira-dama espanhola está sendo investigada por tráfico de influência e corrupção por manter uma suposta relação comercial com empresas que receberam ajuda do governo. A denúncia levou o premiê a ameaçar renunciar ao cargo, no fim de abril – após alguns dias, ele acabou desistindo.

Hoje, Sánchez passará por uma sabatina no Congresso, respondendo a perguntas da oposição. Entre os temas mais espinhosos estão o reconhecimento da Palestina, a negociação sobre o status de Gibraltar com o Reino Unido e as acusações contra a sua mulher. ● AP e AFP

EUA

Trump decide não testemunhar em seu julgamento criminal em Nova York


CURTIS MEANS/AFP

O ex-presidente americano Donald Trump decidiu não testemunhar em seu julgamento por falsificação de documentos contábeis em Nova York, que concluiu ontem a etapa de depoimentos. Após cinco semanas, o primeiro julgamento criminal contra um ex-presidente dos EUA deve ser concluído na próxima semana. Antes das audiências, Trump garantiu que testemunharia para "dizer a verdade", o que não ocorreu. Mesmo se for condenado, ele ainda poderá concorrer à presidência. ●

A guerra de Putin

Rússia inicia exercícios com armas nucleares táticas na fronteira da Ucrânia

A Rússia iniciou ontem exercícios militares com armas nucleares táticas perto da fronteira com a Ucrânia. Os testes são uma resposta às "ameaças" de potências ocidentais, como EUA e França. As armas nucleares táticas incluem bombas aéreas e ogivas para mísseis de curto alcance. Elas são menos poderosas do que as ogivas que equipam mísseis balísticos intercontinentais, que podem destruir cidades inteiras. ●

Morte no ar

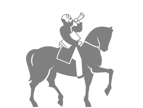
Passageiro britânico morre durante turbulência em voo da Singapore Airlines

O britânico Geoffrey Kitchen, de 73 anos, morreu durante uma turbulência em um voo da Singapore Airlines, entre Londres e Cingapura. O avião com 211 passageiros caiu 1.600 metros em três minutos, arremessando quem não estava de cinto para o teto da aeronave. Kitchen, segundo autoridades, provavelmente, teve um ataque cardíaco. ●

Haiti

Forças especiais do Quênia chegam para ajudar no combate à violência de gangues

Forças especiais do Quênia começaram a desembarcar em Porto Príncipe para ajudar a combater as gangues do Haiti. Os quenianos levam na bagagem a experiência na luta contra os terroristas islâmicos da Al-Shabab, na Somália. Após a chegada de um primeiro grupo de oficiais, na segunda-feira, cerca de 200 soldados devem desembarcar antes do fim da semana. ●



● A tragédia do RS ● Pós-enchente

Após falha de sistema anticheia, Porto Alegre usa bombas de SP emprestadas

Até a gestão local admite 'fragilidades', mas diz que fez 'melhorias significativas'; equipamentos da Sabesp usados no volume morto do Cantareira já operam na capital

PRISCILA MENGUE

Com o sistema contra enchentes de Porto Alegre em parte colapsado, equipes passaram a instalar bombas emprestadas. A força-tarefa é voltada a recuperar o escoamento em bairros parcialmente submersos pela água, especialmente na zona norte – o que inclui os entornos do Aeroporto Salgado Filho e da Arena do Grêmio. Os trabalhos envolvem agentes locais e de companhias de saneamento, guardas-civis e reforços de outros Estados.

O Lago Guaíba tem reduzido lentamente de nível em meio a oscilações e a um repique no início da semana passada, com prognóstico atual de que siga acima da cota de inundação – na qual está desde o dia 2 – até o início de junho, a depender das chuvas e do vento (há previsão de mais chuva). Na zona norte, alguns bairros também são afetados pela cheia do Rio Gravataí, enquanto as ilhas e a parte dos bairros ribeirinhos da região sul não têm diques de proteção.

Com problemas nas casas de bombas e comportas, a maior parte do sistema que drenaria a água para fora da área urbana não está funcionando, assim como os diques de proteção dificultam o escoamento. No pico da crise, 4 das 23 casas de bombas estavam operando. Hoje, são 9. Essa gradual retomada exigiu a troca de equipamentos elétricos e motores, além de intervenções improvisadas para permitir a drenagem das estações de bombeamento inundadas – com o isolamento do entorno com pedregulhos e sacos de areia e cimento. A enchente é a maior da história da cidade, com pico de 5,35 metros.

CAUSAS. Especialistas apontam diversos problemas no sistema, parte deles conhecida há anos na cidade, alguns ainda mais evidentes após as duas cheias do ano passado – quando o Guaíba chegou a 3,46 m, com a retirada de 2 mil pessoas de casa. A gestão do prefeito Sebastião Melo (MDB) admite falhas e "fragilidades", mas nega falta de manutenção. Em nota ao **Estadão**, a gestão defendeu que o sistema precisa ser reavaliado, corrigido e repensado em âmbitos municipal, regional e estadual. Também afirmou ter feito "melhorias significativas", as quais teriam impedido uma cheia maior. Além disso, disse que foram investidos R$ 592 milhões em obras.

No próprio Plano de Metas, a prefeitura reconhece que o sistema opera abaixo da capacidade, com a meta de apenas mantê-lo no padrão do início da gestão, de 85%. "A ampliação dessa meta representaria esforços antieconômicos de baixa repercussão na eficiência", justificou a gestão. O motivo seriam as más condições e a defasagem do sistema. "Grande parte desses equipamentos é antiga e frequentemente exige manutenções", diz o documento oficial.

JULIO FERREIRA/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE - 19/05/2024



Bomba flutuante da Sabesp foi instalada em estação de bombeamento no bairro Sarandi, na capital

Enchentes em 2019 e 2023 permitiam antever os problemas

O sistema antienchentes abrange cerca de 68 quilômetros de diques (alguns externos, em vias elevadas), comportas, muro e casas de bombas. Criado pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento, passou para responsabilidade do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) da cidade nos anos 1990, o qual foi extinto (sob críticas) em 2019. Hoje, é de responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae).

Antes da atual, Porto Alegre havia passado por três grandes enchentes: em 2015 e 2023 (duas). Todas demonstraram problemas, especialmente para o fechamento das comportas e nas casas de bombas (transbordamento pelos bueiros). Problemas também são apontados no diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico, de 2015. No documento, fala-se de "insuficiência hidráulica" e bombas "sem condições operacionais", em estado "bastante precário". À época, o plano dizia que apenas três das então 21 casas de bombas operavam em 100%.

Em 2021, nove organizações publicaram uma carta aberta em resposta à possibilidade de supressão da construção, em meio à proposta de concessão do antigo cais. Novo alerta foi feito no ano passado. "A falta de resiliência de Porto Alegre frente aos extremos de clima e mudanças climáticas foi detectada em 2023", afirmou o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). ●

Dos anos 1970, o sistema porto-alegrense era visto como uma defesa para cheias de até 6 m. A rede de diques, casas de bombas, condutos de pressão e muro teve, contudo, diversos extravasamentos e problemas. Sem proteção adequada e localizadas a níveis abaixo de 6 m, as estações de água, energia e bombeamento foram afetadas e até inundadas.

No dia 3, por exemplo, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), de Porto Alegre, confirmou o rompimento de uma comporta, cuja água estava seguindo em direção à região central. "Com a força da água, o portão de ferro, que estava chumbado e isolado com sacos de areia, não aguentou e acabou abrindo", apontou em comunicado. Na mesma data, a casa de bombas da Avenida Mauá, no centro, começou a transbordar.

Por outro lado, como quase todas as casas de bombas pararam, o nível da água chegou a ficar mais alto nos bairros do que no lago em si. No centro, o Dmae chegou a reconhecer 40 cm de diferença entre a parte de fora e a de dentro do muro. Essa situação motivou a abertura de parte das comportas, porém com dificuldades. No centro histórico, por estar emperrada, uma das comportas foi retirada com o uso de maquinário e o auxílio de um rebocador da Capitania dos Portos.

No sábado, outra comporta foi aberta pela própria força da água, em direção ao Guaíba, visto que o nível estava mais alto dentro da cidade.

AS BOMBAS. No domingo, foi instalada a primeira das nove bombas flutuantes de alta capacidade emprestadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) para Porto Alegre, das quais duas estão em operação, ambas no bairro Sarandi.

Outra instalação começou, no fim de semana, em Canoas. Novo Hamburgo também receberá um equipamento. Ao todo, a companhia anunciou o envio de 18 bombas para a região metropolitana gaúcha.

Com cerca de 10 toneladas, essas bombas da Sabesp são as mesmas utilizadas para a extração de água do Sistema Cantareira, quando estava no volume morto, durante a crise hídrica em São Paulo, há uma década. Segundo a Sabesp, os equipamentos teriam capacidade de drenar mil litros por segundo.

Mais empréstimos
Produtores rurais cederão bombas, assim como Estados do Nordeste; outros enviam pessoal

Ministro-chefe da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta também declarou que o governo federal contatou Alagoas e Ceará para o empréstimo de nove bombas de alta capacidade. Parte desses equipamentos teria sido utilizada na transposição do Rio São Francisco. "Parte delas está vindo por meio rodoviário e parte delas está vindo por avião (*da Força Aérea*)", afirmou.

Além disso, a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) está convocando produtores rurais para emprestar 30 bombas agrícolas para serem utilizadas na drenagem do entorno do aeroporto de Porto Alegre. O Dmae confirmou estar em contato com a organização, que já cedeu equipamentos de drenagem para Pelotas, na região sul. ●

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 21/05

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA
0% 20°	0% 25°	0% 21°	0MM	45 a 100%

AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/28°	19°/27°	15°/20°	14°/16°

SOL: NASCENTE: 6h35 / POENTE: 17h30

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	15/05	08h48
CHEIA	23/05	10h53
MINGUANTE	30/05	14h12
NOVA	06/06	09h37

Regiões do Estado de SP

Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)

Região	Chance de Chuva	Volume de Chuva	Temperaturas
RIBEIRÃO PRETO	0%	0mm	15°/32°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0%	0mm	17°/33°
ARAÇATUBA	0%	0mm	18°/34°
PRESIDENTE PRUDENTE	0%	0mm	19°/34°
MARÍLIA	0%	0mm	16°/33°
BAURU	0%	0mm	15°/33°
SOROCABA	8%	0mm	12°/30°
SÃO PAULO	6%	0mm	15°/30°
LITORAL SUL	0%	0mm	18°/27°
ARARAQUARA	0%	0mm	16°/33°
CAMPINAS	6%	0mm	13°/31°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0%	0mm	11°/29°
LITORAL NORTE	8%	0mm	22°/27°

Ondas: 22/05 — 2,5m / 1,5m / 1m

Precipitação Média: 100mm / 50mm / 25mm / 10mm / 5mm / 2mm / 1mm

TEMPOnaCidade.com.br
TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	55%	4mm	25°C/29°C
BELÉM	55%	3mm	25°C/33°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	18°C/25°C
BOA VISTA	45%	4mm	24°C/31°C
BRASÍLIA	0%	0mm	17°C/25°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	17°C/29°C
CUIABÁ	0%	0mm	20°C/30°C
CURITIBA	0%	0mm	13°C/20°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	14°C/21°C
FORTALEZA	30%	0mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	0%	0mm	19°C/29°C
JOÃO PESSOA	30%	0mm	25°C/30°C
MACAPÁ	50%	8mm	26°C/32°C
MACEIÓ	40%	2mm	23°C/27°C
MANAUS	65%	3mm	25°C/30°C
NATAL	15%	0mm	25°C/29°C
PALMAS	0%	0mm	24°C/34°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	12°C/21°C
PORTO VELHO	45%	1mm	24°C/30°C
RECIFE	25%	0mm	25°C/29°C
RIO BRANCO	10%	0mm	19°C/27°C
RIO DE JANEIRO	5%	0mm	23°C/24°C
SALVADOR	20%	0mm	24°C/28°C
SÃO LUÍS	35%	1mm	25°C/30°C
TERESINA	20%	0mm	25°C/32°C
VITÓRIA	25%	0mm	20°C/27°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	16°C/27°C
ATENAS	+6h	20°C/31°C
BARCELONA	+5h	18°C/22°C
BERLIM	+5h	16°C/25°C
BRUXELAS	+5h	13°C/21°C
BUENOS AIRES	0h	9°C/15°C
CARACAS	-1h	23°C/29°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/30°C
ESTOCOLMO	+5h	10°C/18°C
GENEBRA	+5h	10°C/22°C
JOANESBURGO	+5h	11°C/23°C
LIMA	-2h	16°C/20°C
LISBOA	+4h	13°C/20°C
LONDRES	+4h	13°C/18°C
LOS ANGELES	-4h	12°C/17°C
MADRID	+5h	10°C/19°C
MIAMI	-1h	27°C/29°C
MONTEVIDÉU	0h	7°C/14°C
MOSCOU	+6h	10°C/21°C
NOVA YORK	-1h	15°C/23°C
PARIS	+5h	12°C/19°C
ROMA	+5h	18°C/28°C
SANTIAGO	0h	7°C/12°C
SYDNEY	+14h	15°C/23°C
TEL-AVIV	+6h	19°C/23°C
TÓQUIO	+12h	16°C/25°C
TORONTO	-1h	12°C/20°C
WASHINGTON	-1h	16°C/27°C

● A tragédia do RS ● Pós-enchente

Estado relata primeiras mortes por leptospirose; são 304 casos em análise

Avanço ocorre em meio às cheias, que ampliam o risco para a doença; antes de 19 de abril, haviam sido 129 casos e 6 mortes

Um idoso de 67 anos morreu de leptospirose no município de Travesseiro, no Vale do Taquari. Ele começou a apresentar sintomas no dia 9, mas o óbito foi registrado em 17 de maio, segundo informou a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul. Foi a primeira morte confirmada em decorrência da doença pós-cheia. Ainda ontem foi confirmado o diagnóstico em outra morte, também no dia 17, de um homem de 33 anos que morava no município de Venâncio Aires.

A confirmação é feita pelo Laboratório Central do Estado (Lacen), em Porto Alegre. A leptospirose é uma doença infecciosa geralmente adquirida em água contaminada por urina de animais infectados, principalmente ratos. Além disso, uma de suas principais características é que o surgimento dos primeiros sintomas pode variar muito de pessoa para pessoa, podendo acontecer de 2 até 30 dias após a infecção, de acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Justamente por isso, pessoas que tiveram contato com águas possivelmente contaminadas, como as de enchentes, precisam ficar atentas durante todo esse período. O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs) vem fazendo o monitoramento de casos suspeitos, a partir das notificações realizadas pelos municípios.

Nas últimas semanas, foram identificadas 304 ocorrências não confirmadas de leptospirose e 19 casos confirmados. "Antes do período de calamidade, com dados até 19 de abril, o Estado já havia registrado, em 2024, 129 casos e seis óbitos. Em 2023, foram 477 casos e 25 óbitos", afirmou a Secretaria Estadual da Saúde.

Nos locais inundados
Recomenda-se fazer a desinfecção do ambiente com água sanitária e o controle dos roedores

De acordo com a Fiocruz, na maior parte dos casos os infectados começam a apresentar os primeiros sinais da doença de 7 a 14 dias depois da contaminação. Ao identificar os primeiros sintomas, a orientação é procurar um serviço de saúde e relatar se houve contato com alagamentos.

O tratamento com o uso de antibióticos deve ser iniciado no momento da suspeita e com orientação de um profissional de saúde. "Para os casos leves, o atendimento é ambulatorial, mas, nos casos graves, a hospitalização deve ser imediata, buscando evitar complicações e diminuir a letalidade", afirmou a SES.

"Considerando o atual cenário de chuvas e cheias em várias regiões do Estado, casos suspeitos oriundos de áreas de alagamento e com sintomas compatíveis com leptospirose devem iniciar tratamento medicamentoso imediato. Quando possível, deve ser coletada amostra a partir do sétimo dia do início dos sintomas para envio ao Lacen", orientou a secretaria.

CUIDADOS E PREVENÇÃO. Nos locais que tenham sido invadidos por água da chuva, recomenda-se fazer a desinfecção do ambiente com água sanitária (hipoclorito de sódio a 2,5%), na proporção de um copo de água sanitária para cada balde de 20 litros de água.

Para o controle dos roedores, também se recomenda a desinfecção e a vedação de caixas d'água, frestas e aberturas em portas e paredes. Raticida deve ser usado só por técnicos capacitados. ●

RENATA OKUMURA E VICTÓRIA RIBEIRO

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora se queixa de operadora de telefonia

Reclamação de Angela Chiarella: "Quero relatar um problema com a operadora Claro. Eu falei com o departamento financeiro para tentar resolver uma questão com relação a minha conta mensal. O atendente disse que iria analisar e dar uma solução. Disse que eu poderia ficar tranquila que a Claro retornaria em cinco dias. Além de não ter o retorno da ligação, o telefone fixo foi desativado. Nunca deixei de pagar minhas contas. Gostaria apenas que a empresa respeitasse nossos direitos."

Resposta: "Em atenção à mensagem da leitora, a Claro informa que, em contato com a cliente, prestou os devidos esclarecimentos sobre o envio das faturas." Posteriormente, a empresa entrou em contato com a consumidora. "Uma atendente da Claro ligou e falou repetidamente da logística e do cronograma da Claro. Para os vencimentos do dia 25, eles postam no dia 17. Se não chegar, o problema é dos Correios. Não ocorreu que deveriam postar uns dias antes? O que ela não disse, e esse é outro problema, é que o tal cronograma funciona por dois meses, pois no terceiro voltam a enviar a conta via e-mail. O cliente se queixa e começa tudo de novo", disse a leitora. ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Notícias dos Estados

Bahia- São Salvador- As chuvas voltam a cahir, torrencialmente, em vários pontis e sobre as linhas na Estrada de Ferro Este Brasileira no ramal de Sergipe, onde há desastre de certa monta. O trem noturno que subiu sabbado para Sergipe, voltou de Cajueiro e dahi até Thebalda. O trafego das estradas de ferro está interrompido tendo desapparecido as linhas que estão cobertas por um lençol dagua. A Estrada de Ferro Este Brasileira informa que o trafego para Sergipe não poderá ser normalizado antes de oito dias, mas que os trens continuarão avançando até onde permittirem as aguas... ●



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

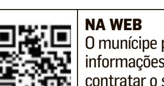
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Vigilância sanitária

País supera os 5 milhões de casos de dengue

No recorte por Estado, Minas apresenta o maior número de registros, seguido por São Paulo; são 2.827 mortes confirmadas

VICTÓRIA RIBEIRO

O Brasil ultrapassou os 5 milhões de casos prováveis de dengue, totalizando 5.100.766 registros da doença. O número é três vezes superior ao do ano passado, quando foram notificados 1.649.144 casos. Dados do Painel de Arboviroses do Ministério da Saúde também indicam que o País registra 2.827 mortes decorrentes da dengue, com mais 2.712 óbitos ainda sob investigação.

A taxa de incidência da doença é de 2.511 casos para cada 100 mil habitantes, valor 8,37 vezes superior ao limite estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para considerar uma situação epidêmica, que é de 300 casos por 100 mil habitantes.

E no futuro?



Doença pode resultar em outros problemas

● Quadro mais comum
De acordo com Melissa Falcão, infectologista e consultora da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), o quadro clássico da dengue costuma melhorar sem deixar sequelas permanentes. Em uma situação comum, no máximo a fadiga e a dor de cabeça podem incomodar por mais tempo, desaparecendo após alguns dias ou semanas.

● E quando há problemas?
A dengue pode atingir o sistema nervoso, tanto em adultos como em crianças. Segundo o Ministério da Saúde, as manifestações desse problema incluem convulsões, delírio, sonolência, irritabilidade, amnésia e paralisias. Uma das complicações mais graves é a encefalite, inflamação que ocorre no cérebro quando um vírus (em alguns casos, bactérias) consegue atacá-lo diretamente. Segundo Melissa, a encefalite pode trazer sequelas como dificuldades motora e de fala, além da Síndrome de Guillain-Barré, que aumenta o risco de perda dos movimentos.

● Risco ao coração
Em sua forma grave, a dengue também pode provocar alterações sérias no coração, que se manifestam, por exemplo, com quadros de insuficiência cardíaca e miocardite – inflamação no músculo cardíaco. De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), 48% dos pacientes com a forma grave da dengue desenvolvem a miocardite.

● Áreas renais e hepáticas
A infectologista da SBI também alerta que as complicações da dengue grave podem prejudicar fígado e rins. Muitos médicos associam quadros de dengue grave à insuficiência renal aguda. Níveis levemente elevados de enzimas hepáticas são vistos em quadros graves, e pode ocorrer o comprometimento severo das funções do fígado.

No recorte por Estado, Minas Gerais apresenta o maior número de casos prováveis de dengue (1.431.174), seguido por São Paulo (1.397.796), Paraná (535.433) e Santa Catarina (288.212). Por outro lado, Roraima (286), Sergipe (2.868), Rondônia (4.789) e Amapá (5.557) têm os menores números de casos prováveis.

É importante ressaltar que os números reportados pelo Ministério da Saúde muitas vezes não refletem imediatamente a realidade, havendo um intervalo até que estejam totalmente atualizados. Portanto, é provável que o número atual, reportado às 15h40 de ontem, seja ainda maior. Além disso, vale lembrar que, em janeiro deste ano, a pasta divulgou uma projeção indicando que os casos de dengue em 2024 poderiam chegar a, no máximo, 4.225.885.

PREVENÇÃO. A eliminação de criadouros de mosquitos continua sendo uma das melhores maneiras de evitar a doença. Além disso, há o uso de roupas claras, mosquiteiros e repelentes, especialmente aqueles à base de icaridina, DEET e IR3535, que apresentam duração superior em comparação a outros tipos.

Outra medida importante é a vacinação. Desde julho de 2023, a vacina Qdenga está disponível na rede privada brasileira e, desde dezembro do mesmo ano, foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil tornou-se o primeiro país a ofertar essa vacina gratuitamente no sistema público. Inicialmente, por causa da disponibilidade limitada de doses, apenas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos estão sendo vacinados. ●

Segurança

Brasil tem em média 147 registros de stalking por dia em delegacias

São pelo menos seis notificações por hora; para especialistas, os desafios são proteção e conscientização de vítimas desse crime

ÍTALO LO RE

Em média, 147 pessoas registram boletim de ocorrência por dia por casos de perseguição (stalking) no Brasil, segundo edição mais recente do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). São pelo menos seis notificações a cada hora.

O stalking tem chamado a atenção após o programa *Fantástico*, da TV Globo, revelar um caso em que uma jovem foi presa por perseguir durante cinco anos um médico e sua família em Ituiutaba (MG), no Triângulo Mineiro. A defesa dela nega as acusações.

Conforme o Anuário, o País teve 53.918 denúncias de stalking em 2022 (ano para o qual há dados mais recentes), alta de 75% em relação aos 30.783 casos notificados um ano antes. A prática só passou a ser criminalizada há três anos. Não há, portanto, uma série histórica mais extensa.

"Antes de a lei ser sancionada, as pessoas nem sequer sabiam que isso era um tipo de violência", diz a psicóloga Juliana Cunha, diretora de projetos especiais da Safernet. "Depois (*da sanção*), uma violência que já ocorria, mas não tinha nome, passou a ser percebida." A criminalização do stalking no Brasil, diz, seguiu tendência observada em outros países, a exemplo de Reino Unido e Estados Unidos.

DESAFIOS. Agora, o desafio é conscientizar a população sobre os danos desse tipo de conduta e incrementar os mecanismos de proteção a vítimas para não desencorajar o registro de ocorrências. "É essa denúncia que pode barrar ou impedir que o autor cometa algo mais grave", diz a psicóloga.

A Lei 14.132, que tipificou o stalking como crime no Brasil, foi sancionada em abril de 2021 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). Em linhas gerais, a nova norma alterou o Código Penal, prevendo, além de multa, pena de reclusão de 6 meses a 2 anos.

Segundo a legislação, a pena ainda pode ser aumentada sob três hipóteses: se o crime for cometido contra criança, adolescente ou idoso; se a vítima for mulher; se a perseguição for cometida por duas ou mais pessoas e/ou contar com uso de arma de fogo.

A nova lei revogou o artigo 65 da Lei de Contravenções Penais, de 1941, que estabelecia que quem molestasse ou perturbasse a tranquilidade de alguém estaria sujeito a pena de prisão de 15 dias a 2 meses ou multa. O stalking era, portanto, só contravenção, com punição bem mais branda.

REPRODUÇÃO DE VÍDEO/FANTÁSTICO/TV GLOBO



Kawara Welch, de 23 anos, foi presa por perseguir médico em Minas

Dados mais recentes

53.918

denúncias foram feitas no País no ano de 2022

Segundo Renato Almeida dos Santos, especialista em Fraude e Assédio e diretor do Instituto de Pesquisa do Risco Comportamental (IPRC), a criminalização do stalking foi relevante para diminuir a impunidade em relação a esse tipo de comportamento, hoje facilitado pelas redes sociais. Ele diz ser importante não confundir, ainda assim, interações corriqueiras com a prática da perseguição reiterada.

"A fronteira (*entre interações corriqueiras e o stalking*) está quando a pessoa se sente perseguida", diz Santos. Segundo ele, se as perseguições continuam mesmo após eventuais bloqueios de perfil ou negativas explícitas, é importante registrar boletim de ocorrência.

"Muitas vezes a vítima vai tentando se adaptar àquele comportamento, pensa que isso vai passar, que é só uma fase", afirma ele. "Mas a pessoa que está 'stalkeando', vendo a vítima não fazer nada, pensa que aquilo está sendo aceito, na lógica dela, e continua."

ONDE É FREQUENTE. Dados do FBSP trazem os registros por Estado. Proporcionalmente, o crime foi mais frequente no Amapá, onde foram notificados à polícia 207 casos a cada 100 mil mulheres. No Distrito Federal, o número ficou em 123,4 casos, seguido por Mato Grosso do Sul (96,3). Entre os que possuem os menores registros estão Paraíba (12,2), Pernambuco (16,1) e Bahia (21,9).

Em números absolutos, o stalking foi mais frequente no Estado de São Paulo, com 17 mil registros em 2022. No Rio Grande do Sul, houve 5,4 mil crimes dessa natureza, patamar que ficou em 4,8 mil no Paraná. O governo de São Paulo orienta que toda vítima de perseguição, incluindo cibernética, registre os casos. Segundo a Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), todas as delegacias físicas estão aptas a registrar a ocorrência, além da Delegacia Eletrônica. Além delas, a Divisão de Crimes Cibernéticos (DCCIBER) atua no combate a esse tipo de crime.

O Ministério da Justiça não se manifestou até a noite de ontem. Já o Ministério das Mulheres e a Secretaria de Segurança Pública do Amapá foram procurados, mas não retornaram o contato. ● COLABORARAM JOSÉ MARIA TOMAZELA E MARCIO DOLZAN

Perseguição, em geral, tem mulher como alvo

O stalking é definido como perseguição reiterada, por qualquer meio, como a internet (a exemplo de casos de cyberstalking), que ameaça a integridade física e psicológica de alguém.

Em geral a perseguição tem mulheres como alvo. "A raiz disso está no machismo estrutural, que leva o homem a pensar que tem poder sobre a mulher, a ponto inclusive de ter um comportamento de insistência e perseguição", diz Renato Almeida dos Santos, do IPRC. Segundo especialistas, as perseguições podem preceder crimes violentos contra as mulheres.

"Geralmente o stalking vem acompanhado de outras violências, cometidas geralmente por ex-companheiros ou por pessoas com quem a mulher teve alguma relação", diz a psicóloga Juliana, da Safernet.

STALKING EM MG. O caso divulgado pelo *Fantástico* chama a atenção pela lógica inversa à vista normalmente. A suspeita, identificada como Kawara Welch, de 23 anos, teria começado a perseguir seu médico em 2019, alegando estar apaixonada por ele, segundo a denúncia. Como ele resistiu ao assédio, ela passou a ameaçá-lo e a ligar até para familiares.

O médico e sua mulher, diante disso, registraram 42 boletins de ocorrência contra Kawara por perturbação do sossego, lesão corporal, ameaça e extorsão, além de perseguição. Ao *Fantástico*, a defesa da acusada disse que ela e o médico tiveram um relacionamento e ela apenas buscava mantê-lo – e negou os crimes imputados à cliente. ●

Ambiente

Em 1 ano, alta de desmate foi de 10% em porções menores da Mata Atlântica

Em áreas de floresta madura, houve queda de 27%; governo diz que lançará plano de proteção ao bioma até outubro deste ano

JULIANA DOMINGOS DE LIMA

O balanço do desmatamento na Mata Atlântica no último ano aponta em duas direções. Por um lado, o desmate caiu 27% (de 20.075 para 14.697 hectares) entre 2022 e 2023 nas áreas superiores a três hectares, consideradas de floresta madura, com maior biodiversidade. O desflorestamento no bioma, porém, cresceu cerca de 10% (de 74.556 para 81.356 hectares) nos fragmentos menores e menos consolidados ou que estão em áreas de transição e incrustados na Caatinga e no Cerrado. No total, foram mais de 200 campos de futebol desmatados por dia.

Os dados foram divulgados ontem na nova edição do *Atlas da Mata Atlântica*, monitoramento feito há 33 anos pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O diretor executivo do SOS Mata Atlântica, Luís Fernando Guedes Pinto, conecta os resultados nessas áreas com perfis distintos, principalmente em relação às diferenças na aplicação da Lei 11.428/2006, que protege o bioma. "O aumento do desmatamento no Nordeste está nas regiões de expansão da fronteira agrícola, que está derrubando matas em velocidade até maior do que no ano passado. Isso indica que nessas regiões a Lei da Mata Atlântica não está sendo aplicada", disse ao **Estadão**.

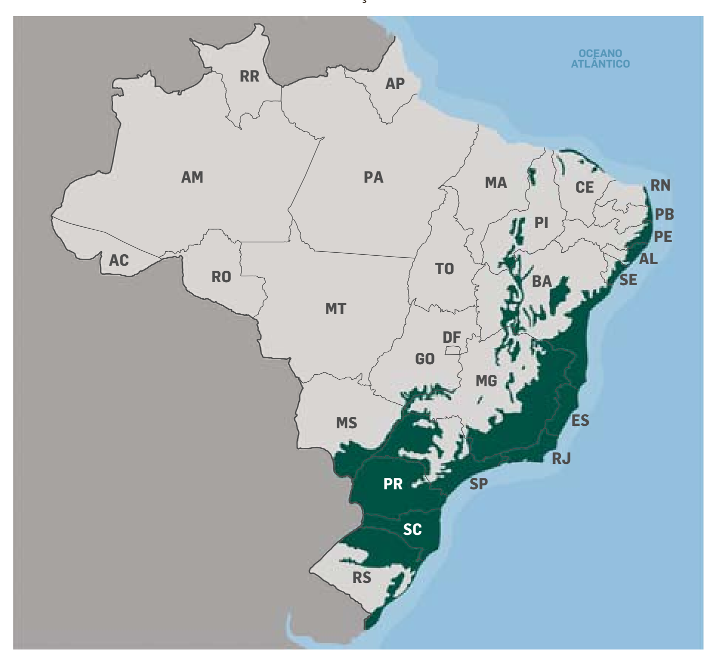
Segundo ele, nessas áreas de fronteira ou de "ilhas" de Mata Atlântica em outros biomas, a lei muitas vezes é questionada por proprietários de terra e até por autoridades ambientais. Por isso, ele considera a queda do desmatamento na floresta madura uma notícia boa, mas com ressalvas. "É sinal de que a governança está funcionando e a Lei da Mata Atlântica está sendo respeitada nas áreas maiores. Mas sempre com a ressalva de que a gente não está satisfeito, que é para comemorar com cautela. Queríamos que o desmatamento fosse zero."

Conforme o Atlas, só 0,9% das perdas se deu em áreas protegidas, como unidades de conservação, enquanto 73% foram em terras privadas. Hoje, os remanescentes da Mata Atlântica correspondem a apenas 24% da área da floresta Atlântica pré-colonização.

AVANÇO DO DESMATE

Entre 2022 e 2023 a Mata Atlântica perdeu 10% da vegetação

ÁREA DE MATA ATLÂNTICA PRÉ-COLONIZAÇÃO



ÁREAS REMANESCENTES HOJE, QUE CORRESPONDEM A 24% DA EXTENSÃO DO BIOMA NO PASSADO



FONTE: SOS MATA ALTÂNTICA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

MONITORAMENTO. As informações divulgadas pela Fundação SOS Mata Atlântica utilizam dois sistemas de monitoramento. O que consta no Atlas é realizado pelo Inpe por meio de imagens de satélite e diz respeito a um retrato anual dos grandes fragmentos florestais do bioma. Já o desmatamento das áreas menores, a partir de 0,3 hectare, foi detectado pelo Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica. Trata-se de uma compilação de dados divulgados semanalmente na plataforma MapBiomas Alerta para detectar de forma ágil os focos de desmatamento e auxiliar no trabalho dos órgãos de fiscalização.

"É um óculos muito mais potente, que mapeia também as florestas jovens e enxerga desmatamentos muito menores", diz Guedes Pinto, da SOS Mata Atlântica. Para o diretor da organização, o combate ao desmatamento da Mata Atlântica depende da aplicação da lei que a protege nos 17 Estados em que está presente e do Código Florestal, principalmente no campo.

PLANO DO GOVERNO. Ao **Estadão**, o secretário de Controle do Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), André Lima, afirmou que o plano para a Mata Atlântica deve ser lançado entre setembro e outubro deste ano. De acordo com ele, Amazônia e Cerrado foram o foco principal nos primeiros dois anos de governo porque concentram 85% do desmatamento no País. "Já estamos articulando também medidas complementares e parcerias com os Estados. Certamente, vamos chamar esses Estados que estão tendo dificuldade de aplicação da Lei da Mata Atlântica, além de aumentar a fiscalização que já vem acontecendo por parte das ações do Ibama", disse.

Balanço
Só 0,9% das perdas se deu em áreas protegidas do bioma, enquanto 73% foram em terras privadas

De 2006, a Lei da Mata Atlântica foi um divisor de águas para os índices de desmatamento do bioma, que tinha patamares ainda mais altos até a década de 1990 e 2000. Na visão de Guedes Pinto, a aplicação rigorosa da legislação pode servir de inspiração para a proteção de outros biomas do País e sua aplicação nos encraves, os trechos de mata inseridos no Cerrado ou na Caatinga, pode contribuir na conservação. ●

Espaço

Estudo comprova pela 1ª vez teoria de Einstein sobre buracos negros

Um estudo da Universidade de Oxford comprovou, pela primeira vez, que Albert Einstein estava certo quando dizia que existe uma área próxima de um buraco negro em que já não é mais possível evitar cair dentro dele. A chamada região de mergulho fica ao redor dos buracos negros e, nela, a matéria para de rodeá-los e é puxada para seu interior.

A pesquisa também observou que essa região exerce uma das forças gravitacionais mais fortes já identificadas na galáxia. As conclusões foram publicadas na revista científica *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society* neste mês e fazem parte de uma investigação mais ampla da universidade sobre os objetos cósmicos.

O estudo recém-publicado foca em buracos negros menores e mais próximos da Terra. Ele usou dados de raio X coletados pelos telescópios NuSTAR e NICER, da Agência Aeroespacial Americana (Nasa).

Ao contrário da teoria de Isaac Newton da gravidade, Einstein defendia que, ao chegar perto de um buraco negro, as partículas não conseguem mais orbitar em segurança em torno dele. Elas mergulham em direção ao seu centro em uma velocidade que se aproxima à da luz. "Essa é a primeira visão de como o plasma, tirado da parte mais externa de uma estrela, tem a sua queda final no centro de um buraco negro, em um processo acontecendo em um sistema a dez anos-luz de distância", afirma o pesquisador de Física da Universidade de Oxford que liderou o estudo, Andrew Mummery, em comunicado da instituição.

Ele ressalta que a teoria de Einstein já havia previsto a existência desse mergulho final. Mas o estudo demonstrou pela primeira vez esse processo. Astrofísicos têm tentado entender o que ocorre perto da superfície de um buraco negro. Para isso, estudam discos de material orbitando ao redor desses objetos.

Os cientistas debatiam até mesmo se a região de mergulho seria detectável. Para Mummery, o novo estudo representa um avanço ao permitir investigar essa área. O mergulho final das partículas, diz, mostra como a matéria responde à gravidade da forma mais forte possível. ● RAMANA RECH

Mergulho final
Ao se aproximar do buraco negro, partícula mergulha dentro dele em velocidade próxima à da luz

Copa do Brasil

Corinthians começa era 'pós-Cássio' e joga por um empate

Alvinegro recebe o América-RN no primeiro jogo de Carlos Miguel como titular absoluto do gol

RODRIGO COCA/AGÊNCIA CORINTHIANS -4/4/2024



O goleiro Carlos Miguel teve grande participação na vitória do Corinthians na partida de ida, em Natal

BRUNO ACCORSI



O Corinthians começa hoje, às 20h, um novo momento de sua história. Na Neo Química Arena, enfrenta o América-RN pela rodada de volta da terceira fase da Copa do Brasil, naquela que será a primeira partida após a saída de Cássio, um dos maiores ídolos do clube e agora jogador do Cruzeiro. Como venceu o primeiro jogo por 2 a 1, em Natal, o time comandado por António Oliveira joga por um empate para avançar direto às oitavas de final. Caso perca por um gol de diferença, a decisão será nos pênaltis. O América precisa vencer por uma vantagem de dois gols para se classificar.

A rodada de ida, na Arena das Dunas, foi a segunda partida seguida de Carlos Miguel como titular no lugar de Cássio, que perdeu a posição após cometer algumas falhas. Depois disso, o ídolo de 36 anos não voltou a jogar. Desconfortável com as críticas, ele pediu rescisão do contrato e foi para o Cruzeiro.

Durante o duelo no Rio Grande do Norte, aliás, Carlos Miguel foi decisivo, especialmente no final do primeiro tempo, quando fez ótimas defesas no momento em que o placar marcava empate por 1 a 1. Hoje, o goleiro de 25 anos joga como ponto de segurança de um time que parece ter encontrado uma formação mais fixa.

O técnico António Oliveira pode mandar a campo exatamente o mesmo time que goleou o Argentinos Juniors por 4 a 0, pela Copa Sul-Americana, no dia 14. Foi a última partida do time alvinegro antes da suspensão das rodadas 7 e 8 do Brasileirão em razão das chuvas no Rio Grande do Sul.

PROBLEMAS. Desfalque contra a equipe argentina, o volante Paulinho está recuperado de uma tendinite patelar no joelho esquerdo e voltou a treinar com os companheiros. Por isso, deve estar no banco de reservas da Neo Química Arena. O atacante Pedro Henrique e os laterais Diego Palacios e Matheuzinho estão trabalhando no gramado, porém ainda em transição, e devem continuar como desfalques.

Do outro lado, o América-RN chega a Itaquera depois de vencer o Potiguar por 2 a 0 na Série D do Campeonato Brasileiro, resultado muito valorizado em razão das condições adversas diante das quais o jogo foi disputado. No dia anterior ao duelo, 11 jogadores passaram mal, com sintomas como diarreia, vômito e náusea. Alguns não tiveram condições de jogar, como o atacante Gustavo Henrique.

"Nós estávamos com o foco no compromisso com o Potiguar, pois era um jogo do Brasileiro, uma competição em que depositamos muitas ambições. Agora passamos a focar no Corinthians, sabemos que será um jogo difícil, temos problemas no departamento médico, mas vamos ver os que reunirão condições de atuar em São Paulo para fechar a lista do grupo", disse André Caldas, auxiliar que comandou a equipe no final de semana porque o treinador Marquinhos Santos estava suspenso. ●

3ª FASE DA COPA DO BRASIL - VOLTA

CORINTHIANS — AMÉRICA-RN

CORINTHIANS: Carlos Miguel; Fagner, Félix Torres, Cacá e Hugo; Raniele, Breno Bidon e Rodrigo Garro; Romero, Yuri Alberto e Wesley. **Técnico:** António Oliveira.
AMÉRICA-RN: Renan Bragança; Marcos Ytalo, Salazar, Alan e Marquinhos Pedroso; Ferreira, Wenderson, Souza e Norberto; Gustavo Henrique e Rafinha. **Técnico:** Marquinhos Santos.
Árbitro: Lucas Paulo Torezin (PR).
Horário: 20h.
Local: Neo Química Arena, em São Paulo (SP).

Palmeiras

Abel Ferreira ensaia estratégias de pressão para surpreender o Botafogo-SP

CESAR GRECO/PALMEIRAS



O Palmeiras tem a vantagem do empate para avançar às oitavas de final da Copa do Brasil diante do Botafogo-SP, na quinta. No treino de ontem, o técnico Abel Ferreira utilizou estratégias de pressão para tentar surpreender o adversário. "Fizemos treinos bem intensos. Bom para corrigirmos alguns detalhes. Nossa equipe está concentrada e sabemos das dificuldades que vamos ter", afirmou Estêvão, autor do gol da vitória na partida de ida, no Allianz Parque. ●

São Paulo

Equipe treina para receber o Águia e Calleri evolui em recuperação de lesão

O São Paulo segue em preparação para o jogo de volta contra o Águia de Marabá pela terceira fase da Copa do Brasil, amanhã às 21h, no MorumBis. Com ótima vantagem após a vitória por 3 a 1 em Belém, o time concentra esforço na recuperação de seus atletas. Ontem, o atacante argentino Calleri mostrou boa evolução da lesão na panturrilha direita que sofreu em 8 de maio, na partida diante do Cobresal, no Chile, pela Libertadores. Ele não tem prazo definido para retornar ao time, mas o São Paulo espera que ele esteja a disposição de Zubeldía no jogo contra o Talleres, no dia 29, também pela Libertadores.

Santos

João Schmidt sofre entorse no tornozelo e pode desfalcar o time contra o América

O técnico Fábio Carille pode ter um importante desfalque para a partida desta sexta-feira, diante do América-MG, em Belo Horizonte, pela Série B do Campeonato Brasileiro. João Schmidt sofreu uma entorse no tornozelo direito e já iniciou tratamento intensivo. Carille vai aproveitar os treinos da semana para começar a montar a equipe. Caso João Schmidt não reúna condições de atuar, o substituto natural deve ser o venezuelano Tomás Rincón, que no ano passado chegou a ser titular da equipe. Líder isolado da competição, o Santos tem 15 pontos, com cinco vitórias em seis jogos no torneio. ●

Cruzeiro

Cássio é anunciado pelo Cruzeiro e recebe festa da torcida em Belo Horizonte

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO



Com direito a muita festa da torcida cruzeirense, o goleiro Cássio iniciou uma nova etapa em sua carreira. O ídolo corintiano foi anunciado ontem e assinou um vínculo com o clube mineiro até o final de 2027. Cássio desembarcou em Belo Horizonte e, na companhia do CEO Alexandre Mattos, seguiu direto para a Toca da Raposa. Ele chega para reforçar a equipe no Brasileirão, mas só vai poder jogar a partir de 10 de julho, com a reabertura da janela de transferências. ●

Tragédia no Sul

Dupla Gre-Nal lança campanha 'jogando junto' para ajudar na reconstrução no RS

Grêmio e Internacional lançaram, ontem, uma iniciativa que visa potencializar a ajuda ao Rio Grande do Sul, afetado pelas chuvas e enchentes que arrasaram a região. Sob o slogan "#jogandojuntopelareconstruçãodoRS" e em parceria com o governo do estado, os clubes apresentaram um projeto que visa estimular doações de empresas, que serão encaminhadas para as pessoas afetadas pelas enchentes. Grêmio e Inter vão ceder espaços em seus uniformes, entre outras ações, e usarão a logomarca da campanha, que simboliza o aperto de mão entre os rivais. ●

Fórmula 1

McLaren vai homenagear Senna com carro verde e amarelo

MCLAREN VIA INSTAGRAM



Carro da McLaren com a pintura verde, amarelo e detalhes em azul que será usado nas ruas de Mônaco

Escuderia se inspira no icônico capacete do brasileiro para o Grande Prêmio de Mônaco, onde ele é o maior vencedor

MONTECARLO

A McLaren, uma das escuderias mais tradicionais da Fórmula 1, anunciou uma homenagem especial a Ayrton Senna para o Grande Prêmio de Mônaco deste final de semana. Os pilotos Lando Norris e Oscar Piastri pilotarão o MCL38, o carro da equipe, que temporariamente abandonará sua tradicional cor laranja para adotar as cores verde, amarela e azul. Essas cores não apenas representam a bandeira brasileira, mas também homenageiam o icônico capacete de Senna, tricampeão da categoria e considerado um dos maiores heróis do esporte.

Norris e Piastri pilotarão um carro com o amarelo como cor principal, complementado pelo verde na parte traseira e detalhes em azul. A escolha do Grande Prêmio de Mônaco como cenário para esta homenagem é significativa, pois Ayrton Senna, mesmo 30 anos após sua morte, ainda detém o recorde de seis vitórias no circuito. A decoração do carro foi inspirada no capacete utilizado pelo brasileiro, refletindo o profundo respeito e admiração da McLaren por seu legado. "Pelo Rei de Mônaco. Estamos orgulhosos de pilotar em sua homenagem e com suas cores", declarou a escuderia britânica em uma publicação nas redes sociais.

Esta iniciativa faz parte das homenagens ao trigésimo aniversário da morte de Senna, ocorrida no dia 1.º de maio. "Para marcar este aniversário, decidimos celebrar sua vida e conquistas em um de seus circuitos favoritos e onde obteve grande sucesso, Mônaco. Estamos entusiasmados para competir com este design vibrante e belo", afirmou Zak Brown, CEO da McLaren Racing.

HISTÓRIA. Ayrton Senna juntou-se à McLaren em 1988, após uma ótima temporada com a Lotus em 1987, onde terminou em terceiro lugar no campeonato mundial de pilotos, atrás do brasileiro Nelson Piquet e do inglês Nigel Mansell. Em seu primeiro ano na McLaren, Senna conquistou o campeonato mundial, destacando-se com 13 pole positions e oito vitórias, tendo como principal rival seu companheiro de equipe, o francês Alain Prost. No ano seguinte, os papéis se inverteram, com Prost conquistando o título e Senna ficando em segundo, apesar de ter vencido seis corridas contra quatro do francês.

Tricampeão
Ayrton Senna conquistou 41 vitórias na carreira, 35 delas com a McLaren e seis no GP de Mônaco

Em 1990, com a saída de Prost para a Ferrari, Gerhard Berger, amigo austríaco de Senna, tornou-se seu companheiro de equipe na McLaren. Senna sagrou-se bicampeão com seis vitórias. Em 1991, conquistou o tricampeonato de forma dominante, com sete vitórias. No entanto, em 1992, a Williams dominou a temporada, e Mansell levou o título, enquanto Senna, com duas vitórias, terminou em quarto, abandonando sete das 16 corridas.

CELEBRAÇÃO. O último ano de Senna na McLaren foi 1993, quando a equipe voltou a ser competitiva, e Senna conquistou cinco vitórias. No entanto, viu Prost tornar-se tetracampeão pela Williams. Nas seis temporadas na McLaren, Senna acumulou 35 vitórias. "Celebrar sua vida e legado através de suas cores icônicas em ambos os carros é uma maneira fantástica", disse Bianca Senna, CEO da Senna Brands e sobrinha do piloto. "A McLaren significou muito para ele."

Além da pintura especial no MCL38, a equipe também preparou macacões personalizados inspirados em Senna para Norris e Piastri usarem no fim de semana do GP de Mônaco.

A McLaren, segunda maior vencedora da história da F-1 com 12 títulos, atrás apenas da Ferrari com 15, busca seu primeiro título desde 2008 com Lewis Hamilton. Nesta temporada, a escuderia conquistou uma vitória em sete provas disputadas, com Lando Norris no GP de Miami.

Em Mônaco, os primeiros treinos livres estão marcados para sexta-feira, dia 24, às 8h30, a classificação para sábado às 10h, e a largada para domingo às 11h – todos os horários são de Brasília. ●

Boxe

Whindersson Nunes fará luta em card preliminar de Mike Tyson x Jake Paul

O influenciador e comediante Whindersson Nunes voltará aos ringues de boxe para atuar como lutador. O brasileiro irá enfrentar Neeraj Goyat, o principal pugilista da Índia, em uma luta marcada para o dia 20 de julho no AT&T Stadium, em Arlington, Estados Unidos. Este confronto, que coloca o talento piauiense no esporte em destaque, integra o card do evento principal do dia, que terá como atrações a luta do ex-campeão mundial dos pesos pesados Mike Tyson contra Jake Paul e, no coevento principal, Katie Taylor versus Amanda Serrano.

WHINDERSSONNUNES VIA INSTAGRAM



Cartaz da luta de boxe entre Neeraj Goyat e Whindersson Nunes

REGRAS. A luta entre Whindersson e Goyat será disputada em seis rounds de três minutos cada. Whindersson expressou sua honra em participar desse evento: "Cresci assistindo a grandes ícones do boxe, então, ter a chance de integrar este card e me desafiar neste esporte é uma honra para mim". O influenciador, que tem 29 anos, está no mundo das lutas desde 2019, acumulando duas vitórias, um empate e duas derrotas.

TREINOS. Por outro lado, Neeraj Goyat, de 32 anos, profissionalizou-se no boxe em 2006, ostentando um histórico de 18 vitórias, quatro empates e apenas uma derrota. Para esse desafio contra o pugilista indiano, Whindersson tem treinado com figuras renomadas, incluindo o medalhista olímpico Esquiva Falcão. "Estou me dedicando diariamente aos treinos com minha equipe para levar ao Texas a minha melhor versão como lutador e, mais uma vez, honrar e orgulhar meu país", afirmou.

Além disso, o card preliminar conta com as lutas entre Julio Cesar Chavez Jr e Darren Till, e Ashton Sylve contra Floyd Schofield. Todos esses confrontos são parte de uma colaboração entre a Netflix e a Most Valuable Promotions (MVP), e serão transmitidos pela plataforma de streaming.●

O MELHOR DA TV

SURFE
● **Circuito Mundial - WSL**
Etapa de Teahupoo
13h45 / SporTV 3

FUTEBOL
● **Liga Europa**
Atalanta x Bayer Leverkusen
16h / Cultura, ESPN e Star+
● **Copa do Brasil**
Vitória x Botafogo
19h / SporTV e Premiere
Fluminense x Sampaio Corrêa
19h / Prime Vídeo
Atlético-GO x Brusque
19h / Premiere
Sport x Atlético-MG
20h / SporTV 3 e Premiere
Corinthians x América-RN
20h / Prime Vídeo
Amazonas x Flamengo
21h30 / SporTV e Premiere

BASQUETE
● **NBB**
Minas x Franca
19h30 / SporTV 2
● **NBA**
Minnesota Timberwolves x Dallas Mavericks
21h30 / Prime Vídeo

Literatura

Machado de Assis, do TikTok à lista de mais vendidos

'Memórias Póstumas de Brás Cubas' lidera lista de vendas nos EUA após vídeo de leitora americana



Courtney Henning Novak: para ela, o melhor livro já escrito

GABRIELA CAPUTO

A versão em inglês de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* se tornou o livro mais vendido da categoria Literatura Latino-americana e Caribenha na Amazon dos Estados Unidos. O feito se deu após o sucesso de um vídeo no TikTok em que a escritora e leitora Courtney Henning Novak avalia livros de vários países.

"Eu estou lendo esse livro para o Brasil, para um projeto de leitura de todo o mundo. Por que vocês não me avisaram que era o melhor livro já escrito?", diz ela no vídeo, elogiando a escrita de Machado de Assis e a tradução para o inglês de Flora Thomson-Devaux. "Acho que é meu novo livro favorito."

"Me digam, o que eu vou fazer pelo resto da minha vida depois de terminar o livro? Tenho um monte de coisa para ler ainda, mas nada vai se comparar a isto. Eu agora quero aprender português, preciso aprender", continuou.

Com isso, a obra se tornou um dos best-sellers da plataforma. Na lista latino-americana, o livro ultrapassou clássicos como *Amor nos Tempos do Cólera*, de Gabriel García Marquez, e *Ficções*, de Jorge Luis Borges. Além disso, a versão em e-book de *Memórias Póstumas* figura em 11.º lugar na lista.

Veiculado inicialmente como folhetim, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi oficialmente publicado como romance em 1881. É considerada a obra inaugural do Realismo na literatura do Brasil.

O narrador do livro é Brás Cubas, descrito como 'defunto-autor': um homem que, depois da morte, torna-se escritor para compor sua autobiografia. As peculiaridades que tornaram o livro célebre já aparecem na dedicatória: "Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver".

Nascido na elite carioca, o narrador reflete hipocrisias e caprichos das classes abastadas do século 19, denunciando a moral duvidosa e a preocupação com as aparências acima de tudo. A trama, que não é linear, começa com a morte do protagonista, vítima de uma pneumonia, e seu enterro. A partir daí as memórias do defunto são apresentadas: a infância travessa, a adolescência e os primeiros amores, as tentativas de se estabelecer na vida adulta.

TEMPO PSICOLÓGICO. A vida de Brás Cubas é resumida como um grande fracasso. Ele não conquistou nada do que era esperado: teve amantes, mas não se casou nem teve filhos; não alcançou reconhecimento na carreira; não conseguiu terminar seu ambicioso projeto, o emplastro – um remédio capaz de tudo curar. O tom que permeia a trama é, portanto, pessimista.

Há também um tempo psicológico em paralelo aos episódios narrados pelo defunto. Falando do além, ele se deixa divagar, mergulhando em digressões. Nesses momentos tem reflexões filosóficas e metáforas absurdas.

O texto de Machado de Assis, dotado de ironia ácida, une críticas à sociedade da época à inovação na escrita.●



B20 Petrobras. Futura presidente, Magda Chambriard deve fazer mudanças em diretorias da estatal









DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Contas públicas **Alívio fiscal**

Espaço extra no Orçamento abre brecha para desbloqueio de gastos

Crédito dado pelo Congresso alivia pressão sobre governo, que deve liberar parte dos R$ 2,9 bi congelados em março; mas espaço pode ser engolido por despesas subestimadas

ALVARO GRIBEL
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

A autorização dada pelo Congresso para que o governo antecipe um gasto extra de R$ 15,7 bilhões neste ano – concedida por meio da aprovação de um "jabuti" incluído em projeto que recriou seguro nos moldes do antigo DPVAT – deve resolver apenas parcialmente as pressões por aumento de despesas.

A expectativa é de que o segundo relatório bimestral de receitas e despesas, que será divulgado hoje, libere parte dos R$ 2,9 bilhões bloqueados em março, mas a equipe econômica também precisará acomodar uma série de outros gastos.

Entre eles, estão R$ 3,6 bilhões para o pagamento de emendas parlamentares, após a derrubada de veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de outros bilhões que, segundo economistas, precisam ser recompostos em despesas que estariam subestimadas no Orçamento com a Previdência e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Na tarde de ontem, técnicos dos ministérios do Planejamento e da Fazenda ainda se debruçavam sobre os números. Entre especialistas em política fiscal, o entendimento é de que a decisão não será somente técnica, mas também política.

Pressão
Diante do volume de despesas, mercado vê decisão política em possível desbloqueio

"Vai ser uma escolha entre reverter toda a subestimação da projeção de gastos com Previdência, em torno de R$ 16 bilhões, ou desfazer o bloqueio. E também será preciso incorporar a derrubada do veto das emendas, de R$ 3,6 bilhões. Acredito que farão algo intermediário", afirmou o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual.

O economista Jeferson Bittencourt, da Asa Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, reforça o entendimento de que o governo não vai conseguir atender a todas as demandas por aumento de gastos – mesmo com a antecipação dos R$ 15,7 bilhões. Uma dessas demandas, verbalizada pela ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, previa usar parte desse novo espaço orçamentário para reajustes das carreiras do funcionalismo público.

"Embora houvesse muito desejo de se usar esse espaço (*dos R$ 15,7 bilhões*) para outras coisas, entendo que estas três rubricas – emendas parlamentares, desbloqueio do Orçamento e correção de parte da subestimação da Previdência e do BPC – irão consumir todo o recurso", afirmou Bittencourt.

Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, vai além e calcula que o Orçamento está subestimado em cerca de R$ 20 bilhões, computando despesas com Previdência, abono salarial, BPC e seguro-desemprego. Ou seja, os R$ 15,7 bilhões seriam insuficientes para desbloquear o Orçamento e atualizar a projeção com essas despesas. "É um ajuste marginal, mas com algum espaço para ampliar outras despesas", afirmou. ●

Energia limpa e tarifa justa

ARTIGO

Alexandre Silveira
Ministro de Minas e Energia

Em um setor elétrico baseado em fontes renováveis e limpas, com abundância de oferta, parece contraditório que a tarifa seja alta. A missão dada a nós pelo presidente Lula, além de nobre, faz todo sentido. É preciso entender a fundo as distorções e as causas que levaram à disparada dos preços, para poder deixar um legado importante: uma tarifa de energia justa.

Em média, mais de 18% das tarifas pagas pelos brasileiros, antes de impostos, custeiam encargos. Entre 2010 e 2023, o valor pago a título de encargos cresceu 258%, contra a inflação medida pelo IPCA de 115% e um aumento médio da tarifa residencial de energia de 146%.

Alguns desses encargos são necessários, como o custeio do Luz Para Todos e a Tarifa Social, políticas públicas de Estado. Outros são dispensáveis, como aqueles para o desenvolvimento de tecnologias já competitivas, que nos faz líder global da transição energética. Em vários países, as políticas sociais são custeadas por recursos reservados no orçamento, mas, no Brasil, são pagos pelos consumidores de energia elétrica. No nosso país, paga-se mais subsídios para estimular consumidores a instalarem sua própria geração de energia do que para custear a Tarifa Social.

Transição energética é uma oportunidade de construir uma sociedade justa e próspera, fortalecendo a economia verde

Além disso, nem todos consumidores podem escolher seu supridor. Consumidores residenciais, pequenas indústrias e comércios não possuem essa opção. Deveria ser possível que todos pudessem escolher seu supridor, mas sem que o exercício dessa faculdade deixe custos a quem optar por permanecer no mercado cativo.

Má distribuição de subsídios, alto valor dos encargos e distorções entre o ambiente regulado e livre. Essas foram as avaliações realizadas por especialistas na reunião convocada pelo presidente Lula para entender por que a tarifa é tão elevada.

A análise dos especialistas é compatível com o diagnóstico feito no Ministério de Minas e Energia. E é sobre esses três temas que iniciaremos uma proposta de reformulação do setor elétrico. Estamos trabalhando para encaminhar ao Congresso Nacional, até o mês de agosto, um projeto de lei focado nesses temas. O texto terá como base o diálogo com os consumidores e o respeito à segurança jurídica.

A transição energética é uma oportunidade de construir uma sociedade justa e próspera, fortalecendo a economia verde, viabilizando a agricultura e a indústria de baixo carbono e ao mesmo tempo que combatemos a mudança climática. Temos energia limpa, renovável e competitiva e, a partir dela, vamos beneficiar os cidadãos e dar exemplo ao mundo. Mãos à obra! ●

Contas públicas Dinheiro em caixa

Arrecadação recorde traz alívio a governo, mas mercado vê desaceleração

Valor de R$ 228,8 bi apurado em abril levou total no ano para R$ 886,6 bi, melhor resultado para o período

ALVARO GRIBEL
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Se o espaço extra no Orçamento pode abrir caminho para um desbloqueio de despesas no Orçamento – apesar da avaliação de especialistas de que parte dos gastos está subestimada –, do lado das receitas o clima era ontem de alívio no Ministério da Fazenda com a forte arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses deste ano. Os números divulgados pela Receita Federal foram recordes para o período, com uma cifra de R$ 886,6 bilhões – o que representou um crescimento de 8,3% em termos reais, ou seja, já descontada a inflação.

A avaliação de técnicos da pasta é de que essa agenda arrecadatória tem se mostrado bem-sucedida, mas, ainda assim, será preciso vencer a disputa política dentro do governo para destravar uma ação mais efetiva de cortes de gastos.

Apesar da arrecadação forte em abril, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o governo terá de incorporar no relatório bimestral de receitas e despesas, que será divulgado hoje, pelo menos 60 dias de desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra, após decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin de sustar liminar que suspendia a prorrogação do benefício fiscal. Ou seja, incorporar uma perda de arrecadação estimada em R$ 3,2 bilhões.

Na sua decisão, Zanin estabeleceu o prazo de dois meses para que governo e Congresso cheguem a um entendimento sobre projeto de lei que vai disciplinar o tema. Negociação semelhante acontece no caso dos municípios (*mais informações na pág. B4*).

“O mais prudente seria reservar para o ano todo (*a perda de arrecadação*), mas o governo não é obrigado, porque o que temos até agora é que a desoneração está valendo por 60 dias”, afirmou Serrano, fazendo referência ao acordo firmado entre empresários, Fazenda e Congresso para que a desoneração seja mantida durante todo o ano de 2024, com reoneração gradual somente a partir de 2025.

Valores

R$ 228,8 bi foi o total arrecadado em impostos e contribuições federais em abril, de acordo com os dados da Receita Federal, o que representou um aumento real (acima da inflação) de 8,26% ante o mesmo mês de 2023

R$ 886,6 bi é a arrecadação acumulada nos quatro primeiros meses de 2024, recorde para o período na série histórica da Receita Federal

R$ 44,3 bi foi a arrecadação combinada de PIS e Cofins em abril, item destacado pela Receita para o resultado global. O número significou um crescimento de 23,3%

ARRECADAÇÃO. A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 228,873 bilhões em abril, uma alta real (descontada a inflação) de 8,26% na comparação com abril de 2023 (quando o recolhimento de tributos somou R$ 203,889 bilhões, a preços correntes). Já em relação a março, a arrecadação registrou avanço de 19,62% em termos reais.

Segundo a Receita, esse foi o melhor resultado para o mês de abril na série histórica, iniciada em 1995. O resultado das receitas veio levemente acima da mediana das expectativas das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast, de R$ 228,3 bilhões.

O Fisco destacou a melhora no desempenho da arrecadação do PIS/Cofins, com o retorno da tributação sobre os combustíveis. Os dois tributos somaram R$ 44,30 bilhões, um crescimento real de 23,38%. Também contribuiu para o resultado no mês o crescimento da arrecadação com contribuição previdenciária e Imposto de Renda na fonte em razão do crescimento da massa salarial – com R$ 52,79 bilhões.

A Receita ainda mencionou o desempenho da arrecadação do Imposto de Importação, em decorrência do aumento do volume em dólar das importações, taxa de câmbio e alíquotas médias. A arrecadação conjunta dos tributos foi de R$ 8,071 bilhões, um crescimento real de 27,46%.

DESACELERAÇÃO. Segundo o economista-chefe do Banco BMG, Flavio Serrano, os números positivos ainda refletem o bom momento da atividade econômica doméstica ao longo do primeiro trimestre. Para ele, porém, com a perspectiva de arrefecimento da atividade à frente, o desempenho da arrecadação também deverá se moderar ao longo do ano, sobretudo a partir do segundo semestre. “Quando chegar ali por junho, o desempenho da arrecadação já deve ser mais fraco”, aponta.

Entre os vetores positivos, Serrano cita a arrecadação com royalties advindos da exploração de itens como minério de ferro e petróleo. “Tivemos um ambiente favorável em termos de preço, mas com muita volatilidade. Isso coloca um pouco em dúvida se esse desempenho positivo vai se manter daqui para frente”, avalia o economista.

A expectativa de Serrano é de que as leituras mensais da arrecadação federal sigam apresentando ganhos reais na comparação com 2023. Esse cenário positivo nas receitas, contudo, deve ser insuficiente para o governo chegar perto da meta de déficit primário zero neste ano.

“Continuamos vendo um déficit na casa de R$ 90 bilhões, e não vamos mudar por enquanto”, afirma. “Até achei que a parte dos gastos pudesse estar um pouco melhor, mas as despesas previdenciárias estão bem puxadas mesmo, por conta dos aumentos no salário mínimo.”

“Seria mais prudente reservar para o ano todo (a perda de receita), mas o governo não é obrigado, porque o que temos até agora é que a desoneração está valendo por 60 dias”
Fabio Serrano
Economista no BTG Pactual

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, também prevê arrefecimento da arrecadação federal nos próximos meses. “Exatamente por não termos novas rodadas de receitas extraordinárias”, diz.

Sanchez frisa que o dado da arrecadação de abril mostra um quadrimestre ainda muito bom, mas produto de um crescimento que deve diminuir no futuro. “Não deixa a situação fiscal como um todo mais aliviada.” A projeção de Sanchez é de uma arrecadação de R$ 2,5 trilhões no ano. ● COLABORARAM DANIEL TOZZI MENDES, MARIANNA GUALTER e GABRIELA JUCÁ/SÃO PAULO

Vida em Condomínio

Ligia Ramos,
Síndica Profissional



APRESENTADO POR 



Clima: muito além das águas de março e do fechamento do verão

As tristes paisagens alagadas no Rio Grande do Sul ficarão na memória dos brasileiros como um marco das necessárias mudanças de práticas ambientais. Teorias do fim do mundo à parte, temos de acreditar que podemos diminuir ou, pelo menos, tentar atenuar os efeitos de catástrofes dessa magnitude e, para isso, o caminho é buscar uma maior integração entre ações individuais e coletivas.

Pode parecer repetitivo, mas é urgente falar de ESG (sigla em inglês para o trinômio ambiental-social-governança), termo que resume as preocupações que todos precisam ter com o meio ambiente, a responsabilidade social e a governança. Mas, na prática, quais ações nós, meros cidadãos, podemos implementar?

Para começar, precisamos falar do nosso lixo, pois é ele que entope bocas de lobo e polui rios e mares. Muitos condomínios disponibilizam infraestrutura para separação e coleta dos resíduos recicláveis. Mas a efetiva ação depende da iniciativa de cada morador. Se o lixo não for separado dentro de cada lar, não se garante que o item reciclável vá para a lixeira correta. Da mesma forma, o condomínio tem de garantir que o lixo seja encaminhado para a coleta seletiva. E no final dessa cadeia esperamos que as empresas de coleta pública façam a correta destinação dos resíduos entregues a elas. Hoje se estima que no Brasil apenas 4% dos resíduos sejam reciclados. Isso mostra que tem muita frente de trabalho ambiental que pode ser feita, sem nem sairmos de casa. Outros pontos a se considerar: o condomínio tem utilizado produtos de limpeza que reduzam a contaminação do meio ambiente? E o desperdício de água, como está sendo tratado? Essas e outras questões precisam estar na pauta cotidiana das discussões condominiais.

Dentro dos condomínios, temos de respeitar os índices de área permeável do empreendimento. O gramado dá trabalho para cuidar. Bloquetes possuem superfícies irregulares. Todavia são eles que permitem que tenhamos uma expansão da área de captação de chuvas e esse é o motivo pelo qual não podemos agravar índices que a prefeitura determinou para nortear a aprovação de projetos construtivos em solo urbano. Aliás, os índices delimitam metragens mínimas a serem resguardadas, as quais talvez devessem até mesmo ser ampliadas.

Para que as chuvas não inundem áreas baixas de nossas cidades, a água tem de ser absorvida no caminho que percorre. A criação de mais áreas drenantes no lugar de algumas pistas de rolagem poderia ajudar nesse sentido. Mas como fazer isso sem impactar o trânsito? Alternativas na matriz de transporte precisam ser seriamente consideradas e, nesse sentido, o transporte coletivo multimodal ainda terá de expandir sua malha para atender às diferentes necessidades dos cidadãos.

Pode parecer repetitivo, mas é urgente falar de ESG (sigla em inglês para o trinômio ambiental-social-governança), termo que resume as preocupações que todos precisam ter com o meio ambiente, a responsabilidade social e a governança

Como vemos, a causa e o efeito de ações que afetam nosso ecossistema não são de fácil compreensão, pois eles ocorrem em ciclos longos e que envolvem muitas pessoas. Quando se incentiva a cadeia da economia circular ou o uso de sacolas e embalagens reutilizáveis, por exemplo, não se está falando de moda alternativa atual. Estamos falando de mudanças de hábito para manutenção da biodiversidade e aumento da expectativa da duração de recursos naturais não renováveis para gerações futuras. Mas claro que é complicado para gestores condominiais montar planos de descarte de resíduos sem a utilização de sacos para o lixo dos moradores. Enfim, existem desafios individuais a serem considerados para que alcancemos benefícios coletivos, e não há solução fácil, nem óbvia.

Ninguém sozinho é capaz de prevenir catástrofes atmosféricas. Mas cada um pode começar a fazer um pouquinho. Gestores responsáveis podem direcionar e facilitar as mudanças. E, neste momento, vamos ajudar nossos compatriotas gaúchos, e claro que as campanhas de arrecadação dentro de nossos condomínios podem contribuir bastante.

Folha de pagamento Aceno aos municípios

Senador quer compensar desoneração com tributo sobre sites asiáticos

RICARDO STUCKERT / PR



Lula garantiu acordo de alíquota previdenciária de 8% para municípios

Proposta do senador Angelo Coronel mira compras de até US$ 50, hoje isentas; equipe econômica tenta brecar mexida

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou ontem projeto de lei que fixa a taxação de compras de até US$ 50 em sites asiáticos, como Shein e Shopee, como a fonte de compensação para a desoneração da folha de salários dos municípios. Coronel foi autor da proposta que incluiu os municípios na política de desoneração da folha de pagamentos, aprovada no ano passado pelo Congresso. Em vez de recolher 20% de contribuição patronal sobre os salários, os municípios passariam a recolher 8%.

> ***“Em virtude da judicialização, apresento este novo projeto de lei para assegurar a conquista desses entes federados”***
> **Angelo Coronel**
> Senador (PSD-BA)

Na justificativa, o senador se queixa do vaivém provocado pela reação do governo, que primeiro editou uma medida provisória suspendendo a iniciativa aprovada pelo Congresso e, depois, patrocinou uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Na nova proposta, Coronel também ampliou o escopo para todos os municípios do País que não tenham regimes próprios de Previdência.

“Em virtude da judicialização promovida pelo governo federal e da decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin que suspendeu a desoneração dos municípios, apresento este novo projeto de lei para assegurar a conquista desses entes federados, amplamente apoiada pelo Congresso Nacional”, afirma o senador. Na semana passada, a pedido do próprio Executivo, Zanin sustou a liminar e deu prazo de 60 dias para que Congresso e governo negociem a aprovação de projeto de lei para disciplinar a concessão do benefício fiscal.

A proposta do senador tende a criar nova crise com o governo. Coronel, além de membro da base de apoio do governo, será o relator do Orçamento de 2025, o que lhe garante posição de destaque no Congresso neste ano.

O governo, entretanto, trabalha contra a tributação das compras asiáticas no Congresso com o argumento de que a arrecadação obtida com a medida não compensa o desgaste com uma medida considerada impopular. Já deputados e senadores ligados ao setor produtivo, impulsionados pela pressão de grandes varejistas nacionais, como Riachuelo, Petz e Renner, vêm defendendo a medida como forma de equilibrar as condições de competição com os importados.

A tributação das compras de sites estrangeiros foi incluída, por iniciativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no projeto de lei que cria benefícios tributários para o setor automotivo, o Mover. O governo conseguiu segurar a votação do texto na Câmara nas últimas duas semanas, e o vice-presidente Geraldo Alckmin chegou a defender que os temas sejam apartados.

MARCHA DE PREFEITOS. Ainda ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou uma série de medidas envolvendo os municípios, entre elas, novas regras de financiamento das dívidas previdenciárias e para precatórios e apoio ao projeto de securitização das dívidas. Lula ainda confirmou o acordo para manter em 8% a alíquota previdenciária dos municípios neste ano, e pediu uma resolução rápida, já que a liminar que suspendeu a reoneração tem validade de 60 dias.

O projeto que tratará do tema é de autoria do senador Efraim Filho (União-PB), e será relatado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). No caso dos municípios, a intenção da equipe econômica é retomar a tributação de forma gradual ao longo dos próximos anos.

Lula deu as declarações a uma plateia de prefeitos que participaram da 25.ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, conhecida como Marcha dos Prefeitos. A seu lado, estavam Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e ministros como Fernando Haddad, da Fazenda.

O presidente não deu detalhes sobre as novas regras para as dívidas previdenciárias, mas afirmou que haverá um novo prazo de financiamento desse passivo dos municípios, com renegociação de juros e teto máximo de comprometimento da receita líquida. O governo também apresentará novas normas para o pagamento de precatórios desses entes, com um teto máximo de comprometimento da receita corrente líquida. ● **COLABORARAM CAIO SPECHOTO, AMANDA PUPO e VICTOR OHANA/BRASÍLIA**

Movida Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.314.559/0001-66 – NIRE 3530047210-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 29 dias do mês de abril de 2024, às 15h, na sede social da **Movida Participações S.A.** ("Companhia" ou "Movida"), situada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, conjunto 92, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04530-001. **2. Convocação e Publicações: (i)** O edital de convocação da presente Assembleia foi publicado nos dias 30 de março de 2024, 1º de abril de 2024 e 2 de abril de 2024 no jornal O Estado de São Paulo nas páginas B21, B5 e B11, respectivamente; **(ii)** as Demonstrações Financeiras foram publicadas na edição do dia 26 de março de 2024 no jornal O Estado de São Paulo, impresso no Caderno de Economia & Negócios nas páginas B11 a B25. **3. Presenças:** Participaram da Assembleia Geral Ordinária acionistas representando aproximadamente 72,94% do capital social e votante da Companhia e da Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando aproximadamente 72,85% do capital social e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia e conforme votos proferidos por meio dos boletins de voto a distância recebidos na forma da Resolução CVM nº 80/22. Presentes, também, os membros da administração da Companhia e do Conselho Fiscal, o coordenador do Comitê de Auditoria e o representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia ("Auditores Independentes"). **4. Mesa:** Presidente: Pedro Roque de Pinho de Almeida; Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **5. Ordem do Dia:** Assembleia Geral Ordinária: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes; e (2) Eleger os membros do Conselho de Administração. Assembleia Geral Extraordinária: (1) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024; (2) Modificar o Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o artigo 20, inciso XIV, para excluir da competência do Conselho de Administração a deliberação sobre a (i) associação com outras sociedades para formação de consórcios ou (ii) subscrição ou aquisição de participação no capital social de sociedades das quais a Companhia, em qualquer caso dos itens (i) e (ii), não seja titular, direta e/ou indiretamente, da totalidade do respectivo capital social; (3) Modificar o Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o artigo 26 para alterar forma de representação da Companhia e aprimorar as previsões sobre forma de representação e nomeação de procuradores da Companhia; e (4) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, após discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue (conforme mapa de votação que consta do **Anexo I** à presente ata): Em Assembleia Geral Ordinária: **6.1.** Foram aprovadas, por unanimidade dos acionistas presentes que manifestaram seus votos, registradas as abstenções e sem registro de votos contrários, sem terem sido apresentadas quaisquer reservas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **6.2.** Foi aprovada, por maioria dos acionistas presentes que manifestaram seus votos, registradas as abstenções e votos contrários, a eleição dos membros do Conselho de Administração, para um mandato unificado que se estende até a Assembleia Geral Ordinária que irá aprovar as contas do exercício social de 2025, os Senhores: **Fernando Antonio Simões**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 11.100.313-1 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 088.366.618-90; **Adalberto Calil**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 4.655.873 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 277.518.138-49; **Denys Marc Ferrez**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 08.396.908-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 009.018.327-40; **Augusto Marques da Cruz Filho**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.761.837-9 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 688.369.968-68, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para ocupar o cargo de conselheiro independente; e **Marcelo José Ferreira e Silva**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 823966 (SSP/PE), inscrito no CPF/ME sob o nº 018.752.214-68, para ocupar o cargo de conselheiro independente, todos com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Os conselheiros ora eleitos tomarão posse, dentro do prazo legal, mediante assinatura de seus respectivos termos de posse, conforme artigo 149, §1º, da Lei das S.A., devendo observar também o disposto no artigo 147, §1º, e no artigo 157 da Lei das S.A., no Anexo K da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("RCVM 80") e no artigo 11 da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 ("RCVM 44"), sujeitando-se, para todos os efeitos, à cláusula compromissória prevista no artigo 37 do Estatuto Social da Companhia. Os membros do Conselho de Administração **Augusto Marques da Cruz Filho** e **Marcelo José Ferreira e Silva**, eleitos na presente Assembleia, são considerados membros independentes do Conselho de Administração para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do artigo 6º, §§1º e 2º, do Anexo K da RCVM 80. Em Assembleia Geral Extraordinária: **6.3.** Foram aprovadas, por unanimidade dos acionistas presentes que manifestaram seus votos, registradas as abstenções e sem votos contrários, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária) para o exercício de 2024, no montante de 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mais encargos. **6.4.** Foram aprovadas, por maioria dos acionistas presentes que manifestaram seus votos, registradas as abstenções e sem votos contrários, as modificações do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Ordem do dia. **6.5.** Foi aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes que manifestaram seus votos, registradas as abstenções e sem votos contrários, a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, sob a forma do Anexo II a esta ata. **7. Publicações:** O Presidente da Mesa solicitou que constasse nessa ata que a Companhia continuará a publicar os atos legais ordenados pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada, no jornal O Estado de São Paulo, editado em São Paulo, Capital. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada. São Paulo, 29 de abril de 2024. Mesa: Pedro Roque de Pinho de Almeida - Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. Cópia Fiel do Original. Maria Lúcia de Araújo - Secretária da Mesa. JUCESP sob nº 197.953/24-2, em 08/05/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo II - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2024 - Movida Participações S.A. - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A **Movida Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável e pelo aplicável e pelo Regulamento de Listagem no Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado") da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). **Parágrafo 1º** - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 2º** - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo podendo, por deliberação da Diretoria, instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no país ou no exterior, observadas as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Único** - Competirá ao Conselho de Administração aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social (a) locação de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos, com ou sem condutor; (b) prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); (c) intermediação de negócios; e (d) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, no país ou no exterior. **Parágrafo Único** - O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (a) Os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; (b) Os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, clientes e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.630.122.188,48 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, cento e vinte e dois mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), dividido em 362.302.086 (trezentos e sessenta e duas milhões, trezentas e duas mil e oitenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias. **Parágrafo 4º** - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente. **Parágrafo 5º** - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. **Artigo 6º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Parágrafo 1º** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º** - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. **Artigo 7º** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda através de permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 8º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 9º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Único** - As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, o prazo previsto em lei ou na regulamentação aplicável e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por outra pessoa por ele indicada. Na ausência de indicação, ocupará tal função a pessoa que a Assembleia Geral designar. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário. **Artigo 11** - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar no dia da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da assembleia geral; ou (ii) instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da Lei e deste Estatuto Social, na hipótese de representação de acionistas. O acionista ou seu representante deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem a sua identidade. **Parágrafo 1º** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos. **Parágrafo 2º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 3º** - As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 12** - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia; (c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (d) reformar o Estatuto Social; (e) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (f) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais; (g) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e (h) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. **Capítulo IV - Dos Órgãos da Administração - Seção I - Disposições Gerais - Artigo 13** - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 2º** - No desempenho de suas funções, os administradores deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre as seguintes partes relacionadas à Companhia e a suas subsidiárias: (a) os acionistas; (b) os empregados ativos; (c) os fornecedores, clientes e demais credores; (d) a comunidade e o meio ambiente local e global. **Artigo 14** - A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. **Seção II - Do Conselho de Administração - Artigo 15** - O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 1º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, observada a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger, sendo, também, considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador. **Parágrafo 2º** - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar num número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 3º** - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante: (i) assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 36 deste Estatuto Social; e (ii) atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores. **Artigo 16** - O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos Conselheiros. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, assumirá as funções do Presidente o Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente. **Artigo 17** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo 1º** - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento. **Parágrafo 2º** - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Artigo 18** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. **Parágrafo 1º** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário. **Parágrafo 2º** - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, ou por meio de carta entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo 3º** - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelo Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez. **Parágrafo 4º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do parágrafo 2º deste artigo 18. **Artigo 19** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação e desgravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo 1º** - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do artigo 19, parágrafo 2º, deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo 2º** - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **Parágrafo 3º** - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto. **Artigo 20** - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social: I. Definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia; II. Aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais; III. Eleger e destituir os Diretores e os membros do Comitê de Auditoria da Companhia; IV. Atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social, inclusive designando o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores, se necessário, bem como a definição do número de cargos a serem preenchidos, observado o disposto neste Estatuto; V. Aprovar a criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; VI. Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria; VII. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; VIII. Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; IX. Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; X. Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração; XI. Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; XI. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; XII. Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; XIII. Aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais; XIV. Deliberar sobre (i) a associação com outras sociedades para a formação de consórcios ou (ii) subscrição ou aquisição de participação no capital social de sociedades das quais a Companhia, em qualquer caso dos itens (i) e (ii), não seja titular, direta e/ou indiretamente, da totalidade do respectivo capital social; XV. Autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização; XVI. Deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debênture; XVII. Autorizar a exclusão ou redução do prazo do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; XVIII. Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; XIX. Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; XX. Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre suas condições de emissão e resgate, para distribuição pública ou privada; XXI. aprovar (i) a criação de ônus reais sobre bens da Companhia para garantir obrigações próprias e/ou de suas controladas e (ii) a outorga de quaisquer outras garantias a terceiros, inclusive fiança e aval, no âmbito de operações envolvendo suas controladas, observado o disposto no parágrafo 1º deste artigo; XXII. Deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia; XXIII. Aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse; XXIV. Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores; XXV. Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização; qualquer proposta envolvendo as operações aqui descritas deverá ser apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia, devendo constar da referida proposta, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (hedge); e (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não obstante as informações mínimas que devem constar da proposta, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar informações adicionais sobre as tais operações, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade; XXVI. Aprovar a emissão de títulos e valores mobiliários, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira; XXVII. Aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse; (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; XXVIII. Elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre o preço da OPA; (ii) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (iii) sobre as repercussões da oferta sobre os interesses da Companhia; (iv) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (v) sobre a descrição das alterações relevantes na situação financeira da Companhia ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; (vi) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (vii) quanto aos demais aspectos relevantes para a tomada de decisão dos acionistas; XXIX. Aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato, transação ou operação que, independentemente do valor, contenha: (i) qualquer restrição à distribuição de quaisquer tipos proventos pela Companhia (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio); (ii) qualquer restrição à celebração de contratos de mútuo pela Companhia; e/ou (iii) qualquer restrição à celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e suas Partes Relacionadas, bem como à realização, pela Companhia, de pagamentos que sejam deles decorrentes; XXX. Aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato ou operação financeira que estabeleça níveis máximos de endividamento ou restrições semelhantes, de cujo descumprimento possa resultar a aplicação de penalidades, a assunção de obrigações adicionais pela Companhia, e/ou o vencimento antecipado de obrigações da Companhia. XXXI. Aprovar, anualmente, no último mês de cada exercício social e para vigência no exercício seguinte, a política de gestão de caixa da Companhia, que estabelecerá as diretrizes para as aplicações financeiras, definindo os responsáveis e limites de alçadas para a sua administração, sem prejuízo de revisão, a qualquer tempo, sempre que o Conselho de Administração julgar necessário; e XXXII. Aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia. **Parágrafo 1º** - A constituição de ônus reais sobre bens da Companhia para garantir obrigações próprias e/ou de suas controladas e/ou a outorga de quaisquer outras garantias a terceiros, inclusive fiança e aval, no âmbito de operações envolvendo suas controladas poderão ser realizadas independentemente de aprovação prévia do Conselho de Administração nas seguintes hipóteses: (i) nos contratos de financiamentos ou de similar efeito celebrados pela Companhia ou pelas controladas da Companhia que tenham por objeto a aquisição de bens móveis e equipamentos operacionais, e nos quais os próprios bens adquiridos sejam objeto de garantia real em favor do respectivo credor; (ii) contratos e negócios jurídicos em geral realizadas por qualquer de suas subsidiárias integrais ou por controladas das quais seja titular, direta e/ou indiretamente, da totalidade do respectivo capital social, observado que, nesse caso, só está permitida a outorga de aval ou fiança. **Parágrafo 2º** - Todos os valores estabelecidos neste artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do IPCA, a cada data de aniversário do presente Estatuto Social. **Seção III - Da Diretoria - Artigo 21** - A Diretoria será composta de no mínimo 03 (três) e no máximo 15 (quinze) membros eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designado um Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Único** - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações. **Artigo 22** - O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **Artigo 23** - A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º** - O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo-Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários. *continua...*

INÊS249

...continuação **Parágrafo 2º** - A posse dos Diretores estará condicionada: (i) à prévia subscrição de termo de posse que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 38 deste Estatuto Social e (ii) ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 3º** - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria. **Parágrafo 4º** - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria. **Parágrafo 5º** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo 6º** - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, *fac-símile* ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria. **Artigo 24** - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 24, Parágrafo 2º deste Estatuto Social. **Artigo 25** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - Compete ainda à Diretoria: I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; II. Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; III. Submeter ao Conselho de Administração orçamento anual; IV. Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas; e V. representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 27 deste Estatuto Social. **Parágrafo 2º** - Compete ao Diretor Presidente, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II. Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; III. Propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; IV. Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 23 deste Estatuto Social; V. Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de *marketing* da Companhia; VI. Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e VII. Administrar os assuntos de caráter societário em geral. **Parágrafo 3º** - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas nos subitens do Parágrafo 2º deste artigo; (iii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia, (iv) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (v) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária e (vi) executar outras atividades delegadas pelo Diretor-Presidente. **Parágrafo 4º** - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. **Parágrafo 5º** - Compete aos diretores sem designação específica assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, bem como as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes. **Artigo 26** - A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor-Administrativo Financeiro. **Parágrafo 1º** - A Companhia, representada na forma estabelecida no caput deste artigo, poderá nomear procuradores para a prática de determinados atos, conforme assim conferidos nas procurações; **Parágrafo 2º** - As procurações serão outorgadas por tempo determinado, exceto quando destinadas a advogados para defesa dos interesses da Companhia em processos judiciais e procedimentos administrativos nas respectivas esferas judicial e administrativa, que poderão ser outorgadas por tempo indeterminado. **Seção IV - Do Comitê de Auditoria - Artigo 27** - A Companhia terá o comitê de auditoria permanente ("Comitê de Auditoria"), que é órgão de assessoramento e reporte direto ao Conselho de Administração, com as atribuições e encargos estabelecidos na regulamentação em vigor e no seu regimento interno. **Parágrafo 1º** - O Comitê de Auditoria exerce suas funções em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, de seu regimento interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, e suas deliberações são meramente opinativas, não vinculando àquelas do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º** - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração para um mandato de 5 (cinco) anos, renovável a critério do Conselho de Administração, respeitados os limites previstos em lei ou em regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º** - A composição do Comitê de Auditoria deve observar o seguinte: (i) ao menos 1 (um) membro deve ser conselheiro independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; (iii) é vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, dos diretores da Companhia, de suas Controladas, de seus controladores, de coligadas ou sociedades sob controle comum; e (iv) o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características previstas no Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 4º** - O Comitê de Auditoria terá um coordenador cujas atividades serão definidas no regimento interno do Comitê de Auditoria, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 5º** - São atribuições do Comitê de Auditoria, além daquelas previstas na regulamentação em vigor e em seu regimento interno: **I** - opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; **II** - supervisionar as atividades: a) dos auditores independentes, a fim de avaliar: 1. a sua independência; 2. a qualidade dos serviços prestados; e 3. a adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia; b) da área de controles internos da companhia; c) da área de auditoria interna da companhia; e d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da companhia; **III** - monitorar a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; **IV** - avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia; **V** - avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações; e **VI** - elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da companhia. **Seção V - Do Conselho Fiscal - Artigo 28** - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação. **Parágrafo 2º** - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Parágrafo 3º** - Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (I) seja empregado, acionista ou membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada concorrente; (II) seja cônjuge ou parente até 2º grau de membro de órgão da administração, técnico ou fiscal de Concorrente ou de Acionista Controlador ou Controlada de concorrente. **Parágrafo 4º** - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos. **Parágrafo 5º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada: (i) à prévia subscrição do termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 36 deste Estatuto Social; e (ii) ao atendimento aos requisitos legais aplicáveis. **Artigo 29** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Parágrafo 1º** - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Capítulo V - Do Exercício Fiscal, Demonstrações Financeiras e da Destinação dos Lucros - Artigo 30** - O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. **Parágrafo 1º** - As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 2º** - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Parágrafo 3º** - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no artigo 31 deste Estatuto Social. **Artigo 31 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. **Parágrafo 1º** - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício e, desde que, o valor não ultrapasse a remuneração global anual aplicada em Assembleia Geral. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 2º deste artigo. **Parágrafo 2º** - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (f) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, para a qual poderá ser destinado, conforme proposta da administração, até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e, cujo saldo, não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da Companhia; e (g) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal. **Parágrafo 3º** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. **Parágrafo 4º** - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. **Artigo 32** - Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **Parágrafo 2º** - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. **Artigo 33** - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Artigo 34** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VI - Da Alienação do Controle Acionário - Artigo 35** - A Alienação, direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas e detentores de títulos conversíveis em ações, observadas as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Capítulo VII - Da Arbitragem - Artigo 36** - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385 de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo VIII - Da Reestruturação Societária - Artigo 37** - Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização. **Parágrafo Único** - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura. **Capítulo IX - Da Liquidação da Companhia - Artigo 38** - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo X - Disposições Finais - Artigo 39** - A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas. **Artigo 40** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e respeitado o disposto no Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 41** - Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 42** - O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação da respectiva ata.

Reforma tributária **Regulamentação**

CNI é contra expansão de itens da cesta básica

Setor industrial argumenta que ampliação da lista de exceções fará subir a alíquota de referência

MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu se posicionar contra a ampliação da lista de produtos com alíquota zero, ou tributação reduzida, como os itens que farão parte da cesta básica nacional, na regulamentação da reforma tributária que será votada pelo Congresso. De acordo com o superintendente de Economia da entidade, Mário Sérgio Telles, a orientação dos dirigentes do setor industrial é para "não trabalhar pela inclusão de nenhum item, sob nenhuma hipótese, de redução de alíquota".

"Não vamos sugerir nenhuma inclusão porque o que a gente quer é que a alíquota de referência seja a menor possível, que é onde todo mundo vai pagar", disse o economista.

O posicionamento da indústria diverge dos movimentos de setores como o supermercadista e o agronegócio, que mobilizam seus lobbies no Congresso para incluir as carnes na lista de produtos com tributação zero. Pela proposta encaminhada pelo Ministério da Fazenda, as carnes terão alíquota com redução de 60% em relação à tributação padrão de referência, com exceção de produtos para a alta renda, como foie gras, alguns tipos de crustáceos, salmão e bacalhau.

A decisão da CNI foi tomada no Fórum Nacional da Indústria, na última sexta-feira, quando os principais líderes do setor se reuniram para deliberar sobre os pontos iniciais da regulamentação da reforma tributária, cuja tramitação deve começar em breve no Congresso.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que pretende formar um grupo de trabalho para cada anteprojeto que chegar do Executivo. O primeiro deverá ser formado por seis deputados indicados pelos partidos com maior representatividade na Casa.

> **Novo IVA**
>
> **26,5%** **é o valor da alíquota-padrão do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) calculada pelo governo com base nas listas de produtos com alíquotas reduzidas elaboradas durante a tramitação da reforma no Congresso**

Telles argumenta que, mesmo os produtos que estão na alíquota reduzida, serão prejudicados caso a alíquota-padrão do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) fique muito acima dos 26,5% estimados pelo governo. O porcentual leva em consideração uma lista restrita de exceções, e ficou até inferior ao que a CNI havia calculado em estudo em dezembro: 27,5%.

'ASPECTO POSITIVO'. "Nem todo mundo foi para o tratamento mais benéfico que esperava, e isso tem um aspecto positivo que é a redução da alíquota para todos. O governo foi muito criterioso e, digamos, econômico nas hipóteses de benefícios, tanto (*nos itens*) na alíquota zero quanto nos de alíquota reduzida. E não foi só a cesta básica."

O economista lembra que a lista de medicamentos e de serviços de saúde sujeitos à redução tributária também ficou mais restrita. A posição da CNI tende a colocar a indústria em oposição a setores do comércio, como os supermercados, e ao agronegócio.

"Desde o início, em 2019, nós nunca defendemos exceção alguma. Nós queríamos uma alíquota uniforme para todos. Depois vieram algumas exceções em saúde, educação, alimentos e medicamentos. Nós aceitamos essas reduções. Mas para, politicamente, aprovar a reforma, que é muito importante. Mas nós nunca defendemos essas exceções", reforça Telles. "Vamos continuar trabalhando para uma menor alíquota de referência possível."

Nos próximos dias, a CNI vai publicar uma nota técnica com informações a que o **Estadão** teve acesso. A ideia é que o documento subsidie a atuação de parlamentares simpáticos à indústria no Congresso.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. A CNI decidiu, contudo, defender uma alteração no texto da reforma, durante a tramitação no Congresso, a contragosto da Fazenda. A entidade quer reduzir para 45 dias o prazo para o governo devolver os créditos tributários que forem acumulados pelas empresas – 30 dias para análise e 15 para o pagamento. Pela proposta oficial, esse prazo é de 75 dias, e pode chegar a 285 caso a empresa acumule créditos de uma maneira considerada anormal ou fora dos padrões da operação usual da companhia.

Com o IVA, a tributação será feita a cada etapa da produção, descontando o que foi pago na etapa anterior por um fornecedor. A ideia é de que cada elo da cadeia pague imposto somente sobre o valor que adicionou ao produto ou serviço prestado. ●

Segundo projeto da reforma será enviado na próxima semana

GIORDANNA NEVES
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária deve ser enviado ao Congresso na próxima semana, antes do feriado de Corpus Christi, que começa na quinta-feira.

> **Regras**
> **Novo projeto de lei vai tratar da transição do ICMS para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**

Esse segundo texto da regulamentação tratará de questões específicas da transição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) estadual, como os critérios de formação e a forma de organização do comitê gestor, como se dará a distribuição federativa das receitas do imposto e o tratamento de contenciosos administrativos do novo tributo estadual.

O texto principal que regulamenta o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária chegou ao Congresso em 24 de abril, e foi entregue em mãos por Haddad ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

SEM RELATOR ÚNICO. Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, Lira afirmou ontem que os grupos de trabalho que vão tratar da regulamentação da reforma tributária não terão um único relator. De acordo com o deputado alagoano, todos os membros desses grupos trabalharão nos textos finais, que serão assinados por um desses parlamentares apenas para cumprir uma formalidade.

O governo queria que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi o relator da PEC da reforma tributária na Câmara, ficasse também com a relatoria da regulamentação, mas Lira resistiu a indicar o correligionário ao posto. ●



Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

O risco Lula

Depois do que muitos consideraram uma lua de mel com o Brasil em 2023, com a aprovação do arcabouço fiscal e do texto constitucional da reforma tributária, o mercado começa agora a embutir nos preços dos ativos um aumento do risco político após várias decisões polêmicas do presidente Lula ao longo deste primeiro semestre de 2024.

Primeiro, o governo enterrou de vez a credibilidade do arcabouço fiscal ao mudar a meta de 2025 para déficit primário zero. Depois, cresceu a desconfiança de ingerência política sobre o Banco Central a partir de 2025 em razão dos votos de dissenso na última decisão do Copom, quando justamente os quatro diretores indicados por Lula votaram a favor de uma redução maior dos juros, de 0,50 ponto porcentual. E, por fim, a demissão do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, desagradou aos investidores e trouxe de volta o espectro do intervencionismo da época da ex-presidente Dilma Rousseff.

Os investidores e analistas se deparam agora com muitas dúvidas e incertezas: o que vem pela frente? Que outras decisões podem mostrar a mão pesada de Lula na economia? O governo vai tolerar uma inflação mais alta do que a meta de 3%, perseguida pelo BC, em troca de não desaquecer a demanda e a atividade econômica como um todo? Novos ajustes para afrouxar mais o arcabouço fiscal estão a caminho para permitir aumento do gasto público, à medida que o ciclo eleitoral ganhe tração?

> *O mercado já embute nos preços dos ativos um aumento do risco político após decisões recentes do presidente*

Ao longo deste ano, Lula e a ala política do governo minaram o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mesmo nos momentos mais tensos de 2023, em embates com a ala política e até com o Congresso, Haddad conseguia manter a serenidade do mercado, que ainda atribuía ao ministro alguma influência sobre o presidente para vencer as disputas sobre questões econômicas cruciais a investidores e analistas. Hoje, as palavras do ministro têm peso menor sobre o humor do mercado.

Os preços dos ativos brasileiros poderiam estar mais valorizados caso os investidores não considerassem que o governo perdeu as âncoras fiscais e monetárias, além, é claro, da desconfiança sobre uma nova era de intervencionismo pesado na Petrobras. Mas enquanto o cenário externo não azedar, especialmente se o mercado ainda acreditar que será possível o Federal Reserve cortar os juros americanos ao menos uma vez neste ano, o aumento do risco político no Brasil poderá até não cobrar uma fatura muito salgada na correção do dólar, dos juros futuros e da Bolsa de Valores. O problema é se acontecer uma crise inesperada aqui ou no mundo. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Dívidas **15 milhões de pessoas atendidas**

Desenrola chega ao fim com R$ 53 bi negociados

O Desenrola Brasil terminou na segunda-feira, beneficiando 15,06 milhões de pessoas com a negociação de R$ 53,07 bilhões em dívidas – valor que corresponde a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o Ministério da Fazenda, foi registrada uma redução de 8,7% da inadimplência entre a população mais vulnerável do País, considerada público prioritário do programa. Deste grupo, foram alcançados 5 milhões de pessoas, com a negociação de R$ 25,43 bilhões em débitos.

Levantamento do Serasa, citado pela Fazenda, mostra que, de maio de 2023 a março de 2024, caiu de 25,2 milhões para 23,1 milhões o número de pessoas inadimplentes enquadradas na Faixa 1 – que contempla pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no CadÚnico, com dívidas inferiores a R$ 20 mil (atualizadas). ● GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA PRIVADA FFM 2513/2024 – RS 2012/2024
ADJUDICAÇÃO

O Diretor Geral da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa **APPANA INTELIGÊNCIA EM NEGÓCIOS LTDA., CNPJ nº 03.343.435/0001-27,** para a contratação de empresa especializada em **Prestação de Serviço de Elaboração do Relatório Institucional de Sustentabilidade,** com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
CNPJ/MF nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 03 de Maio de 2024

No dia 03/05/2024, às 12h, em formato exclusivamente digital na sede social (**"Companhia"** ou **"CSED"**). **Presença:** Foi verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Wolfgang Stephan Schwerdtle; Secretária: Jéssica Caroline da Silva Angeiras. **Deliberações: i.** aprovar a proposta da administração a ser submetida à AGE para a fixação do limite global anual da remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **ii.** a convocação da AGE para deliberar sobre a matéria indicada no item acima, nos termos da proposta da administração a ser divulgada para a AGE. **Encerramento:** Nada mais. **Jéssica Caroline da Silva Angeiras -** Secretária. **JUCESP** nº 202.152/24-8 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Fundação Adib Jatene
CNPJ/MF nº 53.725.560/0001-70

Aviso de Edital de Chamamento Público nº 004/2024

A **Fundação Adib Jatene,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente reconhecida como entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.725.560/0001-70 e Inscrição Estadual nº 111.915.637.113, à Avenida Dr. Dante Pazzanese, nº 500 - Ibirapuera - São Paulo/SP, CEP 04012-180, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização do Edital de Chamamento Público nº 004/2024 - **cujo objeto é** para aquisição de 04 (quatro) Equipamentos de Raio-X Móveis Digitais, incluindo a instalação, testes de funcionamento, treinamento operacional e manutenção durante a garantia para o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. Data para recebimento de propostas e abertura: **29/05/2024** às 09:45h - Auditório "D" Naggib Haddad, situado à Avenida Dante Pazzanese, 500 - Ibirapuera - São Paulo - SP. As condições, quantidades e exigências estão definidas no Edital de Chamamento Público nº 004/2024. Os interessados em participar do presente procedimento de contratação poderão acessar no site: https://www.fundacaoadibjatene.com.br/editais/ ou encaminhar e-mail de interesse na participação para janaina.verderi@fajsaude.com.br.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
CNPJ/MF nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000 - Companhia Aberta

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 27 de Fevereiro de 2024

No dia 27/02/2024, às 18h, de modo presencial, na sede social. ("**Companhia**" ou "**CSED**"). **Presença:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Wolfgang Stephan Schwerdtle - **Presidente**; e Sra. Jéssica Caroline da Silva Angeiras - **Secretária**. **Deliberações:** Aprovaram: **(i)** A alteração de endereço da filial da Companhia, inscrita no CNPJ/MF nº 62.984.091/0012- 57, **de** Rua Honório Maia, nº 145, Parte Térreo, Maranhão, São Paulo - SP, CEP 03.072-000 **para** Rua Cesário Galeno nº 475, Tatuapé, São Paulo - SP, CEP 03071-000; **(ii)** Alteração do Estatuto Social ou Contrato Social, conforme aplicável, das Subsidiárias, conforme abaixo descrito: (a) ACEF, inscrita no CNPJ/MF nº 46.722.831/0005-00, para refletir alteração de endereço da filial, **de** Rua Honório Maia, nº 145, Parte, 2º andar, Maranhã, CEP 03072-000 **para** Rua Cesário Galeno nº 475-483, Tatuapé, São Paulo - SP, CEP 03071-000; (b) CESA, inscrita no CNPJ/MF nº 04.961.394/0001-03, para refletir a alteração de endereço da matriz **de** Rua Prefeito Faria Lima, nº 400, Bairro Jardim Maringá, CEP 86061-450 **para** Rua João Rogério Ribeiro Bonesi, 150, quadra A, II, Lote 18 19 2 A, gleba 5, Fazenda Palhano, Londrina, Paraná, CEP 86047-625, Parte A; (c) FASS, inscrita no CNPJ/MF nº 04.778.588/0001-60, para refletir a alteração de endereço da matriz **de** Rua Agripino José do Nascimento, nº 177, Vila Amélia, São Sebastião - SP, CEP 11.600-200 **para** Rua Maria D'Assumpção Carvalho, nº 1.000, Parte, Jardim Itamar, São Paulo - SP, CEP 11.662-04; (d) UDF, inscrita no CNPJ/MF nº 00.078.220/0001-38 para refletir a exclusão dos seguintes objetos sociais: (i) Edição de Livros; (ii) Holdings de instituições não financeiras; e (iii) Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza; (e) SECID, para refletir o encerramento das seguintes filiais: (i) inscrita no CNPJ/MF nº 43.395.177/0005-70, localizada na Rua Honório Maia, nº 145, Parte, 1º andar, Maranhão, São Paulo - SP, CEP 03072-000; e (ii) inscrita no CNPJ/MF nº 43.395.177/0006-51, localizada na Rua Melo Peixoto, nº 1.285, Tatuapé, São Paulo - SP, CEP 03070-000; e (f) Ipê, para refletir a redução do seu capital social. (iii) A antecipação do pagamento de dividendos da UDF, em favor da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 no valor equivalente a R$ 27.236.316,57 (vinte e sete milhões, duzentos e trinta e seis mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos), que corresponde a 83,93% do lucro líquido do referido exercício. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 27/02/2024. **JUCESP** nº 202.151/24-4 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



JSP HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 32.392.209/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas: A **JSP Holding S.A.** em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo (SP), em 10 de maio de 2024 **A Administração**

1) AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	102.529	367.893	1.660.445	2.254.987
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	9.600.835	11.024.128
Instrumentos financeiros derivativos	312.997	269.066	342.178	269.152
Contas a receber	–	–	5.132.172	4.438.514
Estoques	–	–	37.564	1.694.320
Imóveis a comercializar	–	–	2.890.509	16.028
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	–	–	1.262.241	1.527.738
Tributos a recuperar	–	15.689	503.949	380.118
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	–	855.076	577.912
Despesas antecipadas	–	–	127.725	98.457
Dividendos a receber	23.290	68.449	–	–
Partes relacionadas	3.212	–	2.864	253
Adiantamentos a terceiros	633	591	380.873	111.908
Outros créditos	65	1.261	66.753	88.086
	442.726	**722.949**	**22.863.184**	**22.481.601**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	178.226	160.116
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	873.062	184.154
Contas a receber	–	–	494.197	190.197
Tributos a recuperar	27.090	–	411.863	448.366
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	–	114.026	155.806
Depósitos judiciais	–	–	118.518	105.475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	1.591.413	1.177.823
Partes relacionadas	54.247	16.283	88.089	80.414
Ativo de indenização por combinação de negócios	–	–	604.600	299.342
Imóveis a comercializar	–	–	27.370	34.696
Outros créditos	–	–	242.287	113.246
	–	**16.283**	**4.743.651**	**2.949.635**
Investimentos	2.228.769	1.894.339	41.342	37.121
Imobilizado	319	718	40.017.361	34.326.050
Intangível	–	–	3.518.270	3.028.402
	2.310.425	**1.911.340**	**48.320.624**	**40.341.208**
Total do ativo	**2.753.151**	**2.634.289**	**71.183.808**	**62.822.809**

Passivo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 (Reapresentado nota 2.3 (ii))	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 (Reapresentado nota 2.3 (ii))
Circulante				
Fornecedores	419	138	6.394.662	5.725.718
Floor plan	–	–	377.000	378.753
Risco sacado a pagar	–	–	115.582	72.920
Empréstimos e financiamentos	–	–	2.398.219	1.453.918
Debêntures	–	–	1.320.557	2.361.078
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	–	–	124.609	71.637
Arrendamentos por direito de uso	–	–	364.875	291.430
Cessão de direitos creditórios	–	–	1.129.946	698.404
Instrumentos financeiros derivativos	347.151	308.975	1.070.832	870.265
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	–	–	268.291	153.852
Compra de ações de controladas a termo	–	–	–	130.606
Obrigações sociais e trabalhistas	432	448	729.484	626.610
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	–	45.357	100.039
Tributos a recolher	966	12.772	457.731	399.082
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	57.084	57.756	180.741	260.629
Adiantamentos de clientes	–	–	682.442	445.418
Partes relacionadas	–	–	511	499
Outras contas a pagar	–	–	130.230	289.156
	406.052	**380.089**	**15.791.069**	**14.330.014**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	295.186	296.873	19.181.128	15.885.208
Debêntures	–	–	20.786.421	18.714.687
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	–	–	147.481	161.623
Arrendamentos por direito de uso	–	–	1.499.744	1.399.556
Cessão de direitos creditórios	–	–	1.191.701	1.318.613
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.163.486	2.670.500
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	–	–	971.666	641.975
Tributos a recolher	–	–	31.356	32.945
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	183.941	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	–	–	767.658	415.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	1.528.624	1.242.724
Partes relacionadas	–	–	–	26.023
Aterro sanitário - custo de encerramento	–	–	12.321	9.693
Compra de ações de controladas a termo	–	–	1.058.486	–
Outras contas a pagar	–	–	65.964	122.090
	295.186	**296.873**	**48.589.977**	**42.641.604**
Total do passivo	**701.238**	**676.962**	**64.381.046**	**56.971.618**
Patrimônio líquido				
Capital social	422.169	422.169	422.169	422.169
Reservas de capital	372.823	372.823	372.823	372.823
Reserva de lucros	376.374	745.983	376.374	745.983
Transações de capital	110.593	110.593	110.593	110.593
Ajustes de avaliação patrimonial	30.955	30.955	30.955	30.955
Outros ajustes patrimoniais reflexos de controladas	738.999	274.804	738.999	274.804
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**2.051.913**	**1.957.327**	**2.051.913**	**1.957.327**
Participação de não controladores	–	–	4.750.849	3.893.864
Total do patrimônio líquido	**2.051.913**	**1.957.327**	**6.802.762**	**5.851.191**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.753.151**	**2.634.289**	**71.183.808**	**62.822.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado Nota explicativa 2.3
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**–**	**–**	**31.910.541**	**24.448.381**
Custo de venda, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**–**	**–**	**(23.749.952)**	**(16.827.016)**
Lucro bruto	**–**	**–**	**8.160.589**	**7.621.365**
Despesas comerciais	(1.805)	(416)	(1.223.633)	(890.221)
Despesas administrativas	(14.740)	(13.399)	(2.054.810)	(1.381.758)
Provisão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	–	–	(184.393)	(127.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	55	–	182.066	(82.903)
Resultado de equivalência patrimonial	(229.566)	307.376	8.592	2.810
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**(246.056)**	**293.561**	**4.888.411**	**5.141.978**
Receitas financeiras	33.777	28.333	1.202.105	1.280.126
Despesas financeiras	(57.330)	(66.116)	(7.112.641)	(5.453.316)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	**(269.609)**	**255.778**	**(1.022.125)**	**968.788**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	–	–	(90.279)	(123.608)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	–	–	463.493	71.624
Total do imposto de renda e da contribuição social	**–**	**–**	**373.214**	**(51.984)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(269.609)**	**255.778**	**(648.911)**	**916.804**
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	(269.609)	255.778	(269.609)	255.778
Acionistas não controladores	–	–	(379.302)	661.026
(=) Lucro básico (prejuízo) diluído por ação (em R$)	(0,94)	0,89	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(269.609)**	**255.778**	**(648.911)**	**916.804**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Variações de *hedge* de fluxo de caixa nas controladas	212.522	(726.970)	585.942	(1.533.592)
Imposto de renda e contribuição social sobre variações de *hedge* de fluxo de caixa	(30.034)	251.558	(199.220)	529.072
Ganho na alienação de participação em controladas	97.637	–	170.247	–
Variações na conversão de operações no exterior reflexo de controladas	(7.247)	(266)	(18.932)	(505)
Variações não realizadas sobre instrumentos de títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas	69.593	(76.428)	163.490	(176.264)
Total de outros resultados abrangentes	**342.471**	**(552.107)**	**701.527**	**1.181.289**
Resultado abrangente do exercício	**72.862**	**(296.329)**	**52.616**	**(264.485)**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	72.862	(296.329)	72.862	(296.329)
Acionistas não controladores	–	–	(20.246)	31.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(269.609)	255.778	(1.022.125)	968.788
Ajuste para:				
Resultado de equivalência patrimonial	229.568	(307.376)	(5.325)	(2.810)
Depreciação, amortização e provisão para perda de valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)	399	398	3.487.312	1.915.751
Custo de venda de ativos desmobilizados	–	–	5.366.733	4.175.991
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	–	–	913.051	336.014
Ganho por compra vantajosa e combinação de negócios	–	–	(259.194)	–
Remuneração com base em ações	–	–	–	(545)
Perdas (ganhos) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(5.755)	11.205	1.945.272	1.559.080
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e risco sacado a pagar	–	–	(442.794)	(695.607)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e risco sacado	52.782	52.530	4.222.427	3.867.185
Juros e despesas financeiras sobre outros passivos	–	–	739.257	–
	7.385	**12.535**	**14.944.614**	**12.123.847**
Contas a receber	–	–	(949.059)	(1.179.884)
Estoques	–	–	(1.070.770)	(715.865)
Imóveis a comercializar	–	–	(19.851)	(6.842)
Fornecedores e *floor plan*	281	(15)	(98.921)	228.168
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	(20.068)	(1.747)	165.536	281.969
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	1.154	(195)	(400.802)	(512.454)
	(18.633)	**(1.957)**	**(2.373.867)**	**(1.904.908)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(8.854)	(488.835)	(481.804)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e risco sacado	(59.315)	(49.989)	(4.613.484)	(3.189.304)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	–	–	(10.477.540)	(15.080.412)
Resgates (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	1.568.673	1.708.942
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(70.563)**	**(48.265)**	**(1.440.439)**	**(6.823.639)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(130.229)	–	(130.251)	(26)
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	–	–	(991.791)	(668.435)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	69.218	290.751	69.218	290.751
Compra de ações a termo			(130.606)	–
Aquisições de empresas, líquido de caixa	–	–	(275.132)	(1.129.151)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(61.011)**	**290.751**	**(1.458.562)**	**(1.506.861)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Oferta primária e secundária de ações de controlada	–	–	1.279.957	623.842
Recompra de ações para tesouraria	–	–	(37.587)	(17.721)
Aumento de capital	–	–	–	7.126
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas	–	–	(225.227)	127.129
Repasse de cessão de direitos creditórios	–	–	(1.637.341)	2.006.852
Novas cessões de direitos creditórios	–	–	1.478.762	–
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	–	–	9.920.074	9.850.922
Amortização empréstimos, financiamentos, arrendamentos, debêntures e risco sacado	–	(30.086)	(6.875.886)	(1.704.284)
Pagamento de derivativos contratados	–	–	(2.068.638)	(1.230.803)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(100.672)	–	(584.455)	(415.184)
Parte relacionada, líquida	(33.118)	25.284	(2.149)	(45.777)
Transação compra ações termo sintético	–	–	1.056.949	–
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(133.790)**	**(4.802)**	**2.304.459**	**9.202.102**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(265.364)**	**237.684**	**(594.542)**	**871.602**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	367.893	130.209	2.254.987	1.384.551
No final do exercício	102.529	367.893	1.660.445	2.254.987
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(265.364)**	**237.684**	**(594.542)**	**871.602**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

continua →★

★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DA JSP HOLDING S.A.
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

			Reserva de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações de capital (Reapresentado nota 2.3(ii))	Variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**422.169**	**372.823**	**497.592**	**33.122**	**–**	**30.955**	**–**	783.141	**2.139.802**	**3.770.920**	**5.910.722**
Reclassificação de alienação de investimento (Reapresentado nota 2.3(ii))	–	–	–	–	–	–	110.593	(110.593)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado nota 2.3 (ii))	**422.169**	**372.823**	**497.592**	**33.122**	**–**	**30.955**	**110.593**	**672.548**	**2.139.802**	**3.770.920**	**5.910.722**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	255.778	–	–	–	255.778	661.026	916.804
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	–	–	–	–	–	–	–	(552.107)	(552.107)	(629.183)	(1.181.290)
Total resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	–	–	–	–	255.778	–	–	(552.107)	(296.329)	31.843	(264.486)
Destinação dos lucros	–	–	202.481	12.788	(215.269)	–	–	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(40.509)	–	–	–	(40.509)	–	(40.509)
Movimentações patrimoniais em controlada - JSL	–	–	–	–	–	–	–	112	112	–	112
Movimentações patrimoniais em controlada - Ribeira	–	–	–	–	–	–	–	2.943	2.943	–	2.943
Movimentações patrimoniais em controlada Simpar:											
Minoritário por combinação de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	22.882	22.882
Oferta de ações de controladas indiretas	–	–	–	–	–	–	–	249.464	249.464	380.372	629.836
Recompra de ações	–	–	–	–	–	–	–	(9.570)	(9.570)	(8.151)	(17.721)
Remuneração com base em ações	–	–	–	–	–	–	–	(215)	(215)	(330)	(545)
Imposto diferido sobre ganho de capital	–	–	–	–	–	–	–	(78.656)	(78.656)	(114.131)	(192.787)
Dividendos e juros sobre capital próprio minoritários	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(191.113)	(191.113)
Mudança de participação em controladas e outras movimentações	–	–	–	–	–	–	–	(9.715)	(9.715)	1.572	(8.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**422.169**	**372.823**	**700.073**	**45.910**	**–**	**30.955**	**110.593**	**274.804**	**1.957.327**	**3.893.864**	**5.851.191**

			Reserva de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações de capital	Variações patrimoniais reflexas de controladas	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**422.169**	**372.823**	**700.073**	**45.910**	**–**	**30.955**	**110.593**	**274.804**	**1.957.327**	**3.893.864**	**5.851.191**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(269.609)	–	–	–	(269.609)	(379.302)	(648.911)
Outros resultados abrangentes, líquido dos impostos	–	–	–	–	–	–	–	342.471	342.471	359.056	701.527
Total resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	–	–	–	–	(269.609)	–	–	342.471	72.862	(20.246)	52.616
Destinação dos resultados	–	–	(269.609)	–	269.609	–	–	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	(100.000)	–	–	–	–	–	(100.000)	–	(100.000)
Recebimento extra de dividendos da Simpar	–	–	–	–	–	9.390	–	–	9.390	–	9.390
Movimentações patrimoniais em controlada - Ribeira	–	–	–	–	–	–	–	(1.956)	(1.956)	–	(1.956)
Movimentações patrimoniais em coligada - JSL	–	–	–	–	–	–	–	2.360	2.360	1.353	3.713
Movimentações patrimoniais em coligada - Vamos-	–	–	–	–	–	–	–	(84.510)	(84.510)	(48.466)	(132.976)
Movimentações patrimoniais em controlada Simpar:											
Recompra de ações	–	–	–	–	–	–	–	(14.395)	(14.395)	(23.193)	(37.588)
Mudança de participação em controladas	–	–	–	–	–	–	–	210.960	210.960	948.442	1.159.402
Outras movimentações do período	–	–	–	–	–	–	–	(125)	(125)	(906)	(1.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**422.169**	**372.823**	**330.464**	**45.910**	**–**	**40.345**	**110.593**	**729.609**	**2.051.913**	**4.750.849**	**6.802.762**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A JSP Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 9 de janeiro de 2019. Sua sede administrativa está localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, sala 1, Itaim Bibi -São Paulo - SP. Sua principal atividade consiste em ser holding das empresas relacionadas abaixo: **a) Simpar S.A.** ("Simpar") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede administrativa localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, conjunto 101, Itaim Bibi -São Paulo - SP, tendo suas ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) pela denominação (ticker) SIMH3. **b) Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** ("Ribeira") - atuando nas atividades de compra, venda, locação e administração de bens móveis e imóveis próprios, bem como a participação em empreendimentos imobiliários e Sociedades de Propósitos Específicos - SPE´s). A Companhia e suas controladas (em conjunto denominada "Grupo") operam em sete segmentos de negócios: **JSL:** Transporte rodoviário de cargas e logística dedicada de cargas rodoviárias e de commodities, logística interna, distribuição urbana, serviços de armazenagem e fretamento de passageiros; **Movida:** Locação de veículos leves ("Rent a Car" ou "RAC"), gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF") para os setores privado e público. Como consequência e visando a continuidade das atividades de locação, a Movida renova constantemente sua frota, alienando os veículos no final ou próximo ao final de suas vidas econômicas para substituí-los por veículos novos; **Vamos:** Locação, venda e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, gestão de frotas e prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, industrialização e customização. Ao término dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes são desmobilizados e vendidos; **CS Brasil:** Gestão e terceirização de frotas de veículos leves e pesados para o setor público com serviço de motorista, transporte municipal de passageiros e limpeza urbana. Ao término dos contratos, os veículos e máquinas devolvidos pelos clientes, são desmobilizados e vendidos; **CS Infra:** Administração de portos e de concessões de rodovias, operação de sistemas de transporte urbano de passageiros no formato BRT (Bus Rapid Transit) e serviços ambientais, como operação de aterro sanitário com tratamento e transformação dos resíduos recebidos, incluindo a geração e comercialização de biogás e energia por ele gerada, produção e comercialização de crédito de carbono e tratamento de chorume; **Automob:** (anteriormente denominada "Original"): Comercialização de veículos leves novos e seminovos (automóveis de passeio e veículos comerciais), peças, acessórios, serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, comercialização de motos, serviços de blindagem, comercialização de veículos elétricos e serviços de intermediação na venda de financiamentos e seguros automotivos; **BBC:** Serviços financeiros bancários de arrendamento mercantil de veículos e equipamentos, carteira comercial, crédito financiamento, investimentos, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito pessoal, conta corrente, antecipação a fornecedores, conta digital e emissão e administração de cartões. O Grupo conta ainda com entidades situadas no exterior, para fins de captação de recursos financeiros pela emissão de *Senior Notes* ("*Bonds*"), outras entidades jurídicas com operações não relevantes e não alocadas em algum dos segmentos descritos acima. Essas atividades estão sendo apresentadas como segmento "Holding e demais atividades", conforme descrito na nota explicativa 31 - Informações por Segmento. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício de 2023: 1.1.1 Oferta de ações primárias e secundárias - Segmento Vamos:** Em junho de 2023, a controlada Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., efetuou oferta pública de distribuição primária e secundária de 118.389.898 ações ordinárias, sendo 78.926.599 novas ações no âmbito da "Oferta Primária" e 39.463.299 ações de emissão da Vamos e de titularidade da Simpar, na qualidade de "Oferta Secundária". Em 03 de julho de 2023, ocorreram as liquidações física e financeira da transação, sendo o valor por ação de R$ 11,00 (onze reais), e recebimento de caixa no montante de R$ 848.1968 pela Vamos na oferta primária e R$ 430.989 pela Simpar na oferta secundária, totalizando R$ 1.279.957, já descontados os custos da oferta. Como resultado dessa oferta, a Simpar registrou um ganho patrimonial, oriundo da oferta primária de R$ 349.672, registrado no patrimônio líquido na conta de reserva especial. Adicionalmente, foi apurado ganho patrimonial fruto da alienação das ações da oferta secundária de R$ 170.216, líquido de imposto de renda e contribuição social, registrado em outros resultados abrangentes. **1.1.2 Ofertas de aquisição de *Sustainability linked bond ("Tender Offer")* - Segmento Movida :**Em 17 de maio de 2023, a controlada Movida Europe S.A. comunicou plano de recompra de sustainability linked notes de sua emissão, até US$ 375.000 de valor principal das notas. Em 20 de junho de 2023, a operação foi concluída no montante de US$ 213.692 de valor principal (equivalente a R$ 1.024.225). Esta operação resultou em uma amortização parcial do valor principal do sustainability linked notes registrado pelo valor de custo amortizado, e consequentemente, um ganho pela recompra de R$ 401.190, registrado no resultado financeiro. Adicionalmente, em agosto de 2023, a controlada Movida Europe S.A. voltou a comunicar oferta de recompra de sustainability linked notes de sua emissão, que foi concluída em 30 de agosto de 2023, no montante de US$ 149.303 de valor principal (equivalente a R$ 744.084), resultando na amortização parcial da dívida e um ganho pela recompra de R$ 128.246, registrado no resultado financeiro. O ganho registrado no resultado financeiro pela recompra no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 511.484. **1.1.3 Venda do Consórcio Sorocaba - Segmento CS Brasil:** Em 02 de agosto de 2023 a controlada CS Brasil Transporte de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. efetivou a alienação de sua participação no Consórcio Sorocaba, pelo valor de R$ 3.085. A primeira parcela foi recebida a vista no valor de R$ 1.439 e o saldo residual será pago mensalmente em 6 parcelas, acrescidos de 100% da taxa CDI mais spread fixo de 4% a.a. A frota de ônibus atende o Consórcio Sorocaba, de propriedade da controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Servos Ambientais Ltda, foi vendida à uma das partes compradora, pelo valor de R$ 21.885, e que já foi recebido integralmente. **1.1.4 Venda da TPG Transporte - Segmento CS Brasil:** Em 24 de novembro de 2023, a controlada CS Brasil Holding e Locação S.A. ("CS Holding") firmou contrato de compra e venda de 100% das quotas da TPG Transporte de Passageiros Ltda. ("TPG Transporte") para a Alto Tietê Transporte Ltda. (empresa que não pertence ao Grupo SIMPAR), pelo valor de R$ 9.334, sendo uma parcela de R$ 3.334 recebida à vista, e, o valor remanescente, a ser pago em 12 parcelas mensais de R$ 500, resultando num lucro bruto de R$ 5.472. Sendo que em 08 de novembro de 2023, data anterior a venda da TPG, houve a cisão parcial no qual a TPG cindiu seu patrimônio líquido reduzido em montante correspondente a R$ 25.947, representando a transferência de sua frota de ônibus para a CS Holding. Sendo a frota atualmente locada para a Alto Tietê Transporte Ltda. (empresa que adquiriu a TPG). **1.1.5 Movimentação de participação relevante da Simpar na JSL, Vamos e Movida:** Em 22 de dezembro de 2023, a Simpar realizou transação que consistiu em: (i) na alienação pela SIMPAR de 13.149.900 (treze milhões, cento e quarenta e nove mil e novecentas) ações ordinárias de emissão da JSL S.A. (representando 4,62% do capital votante), 28.922.000 (vinte e oito milhões, novecentas e vinte e duas mil) ações ordinárias de emissão da Movida Participações S.A. (representando 8,05% do capital) e 57.828.000 (cinquenta e sete milhões, oitocentas e vinte e oito mil) ações ordinárias de emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (representando 5,27% do capital); e (ii) na realização de contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros ("Swaps") referenciados nas Ações das subsidiárias supramencionadas e na manifestação concomitante do interesse na aquisição das Ações em referência, até a data de vencimento dos Swaps, por meio da CS Brasil Holding e Locação S.A., subsidiária integral da SIMPAR, constituindo dessa forma uma obrigação registrada no passivo nas demonstrações financeiras consolidadas ("Termo Sintético"). Após a conclusão da transação, a exposição econômica às ações objetos da transação continuará a mesma. O valor total da transação foi de R$ 1.056.949 das quais R$ 655.533 serão remunerados a taxa CDI + 1,80% a.a. e R$ 401.416 serão remunerados a taxa de CDI + 0,45% a.a., sendo garantia da obrigação a cessão fiduciária de títulos e valores mobiliários de R$ 738.009 (R$ 330.554 em Letras Financeiras e R$ 407.455 em aplicações CDB), que poderão ser substituídas por fiança bancária a ser aprovada pelas instituições financeiras contrapartes dos contratos. **1.2 Combinações de negócios ocorridos em 2023: 1.2.1 Aquisição Unitum Participações S.A. ("IC Transportes") - Segmento JSL:** Em 03 de março de 2023, a controlada JSL S.A, firmou o contrato de compra e venda de 100% da Unitum Participações S.A, holding que detém 100% das quotas da IC Transportes Ltda., da Artus Administradora Ltda. e da Fortix Veículos Ltda. (em conjunto denominadas "IC Transportes"). Em 02 de maio de 2023, foram concluídas as condições precedentes incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e assim o controle das adquiridas assumido. Essa aquisição reforça a presença e consolida a posição do segmento JSL no transporte de gases, combustíveis, produtos químicos e no agronegócio, incluindo suas cadeias de suprimentos, resultando na ampliação da diversificação de setores e geografia atendidos, oferecendo serviços no Brasil e em outros países da América do Sul. O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	58.417
Parcela retida (i)	100.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	166.252
Total	**324.669**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a JSL S.A será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência ocorrida até a data do fechamento se materialize. Este valor será retido e controlado pela adquirente, em conta gráfica e deverá ser liberado aos vendedores no primeiro dia útil que se seguir do 6º aniversário da data de fechamento. (ii) O valor será pago em 4 parcelas anuais, corrigidas por 90% do CDI. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7.558	–	7.558
Contas a receber	174.462	–	174.462
Ativo de indenização	–	332.259	332.259
Imobilizado	480.147	209.755	689.902
Intangível	355	7.894	8.249
Outros ativos	81.549	5.565	87.114
Total dos ativos adquiridos	**744.071**	**555.473**	**1.299.544**
Passivo			
Fornecedores	39.210	–	39.210
Empréstimos e financiamentos	230.205	–	230.205
Obrigações sociais e trabalhistas	30.668	–	30.668
Arrendamento a pagar à instituições financeiras	21.666	–	21.666
Arrendamento por direito de uso	40.870	–	40.870
Provisão para contingências	253.274	100.655	353.929
Outros passivos	41.834	–	41.834
Total dos passivos assumidos	**657.727**	**100.655**	**758.382**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**541.162**
Valor justo da contraprestação paga			**324.669**
Ganho por compra vantajosa			**(216.493)**

O valor justo líquido dos ativos assumidos é de R$ 541.162 e os respectivos ajustes em relação aos saldos de livro incluem: R$ 332.259 de ativo de indenização, R$ 209.755 de mais valia de imobilizado, R$ 4.694 de mais valia de marcas, R$ 3.200 de acordo de não competição, R$ 5.565 de mais valia de ativo disponível para venda e R$ 100.655 de passivos contingentes. Esta operação gerou compra vantajosa no montante de R$ 216.494, registrado em outras receitas operacionais no consolidado. **Mensuração de valor justo em bases definitivas:** Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia e seus assessores procederam a uma revisão para se certificarem-se de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada ao momento de mercado do setor logístico que sofreu com forte pressão inflacionária nos insumos, que impactou fortemente as margens operacionais da IC Transportes e pela manutenção do patamar de taxa de juros e restrição de crédito no Brasil, que junto com os preços dos novos ativos, acrescenta pressão na capacidade de investimentos da Empresa de renovar e expandir sua frota e com isso atender seus clientes. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do Grupo SIMPAR com R$ 766.074 de receita líquida e com R$ 58.969 de lucro líquido, a partir de 28 de abril de 2023, data em que a Companhia assumiu o controle. Se essa aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida e o lucro líquido consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seriam, respectivamente, em R$ 1.195.197 de receita líquida e R$ 35.072 de lucro líquido. **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foi de R$ 464 referente a honorários advocatícios e custos de *due diligence,* que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1.2.2 Aquisição Fazenda São Judas Logística Ltda. ("FSJ") - Segmento JSL:** Em 17 de julho de 2023, foi firmado contrato de compra e venda de 100% de participação da Fazenda São Judas Logística Ltda. ("FSJ"), pela controlada Pronto Express Logística S.A. ("TPC") subsidiaria direta da controlada JSL S.A. Em 14 de agosto de 2023 a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A Transação está alinhada com a estratégia de consolidação do setor de logística do Brasil e ampliação pelo segmento JSL, do seu portfólio de operações em serviços logísticos expandindo sua operação de transporte rodoviário de cargas fechadas (*full truckload*) para o varejo e para o *e-commerce*.

O valor da compra está demonstrado conforme a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	39.982
Parcela retida (i)	26.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	39.982
Total	**105.964**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a JSL S.A será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência ocorrida até a data do fechamento se materialize. Este valor será retido e controlado pela adquirente, em conta gráfica e deverá ser liberado aos vendedores no primeiro dia útil que se seguir do 6º aniversário da data de fechamento.

(ii) O valor será pago em 2 parcelas anuais, corrigidas por 100% do CDI.

Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	28.677	–	28.677
Contas a receber	35.285	–	35.285
Imobilizado	80.550	30.171	110.721
Intangível	–	88.310	88.310
Ativo de indenização	–	50.000	50.000
Outros ativos	15.395	–	15.395
Total dos ativos adquiridos	**159.907**	**168.481**	**328.388**
Passivo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Fornecedores	21.980	–	21.980
Empréstimos e financiamentos	25.609	–	25.609
Obrigações sociais e trabalhistas	8.157	–	8.157
Obrigações tributárias	5.958	–	5.958
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	10.398	–	10.398
Arrendamento por direito de uso	37.478	–	37.478
Outros passivos	67.803	2.340	70.143
Total dos passivos assumidos	**177.383**	**2.340**	**179.723**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**148.665**
Valor justo da contraprestação paga			**105.964**
Ganho por compra vantajosa			**(42.701)**

O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 148.665, e os ajustes em relação aos respectivos saldos contábeis de livro incluem: R$ 30.171 de mais valia de ativo imobilizado, R$ 50.000 de ativo de indenização, R$ 85.641 de mais valia de carteira de clientes, R$ 2.669 de acordo de não competição e R$ 2.340 de passivos contingentes. Esta operação gerou um ganho de compra vantajosa de R$ 42.701. **Mensuração em bases provisórias:** O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia e seus assessores procederam a uma revisão para certificar-se de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada principalmente de contratos já firmados com clientes estratégicos que se configuram como um intangível relevante, pois representam uma fonte de receita estável e recorrente para a FSJ Logística. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos fiscais no montante de R$ 14.518 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social, tendo em vista que de acordo com a legislação tributária, o ganho por compra vantajosa não é objeto de tributação imediata, devendo ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social no período de apuração da alienação ou baixa do investimento adquirido. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do Grupo com R$ 130.034 de receita líquida e com R$ 8.407 de lucro líquido, a partir de 31 de agosto de 2023, data em que a Companhia assumiu o controle. Se essa aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida e o lucro líquido consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seriam, respectivamente, em R$ 328.238 de receita líquida e R$ 19.579 de lucro líquido. **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foi de R$ 70 referente a honorários advocatícios e custos de *due diligence,* que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1.2.3 Controlada Automob S.A. (Segmento concessionárias):** Em 28 de julho de 2023, foi firmado contrato de compra e venda de 100% da Nova Quality pela subsidiaria Original Holding S.A ("Automob"). Esta aquisição fortalece o posicionamento da Automob no segmento de concessionárias de veículos leves e a aliança comercial com a Toyota, estando em linha com o planejamento estratégico da Companhia, com a adição de duas lojas Toyota seu portifólio. Em 11 de outubro de 2023 a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição, incluindo anuência pelas montadoras concedentes e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	59.625
Parcela retida (i)	13.447
Total	**73.072**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Companhia será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência, que tenha fato ocorrido até a data do fechamento se materialize. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5.062	–	5.062
Contas a receber	2.468	–	2.468
Estoques	15.785	431	16.216
Ativo de indenização	–	–	–
Imobilizado	6.517	613	7.130
Intangível	7	42.233	42.240
Outros ativos	11.705	–	11.705
Total dos ativos adquiridos	**41.544**	**43.277**	**84.821**

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Fornecedores e floor plan	10.320	–	10.320
Arrendamentos por direito de uso	4.296	–	4.296
Obrigações sociais e trabalhistas	1.529	–	1.529
Provisão para contingências	–	–	–
Outros passivos	2.209	–	2.209
Total dos passivos assumidos	**18.354**	**–**	**18.354**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**66.467**
Valor justo da contraprestação paga			**73.072**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**6.605**

O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos, é de R$ 66.467 e inclui: R$ 431 de mais valia de estoques, R$ 613 de mais valia de imobilizado, R$ 15.337 de marcas, R$ 26.896 de acordo de distribuição. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 6.605. **Mensuração em bases provisórias:** O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do Grupo com R$ 43.845 de receita líquida e com R$ 956 de lucro líquido, a partir de novembro de 2023, mês em que a Companhia assumiu o controle. Se essa aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida e o lucro líquido consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, seriam, respectivamente, em R$ 262.286 de receita líquida e R$ 11.595 de lucro líquido. **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foi de R$ 239 referente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*, que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1.2.4 Aquisição da DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda. ("DHL Tratores") - Segmento Vamos:** Em 25 de abril de 2023, a controlada Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A celebrou Contrato de compra e venda DHL Tratores. Fundada em 2004, a DHL Tratores é uma rede de concessionárias de tratores e equipamentos agrícolas Valtra, com lojas nas cidades paranaenses de Ponta Grossa, Araucária, Cambará, Londrina, Ivaiporã e Cornélio Procópio. Em 08 de agosto de 2023, a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O valor da compra está demonstrado conforme a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	30.896
Parcela retida (i)	12.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	54.090
Total	**96.986**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Vamos será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência ocorrida até a data do fechamento se materialize. Este valor será retido e controlado pela adquirente em conta gráfica ("Escrow") e deverá ser corrigido por 90% do CDI. O saldo, líquido de perdas materializadas, deverá ser liberado aos vendedores no primeiro dia útil que se seguir ao 6º aniversário da data de fechamento. (ii) Do saldo remanescente, R$ 23.752 deverá ser pago na data do primeiro aniversário da transação e R$ 30.338 deverá ser pago em três parcelas anuais de igual valor a todas as parcelas corrigidas por 90% do CDI. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.508	–	2.508
Contas a receber	25.932	–	25.932
Estoques	47.648	6.570	54.218
Ativo de indenização	–	28.856	28.856
Imobilizado	11.162	24.649	35.811
Intangível	47	33.645	33.692
Outros ativos	32.843	–	32.843
Total dos ativos adquiridos	**120.140**	**93.720**	**213.860**
Passivo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Fornecedores	38.001	–	38.001
Risco sacado a pagar	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	33.634	–	33.634
Arrendamentos por direito de uso	289	–	289
Cessão de direitos creditórios	–	–	–
Obrigações sociais e trabalhistas	3.396	–	3.396
Provisão para contingências	1.080	27.776	28.856
Outros passivos	18.208	–	18.208
Total dos passivos assumidos	**94.608**	**27.776**	**122.384**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**91.476**
Valor justo da contraprestação paga			**96.986**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**5.510**

O valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos é de R$ 91.476, e os ajustes em relação aos respectivos saldos contábeis de livro incluem: R$ 6.570 de mais valia de estoque, R$ 28.856 de ativo de indenização, R$ 24.649 de mais valia de imobilizado, R$ 33.645 em contratos de distribuição e R$ 27.776 de passivos contingentes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 5.510. **Mensuração em bases provisórias:** O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a O valor justo de ativos e passivos foi determinado preliminarmente, com base nas melhores informações disponíveis para a administração na data de aquisição. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, prazo previsto na norma contábil para concluir a contabilização, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do Grupo com R$ 57.164 de receita líquida e com R$ 1.254 de prejuízo líquido, a partir de 08 de agosto de 2023, data em que a Companhia assumiu o controle. Se essa aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida e o lucro líquido consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seriam, respectivamente, em R$ 121.620 de receita líquida e R$ 5.833 de lucro líquido. **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foram de R$ 307 referente a honorários advocatícios e custos de due diligence, que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1.2.5 Aquisição Tietê Veículos Ltda. ("Tietê") - Segmento Vamos:** Em 06 de abril de 2023, a controlada Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos") firmou contrato de compra e venda de 100% das quotas da Tietê Veículos Ltda ("Tietê"). Em 07 de junho de 2023 a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O valor da compra está demonstrado conforme a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	161.289
Parcela retida (i)	13.521
Saldo a pagar em parcelas (ii)	131.301
Total	**306.111**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Vamos será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência ocorrida até a data do fechamento se materialize. Este valor será retido e controlado pela adquirente, em conta gráfica ("Escrow"), e deverá ser corrigido por 100% do CDI. O saldo, líquido de perdas materializadas, deverá ser liberado aos vendedores em 04 de junho de 2029. (ii) Do saldo remanescente será pago o valor de R$ 73.924 na data do primeiro aniversário da transação e R$ 57.377 no segundo aniversário da transação, ambas parcelas corrigidas por 100% do CDI. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	31.272	–	31.272
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	–
Contas a receber	10.481	–	10.481
Estoques	64.143	53	64.196
Ativo de indenização	–	8.557	8.557
Imobilizado	19.079	2.655	21.734
Intangível	46	212.789	212.835
Outros ativos	32.068	–	32.068
Total dos ativos adquiridos	**157.089**	**224.054**	**381.143**
Passivo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Fornecedores	44.455	–	44.455
Arrendamentos por direito de uso	10.854	–	10.854
Obrigações sociais e trabalhistas	3.848	–	3.848
Provisão para contingências	1.141	7.416	8.557
Outros passivos	9.933	–	9.933
Total dos passivos assumidos	**70.231**	**7.416**	**77.647**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**303.496**
Valor justo da contraprestação paga			**306.111**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**2.615**

O valor justo líquido dos ativos adquiridos e passivos assumidos é de R$ 303.496, e os ajustes em relação aos respectivos saldos contábeis de livro incluem: R$ 53 de mais valia de estoque, R$ 8.557 de ativo de indenização, R$ 2.655 de mais valia de imobilizado, R$ 212.789 em contratos de distribuição e R$ 7.416 de passivos contingentes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 2.615. **Mensuração em bases provisórias:** O valor justo de ativos e passivos foi determinado preliminarmente, com base nas melhores informações disponíveis para a administração na data de aquisição. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, prazo previsto na norma contábil para concluir a contabilização, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Esta combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do Grupo SIMPAR com R$ 321.370 de receita líquida e com R$ 30.836 de lucro líquido, a partir de 02 de junho de 2023, data em que a Companhia assumiu o controle. Se essa aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2023, a receita líquida e o lucro líquido consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 seriam, respectivamente, em R$ 508.116 de receita líquida e R$ 44.992 de lucro líquido. **Custos da Aquisição:** Os custos relacionados a essa aquisição foram de R$ 365 referente a honorários advocatícios e custos de *due diligence*, que foram registrados como "Despesas administrativas" na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1.3 Combinações de negócios ocorridas em 2022 e que tiveram alocação do preço pago finalizada em 2023: 1.3.1 Alocações definitivas da Truckpad Tecnologia e Logística S.A. e da Truckpad Meios de Pagamentos Ltda. ("Truckpad") - Segmento JSL:** Em 26 de maio de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas de emissão da Truckpad. conforme divulgado nas demonstrações financeira de 31 de dezembro de 2022. O valor da transação foi de US$ 1,00 (um Dólar americano) equivalente a R$ 0,0048, que foi pago em moeda nacional em 26 de maio de 2022, além da assunção das obrigações e dívidas da empresa adquirida. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação final da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	1.475	–	1.475
Contas a receber	381	–	381
Imobilizado	485	–	485
Intangível	2.466	8.994	11.460
Outros ativos	229	–	229
Total dos ativos adquiridos	**5.036**	**8.994**	**14.030**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	3.953	–	3.953
Fornecedores	2.514	–	2.514
Obrigações sociais e trabalhistas	4.890	–	4.890
Provisão para contingências	313	11.204	11.517
Outros passivos	5.965	–	5.965
Total dos passivos assumidos	**17.635**	**11.204**	**28.839**
Total do passivo a descoberto			**(14.809)**
Valor justo da contraprestação paga			**0,0048**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**14.809**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos passivos assumidos é de R$ (14.809) e inclui R$ 5.566 de *software* e R$ 3.428 de marca no intangível e R$ 11.204 de passivo contingente. Foi gerado ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") de R$ 14.809. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da TruckPad tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 8.638 e o prejuízo líquido seria de R$ 2.904. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 225 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.2 Alocações definitivas da Green Yalla Mobility Ltda ("Green Yalla") - Segmento Movida:** Em 15 de setembro de 2022, foi concluída a aquisição pela Movida Participações de 100% da empresa Green Yalla Mobility Ltda. A Green Yalla é uma empresa que atua no segmento de *Rent a Car*, fundada em 16 de fevereiro de 2021 e com sede na cidade de São Paulo. A frota da Green é composta por 184 carros, com idade média de 1 ano, distribuídos entre seus 156 clientes. O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	1.316
Parcelas pagas conforme determinação do contrato de aquisição	1.506
Total	**2.822**

Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2	–	2
Contas a receber	419	–	419
Tributos a recuperar	196	–	196
IR e CS a recuperar	2	–	2
Despesas antecipadas	467	–	467
Adiantamento a terceiros	7	–	7
Imobilizado	23.662	852	24.514
Intangível	–	1.002	1.002
Outros ativos	495	–	495
Total dos ativos adquiridos	**25.250**	**1.854**	**27.104**
Passivo			
Fornecedores	40	–	40
Empréstimos e financiamentos	14.007	–	14.007
Outros passivos	10.425	–	10.425
Total dos passivos assumidos	**24.472**	**–**	**24.472**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**2.632**
Valor justo da contraprestação paga			**2.822**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**190**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos passivos assumidos é de R$ 2.632 e inclui: R$ 852 de mais valia de imobilizado; e R$ 1.002 de carteira de clientes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 190. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.5 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da Green Yalla tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 8.440 e o prejuízo líquido seria de R$ 228. **Custos da Aquisição:** Considerando que a Green foi adquirida em conjunto com outras empresas do grupo, até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não incorreu em custos relacionadas à aquisição. **1.3.3 Alocações definitivas da Marbor Frotas Corporativas Ltda. ("Marbor") - Segmento Movida:** Em 16 de dezembro de 2021, a Movida Participações assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das cotas da Marbor. A Marbor atua em Gestão e Terceirização de Frota desde 1996. A transação irá contribuir com 1,8 mil veículos atrelados a contratos de locação, os quais possuem uma idade média de aproximadamente 1,4 ano e estão distribuídos entre mais de 100 clientes corporativos com contratos com prazo médio de 2,7 anos.

O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	28.766
Reserva de Contingência (i)	9.500
Parcelas pagas conforme determinação do contrato de aquisição	29.101
Total	**67.367**

(i) O montante será retido da parcela a pagar aos vendedores para garantia de eventuais contingências ("Escrow"), sendo liberado para os vendedores em 03 de abril de 2028, líquido de perdas materializadas. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	4.092	–	4.092
Contas a receber	2.521	–	2.521
Ativo de indenização	–	3.770	3.770
Imobilizado	74.352	41.256	115.608
Outros ativos	2.269	–	2.269
Total dos ativos adquiridos	**83.234**	**45.026**	**128.260**
Passivo			
Fornecedores	344	–	344
Empréstimos e financiamentos	59.970	–	59.970
Contas a pagar	–	3.770	3.770
Outros passivos	9.536	–	9.536
Total dos passivos assumidos	**69.850**	**3.770**	**73.620**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**54.640**
Valor justo da contraprestação paga			**67.367**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**12.727**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos passivos assumidos é de R$ 54.640 e inclui: 41.256 de mais valia de imobilizado, R$ 3.770 de ativo de indenização e passivos contingentes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 12.727. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da Marbor tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 20.549 e o lucro líquido seria de R$ 4.707. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 859 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.9 Alocações definitivas da Drive on Holidays ("DoH") - Segmento Movida:** Em 21 de setembro de 2022 foi concluída a aquisição pela Movida Finance de 100% da "DoH". Sediada em Lisboa, com atuação no setor de Rent a Car há 11 anos, com 4 lojas adjacentes aos principais aeroportos de Portugal (Lisboa, Porto, Faro e Ponta Degalda - região dos Açores) e frota de aproximadamente 3,3 mil veículos em agosto de 2022, e idade média de 1,6 ano.

O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	272.802
Reserva de Contingência (i)	13.379
Total	**286.181**

(i) O montante será retido da parcela a pagar aos vendedores para garantia de eventuais contingências ("Escrow"), sendo liberado para os vendedores em 03 de abril de 2028, líquido de perdas materializadas. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	3.608	–	3.608
Contas a receber	22.847	–	22.847
Imobilizado	176.653	96.909	273.562
Intangível	–	16.628	16.628
Outros ativos	3.147	–	3.147
Total dos ativos adquiridos	**206.255**	**113.537**	**319.792**
Passivo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Fornecedores	18.851	–	18.851
Empréstimos e financiamentos	18.910	–	18.910
Outros passivos	85.400	–	85.400
Total dos passivos assumidos	**123.161**	**–**	**123.161**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**196.631**
Valor justo da contraprestação paga			**286.181**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**89.550**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos passivos assumidos é de R$ 196.631 e inclui: R$ 96.909 de mais valia de imobilizado; R$ 13.510 de marcas e R$ 3.118 acordo de não competição Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 89.550. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da DoH tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 150.165 e o lucro líquido seria de R$ 60.725. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 1.029 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.10** Alocações definitivas da HM Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras") - Segmento Vamos: Em 08 de dezembro de 2021, a Vamos assinou o contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da HM Empilhadeiras e em 08 de abril de 2022 efetivou o fechamento da transação de aquisição após a conclusão das condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	75.909
Saldo a pagar em parcelas (i)	35.045
Total	**110.954**

(i) O valor remanescente a ser pago em 36 parcelas mensais corrigidas por 100% do CDI até a data do pagamento. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, conforme alocação final do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	6.335	–	6.335
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	274	–	274
Contas a receber	14.524	–	14.524
Estoques	2.526	272	2.798
Tributos a recuperar	167	–	167
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	139	–	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.843	–	1.843
Despesas antecipadas	287	–	287
Adiantamentos a terceiros	17	–	17
Ativo de indenização (i)	–	9.572	9.572
Imobilizado	35.761	84.991	120.752
Total dos ativos adquiridos	**61.873**	**94.835**	**156.708**
Passivo			
Fornecedores	2.327	–	2.327
Empréstimos, financiamentos e debêntures	33.282	–	33.282
Arrendamentos a pagar	13.414	–	13.414
Arrendamentos por direito de uso	1.965	–	1.965
Tributos a recolher	311	–	311
Cessão de direitos creditórios	–	–	–
Obrigações sociais e trabalhistas	2.789	–	2.789
Provisão para contingências	909	9.572	10.481
Outros passivos	5.668	–	5.668
Total dos passivos assumidos	**60.665**	**9.572**	**70.237**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**86.471**
Valor justo da contraprestação paga			**110.954**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**24.483**

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos passivos, líquido do ativo, assumidos é de R$ 86.471 e inclui: R$ 272 de mais valia de estoques, R$ 9.572 de ativo de indenização e passivos contingentes; R$ e R$ 84.991 de mais valia de imobilizado. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 24.483. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da HM Empilhadeiras tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 101.634 e o lucro líquido seria de R$ 28.670. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 374 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.6 Alocações definitivas da Trucvan Indústria e Comércio Ltda. e Flal Participações e Empreendimentos Ltda., (em conjunto "Truckvan") - Segmento Vamos:** Em 04 de março de 2022, a Vamos Seminovos S.A. assinou contrato de subscrição de capital e de compra de 70% da Truckvan Indústria e Comércio Ltda. e na Flal Participações e Empreendimentos Ltda. A transação ocorreu por meio da aquisição das quotas de emissão da Braga Company Investimentos e Participações Ltda e da Rafe Investimentos e Participações Ltda, controladoras integrais da Truckvan. A aquisição consolida a posição de destaque da Controlada Vamos como plataforma de negócios de caminhões, máquinas, equipamentos e está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia de crescer dentro do seu ecossistema visando mercados resilientes, escaláveis, sinérgicos e com alto potencial de cross-selling.

O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	15.000
Saldo a pagar em parcelas (i)	41.275
30% da opção de compra (ii)	23.143
Total	**79.418**

(i) O valor remanescente será pago no primeiro aniversário da transação, acrescido da variação do CDI, desde a data de fechamento até a data do seu efetivo pagamento. (ii) Valor da aquisição pelo método de aquisição antecipada equivalente à 30% da opção de compra. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	22.222	–	22.222
Contas a receber	21.459	–	21.459
Estoques	61.672	(484)	61.188
Tributos a recuperar	15.424	–	15.424
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.715	–	3.715
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.128	–	4.128
Despesas antecipadas	288	–	288
Adiantamentos a terceiros	3.905	–	3.905
Depósitos judiciais	1.188	–	1.188
Ativo de indenização (i)	–	29.128	29.128
Imobilizado	58.102	13.864	71.966
Intangível	53	14.056	14.109
Total dos ativos adquiridos	**192.156**	**56.564**	**248.720**
Passivo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Fornecedores	22.310	–	22.310
Risco sacado a pagar	36.220	–	36.220
Empréstimos e financiamentos	38.804	–	38.804
Arrendamento por direito de uso	21.564	–	21.564
Cessão de direitos creditórios	4.122	–	4.122
Obrigações trabalhistas	6.871	–	6.871
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.814	–	2.814
Tributos a recolher	304	–	304
Adiantamentos de clientes	12.140	–	12.140
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.110	29.128	32.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	243	–	243
Outras contas a pagar	3.056	–	3.056
Total dos passivos assumidos	**151.558**	**29.128**	**180.686**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**68.034**
Valor justo da contraprestação paga			**79.418**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			**11.384**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos, é de R$ 68.034 e inclui: R$ 484 de menos valia de estoques, R$ 13.864 de mais valia de imobilizado, R$ 9.703 de relacionamento com clientes, R$ 4.353 de marcas e R$ 29.128 de ativo de indenização e passivos contingentes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 11.384. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da Truckvan tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 275.996 e o lucro líquido seria de R$ 19.357. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 221 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.7 Alocações definitivas da Sagamar Serviços, Administração e Participações Ltda. ("Sagamar") - Segmento Automob:** Em dezembro de 2021, a controlada Original Holding S.A ("Automob") e suas subsidiárias celebraram contratos de compra e venda para aquisição de 100% da Sagamar, empresa que opera concessionárias de veículos leves novos e seminovos no estado do Maranhão, acrescentando ao portfólio do Grupo novos negócios com nove novas marcas de veículos, operadas por 14 lojas. Em 04 de abril de 2022 a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição, incluindo anuência pelas montadoras concedentes e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	228.897
Parcela retida (i)	15.000
Valor pago através de ações (ii)	24.799
Total	**268.696**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Companhia será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência, que tenha fato ocorrido até a data do fechamento se materialize. (ii) Contraprestação por meio de pagamento com de ações, que resultará aos vendedores participação no capital social da Automob. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	2.595	–	2.595
Contas a receber	36.452	–	36.452
Estoques	74.684	6.040	80.724
Imobilizado	20.412	687	21.099
Intangível	224	202.843	203.067
Ativo de indenização	–	430	430
Outros ativos	51.015	–	51.015
Total dos ativos adquiridos	**185.382**	**210.000**	**395.382**
Passivo			
Fornecedores e floor plan	31.036	–	31.036
Empréstimos e financiamentos	20.450	–	20.450
Arrendamentos por direito de uso	11.514	–	11.514
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.462	–	3.462
Obrigações sociais e trabalhistas	4.723	–	4.723
Provisão para contingências	763	430	1.193
Outros passivos	96.853	–	96.853
Total dos passivos assumidos	**168.801**	**430**	**169.231**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**226.151**
Valor justo da contraprestação paga			**268.696**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwi*ll)			**42.545**

Mensuração de valor justo em bases definitivas

O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 226.151 e inclui: R$ 6.040 de mais valia em estoques, R$ 687 de mais valia em imobilizado e R$ 202.843 em contratos de distribuição com montadoras e R$ 430 de ativo de indenização e passivos contingentes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 42.545. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da Sagamar tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 1.236.607 e o lucro líquido seria de R$ 42.807. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 323 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.13** Alocações definitivas da Autostar Comercial e Importadora Ltda., da American Star Comércio de Veículos Ltda., da Bikestar Comércio de Motocicletas Ltda., da British Star Comércio de Motocicletas Ltda., Moto Star Comércio de Motocicletas Ltda., e da SBR Comércio e Serviços de Blindagens Ltda. (em conjunto "Autostar") - Segmento Automob: Em 29 de abril de 2022 a controlada Automob assinou o contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da Autostar. Em 15 de setembro de 2022 a transação foi concluída após cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação por todas as montadoras concedentes e aprovação pelo CADE. A aquisição da Autostar fortalece o posicionamento da Automob no segmento de veículos e motocicletas de alto luxo, por meio do aumento no mix de marcas, produtos e serviços oferecidos aos clientes, além de registrar a entrada da empresa no segmento de blindagem de veículos, com a SBR. Dessa forma, passam a fazer parte do *portfólio* da Automob as marcas: BMW (3 lojas), Volvo (2 lojas), Harley Davidson (2 lojas), assim como Jaguar/Land Rover, Mini, Chrysler/Jeep/Dodge/Ram, Triumph e KTM, com uma unidade de cada marca, todas localizadas em bairros nobres da cidade de São Paulo - SP, o maior mercado de automóveis de luxo do Brasil. O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	372.190
Valor pago através de ações (i)	57.696
Total	**429.886**

(i) Contraprestação por meio de pagamento com de ações, que resultará aos vendedores participação no capital social da Automob. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	12.710	–	12.710
Títulos e valores mobiliários	9.865	–	9.865
Estoques	88.751	6.583	95.334
Contas a receber	42.501	–	42.501
Ativo de indenização	–	430	430
Imobilizado líquido	94.960	5.008	99.968
Intangível	77	263.187	263.264
Outros créditos	150.623	–	150.623
Total dos ativos adquiridos	**399.487**	**275.208**	**674.695**
Passivo			
Fornecedores e *floor plan*	75.225	–	75.225
Empréstimos e financiamentos	45.425	–	45.425
Arrendamentos por direito de uso	63.107	–	63.107
Obrigações sociais e trabalhistas	59.055	–	59.055
Provisão para contingências	7.588	430	8.018
Outros passivos	49.555	–	49.555
Total dos passivos assumidos	**299.955**	**430**	**300.385**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**374.310**
Valor justo da contraprestação paga			**429.886**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**55.576**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 374.310 e inclui: R$ 6.583 de mais valia em estoques, R$ 5.008 de mais valia em imobilizado e R$ 74.507 em Marcas, R$ 188.680 em contratos de distribuição com montadora e R$ 430 de ativo de indenização e passivos contingentes. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 55.576. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição da Autostar tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 906.928 e o lucro líquido seria de R$ 48.526. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 230 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.9 Alocações definitivas da aquisição da Hamsi Empreendimentos S/S Ltda. ("Grupo Green") - Segmento Automob:** Em 30 de maio de 2022 a Automob assinou o contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas de emissão do Grupo Green. Em 15 de setembro de 2022 a transação foi concluída após cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação por todas as montadoras concedentes e aprovação pelo CADE. A aquisição do Grupo Green fortalece o posicionamento da Automob no segmento de veículos leves na cidade de São Paulo, por meio da adição de 9 lojas ao *portfólio* da Automob, sendo 4 da Volkswagen, 3 da Peugeot e 2 da Citröen. Com mais de 64 anos de atuação no setor, o Grupo Green se transformou em uma das principais redes de comercialização de veículos leves das marcas Volkswagen, Peugeot e Citröen na cidade de São Paulo. O Grupo Green atua na comercialização de veículos leves novos e seminovos, pós-venda, consórcio e seguros. O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	37.944
Parcela retida (i)	3.003
Valor pago através de ações (ii)	39.481
Saldo a pagar em parcelas (iii)	19.740
Total	**100.168**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Companhia será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência que tenha fato ocorrido até a data do fechamento se materialize. (ii) Contraprestação por meio com troca de ações, que resultará aos vendedores em participação no capital social da Automob. (iii) Valor a pagar pela venda registrada na rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição". Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	5.824	–	5.824
Contas a receber	1.222	–	1.222
Estoques	67.164	2.607	69.771
Imobilizado	30.497	8.200	38.697
Intangível	1.451	26.307	27.758
Ativo de indenização	–	747	747
Outros ativos	11.928	–	11.928
Total dos ativos adquiridos	**118.086**	**37.861**	**155.947**
Passivo			
Fornecedores e *floor plan*	28.761	–	28.761
Empréstimos e financiamentos	1.534	–	1.534
Arrendamentos por direito de uso	24.239	–	24.239
Obrigações sociais e trabalhistas	5.729	–	5.729
Provisão para contingências	4.161	747	4.908
Outros passivos	33.402	–	33.402
Total dos passivos assumidos	**97.826**	**747**	**98.573**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**57.374**
Valor justo da contraprestação paga			**100.168**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwi*ll)			**42.794**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 57.374 e inclui: R$ 2.607 de mais valia em estoques, R$ 8.200 de mais valia em imobilizado e R$ 6.844 em Marcas, R$ 19.463 em contratos de distribuição com montadoras e R$ 747 de ativo de indenização e passivo contingente. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 42.794. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição do Grupo Green tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 665.628 e o lucro líquido seria de R$ 25.660. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 504 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.3.10 Alocações definitivas da UAB Motors Participações Ltda. ("UAB Motors") - Segmento Automob:** Em 12 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% da UAB Motors. Em 1 de Julho de 2022, após cumprimento das condições precedentes, incluindo aprovação do CADE e anuência das montadoras, a transação foi concluída e o controle da companhia assumido. A aquisição acrescentou sete novas marcas de veículos operadas por lojas presentes em 6 municípios e 20 lojas. O valor da compra está demonstrado a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	416.450
Parcela retida (i)	115.000
Total	**531.450**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Companhia será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência que tenha fato ocorrido até a data fechamento se materialize, este valor será remunerado à 100% do CDI. Em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição, está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	54.230	–	54.230
Contas a receber	22.468	–	22.468
Estoques	155.058	14.529	169.587
Ativo de indenização	–	29.690	29.690
Imobilizado	213.864	39.385	253.249
Intangível	21.131	153.255	174.386
Outros ativos	272.280	–	272.280
Total dos ativos adquiridos	**739.031**	**236.859**	**975.890**
Passivo			
Fornecedores e *floor plan*	107.223	–	107.223
Arrendamentos por direito de uso	100.572	–	100.572
Obrigações sociais e trabalhistas	20.044	–	20.044
Provisão para contingências	25.764	29.690	55.454
Outros passivos	242.260	–	242.260
Total dos passivos assumidos	**495.863**	**29.690**	**525.553**
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos			**450.337**
Valor justo da contraprestação paga			**531.450**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwi*ll)			**81.113**

Mensuração de valor justo em bases definitivas: O valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos é de R$ 450.337 e inclui: R$ 14.529 de mais valia em estoques, R$ 39.385 de mais valia em imobilizado e R$ 26.206 em Marcas, R$ 127.049 em contratos de distribuição com montadoras e R$ 29.690 de ativo de indenização e passivo contingente. Esta operação gerou expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") no montante de R$ 81.113. **Técnicas para a mensuração do valor justo:** As técnicas utilizadas na mensuração do valor justo das combinações de negócios estão descritas na nota explicativa 2.4 a) Combinação de negócios. **Resultado da combinação de negócios:** Se a aquisição do Grupo Green tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita liquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 seria de R$ 3.241.754 e o lucro líquido seria de R$ 207.581. **Custos da Aquisição:** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 165 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado de 2022. **1.4 Relação de participação em entidades controladas e coligadas:** Participação direta nas controladas:

	País sede	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Simpar S.A.	Brasil	57,35%	57,35%
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
Green Holding Ltda.	Brasil	99,90%	99,90%

Participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.:

	País sede	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ribeira Incorporações Imobiliárias Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Rio Paratei Empreendimentos Imobiliários Ltda	Brasil	50,00%	50,00%
Total Braz Cubas SPE Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	50,00%	87,68%
Ribeira Vendas e Intermediações Imobiliárias Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 6 SPE Empreendimento Imobiliário LTDA.	Brasil	99,99%	99,99%
Horizontes I SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%

Participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Ribeira Incorporações Imobiliárias Ltda.:

	País sede	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Guerino Lubiani SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%
Horizontes II SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%
Vision Colinas SPE Empreendimento Imobiliário	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 1 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 2 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 3 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 4 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 5 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
RBRA 7 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 8 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 9 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
RBRA 10 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%

Participação (%) indireta da Companhia por meio de controlada Simpar S.A.:

	País sede	**Segmento**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
JSL S.A ("JSL")	Brasil		38,88	41,53
Agrolog Transportadora de Cargas em Geral Ltda. ("Agrolog Transportadoras")	Brasil		38,88	41,53
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A. ("Medlogística") **(ii)**	Brasil		–	41,53
Quick Logística Ltda. ("Quick Logística") **(ii)**	Brasil		38,88	41,53
Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda. ("Sinal Serviços")	Brasil		38,88	41,53
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda. ("Yolanda")	Brasil		38,88	41,53
Transmoreno Transporte e Logística Ltda. ("Transmoreno")	Brasil		38,88	41,53
Fadel Transportes e Logística Ltda. ("Fadel Transportes")	Brasil		38,88	41,53
Fadel Logistics South África ("Fadel África do Sul")	África do Sul		38,88	41,53
Mercosur Factory Sociedad Anónima (Fadel Paraguai)	Paraguai		38,88	41,53
Pronto Expresso Logística S.A.	Brasil	JSL	38,88	41,53
TPC Logística Sudeste S.A.	Brasil		38,88	41,53
TPC Logística Nordeste S.A.	Brasil		38,88	41,53
Transportes Marvel Ltda.	Brasil		38,88	41,53
Truckpad Tecnologia e Log. S.A.	Brasil		38,88	41,53
Truckpad Meio de Pagamentos Ltda.	Brasil		38,88	41,53
Transportadora Rodomeu Ltda. Ltda.	Brasil		38,88	41,53
IC Transportes Ltda.	Brasil		38,88	–
Unithum Participações S.A. **(ii)**	Brasil		38,88	–
Fortix Veículos Ltda. **(ii)**	Brasil		38,88	–
Artus Administradora Ltda.	Brasil		38,88	–
Fazenda São Judas Logística Ltda.	Brasil		38,88	–

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País sede	Segmento	31/12/2023	31/12/2022
Movida Participações S.A. ("Movida Participações")	Brasil		32,98	37,38
Movida Locação de Veículos S.A. ("Movida Locação")	Brasil		32,98	37,38
Movida Europe S.A. (Movida Europe)	Luxemburgo		32,98	37,38
Movida Finance	Luxemburgo		32,98	37,38
Movida Locação de Veículos Premium Ltda. ("Movida Premium")	Brasil		–	37,38
CS Brasil Participações e Locações Ltda. ("CS Brasil Participações")	Brasil		32,98	37,38
CS Brasil Frotas Ltda. ("CS Brasil Frotas")	Brasil		32,98	37,38
Marbor Locadora Ltda.	Brasil		32,98	37,38
Marbor Frotas Corporativas Ltda ("Marbor Frotas")	Brasil		32,98	37,38
Green Yalla Mobility Ltda. ("Green Yalla")	Brasil		32,98	37,38
Drive On Holidays C. A. V ("DOH")	Portugal		32,98	37,38
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos")	Brasil		31,66	39,61
Vamos Máquinas S.A. ("Vamos Máquinas")	Brasil		31,66	39,61
Vamos Seminovos S.A. ("Vamos Seminovos")	Brasil		31,66	39,61
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos Linha Amarela")	Brasil	Movida	31,66	39,61
Vamos Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. ("Vamos Agrícolas")	Brasil		31,66	39,61
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")	Brasil		31,66	39,61
HM Comércio e Manutenção de Empilhadeira Ltda. ("HM")	Brasil		31,66	39,61
Monarca Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda.	Brasil		31,66	39,61
BMB Mode Center S.A.	Brasil		31,66	39,61
BMB Latin America Sociedade Anonima de Capital Variable	México		31,66	39,61
Truckvan Industria e Comércio Ltda.	Brasil		31,66	39,61
Flal Participações e Empreendimentos Ltda.	Brasil		31,66	39,61
Braga Company Investimento e Participações Ltda.	Brasil		31,66	39,61
Rafe Investimentos e Participações Ltda.	Brasil		31,66	39,61
HM Locação de Empilhadeiras Ltda.	Brasil		31,66	39,61
Tietê Veículos Ltda.	Brasil		31,66	39,61
DHL Distribuidora de Peças e Serviços Ltda.	Brasil		31,66	39,61
Ppay Administração de Bens e Propriedades Ltda.	Brasil		31,66	–
CS Infra S.A. ("CS Infra")	Brasil		57,35	57,35
Ciclus Ambiental do Brasil S.A. ("Ciclus Ambiental")	Brasil		57,35	57,35
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil	CS Infra	57,35	57,35
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil		57,35	57,35
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.	Brasil		42,01	36,70
CS Brasil Holding e Locação S.A. ("CS Brasil Holding")	Brasil		57,35	57,35
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Brasil		57,35	57,35
CS Finance S.a.r. ("CS Finance")	Luxemburgo		57,35	57,35
BRT Sorocaba Concessionárias	Brasil	CS Brasil	28,53	28,66
Consórcio Sorocaba **(i)**	Brasil		28,53	28,68
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda. ("Mogipasses") **(iii)**	Brasil		57,35	57,35
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda. ("Mogi Mob") **(iii)**	Brasil		57,35	57,35
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	Brasil		43,01	43,01
Automob S.A. (anteriormente "Original Holding")	Brasil		45,54	45,54
Original Nara Comércio Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Nova Quality Veículos Ltda.	Brasil		45,54	–
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda. ("Original Distribuidora")	Brasil		45,54	–
Original Veículos S.A. ("Original Veículos") *	Brasil		45,54	45,54
Ponto Veículos S.A. ("Ponto Veículos") *	Brasil		45,54	45,54
Original Americas Comércio de Veículos S.A. ("Original Americas")	Brasil		45,54	45,54
Original Germania Comércio de Veículos S.A. ("Original Germania")	Brasil		45,54	45,54
Original Ibero Comércio de Veículos S.A. ("Original Ibero")	Brasil		45,54	45,54
Original Pequim Comércio de Veículos S.A. ("Original Pequim")	Brasil		45,54	45,54
Original Seoul Comércio de Veículos S.A. ("Original Seoul")	Brasil		45,54	45,54
Original New Suécia Comércio de Veículos S.A. ("Original New Suécia")	Brasil		45,54	45,54
Original New Provence Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original New Provence")	Brasil		45,54	45,54
Original Nagano Comércio de Veículos S.A. ("Original Nagano")	Brasil		45,54	45,54
Original Comércio de Motos S.A. ("Original Motos")	Brasil		45,54	45,54
Original New Berlim Com. de Veículos, Peças e Serviços S.A. ("Original New Berlim")	Brasil		45,54	45,54
Original Ranger Comércio de Veículos S.A. ("Original Ranger")	Brasil		45,54	45,54
Original Turim Comércio de Veículos Peças e Serviços S.A. ("Original Turim") *	Brasil		45,54	45,54
Original Indiana Comércio de Veículos Peças e Serviços S.A. ("Original Indiana") *	Brasil		45,54	45,54
Original Berlim Comércio de Veículos S.A. ("Original Berlim") *	Brasil		45,54	45,54
Original Xangai Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original Xangai") *	Brasil		45,54	45,54
Original Grand Tour Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original Grand Tour") *	Brasil		45,54	45,54
Original Suécia Comércio de Veículos S.A. ("Original Suécia") *	Brasil		45,54	45,54
Original Nice Comércio de Veículos, Peças e Serviços S.A. ("Original Nice") *	Brasil		45,54	45,54
Original Pacific Comércio de Veículos S.A. ("Original Pacific") *	Brasil		45,54	45,54
Original Estação Asia Comércio de Veículos e Peças S.A. ("Original Estação Ásia") *	Brasil		45,54	45,54
Original Provence Comércio de Veículos S.A. ("Original Provence") *	Brasil		45,54	45,54
American Star Comercio de Veículos S.A.	Brasil		45,54	45,54
Autostar Comercial e Importadora S.A.	Brasil		45,54	45,54
British Star Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil		45,54	45,54
Moto Star Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil		45,54	45,54
SBR Comércio e Serviços de Blindagens S.A.	Brasil		45,54	45,54
Bikestar Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil		45,54	45,54
Autostar London Comercial e Importadora S.A.	Brasil	Automob	45,54	45,54
Autostar Sweden Comercial e Importadora S.A.	Brasil		45,54	45,54
United Auto Nagoya Comercio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Sul Import Veículos e Serviços Ltda.	Brasil		45,54	45,54
CVK Auto Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Euro Import Motos Comércio de Motocicletas Ltda.	Brasil		45,54	45,54
United Auto Aricanduva Comercio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Euro Import Comércio e Serviços Ltda.	Brasil		45,54	45,54
UAB Motors Participações Ltda.	Brasil		45,54	45,54
United Auto São Paulo Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
AR- Veículos e Participações Ltda.	Brasil		45,54	45,54
UAQ Publicidade e Propaganda Ltda.	Brasil		45,54	45,54
United Auto Participações Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Acanthicus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil		45,54	45,54
AR Centro-Oeste Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
AR Sudeste Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Uabmotors Corretora de Seguros Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Sceptrum Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil		45,54	45,54
United Auto Interlagos Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Ophiucus Participações Ltda.	Brasil		45,54	45,54
UAN Motors Participações Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Auto Green Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Green Ville Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Hamsi Empreendimentos S/S Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Serv Cinq Servicos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Original New Pacific Motors Comércio de Veículos S.A.	Brasil		45,54	45,54
Original New England Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil		45,54	45,54
Original Munique Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil		45,54	45,54
Original Milwaukee Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil		45,54	45,54
Original Tokyo Comércio de Veículos S.A.	Brasil		45,54	45,54
Original Hamburgo Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Original Yoko Comércio de Veículos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Original Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil		45,54	45,54
Original Xian Comércio de Veículos Ltda. ("Original Xian")	Brasil		45,54	45,54
Original New Xangai Com. de Veículos, Peças e Serviços S.A ("Original New Xangai")	Brasil		45,54	45,54
Original Nacional Comercio de Veículos Seminovos Ltda.	Brasil		45,54	45,54
Original Comércio de Veículos Seminovos S.A.	Brasil		45,54	45,54
BBC Holding Financeira Ltda. ("BBC Holding ")	Brasil		57,35	57,35
BBC Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil		57,35	57,35
Banco Brasileiro Crédito S.A. ("BBC Bancos")	Brasil	BBC	57,34	57,34
BBC Pagamentos Ltda. ("BBC Pagamentos")	Brasil		57,35	57,34
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda. ("Madre Corretora")	Brasil		57,35	57,35
Original Locadora de Veículo Ltda.	Brasil		57,35	57,35
Avante Seminovos Ltda.	Brasil		57,35	57,35
Simpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Simpar Empreendimentos")	Brasil		57,35	57,35
Simpar Europe.(nova denominação da JSL Europe)	Luxemburgo	Holding e demais	57,35	57,35
Simpar Finance S.a.r. ("Simpar Finance", nova denominação da JSL Finance)	Luxemburgo		57,35	57,35
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Simpar ("FIDC Simpar")	Brasil		57,35	57,35
GSIM Participações e Holding S.A.	Brasil		57,35	–

Empresa em fase pré-operacional ou dormente; (i) A CS Brasil Transportes consolidava até 01 de agosto proporcionalmente em seu balanço a parcela de 50,00% do Consórcio Sorocaba, em 02 de agosto houve a venda da participação conforme nota explicativa 1.1.3. (ii) A Companhia foi incorporada por sua controladora direta JSL S.A. em 2023, conforme detalhado no item 1.4.1 abaixo. (iii) As empresas foram alienadas para a CS Brasi Holding e Locação Ltda, conforme detalhado no item 1.4.1 abaixo. **1.4.1 Reestruturações Societárias do Grupo SIMPAR ocorridas durante os exercícios de 2023: Segmento JSL:** • Em 29 de novembro de 2023, foi deliberada a incorporação da Unitum Participações S.A. na JSL S.A. e a incorporação da Fortixs Veículos Ltda. na IC Transportes Ltda., a partir de 01 de dezembro de 2023. • Em 31 de agosto de 2023, através de Instrumento Particular de Extinção foi realizada a extinção da empresa Quick Armazém Ltda. • Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2023 foi deliberada a incorporação da Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A. pela JSL S.A. **Segmento Vamos:** • Em 31 de maio de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a reestruturação societária do Grupo Vamos, na qual foram cindidos alguns contratos e ativos e passivos do segmento de locação da controlada HM Comércio e Manutenção de Empilhadeiras Ltda. ("HM Empilhadeiras") e alocados na Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. **Segmentos CS Brasil e CS Infra:** • Em 31 de julho de 2023, a SIMPAR S.A. aportou capital social na controlada CS Brasil Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), integralizado pelas participações societárias na TPG Transportes de Passageiros Ltda. ("TPG"), Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda. ("Mogipasses") e Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda. ("Mogipasses"). **1.5 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas, e seus impactos para a sociedade. Por isso, o Grupo busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. O Grupo também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa, desenvolvido pela FGVces em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Conforme mencionado na nota explicativa 18 - Empréstimos e financiamentos, essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A intensidade leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Na Ciclus, equipamentos que trabalham coletando biogás, evitando a emissão de milhares de toneladas de carbono para atmosfera e sua utilização para geração de energia; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotados

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2024. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados como *hedge* de fluxo de caixa e valor justo por meio do resultado através do resultado, conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável. **2.2 Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real - R$, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pelas controladas: Fadel Paraguai, Fadel África do Sul, BMB México e Drive on Holidays cujas moedas funcionais são, respectivamente, Guarani, Rand sul-africano e o Peso mexicano, Euro e Dólar, conforme mencionado no item (c) abaixo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (o Real - R$), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros, como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente da moeda funcional, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia: As demonstrações financeiras das controladas indiretas Fadel Paraguai, Fadel África do Sul, BMB México e Drive on Holidays, foram convertidas para o Real - R$, moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio; Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas". As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

Moeda	Taxa	31/12/2023
Peso mexicano	Média	0,2818
Peso mexicano	Fechamento	0,2856
Euro	Média	5,3434
Euro	Fechamento	5,3516
Guarani	Média	0,0006859
Guarani	Fechamento	0,0006678
Rand Sul-africano	Média	0,2711
Rand Sul-africano	Fechamento	0,2627
Dolar	Média	4,9953
Dolar	Fechamento	4,8413

2.3 Reapresentação dos saldos comparativos: (i) Segmento Movida: Na Controlada Movida durante o período de locação dos veículos, o cliente assume compromissos de forma contratual, como a devolução do veículo no estado em que retirou, ou seja, sem avarias, com o tanque cheio, limpo e sem multas de trânsito, e em caso de descumprimento desses requerimentos previstos em contrato, o valor respectivo é cobrado do cliente adicionalmente ao valor de locação do veículo. Até 31 de dezembro de 2022, estes valores eram contabilizados como "Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos" pela Controlada Movida. A partir de 01 de janeiro de 2023, passamos a apresentar os saldos de reembolsos de avarias, multas, combustível e limpeza como redutores dos custos correlatos, classificados como custo de venda, locação e prestação de serviços, para melhor refletir as naturezas das respectivas transações. A mudança de prática contábil foi adotada visando melhorar a divulgação dos saldos referentes às receitas e custos e, assim, trazer ao leitor melhor interpretação sobre as transações, bem como estar alinhada com as práticas de mercado. Os valores correspondentes a esses reembolsos relativos ao período comparativo findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 299.910, foi reclassificado na demonstração de resultado, da rubrica de "Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos" para a rubrica de "Custo de venda, locação e prestação de serviços", nas demonstrações financeiras no consolidado do Grupo, conforme demonstrados nos quadros abaixo:

	Consolidado		
Demonstração do resultado do período	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços, construção e venda de ativos desmobilizados	**24.448.381**	**(299.910)**	**24.081.881**
Custo de venda, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	(16.827.016)	299.910	(16.527.106)
Lucro bruto	**7.621.365**	**–**	**7.621.365**
Despesas comerciais	(890.221)	–	(890.221)
Despesas administrativas	(1.381.758)	–	(1.381.758)
Provisão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	(127.315)	–	(127.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(82.903)	–	(82.903)
Resultado de equivalência patrimonial	2.810	–	2.810
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**5.141.978**	**–**	**5.141.978**
Receitas financeiras	1.280.126	–	1.280.126
Despesas financeiras	(5.453.316)	–	(5.453.316)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**968.788**	**–**	**968.788**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(123.608)	–	(123.608)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	71.624	–	71.624
Total do imposto de renda e da contribuição social	(51.984)	**–**	(51.984)
Lucro líquido do período	916.804	**–**	916.804
Atribuído aos:			
Acionistas controladores	255.778	–	255.778
Acionistas não controladores	661.026	–	661.026

	Movida			Consolidado		
Informações por segmento	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**9.600.029**	**(299.910)**	**9.300.119**	**24.448.381**	**(299.910)**	**24.148.471**
(–) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(1.900.199)	–	(1.900.199)	(12.660.824)	–	(12.660.824)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	(4.094.282)	299.910	(3.794.372)	(4.166.192)	299.910	(3.866.282)
(=) Lucro bruto	**3.605.548**	**–**	**3.605.548**	**7.621.365**	**–**	**7.621.365**
Despesas comerciais	(486.776)	–	(486.776)	(890.221)	–	(890.221)
Despesas administrativas	(412.123)	–	(412.123)	(1.381.758)	–	(1.381.758)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(65.335)	–	(65.335)	(127.315)	–	(127.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(224.570)	–	(224.570)	(82.903)	–	(82.903)
Resultado na equivalência patrimonial	2	–	2	2.810	–	2.810
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**2.416.746**	**–**	**2.416.746**	**5.141.978**	**–**	**5.141.978**
Receitas financeiras	–	–	–	1.280.126	–	1.280.126
Despesas financeiras	–	–	–	(5.453.316)	–	(5.453.316)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade	**–**	**–**	**–**	**968.788**	**–**	**968.788**
Impostos e contribuições sobre o lucro	–		–	(51.984)		(51.984)
Lucro líquido do período	**–**	**–**	**–**	**916.804**	**–**	**916.804**

	Consolidado		
Nota explicativa 32: Receita Líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados - (a) Fluxos da Receita	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**
Receita da prestação de serviços	6.447.667	–	6.447.667
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	6.778.098	(299.910)	6.478.188
Receita de venda de veículos novos	4.058.437	–	4.058.437
Receita de venda de veículos usados	5.962.768	–	5.962.768
Receita de venda de peças e acessórios	684.458	–	684.458
Outras receitas	283.556	–	283.556
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	**24.214.984**	**(299.910)**	**23.915.074**
Receita de venda de ativos desmobilizados	233.397	–	233.397
Receita líquida total	**24.448.381**	**(299.910)**	**24.148.471**

	Consolidado		
Nota explicativa 32: Receita Líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados - (a) Fluxos da Receita	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**
Receita bruta	**26.917.431**	**(330.479)**	**26.586.952**
Menos:			
Impostos sobre vendas	(2.157.892)	30.569	(2.127.323)
Devoluções e cancelamentos	(187.607)	–	(187.607)
Repasse de pedágios	(46.783)	–	(46.783)
Descontos concedidos	(76.768)	–	(76.768)
Receita líquida total	**24.448.381**	**(299.910)**	**24.148.471**

	Movida			Consolidado		
Nota explicativa 32 (b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**	**Divulgado 31/12/2022**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**
Receitas de serviços dedicados	–	–	–	2.555.333	–	2.555.333
Receita de transporte de passageiros	–	–	–	406.223	–	406.223
Receita de transporte de cargas gerais	–	–	–	3.383.009	–	3.383.009
Receita de locação de veículos, máquinas e equipamentos	4.575.242	(299.910)	4.275.332	6.778.098	(299.910)	6.478.188
Receita de venda de veículos novos	–	–	–	4.058.437	–	4.058.437
Receita de venda de veículos usados	5.024.787	–	5.024.787	5.962.768	–	5.962.768
Receita de venda de peças e acessórios	–	–	–	684.458	–	684.458
Receita de Construção	–	–	–	103.102	–	103.102
Outras receitas	–	–	–	216.966	–	216.966
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	**9.600.029**	**(299.910)**	**9.300.119**	**24.148.394**	**(299.910)**	**23.915.074**
Receita de venda de ativos desmobilizados	–	–	–	233.397	–	233.397
Receita líquida total	**9.600.029**	**(299.910)**	**9.300.119**	**24.448.381**	**(299.910)**	**24.148.471**
Tempo de reconhecimento de receita						
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	5.037.628	–	5.037.628	11.576.568	–	11.576.568
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	4.562.401	(299.910)	4.262.491	12.871.813	(299.910)	12.571.903
Receita líquida total	**9.600.029**	**(299.910)**	**9.300.119**	**24.448.381**	**(299.910)**	**24.148.471**

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota explicativa 33: Gastos por natureza	Divulgado 31/12/2022	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2022
Custo de venda de peças e veículos novos e usados	(4.817.452)	299.910	(4.517.542)
Custo / despesas com frota	(522.589)	–	(522.589)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(4.212.113)	–	(4.212.113)
Pessoal e encargos	(3.306.334)	–	(3.306.334)
Agregados e terceiros	(1.385.121)	–	(1.385.121)
Depreciação e amortização	(1.891.140)	–	(1.891.140)
Peças, pneus e manutenções	(1.015.445)	–	(1.015.445)
Combustíveis e lubrificantes, fretes e carretos	(899.084)	–	(899.084)
Comunicação, propaganda e publicidade	(118.773)	–	(118.773)
Prestação de serviços	(662.711)	–	(662.711)
Reversão (provisão) de perdas (*"impairment"*) contas a receber	(127.315)	–	(127.315)
Provisão para perdas de valor recuperável (*"impairment"*)	(9.498)	–	(9.498)
Provisão e indenizações judiciais e demandas administrativas	(49.176)	–	(49.176)
Energia elétrica	(53.090)	–	(53.090)
Resultado na venda de veículos avariados	(169.869)	–	(169.869)
Aluguéis de imóveis, condomínios e IPTU	(33.862)	–	(33.862)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(89.012)	–	(89.012)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (iii)	1.101.761	–	1.101.761
Crédito de impostos extemporâneos	71.200	–	71.200
Outros custos, despesas e receitas, líquidas	(1.119.590)	–	(1.119.590)
	(19.309.213)	**299.910**	**(19.009.303)**

(ii) CS Infra S.A.: Em 29 de novembro de 2021, em assembleia, os acionistas da Simpar, aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Infra S.A. ("CS Infra") pela Simpar e teve a transação efetivada em 31 de dezembro de 2021. Reapresentação dos lançamentos referente a alienação do investimento CS Infra para refletir os impactos em rúbrica específica no grupo do Patrimônio Líquido no montante de R$ 110.593 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e consolidado		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**Divulgado 31/12/2021**	**Reclassificação**	**Reapresentado 31/12/2022**
Variações patrimoniais reflexas de controladas	783.141	(110.593)	672.548
Transações de capital	–	110.593	110.593
	783.141	**–**	**783.141**

2.4 Base de consolidação e combinação de negócios: a) Combinação de negócios: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado quando incorridos. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, inclusive aqueles contingentes, na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. As técnicas de avaliação para mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos são:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	**Técnica de comparação de mercado e técnica de custo:** o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangíveis	**Método *Relief-From-Royalty,* método *Multi-period Excess Earnings e Método Custo novo de reposição:*** o método *Relief-From-Royalty* considera os pagamentos descontados de *royalties* estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. Método *Multi-period Excess Earnings*: o método *Multi-period Excess Earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. Método Custo novo de reposição: este método derivada da abordagem de custo que considera o custo estimado para se construir, a preços correntes na data de avaliação, uma cópia exata, ou réplica do ativo sob avaliação, usando os mesmos materiais, normas de construção, design, layout e qualidade de mão de obra, e incorporando todas as deficiências do ativo-sujeito, super adequações e obsolescência.
Software	Adotada a metodologia para analisar as projeções da empresa com relação ao volume de serviços contratados/prestados pelo software que servirá de base para o cálculo por meio de *royalties*.
Acordos de distribuição (Intangível)	Os acordos de distribuição são direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos (concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos). São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"). Sendo utilizado o método multi-period excess earnings, considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Marca	Método Relief from Royalties que captura as economias de royalties associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la.
Acordos de não competição	O método with or without é uma abordagem utilizada para avaliar acordos de não competição. A estimativa do valor do ativo intangível é feita em função da análise de dois cenários: um com o acordo em vigor e outro hipotético sem o acordo de não competição, levando em consideração a livre competição entre as partes envolvidas.
Estoques	**Técnica de comparação de mercado:** o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, considera os preços de mercado para itens semelhantes.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	**Técnica de comparação de mercado:** o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Ativo de indenização	A parte vendedora pode assumir uma obrigação contratual de indenização com a parte compradora, a adquirente deve reconhecer um ativo de indenização juntamente com o ativo ou passivo objeto da indenização, sendo ambos mensurados nas mesmas bases. Considerando as aquisições efetuadas no Grupo, todos os valores reconhecidos para os ativos de indenização estão atrelados aos passivos contingentes que são mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia.
Passivo contingente	O valor justo das contingências e dos riscos não materializados identificados, de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, foram mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis.

Nos casos em que o Grupo adquire uma controlada com participação menor que 100%, mas possui opção de compra, e, concomitantemente, a contra parte possui opção de venda, simétricas com a participação societária remanescente após aquisição, o Grupo considera a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores a data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a adquirente incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos são dedutíveis. Os custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram refletidas, quando aplicável, para as empresas descritas nas notas explicativas 1.2 e 1.3, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **b) Combinação de negócios sob controle comum:** Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte, antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia apresenta a combinação de negócios sob controle comum, aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida, no momento do reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **c) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **d) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada, que não resultem em perda de controle, são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **e) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **f) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre as empresas consolidadas ("Intragrupo"), e quaisquer receitas ou despesas, assim como lucro e perdas não realizadas, derivadas de transações Intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa. **2.6 Instrumentos financeiros: 2.6.1 Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). **b) Classificação e mensuração subsequente: (i) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(ii) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos financeiros; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos financeiros do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(iii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment,* quando necessário. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. As variações do valor justo são reconhecidas em Outros resultados abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento do ativo financeiro, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(v) Desreconhecimento: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.6.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento:** Os passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado. São subsequentemente mensurados utilizando o método de taxa de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.6.3 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Adicionalmente o Grupo optou pela contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos. No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. **(i) Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida no resultado. O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para caso de proteção de itens financeiros, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. **(ii) Hedge de valor justo:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, assim como essas variações também são contabilizadas no item protegido em contrapartida o resultado do exercício. **(iii) Monitoramento de efetividade:** A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge* é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário. Geralmente o Grupo contrata instrumentos derivativos de *hedge* com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de *hedge*, gerando assim os índices de *hedge* na relação de 1:1. É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de *hedge*. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo. Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados: • O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de *hedge* respectivo(s); • O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente; • Mensalmente são avaliados se os métodos de avaliação acusam inefetividade; e ª Caso observado inefetividade, é feita a mensuração da mesma e contabilizada no resultado do exercício. **2.6.5 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, em montante igual à perda esperada. É utilizada uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.(a) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é provisionado quando não há expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, é adotada a política de provisionar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. No entanto, os ativos financeiros provisionados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.7 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado acessível mais vantajoso tem acesso. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito. Uma série de políticas contábeis e divulgações requerem a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros - veja nota explicativa 3. Quando disponível o valor justo de um instrumento é mensurado utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento, isto é, quando as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, são utilizadas técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Ativos e passivos são mensurados ao valor justo com base em preços de compras e preço de vendas, respectivamente se estiverem disponíveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se for determinado que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.8 Estoques:** Os estoques mantidos pelo Grupo se referem substancialmente a veículos novos, veículos usados, peças e acessórios para venda, através de suas lojas, concessionárias, revendas de seminovos, além de insumos utilizados na fabricação e entrega de reboques customizados, e peças para manutenção de suas frotas e ativos. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos transportá-los às suas localizações, deduzido de provisões para desvalorizações, giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.9 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota):** O Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda", avaliados e mensurados conforme o CPC 16 - Estoques. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.10 Imobilizado: 2.10.1 Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **2.10.2 Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **2.10.3 Depreciação:** A depreciação é calculada utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação são definidas de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago, a data esperada de desmobilização e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas na nota explicativa 13. **2.10.4 Células utilizadas no aterro sanitário - Segmento CS Infra:** As células, unidades do sistema de depósito e drenagem do aterro sanitário, são depreciadas por critério baseado em unidade depositada, em que cada tonelada de resíduos depositados reduz o potencial de depósitos futuros do aterro na exata proporção do material depositado. Consequentemente, também reduz ("consome") proporcionalmente os benefícios econômicos futuros do aterro. Entretanto, consideramos que posteriormente ao depósito, os resíduos continuam a gerar benefícios futuros na forma de geração de gás durante muitos anos, uma parcela da despesa de depreciação deve ser alocada aos períodos posteriores ao depósito. A base de depreciação é formada pelo custo projetado até o fim da vida útil do aterro sanitário, descontado do valor residual, equivalente ao fluxo de caixa futuro (até 2064) proveniente da receita de biogás, energia elétrica, deduzidos os custos de manutenção e tratamento de chorume, após o encerramento do aterro. Esses custos incluem, além da capacidade total do aterro, custo de construção a incorrer e receitas supracitadas, os gastos de manutenção do terreno após o fechamento do aterro. (i) As edificações são próprias e foram construídas dentro de próprio terreno no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR-Rio). (ii) As benfeitorias realizadas na implantação das Estações de Tratamento de Resíduos (ETR) são depreciadas conforme o contrato de concessão com a Comlurb. **2.10.5 Revisão:** O Grupo adota o procedimento de revisar no mínimo anualmente, as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização, e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **2.11 Intangível: 2.11.1 Ágio:** O ágio ("*goodwill*") é representado pela diferença positiva entre a contraprestação paga e/ou a pagar em uma combinação de negócios e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos respectivos assumidos, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura. O ágio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.11.2 *Softwares:*** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas na nota explicativa 14. **2.11.3 Fundo de comércio:** O

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"), conforme descrito na nota explicativa 14.2. **2.11.4 Acordo de não competição e relacionamento e direitos contratuais com clientes:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo de aquisição e/ou formação, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 14. **2.11.5 Marcas e patentes:** As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"), conforme descrito na nota explicativa 14.2. **2.11.6 Acordos de distribuição:** Os acordos de distribuição são direitos de comercializar os veículos das diversas marcas das montadoras. Esses contratos possuem prazo indeterminado, que podem ser destratados pelas partes em determinadas circunstâncias. Esses ativos foram reconhecidos em decorrência da alocação dos valores justos de ativos e passivos de combinação de negócios, e foram definidas vidas úteis para cada contrato baseado na estimativa de preço de valor futuro respectivo. O prazo médio da vida útil desses ativos é de 26 anos. **2.11.7 Contratos de concessão:** Contratos de concessão foram adquiridos em processo licitatório que cedem direito de exploração de áreas portuárias e exploração de rodovias. **2.11.8 Amortização e testes de perda de valor recuperável ("*impairment*"):** Os ativos sem prazo de vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação, para verificar se há redução do seu valor recuperável ("*impairment*"), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"), e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em projeções estimadas. As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 14.2. **2.12 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo SIMPAR utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **2.12.1 Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. É reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de arrendamento com a garantia de valor residual, se o Grupo e suas controladas, alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. São apresentados ativos de direito de uso em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar por direito de uso" e "arrendamentos a pagar a instituições financeiras" no balanço patrimonial. **2.12.2 Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** Não são reconhecidos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. Os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.12.3 Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Como arrendador, é determinado no início da locação se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, é efetuada avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à contraparte. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, são considerados certos indicadores, incluindo se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo SIMPAR, como arrendatário, contabiliza como despesa, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, é aplicado o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. São aplicados os requisitos de desreconhecimento e redução do valor recuperável, conforme CPC 48. Também são revisados regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. Os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais são reconhecidos como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.13 Cessão de direitos creditórios:** O grupo realiza a cessão de direitos creditórios de recebíveis originados de contratos de locação de máquinas, veículos e equipamentos firmados com seus clientes, para terceiros antecipando dessa forma o fluxo de caixa futuro respectivo, descontando o valor presente pelo custo acordado da transação. Os valores recebidos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira, utilizando o método da taxa efetiva da transação durante o período em que a dívida esteja em aberto. **2.14 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreendem os impostos correntes e diferidos. São reconhecidos na demonstração do resultado, e são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas respectivas apurações situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O IRPJ e a CSLL são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, mas não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal. Também são reconhecidos sobre saldos de prejuízos fiscais, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, no BBC Banco, o IRPJ é calculado à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e CSLL é calculada considerando a alíquota de 20%, conforme Lei n° 13.169/15.019. **Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro:** O Grupo aplica a interpretação técnica ICPC 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.15 Provisões: 2.15.1 Geral:** Provisões são reconhecidas existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** O Grupo é parte em certas demandas, judiciais ou não, que podem originar desembolsos. Provisões são constituídas para todas as contingências quando é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-las e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15.3 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, reconhecida a receita quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

Natureza da receita, incluindo condições de pagamentos significativos	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Receita de serviços dedicados e cargas gerais - Serviços oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações *Inbound*), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações *Outbound*) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema "ponto A" para "ponto B", por meio de veículos carga completa (*Full Truck Load*), e são faturados de acordo com o contrato com cada cliente.	Ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços, é executada com a obrigação de desempenho cumprida.
Receita de locação e prestação de serviços - Locação de frota de veículos pesados para transporte de cargas leves e pesadas, incluindo manutenção preventiva e corretiva, locação de máquinas e equipamentos agrícolas, locação de veículos leves (*Rent a car*) e gestão e terceirização de frotas de veículos leves (GTF), além de serviços de assistência técnica para veículos novos e seminovos vendidos.	Ao longo do tempo, no caso das receitas de serviços de assistência técnica, o reconhecimento, da receita se dá quando o serviço é executado, o valor pode ser mensurado com confiabilidade e seu recebimento é certo.
Receita de transporte de passageiros - Serviços de transporte de passageiros para empresas privadas (fretamento) e público municipal de passageiros. O serviço de transporte privado ocorre no momento em que a frota é disponibilizada para as empresas, e é faturado de acordo com o contrato com cada cliente. O serviço de transporte público ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município.	Ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços é executada e a obrigação de desempenho contratada é cumprida. A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro.

Natureza da receita, incluindo condições de pagamentos significativos	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Receita de vendas de ativos desmobilizados - Após o término do contrato de locação com seus clientes ou para renovação de frota, o Grupo desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e sua rede concessionárias. Os clientes obtêm controle dos veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. Considerando a natureza de sua operação, o caixa utilizado na aquisição destes ativos imobilizados é considerado como atividade operacional na demonstração dos fluxos de caixa.	No momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
Receita de vendas de veículos e peças - Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.	No momento em que os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Nesses casos, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.
Receita de bonificações - O Grupo recebe bonificações de montadoras ao cumprir condições preestabelecidas, a fim de incrementar as vendas.	Quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.
Receita de arrendamento de veículos e equipamentos - Receitas de juros da venda de veículos e equipamentos na modalidade *leasing*.	Reconhecida como receita financeira ao longo do prazo do arrendamento, apropriada de acordo com a taxa de retorno respectiva.
Receita de tratamento de resíduos - A Companhia realiza a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e industriais de grandes geradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras prefeituras.	Reconhecida no momento da prestação de serviço e cumprimento da obrigação de desempenho, em conformidade com os respectivos contratos.
Receita de comercialização de biogás - A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica. Por meio destes processos bioquímicos é produzido o biogás.	Realizado no momento da transferência do biogás para o cliente.
Receita de comercialização de créditos de carbono - O Grupo SIMPAR possui um sistema digital eficaz que registra os dados da quantidade de gás captado e queimado em determinado período. Após apuração da quantidade, a Companhia calcula a quantidade de créditos gerados com base na metodologia da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) aplicável ao projeto, e posteriormente apura o valor mensal da receita.	No momento do recebimento financeiro.

2.16 Benefícios a empregados: 2.16.1 Benefícios de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.16.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente os direitos. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de outorgas para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de outorgas que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição *(vesting* date). **2.17 Capital social: 2.17.1 Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **2.17.2 Recompra e/ou cancelamento de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reservas de capital, assim como em eventual cancelamento das ações a redução é reconhecida em contrapartida à reserva de capital. **2.17.3 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.18 Provisão para o encerramento do aterro sanitário - Remediação ambiental:** A provisão para custos de encerramento do aterro sanitário teve sua origem na construção do aterro sanitário, considerando a obrigação de remediação e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após seu encerramento. Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa financeira conforme incorrido. Os custos futuros estimados de desativação e a taxa de desconto aplicada, são revisados anualmente e no caso de mudanças são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos significativos realizados pela Administração durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. **3.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Consolidação e combinação de negócios - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida - nota explicativa 2.4; (b) Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): o Grupo classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não têm a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Combinações de negócios: Mensuração do valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; (c) Imobilizado (definição do valor residual, da vida útil e taxa de depreciação); (d) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual; (e) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; (f) Perdas esperadas de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; (g) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; (h) Transações com pagamentos baseados em ações (probabilidade de exercício da opção); (i) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos; (j) Provisão para encerramento do aterro sanitário - Remediação ambiental: reconhecimento e mensuração de provisão para encerramento do aterro sanitário de remediação ambiental; (k) Arrendamento: taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; (l) Ativos intangíveis de vida útil definida - definição da vida útil.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC"): • **Alteração *CPC 26 (R1)* - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). Adicionalmente, esclarecem a que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024; • **CPC 06 - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"), que afeta particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento que incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024. • **Alterações CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2024. • **Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro** - Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada *"GloBE effective tax rate"* ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. O Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. Não há outras normas, interpretações ou CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos seus principais tomadores de decisão, descritos na nota explicativa 1. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas a seguir:

										31/12/2023
	JSL	**Movida**	**Vamos**	**CS Brasil**	**CS Infra**	**Automob**	**BBC**	**Holding e demais**	**Eliminações(i)**	**Consolidado**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**7.574.645**	**10.342.015**	**6.085.482**	**681.550**	**757.615**	**6.970.812**	**14.041**	**230.373**	**(745.992)**	**31.910.541**
(–) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(6.182.602)	(7.573.494)	(3.328.870)	(536.002)	(608.043)	(5.928.845)	(6.356)	(164.435)	578.695	(23.749.952)
(=) Lucro bruto	**1.392.043**	**2.768.521**	**2.756.612**	**145.548**	**149.572**	**1.041.967**	**7.685**	**65.938**	**(167.297)**	**8.160.589**
Despesas comerciais	(42.524)	(555.464)	(258.766)	(1.690)	(826)	(387.777)	(4.344)	(7.722)	35.480	(1.223.633)
Despesas administrativas	(413.273)	(657.835)	(339.801)	(34.587)	(80.433)	(403.091)	(45.731)	(120.499)	40.440	(2.054.810)
(Provisão) reversão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	5.564	(88.325)	(87.456)	(4.394)	49	(7.324)	(2.507)	–	–	(184.393)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	339.595	(205.330)	13.354	44.151	757	1.762	(11.679)	10.417	(7.696)	185.331
Resultado na equivalência patrimonial	–	–	–	5.263	–	64	–	–	–	5.327
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**1.281.405**	**1.261.567**	**2.083.943**	**154.291**	**69.119**	**245.601**	**(56.576)**	**(51.866)**	**(99.073)**	**4.888.411**
Receitas financeiras										1.239.060
Despesas financeiras										(7.149.596)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade										**(1.022.125)**
Impostos e contribuições sobre o lucro										373.214
Prejuízo do exercício										**(648.911)**
Ativos totais por segmento em 31/12/2023	11.888.872	25.119.493	20.808.828	2.548.203	2.154.736	3.798.119	960.524	15.285.787	(11.380.754)	71.183.808
Passivos totais por segmento em 31/12/2023	10.225.423	22.597.358	16.073.534	2.376.153	1.866.997	2.754.010	771.192	9.679.744	(1.963.365)	64.381.046
Depreciação e amortização em 31/12/2023	(446.586)	(1.833.347)	(584.191)	(32.457)	(60.115)	(136.085)	(1.826)	(30.923)	15.314	(3.110.216)

(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	JSL	Movida Reapresentado nota explicativa 2.3	Vamos	CS Brasil	CS Infra	Automob	BBC	Holding e demais	Eliminações (i)	31/12/2022 Reapresentado Nota explicativa 2.3
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**6.022.405**	**9.300.119**	**4.913.455**	**717.399**	**401.145**	**3.189.039**	**78.351**	**172.448**	**(645.890)**	**24.148.471**
(–) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(4.818.489)	(1.900.199)	(2.586.285)	(530.566)	(279.667)	(2.647.230)	(17.107)	(45.422)	164.141	(12.660.824)
(–) Custo de venda de ativos desmobilizados	(162.868)	(3.794.372)	(234.766)	(43.083)	–	(11.457)	–	(28.484)	408.748	(3.866.282)
(=) Lucro bruto	**1.041.048**	**3.605.548**	**2.092.404**	**143.750**	**121.478**	**530.352**	**61.244**	**98.542**	**(73.001)**	**7.621.365**
Despesas comerciais	(27.078)	(486.776)	(213.113)	(2.391)	(44)	(184.076)	(5.352)	(5.844)	34.453	(890.221)
Despesas administrativas	(319.461)	(412.123)	(264.299)	(45.440)	(24.016)	(195.167)	(38.878)	(125.008)	42.634	(1.381.758)
(Provisão) reversão de perdas esperadas *(“impairment”)* de contas a receber	(14.242)	(65.335)	(28.617)	(2.965)	–	(3.076)	(13.080)	–	–	(127.315)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	88.560	(224.570)	24.809	37.598	3.232	(4.747)	3.907	(5.555)	(6.137)	(82.903)
Resultado na equivalência patrimonial	–	2	–	2.781	–	22	–	307.376	(307.371)	2.810
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**768.827**	**2.416.746**	**1.611.184**	**133.333**	**100.650**	**143.308**	**7.841**	**269.511**	**(309.422)**	**5.141.978**
Receitas financeiras										1.280.126
Despesas financeiras										(5.453.316)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social										**968.788**
Impostos e contribuições sobre o lucro										(51.984)
Lucro líquido do exercício										**916.804**
Ativos totais por segmento em 31/12/2022	8.242.132	26.248.882	16.675.416	1.537.170	1.970.285	3.133.714	634.452	14.683.572	(10.302.814)	62.822.809
Passivos totais por segmento em 31/12/2022	6.829.520	23.480.199	13.036.529	1.339.832	1.776.341	2.131.019	491.148	9.638.017	(1.750.987)	56.971.618
Depreciação e amortização em 31/12/2022	(296.379)	(1.134.315)	(321.955)	(48.361)	(39.309)	(43.711)	(326)	(35.156)	28.372	(1.886.277)

(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.

6. Eventos subsequentes

6.1 Aquisição Alta Comercial de Veículos Ltda. e ASA Motors Comercial de Veículos Ltda. (“Grupo Alta”) - Segmento Automob: Em 29 de setembro de 2023, foi firmado contrato de aquisição de 100% da Alta Comercial de Veículos Ltda. E da ASA Motors Comercial de Veículos Ltda., em conjunto nomeadas como (“Grupo Alta”), pela controlada Automob em linha com o planejamento estratégico de ampliar a presença do Grupo SIMPAR no segmento de concessionárias de veículos leves com a adição de seis lojas (três da Volkswagen e três da GWM) e uma revenda de seminovos, todas localizadas na cidade de São Paulo. O valor da compra está demonstrado conforme a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	59.200
Parcela retida (i)	12.000
Saldo a pagar em parcelas (ii)	58.200
Total	**129.400**

(i) Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, a Automob S.A. será integralmente indenizada pelo vendedor caso qualquer contingência anterior à data fechamento se materialize. A parcela retida faz parte das garantias dadas pelos vendedores em relação à essa cláusula. (ii) O valor será pago em 2 parcelas anuais no primeiro e segundo aniversários da transação, ambas atualizadas por 100% do CDI.

6.2 Aquisição R Point Comercial de Automóveis Ltda., Sonnervig Automóveis Ltda., H Point Comercial Ltda. e HBR Participações Ltda., (“Best Points”) - Segmento Automob: Em 29 de outubro de 2023, foi firmado contrato de aquisição de 100% da R Point Comercial de Automóveis Ltda., Sonnervig Automóveis Ltda., H Point Comercial Ltda. e HBR Participações Ltda., (“Best Points”), pela controlada Automob em linha com o planejamento estratégico de ampliar a presença do Grupo no segmento de concessionárias de veículos leves com a adição de oito lojas, sendo três da marca Honda, quatro Renault e uma loja Ford, todas localizadas na cidade de São Paulo. O valor da compra está demonstrado conforme a seguir:

Parcela paga no fechamento da aquisição	60.200
Saldo a pagar em parcelas	59.700
Total	**119.900**

A assinatura do contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. **6.3 Liquidação de oferta de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - Segmento JSL:** Em 29 de fevereiro de 2024, a controlada JSL S.A. liquidou uma oferta de CRA no rito automático na CVM 160 para investidor qualificado e profissional, no montante inicial de R$ 1.400.000, com lote adicional de R$ 350.000 um aumento de 25%, totalizando R$ 1.750.000. Essa operação é lastreada pelos (CDCAs) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, emitidos pela JSL, em três series, vasos comunicantes todas com o vencimento em 7 anos e amortizações ao final do 5°, 6° e 7° ano, sendo o volume dividido da seguinte forma a primeira série no valor de R$ 605.989 com remuneração pré fixada de 11,3336%, na segunda série de R$ 800.536 com remuneração de IPCA + 6,4527% e a terceira série de R$ 343.475 com remuneração de CDI + 1,20%, taxas definidas no processo de Bookbuilding, com pagamento de juros semestrais e possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de índices financeiros, os quais são calculados sobre as informações contábeis consolidadas da JSL. **6.4 Emissão de debêntures simples e não conversíveis- Segmento JSL:** Em 06 de março de 2024, a controlada JSL assinou a Escritura de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante total de R$ 200.000, em série única, com vencimento em 5 anos, amortizações no 4º e 5º ano. A operação foi com juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescidos de uma sobre taxa de 2,35% a.a. **6.5 Aquisição de frota do Grupo Petrópolis - Segmento Vamos:** Em 15 de janeiro de 2024, a controlada Vamos arrematou a frota de 2.923 caminhões e celebrou, concomitantemente, contrato de locação dos ativos com o Grupo Petrópolis. O valor da transação foi de R$ 575.300. Com a operação, a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A irá realizar a locação de cerca de 2.390 caminhões e a desmobilização de 533 caminhões que serão vendidos pelo mercado secundário. Do total de ativos adquiridos que serão locados, 587 caminhões serão substituídos por caminhões zero quilômetro. Dessa forma, a Companhia desmobilizará e venderá 1.120 caminhões seminovos ao longo dos próximos meses. O contrato de locação tem prazos de 5 a 7 anos, reajustado anualmente pela inflação, e soma, em favor da Companhia, R$ 15.600 de receita bruta mensal, totalizando um backlog adicional de cerca de R$ 1.100.000. **6.6 Recompra de ações de própria emissão da Companhia - Segmento Vamos:** A controlada Vamos adquiriu durante o mês de fevereiro de 2024, no âmbito do programa de recompra de ações de própria emissão o total de 3.320.200 (três milhões, trezentos e vinte mil e duzentas) ações ordinárias pelo montante de R$ 26.491. **6.7 Constituição da holding Ciclus Ambiental com a consolidação de empresas de gestão de resíduos e saneamento - Grupo Simpar:** A SIMPAR S.A. constituiu a holding Ciclus Ambiental S.A. (“Ciclus Ambiental”) para consolidar os negócios existentes e futuros do Grupo no setor de gestão e valorização de resíduos e saneamento. No qual compreenderá a subsidiária integral Ciclus Ambiental do Brasil S.A. (“Ciclus Rio”), localizada no Rio de Janeiro (RJ), e participação na Ciclus Amazônia S.A. (“Ciclus Amazônia”). Sendo: • A Ciclus Ambiental foi constituída como uma subsidiária da SIMPAR e suas ações são totalmente detidas, direta e indiretamente, pela SIMPAR; • A Ciclus Rio será transferida da CS Infra para a Ciclus Ambiental por meio de uma reorganização societária interna ao Grupo; • A participação indireta da SIMPAR na Ciclus Amazônia será transferida da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. para a Ciclus Ambiental, a partir da obtenção das autorizações necessárias. **6.8 Concessão de Gestão de resíduos em Belém-PA - Segmento CS Brasil:** A SIMPAR através da sua controlada CS Brasil, declarou vencedora a proposta apresentada pelo Consórcio Natureza Viva Saneamento e Meio Ambiente (“Consórcio”), a Concorrência nº 02/2023 tem como objeto a contratação de parceria público-privada (“PPP”), na modalidade de concessão administrativa, para prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos na cidade de Belém-PA (“Concessão”). O Consórcio - que também inclui as empresas Terraplena Ltda. (45%) e Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda. (10%) - após a homologação da Concorrência, deverá constituir sociedade de propósito específico para assumir a gestão de resíduos da cidade de Belém-PA, cujo escopo contempla a coleta, varrição, transbordo, transporte e triagem para fins de reutilização ou reciclagem, implantação de uma Estação de Transferência de Resíduos (“ETR”) e de novo Centro de Tratamento de Resíduos (“CTR”), além da destinação final dos resíduos de forma ambientalmente adequada. A Concessão terá duração de 30 anos, encerrando em janeiro de 2054, e terá uma contraprestação mensal de R$32,7 milhões. **6.9 Aumento de capital social da Simpar S.A. decorrente do bônus de subscrição emitido pela incorporação de ações da CS Infra - Grupo Simpar:** Em fevereiro de 2024, a JSP Holding S.A. integralizou 34.632.624 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia pelo valor de R$ 1,00, exercendo o direito de integralização por Bônus de Subscrição de ações definido no protocolo de incorporação de ações da CS Infra, que detinha o controle direto na Ciclus. O exercício do Bônus de Subscrição estava condicionado ao reestabelecimento do alcance dos efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 318/2003 (“Contrato de Concessão”), celebrado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana da cidade do Rio de Janeiro (“COMLURB”) com a Ciclus, que foi efetivado em aditivo assinado pelas partes em 22 de dezembro de 2023. As novas ações emitidas decorrem do pleno atingimento da métrica estabelecida no Certificado do Bônus de Subscrição relacionada ao valor efetivo do reajuste da tarifa mensal dos serviços prestados no âmbito do Contrato de Concessão, tendo sido ajustada pelos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela SIMPAR a partir de 28 de outubro de 2021, conforme estabelecido no Certificado do Bônus de Subscrição. Em decorrência deste bônus de subscrição, o capital social da Companhia foi aumentado de R$ 1.174.361.606,43, representado por 838.407.909 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ R$ 1.174.361.607,43, representado por 873.040.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA

Fernando Antonio Simões - Diretor Presidente

CONTADOR

Marcel E. Barbosa - CRC 1SP 222832/O-3

EXTRATO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas, individuais e consolidadas da JSP Holding S.A. (“Companhia”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes. O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, foi emitido em 10 de maio de 2024, sem modificações.



CS INFRA S.A.

CNPJ nº 43.312.111/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas: A CS Infra S.A., cumprindo as disposições legais e estatuárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
AVISO: 1.) As Demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeiras e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ - Jornal "O Estado de S.Paulo" / Estadão RI - Edição de 22 de maio de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	5	606	–	2.231	284.960
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	–	–	47.297	84.579
Contas a receber	7	513	–	209.814	362.014
Estoques	9	–	–	17.030	6.914
Tributos a recuperar		–	–	1.245	3.469
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.3	215	–	22.637	11.383
Despesas antecipadas		–	–	1.944	2.405
Dividendos a receber	18.1	585	585	–	–
Mútuo	18.1	3.724		3.724	–
Partes relacionadas	18.1	50	25.604	50	–
Adiantamentos a terceiros		–	–	86.790	9.040
Outros créditos		–	–	1.978	521
		5.693	**26.189**	**394.740**	**765.285**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	–	–	8.233	7.543
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	–	–	26.940	–
Contas a receber	7	–	–	286.972	22.705
Tributos a recuperar		–	–	7.261	–
Depósitos judiciais	21	–	–	554	3.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.3	–	–	48.939	20.591
Partes relacionadas	18.1	99	–	99	–
Outros créditos		–	–	–	1.900
		99	**–**	**378.998**	**56.120**
Investimentos	10.1	265.607	278.972	–	–
Imobilizado	11	117	–	610.364	513.069
Intangível	12	147	–	770.632	635.810
		265.970	**278.972**	**1.759.994**	**1.204.999**
Total do ativo		**271.663**	**305.161**	**2.154.734**	**1.970.284**

Passivo		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores	13	359	113	57.971	39.209
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	23.893	26.621
Debêntures	15	–	–	14.399	14.172
Arrendamentos a pagar por direito de uso	19	–	–	815	1.746
Obrigações com o poder concedente	20	–	–	35.494	20.671
Obrigações sociais e trabalhistas	21	626	11	13.831	5.132
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18.3	–	–	719	–
Tributos a recolher	16	155	1	57.179	44.692
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.2	–	710	–	710
Adiantamentos de clientes		–	–	146	76
Partes relacionadas	18.1	–	–	–	7.284
Obrigações a pagar por aquisição de empresas		–	119.816	–	119.816
Outras contas a pagar	18.1	9	–	11.681	19.710
		1.149	**120.651**	**216.128**	**299.839**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	555.233	469.914
Debêntures	15	–	–	583.020	517.341
Arrendamentos a pagar por direito de uso	19	–	–	9.411	3.024
Obrigações com o poder concedente	20	–	–	409.531	440.963
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	–	–	–	33.239
Obrigações trabalhistas	21	–		271	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	–	–	771	326
Partes relacionadas	18.1	–	–	80.307	–
Aterro sanitário - custo de encerramento	17	–	–	12.321	9.693
Outras contas a pagar		–	–	–	2.000
		–	**–**	**1.650.865**	**1.476.500**
Total do passivo		**1.149**	**120.651**	**1.866.993**	**1.776.339**
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	219.542	84.750	219.542	84.750
Reservas de lucros	24.2	26.531	73.916	26.530	73.916
Ajustes de avaliação patrimonial	24.4	24.441	25.844	24.441	25.844
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**270.514**	**184.510**	**270.513**	**184.510**
Participação de não controladores	24.3	–	–	17.228	9.435
Total do patrimônio líquido		**270.514**	**184.510**	**287.741**	**193.945**
Total do passivo e patrimônio líquido		**271.663**	**305.161**	**2.154.734**	**1.970.284**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de prestação de serviços e construção	25	**–**	**–**	**743.209**	**401.145**
Custo de venda e prestação de serviços	26	–	–	(432.536)	(279.667)
Custo de construção	26	–	–	(161.101)	–
Total dos custos de prestação de serviços e construção		**–**	**–**	**(593.637)**	**(279.667)**
Lucro bruto		**–**	**–**	**149.572**	**121.478**
Despesas comerciais	26	–	–	(826)	(42)
Despesas administrativas	26	(10.306)	(6.641)	(80.433)	(24.016)
Provisão de perdas esperadas (*"impairment")* de contas a receber	26	–	–	43	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	–	247	763	3.232
Resultado de equivalência patrimonial	10,1	(40.172)	78.846	–	–
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		**(50.478)**	**72.452**	**69.119**	**100.652**
Receitas financeiras	27	230	–	53.830	137.645
Despesas financeiras	27	(131)	–	(202.984)	(158.453)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(50.379)**	**72.452**	**(80.035)**	**79.844**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.1	–	–	(231)	(4.454)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10.2	2.993	2.174	28.348	(765)
Total do imposto de renda e da contribuição social		**2.993**	**2.174**	**28.117**	**(5.219)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(47.386)**	**74.626**	**(51.918)**	**74.625**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) líquido do período	(47.386)	74.626	(51.918)	74.625
Resultado abrangente do período	**(47.386)**	**74.626**	**(51.918)**	**74.625**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

			Reservas de lucros						
	Nota	**Capital social**	**Reserva de investimentos**	**Reserva legal**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores**	**Participação dos não controladores**	**Patrimônio líquido total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**84.750**	**–**	**–**	**–**	**25.844**	**110.594**	**–**	**110.594**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	74.626	–	**74.626**	–	**74.626**
Destinação do lucro		–	70.186	3.730	(73.916)	–	**–**	–	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	24.2	–	–	–	(710)	–	**(710)**	–	**(710)**
Outras movimentações do exercício		–	–	–	–	–	**–**	9.435	**9.435**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**84.750**	**70.186**	**3.730**	**–**	**25.844**	**184.510**	**9.435**	**193.945**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(47.386)	–	**(47.386)**	(4.532)	**(51.918)**
Aporte de capital	24.1	134.792	–	–	–	–	**134.792**	–	**134.792**
Destinação do prejuízo do exercício		–	(47.386)	–	47.386	–	**–**	–	**–**
Oferta de ações de empresa controlada	24.4	–	–	–	–	(1.403)	**(1.403)**	**–**	**(1.403)**
Outras movimentações do exercício	24.3	–	–	–	–	–	**–**	12.325	**12.325**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**219.542**	**22.800**	**3.730**	**–**	**24.441**	**270.513**	**17.228**	**287.741**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(50.379)	72.452	(80.035)	79.844
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	40.172	(78.846)	–	–
Depreciação e amortização	28	6	–	54.773	39.309
Apropriação Mais-valia		5.421	6.514	–	–
Baixa de provisão para demandas judiciais - mais-valia		–	(247)	–	(247)
Baixa de imobilizado e intangível	11 e 12	–	–	7.104	–
Juros sobre mútuo		–	–	–	7.249
Provisão para riscos e demandas judiciais		–	–	–	(1.149)
Atualização monetária sobre aterro sanitário		–	–	–	6.543
Reversão de passivo por desativação		–	–	–	(72.945)
Perdas/ganhos com valor justo de inst. financeiros derivativos	28	–	–	13.284	9.380
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	28	–	–	(1.213)	(3.777)
Juros sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	28	–	–	155.414	126.940
		(4.780)	**(127)**	**149.327**	**191.147**
Contas a receber		(513)	–	(112.067)	(102.270)
Contas a receber - partes relacionadas		–	–	–	4.365
Estoques		–	–	(10.116)	(604)
Crédito de carbono e créditos diversos		–		–	13.217
Tributos a recuperar		–	–	(5.037)	(9.274)
Depósitos judiciais		–	–	–	76
Fornecedores		246	113	18.762	7.108
Contas a pagar - partes relacionadas		–	–	–	(302.462)
Adiantamento de clientes		–	–	70	12
Adiantamento de terceiros				(77.750)	–
Obrigações trabalhistas e tributárias		769	11	21.902	10.041
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(138)	2	(50.738)	(1.503)
		364	**126**	**(214.974)**	**(381.294)**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(215)	–	(33.172)	(10.740)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	14, 15 e 19	–	–	(138.804)	(50.919)
Resgate (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		–	–	36.592	(71.901)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(4.631)**	**(1)**	**(201.031)**	**(323.707)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(269)	–	(293.993)	(99.088)
Participação de minoritários por aquisição de controle		–	–	7.793	9.435
Caixa recebido por incorporação de ações de empresas		–	–	–	(7.596)
Dividendos recebidos		–	–	(1.403)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(269)**	**–**	**(287.603)**	**(97.249)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social		14.976	–	14.976	–
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14, 15 e 19	–	–	240.966	410.000
Partes relacionadas, mútuo		–		69.299	–
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	14, 15 e 19	–	–	(118.626)	(22.528)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	18	693	–	(710)	–
Aumento de capital em controladas mediante subscrição de ações, líquido		(10.162)	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**5.507**	**–**	**205.905**	**387.472**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**606**	**(1)**	**(282.731)**	**(33.484)**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		–	1	284.960	318.444
No final do período		606	–	2.231	284.960
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**606**	**(1)**	**(282.729)**	**(33.484)**
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa					
Aporte de capital		(53.920)	**–**	**–**	**–**
Provisão - Reversão para custos de encerramento de aterro sanitário		–	–	–	101.874
Aquisição de empresas com pagamento a prazo		119.416	(119.416)	–	(119.416)
Aquisição de arrendamentos por direito de uso		–	–	–	(1.930)
Acervo liquido de caixa das empresas adquiridas		–	–	–	(121.655)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA E CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Informações sobre a Companhia: A CS Infra S.A. ("Companhia" ou "CS Infra") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017, sala 132 - Jardim Paulista - São Paulo/SP, que possui como atividades preponderantes a participação em outras Empresas, como sócia ou acionista. A Companhia foi constituída em 15 de junho de 2021 com a denominação social de *Green* Participações e Investimentos S.A. Em 30 de Junho de 2021 a Companhia alterou sua denominação para CS Infra S.A., e iniciou suas atividades através da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de Constituição ("AGE") e por meio de reestruturação societária, a Companhia incorporou as ações da Ciclus Ambiental do Brasil S.A. ("Ciclus"). Nesta AGE a Simpar S.A. ("Grupo Simpar") tornou-se a controladora da Companhia. Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de aquisição de participação e controle em três empresas controladas pela CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil"), controlada indireta da Simpar, sendo elas: • ATU 12 Arrendatária Portuária S.A. ("ATU12") - aquisição de 100% de participação; • ATU 18 Arrendatária Portuária S.A. ("ATU18") - aquisição de 100% de participação; • Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Grãos do Piauí") - aquisição de 100% das ações de titularidade da CS Brasil, equivalente a 64% de participação. Desta forma, a Companhia passou a demonstrar saldo patrimonial das controladas em sua consolidação a partir de 30 de dezembro de 2022. Entretanto, todo o resultado do exercício de 2022 pertence a sua antiga controladora CS Brasil. As operações previstas consolidam as atividades do segmento de concessões públicas, atuando hoje nos serviços de: a) tratamentos de resíduos a órgãos públicos, por meio da Ciclus com a gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos e exploração de seus derivados; b) construção, manutenção e operação de rodovias, por meio da Grãos do Piauí; e c) operação de terminais portuários por meio da ATU 12 e ATU 18. Em 26 de dezembro de 2023 em AGE a CS Infra aportou o montante de R$38.565, aumentando para 73,3% (64% anteriormente) sua participação acionária na controladora Grãos do Piauí. A Companhia e suas controladas são denominadas em conjunto como Grupo CS Infra. **1.2. Participações em entidade controlada:** A participações percentuais da Companhia em suas controladas na data do balanço é a seguinte:

		2023	2022
Razão social	**País sede**	**Direta %**	**Direta %**
Ciclus Ambiental do Brasil S.A.	Brasil	100	100
ATU 12 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil	100	100
ATU 18 Arrendatária Portuária SPE S.A.	Brasil	100	100
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.	Brasil	73,25	64

1.3. Contratos de concessão e prestação de serviços: Contrato de Concessão - Grãos do Piauí: Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para prestação dos serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos da rodovia Transcerrados e Estrada Palestina, no estado do Piauí, nos termos das disposições do contrato, em especial do Programa de Exploração Rodoviário - PER. A rodovia Transcerrados é uma das principais rotas de escoamento para produção de grãos no Piauí, e é a maior intervenção rodoviária já executada no Estado. Ela interligará a região dos Cerrados Piauienses e garantirá melhores condições aos agricultores. Confira os benefícios: São 276,8 km de rota ligada com estradas para escoamento da produção. A rodovia possui localização estratégica para o escoamento da produção de grãos para exportação e está inserida na região MATOPIBA, que se destaca pela produção de milho, soja e algodão. A região de MATOPIBA interliga as rodovias BR-230, BR-020, BR-343, BR-222, BR-135, BR-316 e BR-232. O prazo do contrato é de 30 anos, contados da data de assinatura do Termo de Transferência de Posse do Sistema Rodoviário, o qual foi realizado em 28 de dezembro de 2021. O contrato prevê a construção de quatro praças de pedágio, bases de apoio aos usuários do Sistema Rodoviário, bases operacionais, uma Central de Controle Operacional (CCO), duas praças de pesagem de veículos de carga, pavimentação, acessos, alças, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, acostamentos e quaisquer elementos dentro dos limites das faixas de domínio, bem como a manutenção e operação de todo este aparato. A remuneração da concessionária será a receita bruta composta por receita tarifária, contraprestação pecuniária e receitas marginais. A contraprestação será devida à Concessionária após o início da cobrança de pedágio e será proporcional ao andamento das obras de pavimentação, desde que atendidos os requisitos contratuais e os indicadores de desempenho. Á medida que as obras forem concluídas, cresce o percentual de contraprestação a ser pago e os valores contabilizados via receita de pedágio. A Concessionária deverá atender aos IQD (Índices de Qualidade de Desempenho) a serem avaliados por Verificador Independente, contratado pela concessionária e selecionado pelo estado do Piauí. O Verificador Independente será responsável pelo cálculo do valor a ser pago a título de contraprestação. A Grãos do Piauí segue com os investimentos previstos no contrato e, ao longo de 2023, evoluiu fortemente e com o avanço das pavimentações e instalações de apoio, passou a oferecer maior segurança e conforto para os usuários. Ainda em 2023, aconteceu o início da operação de três das quatro praças de pedágio previstas: Praça 1 ("P1") no Km 25 - PI 397 no município de Uruçuí em maio de 2023, a Praça 4 ("P4") no Km 35 - PI 262 no município de Bom Jesus em agosto de 2023 e a Praça 2 ("P2") no Km 79 - PI 397 no município de Sebastião Leal em outubro de 2023. A conclusão da pavimentação e construção da última Praça 3 ("P3") no Km 155 - PI 397, no município de Currais, iniciou a operação no dia 06 abril de 2024. Para viabilizar o montante investido até o momento, foi necessário realizar a captação de recursos próprios, além dos financiamentos previstos e com o início das operações, a Administração entende que a geração de caixa além do fluxo de liberações dos financiamentos já contratados, serão suficientes para fazer frente às obrigações. **Contrato de Concessão - ATU 12 e ATU 18:** O Porto de Aratu-Candeias está localizado na enseada de Cabotó, próximo à entrada do Canal Cotegipe, região nordeste da Baía de Todos os Santos, no município de Candeias - BA (cerca de 50 km de Salvador). O porto abrange e influencia toda a região dos estados de Sergipe, Alagoas, região oeste de Pernambuco e leste de Minas Gerais. Sua estrutura conta com quatro terminais para a movimentação de granéis sólidos, produtos líquidos e gasosos. Isso permite que o Porto de Aratu-Candeias opere com grande variedade de produtos, entre eles: minérios de ferro, manganês e cobre, ureia, fertilizantes, nafta, propeno e concentrado de cobre. Com um prazo de 25 e 15 anos para ATU 12 e ATU 18, respectivamente, a receita é mensurada com base em contratos firmados diretamente com clientes privados, quando da efetiva prestação das atividades pela Companhia, para atividades relacionadas a fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês, coque de petróleo e magnesita. Os preços, ou preços-teto, para as atividades relacionadas a fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo têm por finalidade remunerar todas as atividades necessárias e suficientes para atracação e expedição terrestre, armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias, movimentação no armazém e transferência de desembarque dos navios, e inclui as seguintes subatividades: • Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário; • Expedição terrestre da carga, conferência de documentos e processamento de informações na saída do Arrendamento; • Pesagens, exceto as requisitadas pelo dono da carga; • Utilização do sistema de correias transportadoras; • Desembarque da carga (a partir do navio); • Atracação; • Armazenagem da carga por período mínimo de 20 (vinte) dias; • Atendimento a eventuais solicitações de Autoridades para inspeção da carga; e • Movimentação interna da carga realizada por iniciativa do operador ou motivada por Autoridades durante o período de armazenagem. Os preços, ou preços-teto, para as atividades relacionadas à magnesita têm por finalidade remunerar todas as atividades necessárias e suficientes para atracação e embarque dos navios, e inclui as seguintes subatividades: • Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário; • Atracação; • Conferência de documentos e processamento de informações na saída do arrendamento; • Utilização do sistema de correias transportadoras; • Embarque da carga; e • Atendimento a eventuais solicitações de autoridades para inspeção da carga. **Ciclus Ambiental Rio S.A.:** A Ciclus, opera contrato de prestação de serviços com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana ("Comlurb"), firmado em 21 de agosto de 2003, com vigência de 180 meses, a contar da data da emissão da licença de operação, em abril de 2011. A operação inclui a construção do CTR-Rio no município de Seropédica, composto por quatro células de aterro sanitário (AS1, AS2, AS3 e AS4). A primeira célula (AS1) entrou em operação em abril de 2011. Em 21 de dezembro de 2023, foi firmado termo aditivo ao contrato de prestação de serviços por meio do qual o valor mensal da remuneração decorrente do Contrato de Concessão passou a ser de R$ 36.299 e houve a extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão em 10 anos, de modo que ele vigorará até 18 de abril de 2036.

continua ★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS INFRA S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atualmente, o empreendimento tem capacidade para receber resíduos industriais não perigosos e resíduos sólidos urbanos por mais 20 anos, em consonância com o prazo total do contrato. O contrato de prestação de serviços com a Comlurb poderá ser rescindido nos casos previstos nas Leis federais 8.666/93, 8.987/95 e suas alterações. Demais contratos com prefeituras: Adicionalmente ao contrato firmado com a Comlurb, a Companhia mantém contratos para recebimento, aterro e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Miguel Pereira e Piraí, além de contratos privados mantidos com indústrias da região do polo industrial de Santa Cruz. Abaixo foram listadas as principais informações dos demais contratos de prestação de serviços que a Companhia mantinha com outras prefeituras em 31 de dezembro de 2023:

Cliente	Início do Contrato	Vigência
Prefeitura Municipal de Mangaratiba	30/04/2020	30/04/2020 a 29/04/2024
IR Novatec (Prefeitura Miguel Pereira e Piraí)	29/09/2015	Indeterminado
Prefeitura de Itaguaí	01/06/2020	01/06/2020 a 19/12/2024
RMY Serviços (Prefeitura de Pirai)	03/01/2023	Indeterminado

A Ciclus possui um alto nível de interações com órgãos públicos, tendo em vista a natureza dos serviços prestados de gestão integrada de resíduos sólidos perante entes municipais. A interação com agentes públicos ocorre especialmente no âmbito do acompanhamento dos contratos, na obtenção de licenças e permissões, bem como no contexto de fiscalizações. Biogás e Energia: A Ciclus tem projetos de aproveitamento energético de biogás gerado pelo aterro e tratamento dos resíduos, registrados na *United Nations Framework Convention on Climate Change* ("UNFCCC"), que é um subprojeto do Programa de Atividades da Caixa Econômica Federal (Nota 7). Como parte do aproveitamento energético de biogás, estão previstos a geração e comercialização de energia elétrica a partir de 2023 e a ampliação da comercialização do biogás como combustível. Se houver excedente do biogás gerado no aterro sanitário do CTR-Rio, é realizado a queima em *flare* (sistema de segurança das tubulações). Em todos os casos, serão gerados créditos de carbono. Estima-se a geração de biogás até 2064. A Ciclus mantém contrato de comercialização até março de 2027, com uma quantidade mínima contratada de 16 mil Nm^3 por hora. No acumulado do ano de 2023, o valor do faturamento oriundo desse negócio foi de R$58.529 (R$ 60.105 em 2022).

Cliente	Início do Contrato	Vigência
Gás Verde	03/2017	03/2017 a 03/2027

1.4. Concentração de receita e liquidez financeira: A receita da Ciclus representa aproximadamente 72% da receita total do Grupo CS Infra. O plano de negócios do Grupo CS Infra considera a diversificação das suas receitas e elevação dos seus resultados. Esse plano inclui conquistas novas concessões nos próximos anos além de performar e transformar em operacional os contratos atuais. Adicionalmente, o Grupo CS Infra conta com o suporte financeiro de sua Controladora, quando necessário, para equalizar seu fluxo de caixa. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas assumindo que o Grupo CS Infra terá continuidade normal das operações. **1.5. Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos nos custos relacionados à atividade econômica da Companhia. **1.6. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 mantém Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios. O Grupo também segue determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro *Sustainability-Linked Bond* ("SLB") do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro *Sustainability-Linked Bond* em reais com liquidações em dólares do país. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A Companhia elabora, divulga e tem auditado por terceira parte seu inventário de emissões que, constantemente aprimorado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. Além disso, a Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon *Disclosure Project* ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo: • Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG *Protocol* - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. Atualmente não identificamos impactos nas demonstrações financeiras da CS Infra e suas controladas. **1.7. Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS.

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 20 de maio de 2024. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R$219.542 (R$84.750 em 2022), composto por 112.281.987 (60.000.273 em 2022) ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes de forma integral à Simpar S.A. **Aumento de capital social:** Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovado o aporte de capital em R$134.792, onde R$119.816 foi base da assunção de dívida proveniente de mútuo com Grupo Simpar, ou seja, uma movimentação não caixa e o restante caixa e equivalentes em R$14.976, conforme demonstrado na DFC.

	Valor	Cotas
Saldo em 15 de junho de 2021	–	–
Integralização de capital	1	1.000
Integralização de capital com bens	84.749	59.999.273
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**84.750**	**60.000.273**
Integralização de capital	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**84.750**	**60.000.273**
Integralização de capital	**134.792**	**52.281.714**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**219.542**	**112.281.987**

3.2 Reserva de lucros e distribuição de dividendos: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social. O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, quando existir, conforme definido pela Lei das Companhias por Ações. O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Companhia julgar necessárias para sua segurança, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas.

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	74.625
(–) Reserva Legal (5%)	–	(3.730)
Lucro líquido do exercício, base para a proposição de dividendos	–	70.896
Dividendos mínimos (1%)	–	710

3.3 Participação de não controladores: A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em virtude da compra da Grãos do Piauí em 30 de dezembro de 2022, detalhada na nota explicativa 1.1, em que a CS Infra adquiriu 64% de participação e em 26 de dezembro de 2023 a Companhia aportou o montante de R$38.565, aumentando para 73,3% sua participação acionária na controladora Grãos do Piauí. **3.4 Ajuste de avaliação patrimonial:** Em 2022, a JSP Holding S.A. efetuou aporte de capital no montante de R$ 84.749, sendo que o valor total dos ativos recebidos foi de R$ 110.593 (também pelo critério contábil do custo precedente). Desta forma, a diferença entre o aporte inicial e o valor recebido de R$ 25.844 corresponde à movimentação das operações até a data da incorporação do investimento reconhecido na CS Infra S.A. Esse ganho foi reconhecido em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido por se tratar de uma transação entre sócios.O saldo registrado em 2022 no montante de R$ 25.844. No exercicio de 2023 a CS Infra registrou ajuste de avaliação patrimonial no montante de R$ 1.403 referente à incorporação das ações da Vetor na CS Grãos. Com essa movimentação o saldo em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R$ 24.441.

DIRETORIA

Fernando Antonio Quintas Alves Filho - Diretor Presidente   **Rodrigo Pinheiro Andrade** - Diretor Financeiro

CONTADOR

Ricardo Ortega - CRC 1SP 321058/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da CS Infra S.A. (i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após o relatório da administração dessa publicação resumida. Tipo de Opinião - Sem modificação.

pwc

Barueri, 20 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0

Chineses querem tempo livre

Jovens que trabalham em empresas de tecnologia no país asiático estão se rebelando contra as longas jornadas

ARTIGO | The Economist

É uma tradição consagrada pelo tempo que os chefes reclamem da suposta preguiça de seus subordinados. No entanto, fazer isso publicamente raramente é sensato. A China não é exceção a essa regra. No início deste mês, Qu Jing, chefe de comunicações da Baidu, gigante de tecnologia, usou a mídia social para defender a cultura de trabalho árduo da empresa. A tempestade resultante destacou a crescente insatisfação entre os jovens trabalhadores da China com as horas de trabalho punitivas comuns no país.

Em um vídeo, que logo se tornou viral, Jing disse que não era responsabilidade dela se os relacionamentos ou a saúde de sua equipe eram afetados por seus empregos: "Não sou mãe deles". Em outro, ela acrescentou que uma mulher que opta por passar tempo com "seu marido e filhos" não deve esperar uma promoção ou aumento.

Ela afirmou que não se arrepende de ter esquecido o aniversário de seu filho mais velho nem a série em que seu filho mais novo estava na escola porque "escolheu ser uma mulher de carreira". "Mantenha seu telefone ligado 24 horas por dia."

A condenação veio rapidamente. Em 9 de maio, ela publicou um pedido de desculpas. Um dia depois, ela deixou o cargo. Robin Li, executivo-chefe do Baidu, foi forçado a intervir, observando em uma reunião de equipe que os comentários não refletiam os valores da empresa. Muitos internautas discordaram.

Um deles observou que Jing estava apenas "dizendo em voz alta a parte mais tranquila". Essas atitudes são muito comuns entre os líderes dos gigantes da tecnologia do país. Não faz muito tempo, um emprego em uma dessas empresas era visto como o auge da realização.

Conseguir um cargo em empresas como Baidu, Alibaba ou Tencent significava prestígio, um grande salário, benefícios e opções de ações lucrativas. Nem mesmo as horas de trabalho exaustivas impediam os candidatos.

> **Funcionários que se orgulhavam do emprego em big techs hoje buscam vaga em empresas estatais**

As atitudes começaram a mudar em 2019, depois que Jack Ma, cofundador do Alibaba, comemorou a "bênção" do que ele chamou de semana de trabalho "996" –trabalhando das 9h às 21h, seis dias por semana. Isso desencadeou uma onda de reclamações online. Em pouco tempo, os trabalhadores começaram a falar de turnos "007" –24 horas por dia, sete dias por semana.

A morte de vários jovens trabalhadores chineses da área de tecnologia gerou ainda mais polêmica. Em 2020, um funcionário de 22 anos da Pinduoduo, empresa de comércio eletrônico, morreu enquanto voltava do escritório para casa nas primeiras horas da manhã.

Em 2022, um funcionário de 25 anos da Bilibili, semelhante ao YouTube, morreu enquanto trabalhava durante o feriado do Ano-Novo Lunar. No fim do mesmo mês, um engenheiro de 28 anos da ByteDance, dona do TikTok, morreu repentinamente após se exercitar.

A Bilibili negou que seu funcionário estivesse fazendo horas extras na semana que antecedeu sua morte, mas prometeu contratar mais 1 mil funcionários. A ByteDance não comentou as horas de trabalho de seu funcionário. Pesquisa interna com a equipe da empresa logo após o incidente mostrou que mais de 70% dos funcionários saíam do trabalho depois das 21 horas, e quase 40% ficavam após as 22 horas.

Mais recentemente, a economia em desaceleração levou muitos gigantes da tecnologia a cortar custos. Os benefícios desapareceram, enquanto aumentos salariais e promoções foram interrompidos. Várias empresas fizeram demissões em massa. Os funcionários com opções de ações em algumas empresas viram seu valor desaparecer.

ESTATAL. Tudo isso reduziu o apelo de trabalhar nas empresas mais dinâmicas da China. Quase metade dos graduados universitários do país agora deseja trabalhar em estatais, em comparação com 36% em 2020, de acordo com pesquisa da Zhaopin, empresa de recrutamento.

Mais da metade dos entrevistados da pesquisa citou a estabilidade como o fator mais importante na escolha de um emprego. Não está claro até que ponto a cultura tóxica de muitas dessas empresas incomoda o governo central da China. Em 2021, o tribunal superior do país declarou que a programação "996" era ilegal. Os comentários de Jing, no entanto, sugerem que essas horas ainda são esperadas de muitos trabalhadores de tecnologia.

Sua mensagem também parece consistente com o pensamento de Xi Jinping, líder da China, que pediu aos jovens que "comessem a amargura". ●

Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 NIRE 35300023978

Certidão - Junta Comercial
Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária de 29.02.2024, às 10 horas

"JUCESP sob nº 203.319/24-2, em 15.05.2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral."

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*
ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº 90029/2024**, referente ao Processo HRFV n.° **024.00072182/2024-19**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS, COM ENTREGA PARCELADA**, para o Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia **06 de Junho** de **2024**, às **09:00** horas, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*
ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº 90030/2024**, referente ao Processo HRFV n.° **024.00061539/2024-33**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS, COM ENTREGA PARCELADA**, para o Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia **06 de Junho** de **2024**, às **09:00** horas, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.



San Conrado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO

O Conselho de Administração da **SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO**, neste ato por seu Presidente **Sr. FLÁVIO DE SOUZA CECCHI**, atendendo ao artigo 14 inciso I Letra "a" do Estatuto Social vigente, com fulcro no Artigo 16 e nos termos dos Artigos 12, Incisos II, e 16 Parágrafos 1º e 2º, do mesmo Estatuto, convoca os senhores Associados da **SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO** para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em ambiente virtual, uma vez que não existe nenhum dispositivo estatutário que impeça a sua realização, com início no dia **08 DE JUNHO DE 2024**, às 09:00 horas, em primeira convocação com a presença mínima de metade mais um dos Associados ou, caso não se verifique quórum, às 09:30 horas, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, sendo que a Assembleia permanecerá instalada até o dia **09 DE JUNHO DE 2024** às 17h, que ocorrerá na sede social localizada na Av. San Conrado, nº 415, Caminhos de San Conrado Sousas, em Campinas, Estado de São Paulo. A assembleia será realizada em ambiente virtual, através da plataforma e tecnologia disponibilizada pela empresa Lello Condomínios Ltda., inscrita na CNPJ sob o nº 44.166.627/0001-92 que disponibilizará toda a estrutura e suporte para a Associação na realização da assembleia, assim como a orientação e acessos ao sistema para todos os Associados regulares, através dos endereços de e-mail constantes no cadastro da Sociedade, com as seguintes matérias da ordem do dia:

1. COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA (eleição ou aclamação de presidente e designação de secretário(a); 2. APRECIAR E DELIBERAR SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023- SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO.

Os associados que possuírem qualquer dificuldade tecnológica ou de acesso a conexão de internet deverão formalizar a respectiva solicitação de acesso e apoio perante a administração, que deverá fornecer meio de acesso para votação, em conformidade com o artigo 16, §3, do Estatuto Social, o edital e demais documentos estarão disponíveis, aos Associados regulares, na secretaria da **SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO** e na página eletrônica (internet) do San Conrado, mediante acesso com login e senha próprios, dentro dos prazos estatutários. As deliberações da Assembleia obrigam os Associados, os membros dos Órgãos Sociais, bem como quaisquer procuradores nomeados pela **SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO**, inclusive os Associados dela ausentes.

Campinas - SP, 22 de Maio de 2024.

FLÁVIO DE SOUZA CECCHI - Presidente do Conselho de Administração
SOCIEDADE CIVIL DOS AMIGOS DE CAMINHOS DE SAN CONRADO



EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1011645-06.2024.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Fausto Dalmaschio Ferreira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que, que foi promovida AÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA COM PEDIDO LIMINAR DE IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE, Processo nº 1011645-06.2024.8.26.0053, pela COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP em face de HUGO ENÉAS SALOMONE, em razão do Decreto Municipal nº 6.465, de 31 de janeiro de 2023, foi declarada de utilidade pública uma área de terreno com 90,51m², necessária à implantação da Rede Coletora de Esgotos, parte integrante do S.E.S. Sistema de Esgotamento Sanitário da Comarca da Capital, em imóvel localizado na Rua Igarapé Azul, Parque Savoy City, Município de São Paulo, de propriedade do expropriado, conforme Inscrição nº 07, do 16º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, mediante o depósito da oferta prévia no valor de R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais) para o mês de fevereiro de 2024. E, para conhecimento de terceiros, expediu-se o presente edital, com prazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 34, do Decreto-Lei nº 3.365/41, contando o prazo a partir da primeira publicação na Imprensa Oficial do Estado, o qual será, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de maio de 2024.





Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 041/24 - Pregão Eletrônico 90027/24 - Registro de preços para aquisição de CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Encerramento: 09:00 horas do dia 06/06/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 20 de maio de 2024.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 042/24 - Pregão Eletrônico 90028/24 – Contratação de serviços para fornecimento de alimentação para delegação de Assis durante o 66º Jogos Abertos do Interior - Encerramento: 09:00 horas do dia 07/06/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 20 de maio de 2024.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 043/24 - Pregão Eletrônico 90029/24 - Registro de preços para Aquisição de Concreto Usinado - Encerramento: 09:00 horas do dia 07/06/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 20 de maio de 2024.
José Aparecido Fernandes - Prefeito

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 186ª (Centésima Octogésima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 186ª (centésima octogésima sexta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11.2.2 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries, da 186ª (Centésima Octogésima Sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. com Lastro em Créditos do Agronegócio Devidos pela Indústria de Rações Patense Ltda.*", bem como seus aditamentos ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de junho de 2024, às 10h00,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a não declaração do vencimento antecipado da CPR-Financeira 1ª Série e CPR-Financeira 2ª Série, conforme definidas no Termo de Securitização ("CPR-Financeiras") e o consequente resgate obrigatório dos CRA, nos termos do item (xxiii), da cláusula 11.3.1, das CPR-Financeiras e item (xxiii), da cláusula 6.2.2, do Termo de Securitização, diante do descumprimento do Índice de Liquidez Corrente, conforme definido nas CPR-Financeiras; **(ii)** aprovar a não declaração do vencimento antecipado das CPR-Financeiras e o consequente resgate obrigatório dos CRA, nos termos do item (iii) da cláusula 11.3.1 das CPR-Financeiras, diante da existência de protesto de títulos contra a Emitente ou os Avalistas, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais); **(iii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos nas CPR-Financeiras ou no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme cláusula 11.8 do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem a maioria dos CRA em Circulação, conforme cláusula 6.2.5 do Termo de Securitização. **(i)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(ii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iii)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iii)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 22 de maio de 2024
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Estatal Sucessão

Magda deve fazer mudança parcial em diretorias da Petrobras

Maurício Tolmasquim, da área de Transição Energética, deve ficar no cargo

GABRIEL VASCONCELOS
RIO

A futura presidente da Petrobras, Magda Chambriard, fará mudanças na diretoria da estatal, mas deve preservar parte dos executivos. Um dos que devem permanecer no cargo, conforme apurou o *Estadão/Broadcast*, é o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade, Mauricio Tolmasquim.

Ontem pela manhã, Tolmasquim se encontrou com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na Base Aérea do Galeão, no Rio. Silveira acompanhava o embarque de eletricistas para auxiliar na reconstrução da rede no Rio Grande do Sul. O encontro foi um pedido do ministro, que queria falar de gás natural. A conversa durou alguns minutos e foi interpretada como uma sinalização positiva para Tolmasquim em meio às mudanças na estatal, sob Magda e mais alinhada à pauta do governo federal.

Além dos projetos de transição energética da Petrobras, Tolmasquim cuida da gestão do gás produzido pela companhia, à exceção das unidades de processamento de gás (UPGNs), sob responsabilidade de Willian França, diretor de Processos Industriais. A maior oferta de gás ao mercado pela Petrobras é um ponto de pressão da Esplanada sobre a estatal, sobretudo do Ministério de Minas e Energia.

Tolmasquim, dizem pessoas próximas à sucessão na estatal, tem boa relação com Magda, além de fiadores dentro do PT. A leitura é de que, para uma nova presidente com muita experiência em petróleo, mas pouca entrada no setor da energia elétrica – área em que a Petrobras pretende atuar –, Tolmasquim seria um quadro estratégico. Respeitado no setor, o ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foi coordenador do grupo de trabalho de Minas e Energia na transição de governo.

SOB PRESSÃO. Mas o executivo não é unanimidade no governo, sendo alvo de críticas do próprio PT. Membros da Federação Única dos Petroleiros (FUP), por exemplo, já reclamaram publicamente de falta de evolução dos projetos. A tendência, portanto, é de que ele seja pressionado a promover mudanças na diretoria e a acelerar projetos para aplacar as queixas de lentidão que se multiplicaram nos últimos meses.

Também alvo de queixas relacionadas à lentidão no andamento de projetos, obras e pouca atenção ao conteúdo local nos empreendimentos, o diretor de Engenharia, Inovação e Tecnologia, Carlos Travassos, pode não ter a mesma sorte. Suas chances de permanecer à frente da área que lida com os fornecedores da estatal são consideradas baixas em razão de fortes resistências dentro do PT.

Funcionário de carreira com 33 anos de Petrobras, Travassos conta com o respaldo de parte dos conselheiros e da própria empresa, mas não deve resistir às críticas, que também passam por encomendas à indústria naval muito aquém do esperado pelo governo e pelo próprio presidente Lula.

Uma das reclamações mais objetivas se refere ao número considerado baixo de novos navios de transporte colocados no plano estratégico – quatro –, enquanto os críticos estimam haver uma demanda potencial superior a 20 embarcações na subsidiária de transporte da estatal, a Transpetro.

Outra queixa se deve ao prazo estimado para a conclusão da fábrica de fertilizantes de Três Lagoas (MS) – Travassos fala em até cinco anos, tempo considerado excessivo para áreas do governo. A gestão dos nomes da diretoria foi facultada a Magda Chambriard por Lula, mas pessoas próximas dizem que ela terá de submeter as mudanças também aos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Rui Costa (Casa Civil). ●

Conselho da Petrobras deve aprovar nome da executiva na sexta-feira

Indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a engenheira Magda Chambriard deve ser nomeada formalmente para ocupar a presidência da Petrobras na próxima sexta-feira, após a aprovação do conselho de administração da companhia. ● G.V./RIO

Petrobras Troca de comando

Silveira diz que demissão de Prates foi uma decisão de Lula

Para ministro de Minas e Energia, queda das ações da Petrobras foi 'marola para beneficiar especulação'

GABRIEL VASCONCELOS
RIO

Na primeira declaração pública sobre a demissão de Jean Paul Prates da presidência da Petrobras, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, atribuiu a decisão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, a demissão se deveu à "compreensão do presidente" de que era preciso acelerar o plano de investimentos da estatal.

"(*O fator decisivo para a demissão*) foi a compreensão do presidente de que nós precisamos acelerar o cumprimento do plano de investimentos. Nada mais. Sempre tentaram personificar essa questão da Petrobras em mim e no ministro Rui (*Costa, da Casa Civil*). Absolutamente, isso nunca aconteceu. (*Prates*), por quem eu continuo tendo respeito, foi meu colega no Senado. Às vezes, as posturas são diferentes, mas o respeito sempre é primordial. Que continue sendo à altura daqueles que têm a missão de servir ao País", disse Silveira.

A versão de a demissão de Prates estar relacionada ao interesse do governo em acelerar os investimentos na estatal já corria nos bastidores de Brasília, assim como a de que Silveira e Rui Costa foram os pivôs da sua saída, após uma espiral de discordâncias e ataques mútuos entre os três desde o início do governo. A amigos, Prates disse que a demissão representou uma "humilhação" e que foi anunciada por Lula "na presença regozijada de Alexandre Silveira e Rui Costa".

> ***"Foi a compreensão do presidente de que precisamos acelerar o plano de investimentos. Nada mais"***
> **Alexandre Silveira**
> Ministro de Minas e Energia

AFRONTADO. O ministro, porém, não deixou de fazer uma crítica velada a Prates. "O presidente Lula, com 78 anos de idade, não pode ser constrangido por nenhum de nós (*do governo*). Todos nós temos de nos orgulhar e aprender com ele, sobre respeito à democracia", afirmou Silveira, a jornalistas na Base Aérea do Galeão, no Rio, onde acompanhou o embarque de eletricistas para ajudar na reconstrução do Rio Grande do Sul.

Nos bastidores, em Brasília, o comentário é de que Lula se sentiu afrontado por Prates em algumas ocasiões nos últimos meses, como quando o então presidente da Petrobras descumpriu a sua ordem para que os conselheiros indicados pelo governo votassem contra a distribuição de dividendos extraordinários apurados em 2023, em março, ou quando pediu uma reunião para definir sua situação na empresa.

'MAIOR CELERIDADE'. Ontem mais cedo, em entrevista à GloboNews, Silveira destacou que a Petrobras é uma empresa estatal e que quem indica seu presidente e diretores é o governo. Ele afirmou que a empresa não terá uma guinada com a mudança da presidência e que o presidente Lula espera o cumprimento rigoroso do plano de investimentos já aprovado pela estatal, que prevê aportes em gás e fertilizantes, entre outras áreas. "Queremos uma presidente cumprindo o plano com a maior celeridade possível", disse ele, em referência à escolha de Magda Chambriard para o cargo antes ocupado por Prates.

Silveira disse que o governo "sabe respeitar a natureza das empresas" e que os investidores "não terão surpresas". Ele acrescentou que a gestão da estatal seguirá "sem barulho, com serenidade e com equilíbrio". Ele minimizou também a queda das ações da estatal na Bolsa após a demissão de Prates. Segundo ele, o movimento seria uma "marola para beneficiar especulação" e não teria consistência.

Na leitura do mercado, a substituição de Prates deve representar maior interferência política do governo na administração da estatal, com participação da empresa em projetos que já não deram resultados em gestões passadas do PT – como o incentivo para a recuperação do setor de estaleiros no País.

Silveira se mostrou entusiasmado com a chegada de Magda Chambriard para dirigir a Petrobras. Questionado sobre como será a relação entre o governo e a nova presidente da estatal, ele disse ser desrespeitoso caracterizar a executiva como "subserviente". "É desrespeitoso se dirigir a uma profissional como a doutora Magda, a companheira Magda, como subserviente. Qualquer profissional que chega para dar contribuições ao País pode colocar suas ideias para fazer o bom debate. Mas, depois que há uma decisão (*do governo*), mesmo não consensual, há de se cumprir (*a decisão*)." ●

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*
ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO
AQUISIÇÃO DE COBERTURA SACRAL E CALCANEO

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº 90031/2024**, referente ao Processo HRFV n.° **024.00043070/2024-51**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO COBERTURA SACRAL E CALCANEO**, para o Hospital Regional Dr. Osiris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia **06 de Junho** de **2024**, às **09:00** horas, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

FUNDAÇÃO LICEU PASTEUR

São convocados os Senhores Membros do Conselho Deliberativo da Fundação Liceu Pasteur para a reunião ordinária, que será realizada no próximo dia 29/05/2024, por videoconferência da Instituição, com início às 10h30min, se houver número, ou, em segunda convocação, às 11h00.
A pauta para a reunião é a seguinte:
I - Expediente
II - Ordem do Dia
1). Avaliação e deliberação sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2023 e respectivo Relatório da Auditoria.
2). Previsão Orçamentária para 2024.
3). Outros assuntos.
Reconhecidos antecipadamente por sua digna presença, reiteramos nossa maior consideração, com atenciosos cumprimentos.

Marcelo Manhães de Almeida
Presidente em Exercício

COMUNICADO
LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Acha-se aberto na Delegacia Seccional de Polícia de Avaré/SP, o edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico de nº 90001/2024 – Processo DSPA nº 026/2023, S.E.I. nº 058.00026280/2024-60, do tipo Menor Preço, objetivando a aquisição de itens de material de escritório, no âmbito da Delegacia Seccional de Polícia de Avaré, sob o regime de empreitada por preço global, conforme Projeto Básico/Memorial Descritivo que compõe o Edital como Anexo I. A realização se dará na data de 06/06/2024, às 09h00min, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. O edital na íntegra poderá ser obtido na sede da Delegacia Seccional de Polícia de Avaré, situada na Rua Santa Catarina, nº 191, Água Branca, Avaré/SP, das 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sextas-feiras, mediante apresentação de mídia (pendrive) ou através do correio-eletrônico (e-mail) compras.avare@policiacivil.sp.gov.br, bem como no endereço eletrônico www.compras.gov.br ou www.pncp.gov.br.

Prefeitura de São José dos Campos
Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Abertura de invólucro 02: Concorrência Pública 017/SGAF/2023. Objeto: Contratação de agência para prestação de serviços de publicidade no ambiente digital e mídias sociais. A abertura dos invólucros 02, referente a esta licitação será no dia: 24/05/2024 as 14h00.
Informações: Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00.
Everton Almeida Figueira - Diretor do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo
CNPJ 62.707.278/0001-50

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos, nos termos do estatuto vigente, os associados do Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo, para deliberação sobre: **a) verificação e aprovação do balanço e prestação de contas do ano de 2023; b) previsão orçamentaria para o exercício de 2024; c) parecer do conselho fiscal.** A se realizar em sua sede, na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 1946, EDSED II salas 17 a 22, Vila Leopoldina, São Paulo SP, no próximo dia **vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro**, em primeira instalação às **14h**, com maioria absoluta dos associados, e a segunda instalação às **14h30**, para os associados presentes.

São Paulo, 22 de maio de 2024.
Aderlete Cristina Maçaira
Diretora Presidente

ADEVA-ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS - CNPJ – 50.599.638/0001-69
RELATÓRIO DA DIRETORIA
Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 em reais

ATIVO	**2023**
Ativos	**3.185.402,46**
Ativo Circulante	2.383.740,11
Caixa e Bancos	319.665,88
Aplicação Liquidez Imediata	2.064.074,23
Ativo Permanente	801.662,35
PASSIVO+PATRIMÔNIO SOCIAL	**2023**
Passivo + Patrimônio Social	**3.185.402,46**
Patrimônio Social	**3.185.402,46**

Nota Explicativa: A entidade ADEVA – Associação de Deficientes Visuais e Amigos possui folga financeira através da demonstração do resultado patrimonial a fim de resgatar os seus compromissos, sem ter necessidade de recorrer a empréstimos ou desmobilizações de capitais fixos. Markiano Charan Filho –Diretor-Presidente - Maria das Graças Gallego Telles Ferri TC.CRC.1SP110251/O

	2023
RECEITA	**2.889.865,57**
Doação Nota Fiscal Paulista	330.190,25
Doações Diversas – Pessoa Jurídica	154.899,98
Doações Diversas – Pessoa Física	10.857,00
Doações – EMAE	72.000,00
Doações – SMPED	96.690,00
Projeto - Meu Site Acessível	1.453.480,00
Projeto – Gráfica	683.946,62
Cultural	6.001,00
Mensalidades/Anuidades	8.887,50
Receitas Financeiras	72.913,22
DESPESA	**2.217.833,18**
Despesas Bancárias/Financeira	24.375,06
Despesas – Assistência Social	824.522,56
Projeto – Gráfica	560.159,71
Projeto Cultural São Paulo	27.635,42
Projeto – EMAE	21.985,60
Projeto Meu Site Acessível	580.160,00
Projeto Santander	95.300,00
Recursos Humanos	82.535,72
Impostos Taxas e Contribuições	1.159,11
Superávit líquido	**672.032,39**

Demonstração das Origens de aplicação de recursos em 31 de dezembro de 2023 em reais

	2023
Origens dos Recursos	672.032,39
Superávit do Exercício	672.032,39
Aplicações dos Recursos	672.032,39
Saldo Disponível Assembleia	672.032,39
ATIVO	
No inicio do Exercício	2.513.370,07
No final do Exercício	3.185.402,46
PASSIVO+PATRIMÔNIO SOCIAL	
No inicio do Exercício	**2.513.370,07**
No final do Exercício	**3.185.402,46**



MINISTÉRIO DA **EDUCAÇÃO**



AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90011/2024 - UASG 158148

Objeto: Contratação de serviços de arbitragem profissional para atender os Jogos Internos do Instituto Federal de Rondônia - JIFRO e demais eventos esportivos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no edital.

FORMA: ELETRÔNICO
MODO DE DISPUTA: ABERTO
PROCESSO SEI Nº 23243.004071/2024-18
Entrega de propostas: - Da liberação deste Edital no Portal de Compras do Governo Federal até o horário limite de início da sessão pública, no seguinte endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br
Etapa de Lances
- Entrega das Propostas: a partir de 20/05/2024 às 08:00 no site www.gov.br/compras. Endereço: Av. Calama, Nº 4.985, Flodoaldo Pontes Pinto - Porto Velho/RO ou https://www.gov.br/compras/edital/158148-5 90011-2024.

- Abertura da sessão pública: **05/06/2024**
- Horário: **09:40h** (horário oficial de Brasília)
- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
- **Código da UASG**: 158148

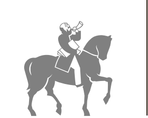
PENALTY. **CAMBUCI S/A** STADIUM
Capital Aberto Autorizado
CNPJ 61.088.894/0001-08
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os acionistas da CAMBUCI S/A, convocados para participarem da AGE que realizar-se-á no dia 20/06/2024, às 10:00 hs em primeira convocação, de modo exclusivamente presencial, na sede administrativa da empresa localizada na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, cuja pauta será a seguinte: **AGE:** a) O aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 159.180.471,80 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e setenta e um reais e oitenta centavos), mediante a capitalização do saldo da Reserva de Incentivos Fiscais da Companhia de igual valor, sem a emissão de novas ações pela Companhia, a fim de que o capital social da Companhia passe dos atuais R$ 45.937.335,19 (quarenta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos) para R$ 205.117.806,99 (duzentos e cinco milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e seis reais e noventa e nove centavos), por meio da alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, e b) A consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Para tomar parte e votar na Assembleia Geral Extraordinária, o acionista deve provar a sua qualidade como tal. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir à Companhia as procurações por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) até o momento de abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia, conforme previsto na Resolução CVM 81/22, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (a) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (b) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Unibanco S.A.; ou (c) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81/22 e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Dos Documentos: em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e à Resolução CVM 81/22, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede e no website da Companhia (www.cambuci.com.br), no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo a proposta da administração e o boletim de voto a distância. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

ROBERTO ESTEFANO
Presidente do Conselho de Administração

CIRCE BONATELLI E MATHEUS PIOVESANA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)

TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Briga da Minas Mais contra Algar avança na Justiça e pode superar R$ 1 bilhão

Uma briga que se arrasta há mais de uma década na Justiça entre as operadoras de telecomunicações Algar e Minas Mais chegou a um novo capítulo: liquidação da sentença e perícia para se chegar ao valor da indenização. Segundo os representantes da Minas Mais, a cifra a ser paga pela Algar gira em torno de R$ 670 milhões a R$ 1,5 bilhão. A Algar discorda. O processo foi movido pela Minas Mais em 2009 alegando que a Algar deixou de cumprir um contrato que estipulava a entrega de links de acesso à internet. A Minas Mais se viu forçada a contratar links de outras empresas a custos mais altos, que afetaram seu negócio. Foi então que a provedora abriu um processo cobrando a retomada do serviço ou a indenização por perdas e danos.

Empresa alegou dificuldades técnicas

A Algar contestou os argumentos, mas não negou que tenha interrompido o serviço. Ela disse que o fornecimento de internet enfrentava dificuldades técnicas e custos altos demais devido à região montanhosa, o que motivou o distrato, e que a Minas Mais estava ciente de que o serviço só se confirmaria mediante viabilidade.

Decisão reconheceu quebra de contrato

Muito tempo depois, em dezembro de 2016, a Justiça de Minas Gerais condenou a Algar por descumprimento do contrato. A decisão foi validada em segunda instância em maio de 2017. A Minas Mais optou aí por receber uma indenização, pois a tecnologia dos links de internet prevista em contrato ficou obsoleta.

● **CÁLCULO.** A partir daí começou uma nova briga para arbitrar o cálculo das perdas provocadas pela cessão do sinal ao longo desse período. A equação é complexa e precisa levar em conta a quantidade de clientes perdidos, o valor médio das vendas e as diferenças nos planos para atacado e varejo, por exemplo.

● **NO LÁPIS.** O Tribunal de Justiça de Minas Gerais contratou um perito para definir os parâmetros a serem usados na conta, e o laudo ficou pronto no fim de fevereiro de 2024. Após a primeira perícia definir os parâmetros, haverá agora uma segunda perícia que aplicará esses elementos no cálculo final da indenização.

● **COM A PALAVRA.** Procurada, a Algar informou que não comenta processos em andamento e não respondeu sobre a política de provisionamento para o caso. A companhia está com o balanço do primeiro trimestre atrasado. Ela comunicou oficialmente que o atraso decorre de uma apuração para averiguar lançamentos e baixas no ativo imobilizado, entre outros temas. A apuração é feita pelo Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos com apoio de terceiros independentes.

CÁLCULO

RENE MOREIRA/ESTADÃO - 31/7/2012



A Algar foi condenada em 2016 por descumprimento do contrato com a Minas Mais. Agora a disputa gira em torno do valor a ser pago

● **CAPTAÇÃO.** A S/A O Estado de S. Paulo finalizou a captação de R$ 142,5 milhões através da emissão de duas séries de debêntures, uma pública e uma privada. Com essa operação, em conjunto com a capitalização feita pelos acionistas da família Mesquita, controladora da empresa, no final do ano passado, a S/A O Estado de S. Paulo foca seus esforços na aceleração do projeto de transformação digital do jornal **Estadão** e na continuidade da divulgação do seu Propósito de defesa da Democracia, das liberdades individuais, de informação e econômica.

● **DIVERSIFICAÇÃO.** Conhecida do público por um negócio ligado à circulação de dinheiro vivo – a rede Banco 24 Horas –, a TecBan quer ser menos dependente dele. A companhia quer avançar em áreas como Open Finance, o Drex (versão digital do real), na oferta de serviços de conectividade e transporte de produtos de alto valor.

● **BILHÕES.** A TecBan fechou 2023 com faturamento de R$ 4,1 bilhões, sendo 30% dos novos negócios. A ideia é elevar essa fatia a 50% nos próximos quatro anos. “A companhia tem uma diversificação grande, desde o mundo de software ao do transporte de valores não em dinheiro”, disse ao **Broadcast** o CEO da TecBan, Patricio Santelices.

● **PERFIL.** O grupo, controlado por diversos bancos, tem a transportadora de valores TB-Forte; a operadora de telecomunicações TBNet; e a Serviços Integrados, de instalação e manutenção dos caixas e de estruturas especializadas. Mas o Banco 24 Horas ainda é o principal negócio, com 24 mil caixas espelhados pelo País.

● **AINDA TEM.** A rede 24 Horas não será deixada de lado, nem a própria gestão de caixas eletrônicos. Santelices diz que a TecBan quer concentrar a gestão do atendimento bancário remoto das instituições. “Começar a gerir os pontos de atendimento dos acionistas, inclusive dentro das agências, é um caminho que estamos gradativamente colocando”, disse ele.

SOBE

Pequenas empresas estão mais pontuais em obrigações

MÔNICA ZARATTINI/ESTADÃO-5/3/2010



O indicador de pontualidade de pagamentos das pequenas e médias empresas da gestora Empírica (Index Empírica PME) ficou em 64,3% em março deste ano, ante 55% em fevereiro. Segundo a Empírica, o avanço do índice em quase 10 pontos porcentuais mostra aumento da pontualidade dos pagamentos das empresas e, portanto, queda da inadimplência. A gestora avalia a subida do indicador como positiva, pois ocorreu após dois meses de queda.

DESCE

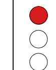
Teles recuam na B3 com entrada do Nubank no setor

ALEX SILVA/ESTADAO - 30/10/2015



As ações da TIM e da Telefônica (Vivo) recuaram 1,43% e 0,66% ontem na B3, respectivamente, estendendo perdas da véspera. A baixa ocorre depois do anúncio da entrada do Nubank no ramo de operadoras virtuais. “À medida que o Nubank atinja mais clientes, é possível que faça pressão nos preços no segmento pré-pago das operadoras”, diz a Guide Investimento, pontuando que a TIM deve sofrer mais por ter mais clientes pré-pagos que a Vivo.

BROADCAST MERCADOS



Ibovespa: 127.411,55 PTS. | Dia -0,27% | Mês 1,18% | Ano -5,05%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
YDUQS PART ON NM	13,81	10,22	29.113
CSMINERACAOON ED	5,51	2,42	10.627
CPFL ENERGIA ON	34,90	2,35	9.596

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

VAMOS ON NM	8,35	-4,24	11.383
LOJAS RENNERON	14,11	-3,95	26.778
SUZANO S.A. ON NM	49,15	-3,72	44.685

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

18/5 a 18/6	0,0382	0,7285	0,5384	0,5000
19/5 a 19/6	0,0646	0,7651	0,5649	0,5000
20/5 a 20/6	0,0911	0,8017	0,5916	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	39.872,99	0,17	5,44	5,79
FRANKFURT - DAX	18.726,76	-0,22	4,43	11,79
LONDRES - FTSE	8.416,45	-0,09	3,34	8,83
TÓQUIO - NIKKEI	38.946,93	0,31	1,41	16,38

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,03	3.198,88
	15/5/2035	6,08	2.243,87
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,07	4.266,67
PREFIXADO	1º/1/2027	11,02	761,43
	1º/1/2031	11,76	481,39
SELIC	1º/3/2027	0,08	14.825,57

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,19	0,37	1,95	3,23
IGP-M (FGV)	-0,47	0,31	-0,60	-3,04
IGP-DI (FGV)	-0,30	0,72	-0,26	-2,32
IPC (FIPE)	0,26	0,33	1,51	2,77
IPCA (IBGE)	0,16	0,38	1,80	3,69
CUB (Sinduscon)	0,10	0,05	0,26	2,40
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,51	0,59	1,72	4,93

Índices de reajuste do aluguel (Abril)

IGP-M (FGV)	-1,0304	IPCA (IBGE)	1,0369
IGP-DI (FGV)	-1,0232	INPC (IBGE)	1,0323
IPC-FIPE	1,0277	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,39	0,00	-0,67	-10,82
CDI	10,40	0,00	-2,35	-10,73

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	JUL/24	18,56	359.145	18,41	18,76	-0,64
CAFÉ NY*	SET/24	216,00	63.486	205,45	217,75	4,98
SOJA CBOT**	JUL/24	12,36	369.515	12,30	12,495	-0,94
MILHO CBOT**	SET/24	4,69	284.853	4,657	4,717	-0,53

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	133,41	0,88	3,15
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	225,10	-0,50	-14,61
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	59,48	-0,20	6,14
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1211,97	45,83	14,59

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1168	0,24	-1,45	5,43
DÓLAR TURISMO	5,3260	0,00	-1,22	5,36
EURO	5,5550	0,20	0,23	3,45
OURO US$/ONÇA-TROY	2426,80	-11,70	5,64	14,90
WTI US$/BARRIL	78,5800	-0,76	-3,36	10,23
IBRENTUS$/BARRIL	82,8100	-0,83	-3,56	7,49

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0856	1,2710	0,1954
EURO	0,921	1,0000	1,1707	0,1800
FRANCO SUÍÇO	0,911	0,9888	1,1576	0,1780
LIBRA ESTERLINA	0,787	0,8542	1,0000	0,1537
IENE	156,197	169,5805	198,5270	30,5250

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Indústria Defesa comercial

Siderúrgicas ligam novos investimentos a sucesso de cotas contra importações

Porta-voz do setor diz que há preocupação com manobras de importadores para burlar as regras

JORGE BARBOSA

A realização dos investimentos anunciados nesta semana pela indústria siderúrgica ficará condicionada, em grande medida, à efetividade do sistema de cotas que será implementado pelo governo a partir do início de junho, conforme sinalizou ao *Estadão/Broadcast* o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. Segundo ele, a interrupção das importações de aço "de caráter predatório" é fundamental para que as produtoras nacionais possam continuar investindo no País.

A advertência ocorre um dia depois de o presidente do conselho do Instituto Aço Brasil, Jefferson De Paula, apresentar ao governo os planos de investimentos do setor – que fala em aportar R$ 100 bilhões no período de 2023 a 2028. Na manhã de segunda-feira, o dirigente se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conversar sobre o cenário do setor. Também estiveram presentes os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Geraldo Alckmin (Indústria, Comércio e Serviços), além do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Segundo Lopes, os investimentos previstos pelo setor siderúrgico serão realizados à medida que o sistema de cotas aprovado pelo governo mostrar padrões de "eficiência e eficácia". A expectativa é de que a imposição de cotas consiga reduzir o quadro de intensa importação de produtos siderúrgicos, sobretudo do aço chinês.

'GRAU DE UTILIZAÇÃO'. "Esses investimentos serão realizados à medida que o sistema aprovado seja eficiente e eficaz. O que leva uma empresa a investir é a garantia de que ela tem mercado, ou seja, a garantia de um grau de utilização de capacidade adequada. Não é possível investir quando há um nível gigantesco de ociosidade", disse o porta-voz das siderúrgicas.

Segundo ele, não há novos investimentos no programa apresentado pelo Instituto Aço Brasil na segunda-feira, mas apenas os que já estavam programados pelas empresas. Lopes lembra que foram firmados compromissos tanto do Executivo quanto do setor siderúrgico, que incluem a atuação firme do governo para conter as importações, enquanto as empresas se comprometem a manter os cronogramas de investimentos, bem como a manutenção de empregos.

A regra do novo sistema de cotas que deverá ser implementado no início de junho prevê a limitação das importações de 11 tipos de produtos siderúrgicos (NCMs, sigla para Nomenclatura Comum do Mercosul). Será permitida a importação de um montante até 30% acima da média importada entre os anos de 2020 até 2022 sem cobrança adicional de impostos. Depois de ultrapassada essa faixa, a taxa média aplicada sobre o excedente de aço comprado no mercado externo sobe de 10,8% para 25%. As medidas têm validade de 12 meses após a publicação da portaria sobre o assunto.

> *"Os investimentos serão realizados à medida que o sistema (de cotas) aprovado seja eficiente e eficaz"*
> **Marco Polo de Mello Lopes**
> **Instituto Aço Brasil**

NOVO CENÁRIO. Para o setor siderúrgico, esse sistema pode proporcionar uma mudança importante, já que ao longo de 2023 as importações de produtos siderúrgicos cresceram 50%, segundo dados do Instituto Aço Brasil – o equivalente a 5 milhões de toneladas –, grande parte vinda da China.

Como reação, houve paralisação de investimentos programados, como o caso da Aperam, que interrompeu a terceira fase de modernizações na usina de Timóteo (MG), além de suspensões de centenas de contratos de trabalho, como no caso da Gerdau, entre outros movimentos. "Temos discutido o funcionamento da contabilidade das cotas para que elas sejam efetivas", diz Lopes, referindo-se à preocupação do setor de que haja manobras dos importadores para burlar as cotas.

EXPERIÊNCIA MEXICANA. Para o presidente da Associação Latino-Americana do Aço, Alejandro Wagner, a implementação do novo sistema de "cota-tarifa" deve melhorar o quadro do setor no Brasil. Ele cita o caso do México, que também adotou barreiras que estimularam a indústria a anunciar novos investimentos, como o caso da Ternium, que vai aportar mais de US$ 3 bilhões em uma nova usina no país, além da Gerdau, que disse estudar a instalação de uma nova fábrica de aços especiais (para o setor automotivo) no país, como antecipou o **Estadão**. "Todo investimento exige uma visão de longo prazo, e a indústria do aço sempre tem uma visão e um compromisso neste intervalo maior", diz Wagner. ●





Maurício Benvenutti *mauricio@startse.com*

IA >PCs, celulares, internet

Semana passada, estive no Vale do Silício. Em todas as empresas em que passei, escutei o seguinte: a inteligência artificial (IA) caminha para ser uma das tecnologias mais significativas na história da computação. Nos últimos 40 anos, nada foi tão transformador. Seu impacto será maior do que o de PCs e smartphones. E bem maior que o da internet.

Não é à toa que empresas e países começaram a se movimentar. A Ikea anunciou um programa de alfabetização em IA para 30 mil colaboradores. Cingapura subsidiará um novo diploma a toda a população com mais de 40 anos para embarcá-la nessa nova era. Um estudo da IBM estimou que 40% dos trabalhadores globais precisarão se requalificar nos próximos 3 anos, destacando que "a IA não substituirá as pessoas, mas as pessoas que usam IA substituirão as que não usam".

Diante disso, lembrei de Youngstown, uma das cidades mais emblemáticas dos EUA no século passado. A siderurgia atraiu multidões ao município, os trabalhadores possuíam um dos salários mais altos do país e as famílias desfrutavam de um estilo de vida fantástico. Porém, um decreto de 1977 fechou as usinas locais e acabou com o sonho construído na região. Milhares de indivíduos perderam seus empregos, 50% dos moradores abandonaram a região e Youngstown ficou marcada para sempre como um triste capítulo da história americana.

Com a IA, vivemos uma das maiores mudanças que qualquer geração já precisou enfrentar

Fato é que, se a mão de obra atual não se requalificar, eventos assim se repetirão, motivados não mais por decretos, mas pela velocidade das inovações que desafiam os tradicionais empregos da sociedade moderna. Tudo com IA é rápido, e fica mais rápido quando uma nova IA surge. Certamente, vivemos uma das maiores mudanças que qualquer geração já precisou enfrentar. Os avanços tecnológicos afetam não só carreiras, negócios e governos, mas o próprio conceito de trabalho, tal qual conhecemos hoje.

Kristalina Georgieva, diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, disse na última semana que a IA avançará como um tsunami e que há pouco tempo para preparar as pessoas. Ou seja, mesmo que você não concorde com a IA hoje, dificilmente conseguirá viver sem ela no futuro. Adquirir conhecimento parece ser o único antídoto capaz de combater os efeitos das atuais transformações.

Quanto a Youngstown, o que ocorreu lá nos anos 70 é agora retratado num museu. Nele, enquanto o antigo trabalhador da cidade, um dos mais bem pagos da época, é apresentado com uma placa de "extinto", o profissional atual aparece bem ao lado, dando a entender que logo será extinto também. ●

SÓCIO DA PLATAFORMA PARA STARTUPS STARTSE

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI**. Alvaro Gribel (**quinzenalmente**) ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Inovação **Vida longa ao smartphone**

Google e Samsung estão elevando de 3 para 7 anos atualização de celulares

Com o aumento de prazo de suporte, aparelhos tendem a durar mais, o que traz benefícios também para o meio ambiente

NOVA YORK

Todo smartphone tem uma data de validade. Chega o dia em que as atualizações de software param de chegar e você começa a perder novos aplicativos e protocolos de segurança. Na maioria dos telefones, isso costumava acontecer depois de apenas três anos.

Mas as coisas estão começando a mudar. Em outubro de 2023, o Google informou que o smartphone Pixel 8 receberia atualizações de software por sete anos, em vez de três anos para os Pixels anteriores.

Neste ano, a Samsung – a mais lucrativa entre as fabricantes de celulares com sistema Android – definiu um cronograma de software semelhante para seu smartphone Galaxy S24. Em seguida, o Google disse que faria o mesmo com seu Pixel 8A, a versão econômica do Pixel 8, que chegou às lojas dos EUA nesta semana. As duas empresas disseram que expandiram seu suporte de software para fazer com que seus celulares durem mais.

Não faz muito tempo que as gigantes da tecnologia lançavam novos dispositivos que incentivavam as pessoas a comprar outro a cada dois anos, mas, nos últimos anos, as vendas de smartphones diminuíram em todo o mundo, pois suas melhorias se tornaram imperceptíveis. Hoje, as pessoas querem que seus telefones durem cada vez mais.

A Samsung e o Google, agora, estão tentando alcançar a Apple, que fornece atualizações de software para iPhones durante cerca de sete anos.

O Google disse em um comunicado que expandiu seu compromisso de software para o Pixel 8A porque queria que os usuários se sentissem confiantes nos aparelhos Pixel. É praticamente a mesma razão da Samsung, que disse que, com sete anos de atualizações de software, aumenta a segurança e a confiabilidade dos clientes, no caso de todos os seus principais smartphones Galaxy.

"É uma grande vitória para o meio ambiente. Quero ver mais disso"
Nathan Proctor
Diretor da U.S. PIRG, uma organização sem fins lucrativos

No passado, os fabricantes de telefones Android diziam que o processo técnico de fornecer atualizações de software era muito complicado e que, para manter a lucratividade, eles abandonavam o suporte após alguns anos. Mas as empresas de tecnologia estão agora sob pressão para investir na durabilidade de seus dispositivos.

'DIREITO AO REPARO'. Em 2021, a Comissão Federal de Comércio dos EUA anunciou que deixaria mais rígida a aplicação da lei contra empresas de tecnologia que dificultassem o conserto e a manutenção de seus produtos. Isso acelerou o movimento "direito ao reparo", um projeto de lei que exige que as empresas forneçam peças, ferramentas e software para prolongar a vida útil de seus aparelhos.

O Google anunciou seu novo compromisso com smartphones depois de ter sido pressionado a adotar uma medida semelhante para seus laptops. Em setembro de 2023, a empresa concordou em expandir o suporte de software para seu Chromebook para dez anos, em vez de oito, em resposta a uma campanha popular que destacou como os laptops do Google estavam causando problemas de orçamento nas escolas.

Nathan Proctor, diretor da U.S. PIRG, uma organização sem fins lucrativos que liderou a campanha do Chromebook, diz que o novo padrão de sete anos de suporte para smartphones teria um efeito maior. "É uma grande vitória para o meio ambiente", diz ele. "Quero ver mais disso."

VELOCIDADE. A razão de os dispositivos não serem atualizados por vários anos está na própria velocidade do celular. A cada atualização, novas funções são adicionadas e, com isso, o smartphone é mais exigido. Com o tempo, essa capacidade pode se esgotar diante das novas funcionalidades, assim como o hardware (a parte física) pode se desgastar, diminuindo sua potência.

Porém, com o avanço das configurações presentes em smartphones – incluindo cada vez mais memória –, a possibilidade de esses dispositivos comportarem mais atualizações aumenta.

As atualizações de software são uma grande parte do que mantém um telefone funcionando bem, mas há outras etapas para prolongar a vida útil do smartphone, semelhante à manutenção de um carro. Elas incluem:

TROCAR A BATERIA A CADA 2 ANOS. As baterias de íons de lítio têm vida útil limitada. Após cerca de dois anos, a quantidade de carga que elas podem manter diminui, e é aconselhável a substituição.

PROTEJA O APARELHO. A maior parte dos smartphones ainda é feita de vidro, portanto, para que um telefone dure sete anos é aconselhável investir em uma capa de proteção de alta qualidade. Um protetor de tela também é útil, embora muitos não gostem da forma como ele distorce a qualidade da imagem da tela. A menos que você seja muito desastrado, não é recomendável pagar por garantias estendidas, pois seus custos podem exceder o preço de reparo.

LIMPE O APARELHO. Com o tempo, as portas de carregamento e as saídas dos alto-falantes ficam entupidas com sujeira, fiapos de tecido e maquiagem. Esses resíduos acumulados podem fazer com que o telefone demore mais para carregar ou que seja mais difícil ouvir uma chamada telefônica. Felizmente, um palito de dentes resolve o problema.

Muitas pessoas, no entanto, optam por trocar de aparelho por causa de novos recursos, como uma câmera melhor, por exemplo. Mas é bom saber que o software agora é capaz de acompanhar o hardware. ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Menos perecível

2 anos era o prazo médio para lançamento de novos dispositivos

10 anos é o suporte que o Google passou a dar para o Chromebook

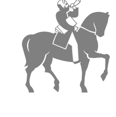


EUA não são à prova de ditadores e Trump volta a testar a democracia



CULTURA& COMPORTAMENTO

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO



Literatura Brasileira

‘Aos Meus Amigos’ revê afetos e dores dos anos 1990

Romance da dramaturga Maria Adelaide Amaral, que explora temas como desilusão, perda e amizade, ganha nova edição após 30 anos

DANIEL SILVEIRA

“O tema do reencontro de amigos é universal.” De fato, uma breve busca na memória e conseguimos pensar em alguns livros e filmes que trazem a amizade como ponto central de uma história. A fala que abre este texto é de Maria Adelaide Amaral, autora de *Aos Meus Amigos*, livro lançado em 1992, que acaba de ganhar nova edição pela Editora Instante.

O livro acompanha um grupo de amigos que se reencontram após o suicídio do mais querido deles: Leo. A história é inspirada na morte de Décio Bar, jornalista, crítico, escritor, mas também artista plástico, compositor de samba, e um amigo da autora, que morreu em 1991. O intelectual teve grande influência na vida de Maria Adelaide e a perda do amigo a levou a escrever o livro dedicado a ele.

> **“Sempre li muito, mas minhas leituras eram caóticas. E ele (o escritor e jornalista Décio Bar, que morreu em 1991) soube dar uma direção a elas e me apresentou autores fundamentais, como Sartre e Erich Fromm”**
>
> **Maria Adelaide Amaral**
> **Autora e roteirista**

Segundo a autora, ele foi um grande responsável por enriquecer seu repertório literário. “Sempre fui muito curiosa e sempre li muito, mas minhas leituras eram caóticas. E ele, digamos assim, soube dar uma direção a elas”, comenta a autora de 81 anos. “Ele me apresentou alguns autores fundamentais, como Simone de Beauvoir, Sartre, Erich Fromm”, continua.

O livro é considerado um dos melhores romances da década de 1990 e usa flashbacks e memórias compartilhadas para explorar assuntos como amor, perda, envelhecimento e desilusão com os ideais da juventude. Dada a universalidade dos temas, o romance segue extremamente atual, mesmo que tenha sido lançado há mais de 30 anos.

Personagens bem construídos, bons diálogos, que nos fazem entender melhor a relação entre aqueles amigos e deles com Leo, e a escrita fluida de Maria Adelaide são pontos de destaque na obra, que ganhou uma adaptação feita pela própria autora para a televisão, a série *Queridos Amigos*, lançada em 2008 e disponível na íntegra no Globoplay.

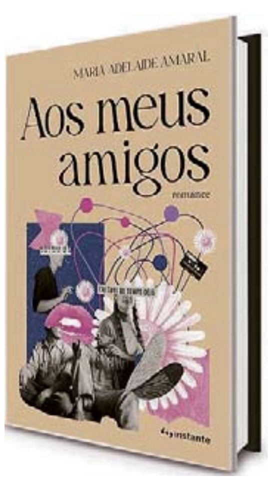
Referências pessoais se unem à história, que tem um conjunto de inspirações em amigos e conhecidos da autora na vida real. Não é uma ou outra pessoa em específico. São aspectos de personalidade que estavam sempre perto de Maria Adelaide, seja por suas andanças em redações jornalísticas, seja como autora e colaboradora de novelas e minisséries, seja como boa observadora do mundo à sua volta.

Em *Aos Meus Amigos*, Maria Adelaide faz uma homenagem às amizades, tendo sua relação com Décio como ponto de partida. É curioso ouvi-la falar dele, pois a história se cruza com o livro, não coincidentemente. Mas também dá para entender um pouco do quanto essa relação a influenciou. “Estudávamos à noite e, muitas vezes, matávamos aula para ir ao cinema, assistir aos filmes da nouvelle vague, Cinema Novo. A gente ficava perambulando pelo centro da cidade de madrugada, não tínhamos receio de nada. Ficávamos debruçados no Viaduto do Chá, conversando às duas da manhã”, relembra.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Maria Adelaide prepara projeto sobre Carlos Gomes para o teatro



Aos Meus Amigos
Maria Adelaide Amaral
Editora Instante
288 págs., R$ 74,90

Um jeito de viver a cidade que tem reflexos, inclusive, nas suas andanças e pesquisas para sua dramaturgia. Foi caminhando em cemitérios da cidade que Maria Adelaide entendeu como funcionava um funeral bem mais de perto. Observando reações de pessoas, a estrutura o “passo a passo” de um velório. Imagens que fazem parte do livro

Tanto a experiência de uma cidade de São Paulo dos anos 1960 – foi nessa década que a capital paulista passou a ser a mais rica do País – quanto o olhar atento para suas vivências ajudaram a fazer nascer a autora Maria Adelaide. Antes de se tornar um dos nomes brasileiros mais importantes na dramaturgia, tendo assinado peças ganhadoras de prêmios, novelas e minisséries para a TV, ela desejou ser atriz. Mas antes de fazer história na TV, trabalhou como jornalista na editora Abril.

PREÇO. Ao mesmo tempo que se eterniza por conta de suas minisséries, talvez não exista mais tanto espaço para suas produções atualmente, principalmente, segundo ela, por serem produções caras. “*Maurício de Nassau* não sai (a Globo engavetou a produção no passado, ocupando o espaço com *Queridos Amigos*). Duvido que saia porque é muito caro. Estava escrevendo sobre Carlos Gomes. Não vai sair na TV porque é caríssimo. É uma grande história também. Mas essa eu vou levar para o teatro”, diz.

E o que será que faz a cabeça de Maria Adelaide diante de tantas opções de séries e seriados? “Tem muita gente escrevendo bem. *Bom Dia, Verônica* (Netflix) é muito boa, *Justiça*, de Manuela Dias (atualmente com uma segunda temporada disponível no Globoplay), é muito boa também, *Os Outros* (Globoplay) foi fantástica. *Fim* (Globoplay) tem similaridades com *Queridos Amigos*, mas de outra geração, em outra cidade. E *Nada*, série argentina, que está no Star+”, finaliza ela. ●

Carreira

Pesquisa histórica marca os seus trabalhos na TV

MARIA ADELAIDE AMARAL



● A Resistência
Após uma demissão em massa na empresa em que trabalhava, Maria Adelaide escreveu sua primeira peça (foto). Ela enviou o texto para o crítico Sábato Magaldi, do *Jornal da Tarde*. “Ele disse: ‘Isso é teatro, e bom teatro’.”

● Os Gigantes
***A Resistência* estreou em 1978. Um ano depois, ela estreou na televisão como colaboradora da novela *Os Gigantes*, de Lauro César Muniz. Também colaborou em *Meu Bem, Meu Mal* (1990), de Cassiano Gabus Mendes; e *Deus nos Acuda* (1992) e *A Próxima Vítima* (1995), ambas de Silvio de Abreu.**

TV GLOBO



● Anjo Mau
A autora só viria a assinar sua primeira novela com o aclamado remake de *Anjo Mau*, de 1997 (foto acima) Também foi responsável por levar à programação da Globo uma mistura das novelas *Ti Ti Ti* (1985) e *Plumas e Paetês* (1980).

TV GLOBO



● A Muralha
“Serei lembrada pelos meus trabalhos de televisão, não pelas novelas, mas pelas minisséries. Fiz a diferença aí”, diz Maria Adelaide. Escreveu para a TV Globo, em 2000, *A Muralha* (foto acima), adaptação do romance de Dinah Silveira de Queiroz. Em 2001, adaptou *Os Maias*, de Eça de Queiroz.

●A Casa das Sete Mulheres
Uma das marcas de suas minisséries é a ampla pesquisa histórica. Foi assim com *A Casa das Sete Mulheres* (2003), adaptação do livro de Letícia Wierzchowski; com *JK* (2006); *Dalva e Herivelto*; e *Dercy de Verdade* (2012).



Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Porto Alegre

Artista perdeu 200 obras em tragédia no Sul

Em 2015, em uma das cheias do Lago Guaíba, em Porto Alegre, a artista plástica Ana Norogrando se viu obrigada a levar algumas de suas obras em um barco pelas ruas cheias da cidade. Com sua casa e ateliê, na Ilha Grande dos Marinheiros, próximos de serem atingidos pela água, Norogrando colocou os trabalhos em um barquinho para salvá-los e também para transportá-los até a 10ª *Bienal do Mercosul*, exposição em que ela participava. Ela conseguiu levar as obras até uma estrada que não estava alagada, onde um caminhão da exposição a esperava.

Agora, a artista acaba de abrir a instalação *O Submarino Feminista Aquafluxo*, em cartaz no Museu Nacional de Arte Contemporânea de Portugal. O trabalho alude justamente à situação extrema vivida por Ana em 2015.

Ana, que se divide desde 2019 entre Porto Alegre e Aveiro, em Portugal, conta que as águas invadiram sua casa na catástrofe atual. Ela, que no momento está em Portugal, tem dois contêineres cheios de obras que estão parcialmente submersos pela água e também acha que perdeu os dois mil livros que armazenava em sua casa. "Eu não tenho uma ideia precisa de como está tudo na minha casa e ateliê em Porto Alegre, mas a situação de muita gente está pior", diz ela, que estima ter perdido 200 obras.

O incidente vivido pela artista na época da Bienal em Porto Alegre foi considerado "emblemático" pelo curador Gaudêncio Fidelis – que é o curador da exposição portuguesa e também curava a Bienal – e incluído na atual instalação de Norogrando. "Naquele outubro de 2015, uma frota de caminhões ficou estacionada em São Paulo por três semanas esperando a chuva cessar para realizar o trecho de transporte das obras da Bienal do Mercosul até Porto Alegre", lembra o curador sobre a enchente da data. ● MARCELA PAES

ARQUIVO PESSOAL



Ana Norogrando acaba de abrir uma instalação em Portugal

Artes Visuais

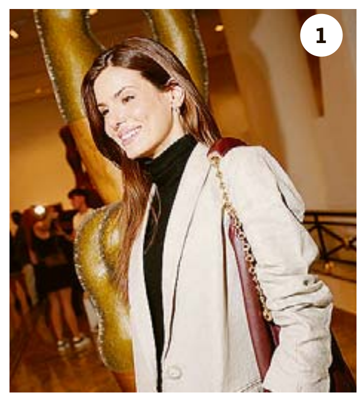
DAN GALERIA/REPRODUÇÃO



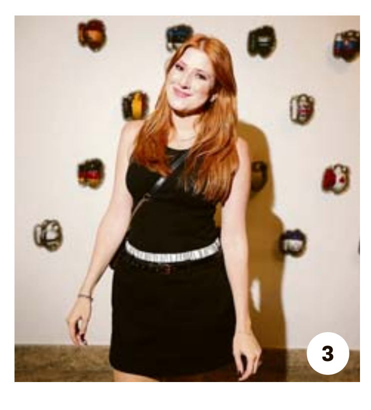
DAN galeria abre exposição do artista francês Pascal Dombis no próximo dia 25 de maio

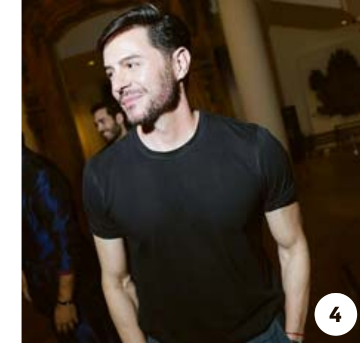
A DAN Galeria inaugura no dia 25 de maio a exposição "Spin Machine", do artista francês Pascal Dombis. Com a curadoria de Franck James Marlot, a mostra reúne um conjunto de 37 obras – incluindo uma instalação suspensa inédita, inspirada na icônica "Dream Machine", criada por Brion Gysin, em 1959. Conhecido por criar formas visuais imprevisíveis e dinâmicas, Dombis desafia as convenções sociais e temporais e propõe uma nova visão, original e interativa que incita reflexões sobre o futuro e a memória por meio de colagens.

ANDRE LIGEIRO



1. Camila Queiroz na abertura da exposição do artista visual Dee Lazzerini na FAAP. 2. Renato Buratto e Dee Lazzerini. 3. Dani Calabresa. 4. Ricardo Tozzi.





Bloco de Notas

● **BOLSAS.** Alunos matriculados no 5º e no 9º do Ensino Fundamental podem participar do processo de seleção para 400 vagas com bolsa integral nas três escolas do Instituto J&F: Germinare BUSINESS, Germinare TECH e Germinare VET.

● **CASACOR.** A Feira na Rosenbaum estreia como loja oficial da CASACOR 2024, que acontece no Conjunto Nacional da Av. Paulista. Objetos de design, decoração e moda serão mostrados durante o período.

● **JARDINAGEM.** O autor espanhol Santiago Beruete está no Brasil para ministrar oficinas de jardinagem de 23 a 25 de maio, na *40º Feira do Livro* do Colégio Miguel de Cervantes.

Cinema *Festival de Cannes*

Kevin Costner apresenta filme e é ovacionado

Ator e diretor foi aplaudido de pé por sete minutos após a exibição do faroeste 'Horizon', bancado com recursos próprios

O épico faroeste *Horizon: An American Saga*, dirigido e estrelado pelo ator Kevin Costner, estreou no Festival de Cannes no domingo, 19. O filme agradou ao público: recebeu aplausos da plateia, de pé, por nada menos que sete minutos.

Emocionado, Costner fez um discurso para agradecer ao público e prometeu "mais três" episódios da franquia, que já deve ganhar uma sequência em agosto.

> ***"Este é um momento tão bom, não só para mim, mas para os atores que vieram comigo, para as pessoas que acreditaram em mim e que continuaram a trabalhar. O show business é um negócio engraçado e estou feliz por tê-lo encontrado. Não há lugar como aqui. Nunca esquecerei disso, meus filhos também não"***
> **Kevin Costner**
> Ator e diretor

"É um momento tão bom, não só para mim, mas para os atores que vieram comigo, para as pessoas que acreditaram em mim e que continuaram a trabalhar", disse o diretor após a exibição da produção. "O show business é um negócio engraçado e estou muito feliz por tê-lo encontrado. Não há lugar como aqui. Nunca esquecerei disso, meus filhos também não."

Diretor de *Megalopolis*, também exibido em Cannes, Francis Ford Coppola teve de investir dinheiro do próprio bolso para bancar a produção. Para filmar *Horizon*, primeiro filme de uma saga western, Costner precisou fazer algo parecido: teve de hipotecar sua casa. "Foi uma odisseia, como o próprio filme. As pessoas me diziam: 'Ninguém faz dois filmes, Kevin, por que você quer fazer quatro?'", contou o ator e diretor de 69 anos.

VIOLÊNCIA. Com Sienna Miller e Sam Worthington nos papéis principais, o filme é um cruzamento de histórias de colonos e colonizados, de brancos e indígenas, em um oeste violento e dramático. *Horizon* não disputa a Palma de Ouro, e foi exibido fora de competição. Mas marca o retorno do ator a Cannes após um hiato de quase duas décadas. ● AFP

'Baby', de Marcelo Caetano, é exibido na Semana da Crítica

O brasileiro Marcelo Caetano exibiu na terça, 21, na Semana da Crítica de Cannes, o filme *Baby*, sobre a vida da comunidade LGBT+ em São Paulo, com a relação entre um homem jovem e um mais maduro. "Vivemos num momento com uma sede grande de categorização, de definir bastante as coisas. Minha ideia era fazer um filme mais para confundir do que para esclarecer", disse o diretor. ● AFP

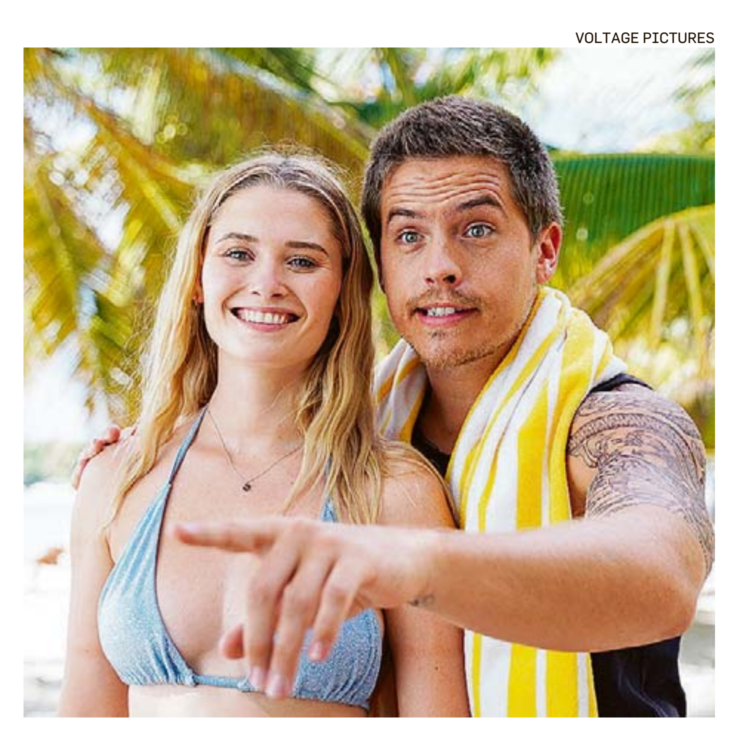
Cinema *Em cartaz*

Filme abraça o nonsense e diverte sem medo do ridículo

'Belo Desastre: O Casamento', inspirado em franquia literária de sucesso, brinca com a ideia do amor romântico adolescente

MATHEUS MANS

VOLTAGE PICTURES



Abby (Virginia Gardner) e Travis (Dylan Sprouse): besteirol

Adolescentes, quando estão vivendo um romance, pensam que aquela paixão será para a vida inteira. É ridículo – o amor, afinal, tende a ser brega.

E é divertido quando filmes como *Belo Desastre: O Casamento*, em cartaz nos cinemas brasileiros, mandam a seriedade às favas e abraçam o besteirol sem nenhuma vergonha.

Dirigido e roteirizado por Roger Kumble, o longa é baseado na franquia literária *Belo Desastre* (que já havia chegado ao cinema com *After*) e narra a história de Abby (Virginia Gardner) e Travis (Dylan Sprouse). Ela é toda certinha, ele é o bad boy que participa de lutas clandestinas. Depois de um conturbado início de romance no primeiro filme, neste segundo eles já começam a história casados e vivendo uma estranha rotina no México.

A questão é: como esse casal, tão cheio de diferenças, vai conseguir suportar uma vida a dois? É isso que Abby e Travis tentam entender ao longo de *O Casamento*.

Kumble eleva o tom de ridículo ao máximo. Tudo é exagerado e brega, como são os amores juvenis. São cenas que variam em intensidade, com pequenas observações absurdas e sequências improváveis.

O filme deixa o romance de lado para explorar ao máximo o humor que surge da busca incerta pelo "felizes para sempre". É aí que Kumble abraça o nonsense romântico, já trabalhado por ele em *Tudo para Ficar com Ele* e *Apenas Amigos*.

EXAGERO. É difícil dizer que o filme é realmente bom: falta cadência para a história, que adota um tom episódico cansativo; há exagero nos estereótipos mexicanos, muito além do filtro amarelo; e não há cuidado ao inserir alguns elementos gráficos na história, envolvendo o desenho de um pênis com rosto na tela, causando uma certa vergonha alheia que nem mesmo a cena que se passa em meio a galos de briga consegue causar.

Ainda assim, ao escolher o besteirol sem nenhum constrangimento, *Belo Desastre: O Casamento* faz rir. Bebe da fonte de filmes como *American Pie* e *Superbad*, deixando de lado histórias de amigos fazendo besteira para rir dos romances adolescentes que são, por si só, divertidos para quem olha de longe.

Só os fãs do livro, normalmente jovens que levam essas histórias a sério, é que devem ficar frustrados com pessoas rindo dos amores impossíveis. ●



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Quem somos nós!?
Data estelar: Sol e Plutão em trígono

Diante da vulnerabilidade sentirás o puxão de te aproveitares da situação ao teu favor, ou de te comportares para proteger a vulnerabilidade alheia para que nada nem ninguém a violente, e a medida de tuas escolhas íntimas determinará o grau de amor que experimentas em relação à Vida.

Nossa humanidade vem desenvolvendo rapidamente a experiência de proteção da vulnerabilidade animal, mas ainda não faz o mesmo em relação aos seus congêneres humanos, e como é impossível se desvincular da experiência humana sendo humanos, a maneira com que tratamos a vulnerabilidade trágica e epidêmica de nossa humanidade, sem sequer ir muito longe, apenas verificando como tratamos nossas vulnerabilidades íntimas e as das pessoas com que convivemos, é isso que dirá quem somos nós verdadeiramente, diante da Vida de nossas vidas. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4



O jogo do destino é complexo, em alguns momento você joga e aposta, enquanto noutros você é mais uma peça movimentada pelas forças misteriosas da vida, sem domínio algum sobre o que acontece. Confie na Vida.

TOURO 21-4 a 20-5



Agora é quando, se você se atrever a apitar o começo do jogo, as coisas se desenvolverão através de caminhos nos quais não haverá como voltar atrás, só seguir em frente se adaptando a uma dinâmica que demanda bastante.

GÊMEOS 21-5 a 20-6



Tente deixar o mais claro possível quais são suas reais motivações para se envolver no que está acontecendo, porque isso definirá o quanto você poderá contribuir com algo positivo, ou atrapalhar ainda mais a situação.

CÂNCER 21-6 a 21-7



Qualquer um que seja o resultado de você encarar os desafios da atualidade, de todo modo será positivo para a equação do seu destino. A vida escreve certo pelas linhas tortas, não há nada verdadeiramente do que se preocupar.

LEÃO 22-7 a 22-8



Todo mundo tem seus próprios interesses e, com certeza, cada pessoa puxará a sardinha para seu lado, porém, chega uma hora, que é agora, em que é mais importante defender os interesses em comum do que os próprios. É assim.

VIRGEM 23-8 a 22-9



Melhor não gastar muito tempo tentando resolver dilemas pensando, porque se houver alguma dúvida pairando no ar, ela será resolvida você colocando em prática seu conhecimento e dando passos concretos nesse sentido.

LIBRA 23-9 a 22-10



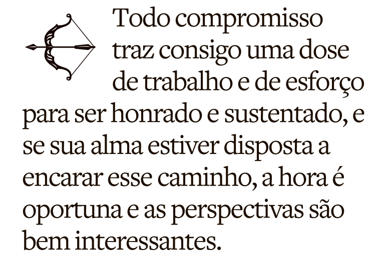
O momento é oportuno para você fazer sua parte no jogo, valorizando suas pretensões e apostando nelas através de ações efetivas. Não tem como dar errado, de uma forma ou de outra você sairá ganhando. Em frente.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11



O que está em andamento tem o potencial de mudar bastante o cenário de sua vida, e isso traz à tona emoções muito intensas, que precisam ser administradas com sabedoria, porque a precipitação não seria nada sábia.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12



Todo compromisso traz consigo uma dose de trabalho e de esforço para ser honrado e sustentado, e se sua alma estiver disposta a encarar esse caminho, a hora é oportuna e as perspectivas são bem interessantes.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1



Você poderia se dar ao luxo de se distrair com as coisas aleatórias que surgem por aí, mas saberia que assim negligenciaria um momento importante, e isso não deixaria você se distrair como se não houvesse amanhã.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2



Você não precisa lutar contra nada em especial para se sentir melhor, o que você precisa é colocar em prática o que faz você se sentir bem, e tornar cada dia de sua vida uma oportunidade para praticar o que predica.

PEIXES 20-2 a 20-3



Verifique quais são suas verdadeiras motivações para fazer o que anda fazendo, porque é dessas que se alimenta o misterioso destino, e como as coisas vão se tecendo em conjuntos cada vez mais amplos de acontecimentos.

Música **Pop**

Madonna se veste como Frida Kahlo e museu diz que não ofereceu roupa

Entre apresentações na Cidade do México, cantora foi ao instituto dedicado à pintora e diz ter usado seus vestidos

Apaixonada por Frida Kahlo, Madonna publicou mais imagens de sua visita ao museu dedicado à pintora, na Cidade do México. Em publicação feita na segunda-feira, dia 20, ela mostrou que chegou a usar roupas que foram de Frida e leu diários guardados pela família da pintora.

"Uma linda lembrança: visitando a casa da família da minha eterna musa, Frida Kahlo, na Cidade do México. Para mim foi mágico experimentar suas roupas e joias, ler seus diários e cartas e ver fotos que nunca tinha visto antes", escreveu a cantora, que esteve no México entre o fim de abril e o início de maio, antes de sua passagem pelo Brasil.

O Museu Frida Kahlo negou ainda na segunda, 20, que vestidos da célebre pintora em exposição na Cidade do México tenham sido usados por Madonna em sua recente visita à capital mexicana.

A chamada Casa Azul, onde Kahlo viveu 36 anos e que expõe parte de seu legado, assegurou que, por causa da sua agenda, a cantora americana não esteve no museu no bairro boêmio de Coyoacán, como o fizeram familiares e amigos.

No entanto, Madonna visitou parentes de Kahlo no bairro Pedregal, segundo revelou o jornal *Reforma*. "Informamos que roupa, fotos e objetos que Madonna publicou em suas diferentes redes sociais não pertencem ou fazem parte do acervo da Casa Azul", avisou o museu em comunicado.

Madonna visitou também Mara de Anda Romeo, sobrinha-bisneta da pintora e sua filha Mara, que ela já conhecia. Frida Kahlo morreu aos 47 anos, em 1954. ● **AFP**



QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

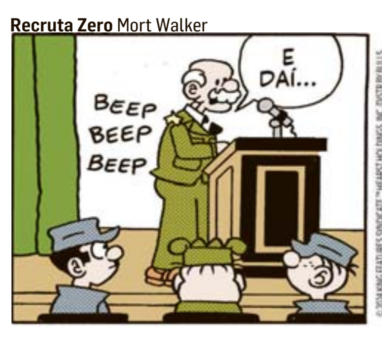








Recruta Zero Mort Walker







Turma da Mônica Mauricio de Sousa







O melhor de Calvin Bill Watterson







Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"A melhor vingança é o enorme sucesso"* **Frank Sinatra**



Roberto DaMatta

O que os desastres ensinam?

Ensinam, explicava meu avô por trás da fumaça azulada do seu charuto. Ora, eles ensinam padre-nosso a vigário!

Desastres, reiterava desempacotando sua opinião, ensinam o infalível do inesperado. Em seguida, sorridente e enigmático, sentenciava: há sempre o inesperado que exige humildade e prevenção – o que não temos no Brasil!

Alerta e prevenção, que demandam menos ambição, não combinam com o nosso viés bacharelesco, onipotente, livresco e legalístico, que regula todo o campo social, imitando os mandamentos.

O desastre que o povo gaúcho enfrenta é fruto de uma mudança do meio ambiente. Jamais foi um ato da juridicidade hermética dos nossos "supremos".

Aí está o problema. Num sistema social no qual tudo tem intenção política – sobretudo "segundas intenções" –, como lidar com um terrível evento que não tem pretensão, noção ou intenção político-eleitoral? Que não é de direita ou esquerda, não tem partido ou seita, mas – entretanto, porém e todavia – exige medidas coletivas imediatas?

Nosso viés paranoico, que em tudo enxerga malandragem, "armação" e má-fé (esses atores básicos do sistema que a suprema monocracia do meritíssimo magistrado Dias Toffoli não me deixa mentir) não deixa reagir com eficácia.

Como enfrentar a catástrofe impessoalmente, sem carregados cálculos políticos pessoais?

Se tudo, conforme julgamos, é político, como não selvagemente politizar a enchente, o frio e a tempestade promotoras de perdas e sofrimento?

Como enfrentar a catástrofe impessoalmente, sem carregados cálculos políticos pessoais? Numa demora que aumenta o poder destrutivo das águas, que não votaram nem no Lula nem no Leite?

Pelo amor de Deus!

Acidentes naturais não demandam respostas políticas, eles exigem a impessoalidade da rapidez com eficiência – isso que o sistema jamais buscou, porque conservou um viés aristocrático, alérgico a poderes interdependentes, e, acima de tudo, à sinceridade exigida pela democracia.

Como, então, enfrentar o desastre que não é legal ou ideológico, com um aparelho administrativo caduco, enrolado em si mesmo, tocado a conselhos e entupido precisamente de ideologia e sectarismo político? Um sistema calibrado por sofisticados cálculos destinados a tudo mudar e em tudo mandar, menos na sua burocracia legalista, autoritária e elitizante?

É, sem dúvida alguma, essa desarmonia que a tragédia escancara.●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz e Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/4dMEHvY**

- Destruir usando explosivos
- Tornar incapaz
- Livro de vocábulos com seus significados
- Personagem de conto árabe
- Tipo de queijo de baixo teor de gordura
- A fase inicial da viagem de turismo
- Relativo à Itália
- Planícies, vales e montanhas (Geogr.)
- Objetivo; meta
- Problema financeiro do Brasil
- Trivial; vulgar
- 5, em romanos
- Local onde se fazem exames clínicos
- Brado em arenas
- Quebrar com força
- Até que (?): finalmente!
- Tipo de alface
- Consoantes de "frio"
- Antonio Vivaldi, compositor
- (?) de cavalo, tipo de penteado
- Grupo de três
- Robson (?), ex-velocista
- Cada divisão da peça teatral
- Pequeno veículo de corridas
- Teimosia
- Socorre
- Roberto Marinho, jornalista
- Literatura (abrev.)
- Ponto, em inglês
- Caio (?), ator
- D O M
- Consequência
- Lá ao longe
- Talento natural
- "(?) Você", sucesso do Barão Vermelho
- Que não se distrai
- A primeira hora
- (?) Angeles, cidade da Califórnia
- Passa por cima, saltando
- (?)-shirt, modelo de camiseta
- Ricardo Linhares, autor de novelas
- Nota de esclarecimento
- Galho
- Vias fluviais como o São Francisco

BANCO 3/dot. 4/kart. 5/birra — ítalo. 10/arrebentar — inabilitar.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, dois animais roedores que se tornaram uma praga em grandes cidades.

Carga (?): limita as horas de trabalho.	1	2	3	4		5	4
Afluente do Amazonas.	3	5	2	6		3	5
O hidrogênio compõe a maior parte de sua atmosfera.	6	7	8	5		9	3
(?) lunar: tem 28 dias.	8	9	3	5		10	2
Fácil de ser assimilada pelo organismo.	10	5	11	9		12	4
Cargo bancário.	11	9	3		13	12	9
(?) de verão, recurso para economizar energia elétrica.	1	2	3	4		5	2
Ato de aspirar ruidosamente pelo nariz.	14	7	13	11		10	4
Enviam.	3	9	15	9		9	15
Feitio; forma.	14	2	3	15		12	2
Construção da zona portuária.	4	3	15	4		9	15
Ação perversa.	15	4	16	10		10	9
Gasta em excesso.	9	17	18	4		6	4
Bomba de festa junina.	18	7	17	19		8	9
Anfiteatro romano.	19	2	16	5		9	7

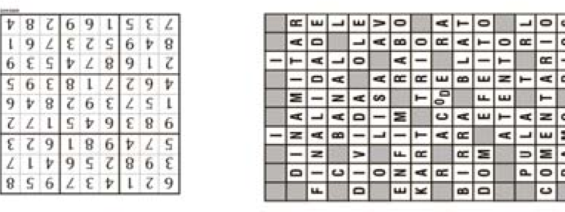
SUDOKU

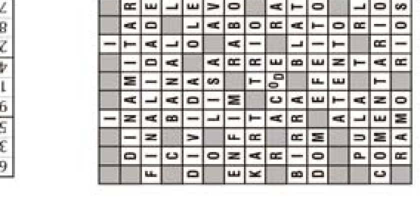
NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/4c403lh**

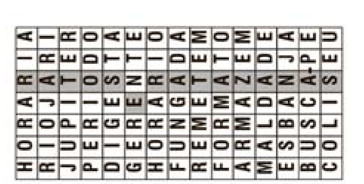
Nível Fácil

6								8
	9		2	5	6		1	
			9		1			
	8	3		4		1	7	
	5		3		2		4	
	6	2		1		3	9	
			8		4			
	4		5	2	3		6	
7								4

SOLUÇÕES







Por uma questão de projeto, EUA não são à prova de ditadores

Trump volta a testar a democracia



Ex-presidente Donald Trump é candidato de novo e faz campanha em Wildwood, New Jersey

ARTIGO The Economist

A presidência dos Estados Unidos é um cargo cobiçado, pelo menos para um certo tipo de homem geriátrico louco por poder. Os fundadores do país quase se tornaram o cargo ainda mais exaltado. John Adams, o primeiro vice-presidente, achava que o presidente deveria ser conhecido como Sua Majestade Eletiva ou Sua Potência. O Senado endossou outra forma de tratamento: Sua Alteza, o Presidente dos Estados Unidos e Protetor de suas Liberdades. Mas a Câmara dos Deputados rejeitou títulos grandiosos, e George Washington concordou com isso para dissipar as alegações de que ele teria ambições monárquicas. De qualquer forma, as acusações foram feitas e têm sido repetidas sempre que um dos partidos não gosta do que o presidente está fazendo, ou seja, na maior parte do tempo.

Os romancistas levaram esses medos mais longe, imaginando a derrubada da democracia americana por um ditador carismático: o presidente Buzz Windrip em *It Can't Happen Here* (1935), de Sinclair Lewis; Nehemiah Scudder na série de ficção científica de Robert Heinlein *If This Goes On* (1941); Charles Lindbergh em *The Plot Against America*, de Philip Roth (2004). O presidente Scudder, um pregador que se tornou político do interior, vence as eleições de 2012. As eleições de 2016 são então canceladas.

Conforme as eleições de novembro se aproximam, não são apenas os romancistas que imaginam cenários semelhantes. Os democratas veem Donald Trump como um aspirante a tirano por causa da sua tentativa de permanecer no cargo depois de perder as eleições de 2020. Trump, por sua vez, denuncia Joe Biden, que venceu as eleições apesar das maquinações de Trump, como um usurpador. Trump afirma que Biden está abusando de sua autoridade para iniciar procedimentos jurídicos falsos e, assim, prender Trump. Biden, juntamente "com um bando dos seus capangas, desajustados e marxistas próximos", está tentando "destruir a democracia americana".

Os esforços de Trump para anular as eleições fracassaram; os tribunais revertiam regularmente as medidas do governo dele e, mesmo que seja reeleito, ele será limitado pela Constituição a apenas mais um mandato. Mesmo assim, alguns dos seus críticos argumentam que a democracia dos EUA é vulnerável e consideram ingênuos aqueles que dizem o contrário.

DITADURA. No ano passado, Robert Kagan, antigo conselheiro de política externa de vários republicanos, escreveu um ensaio para o *Washington Post* argumentando: "Há um caminho claro para uma ditadura nos Estados Unidos, que está ficando mais curto a cada dia". Não são apenas os adversários de Trump que falam assim. Um dos seus ex-secretários de gabinete observa: "A Constituição funciona porque é empregada com regras e normas que todos nós cumprimos". Trump, na opinião dele, "corrói essas regras e normas e continuará a fazê-lo", sendo, portanto, "uma ameaça à democracia tal como a conhecemos".

O ex-presidente, que gosta de comentar suas ações como se delas fosse um observador, entrou no debate. No ano passado, ele foi questionado na Fox News se seria um ditador caso fosse reeleito. Trump cogitou a ideia antes de rejeitá-la. Como tantas vezes acontece com ele, era difícil saber quais de suas declarações conflitantes levar a sério, se é que alguma foi séria. Em um sentido menos teórico, a Suprema Corte está avaliando se os presidentes podem ser processados, e em que circunstâncias. Pelo menos alguns dos juízes provavelmente concordarão com a opinião de Trump: "Não se pode ter um presidente sem imunidade".



ALEX BRANDON/AP

Recurso

O presidente Joe Biden recorreu aos poderes de emergência para perdoar dívida estudantil que até agora custou 0,6% do PIB

Ao pensar no que um segundo mandato de Trump traria, é difícil evitar cair na histeria ou na complacência. É provável, dados os instintos de Trump, o comportamento passado e o seu domínio sobre o restante do partido, que ele degrade ainda mais a democracia em um segundo mandato. Mas avaliar a probabilidade do pior cenário é impossível. Há outra maneira de ponderar até que ponto as coisas podem ficar ruins: despersonalizar a análise.

Deixando de lado o imponderável – o que Trump e Biden realmente pretendem –, quais são as restrições à Presidência, seja quem for que ocupe o cargo? Se alguém se tornasse presidente e tivesse a destreza administrativa e a determinação firme para minar a Constituição (descrições que provavelmente não se adaptam a Trump), quanto dano ele ou ela poderia causar? Ou, para colocar a questão em termos mais alarmantes, até que ponto os EUA são à prova de ditadores?

CARGO FRACO. Durante a maior parte do primeiro século da Presidência, a ideia de que um homem pudesse governar o país parecia absurda. O cargo era fraco demais para isso. Sob Washington, todo o Poder Executivo consistia em quatro secretários de gabinete e cinco secretários efetivos. Só depois da 1.ª Guerra, quando o governo federal cresceu dramaticamente e os fascistas e os comunistas tomaram conta das democracias europeias, é que a questão começou a parecer relevante, e a ideia não era sequer vagamente plausível.

No fim da 2.ª Guerra, o número de funcionários federais aumentou para 2,5 milhões. Nas décadas de 40 e 50, tornou-se comum os americanos referirem-se ao seu presidente como o "comandante-chefe". Um gabinete que originalmente contava com um punhado de funcionários agora presidia sobre milhões de pessoas, para não falar de um botão que poderia destruir outros países e, em troca, atrair a destruição dos EUA.

Embora o poder do presidente tenha aumentado enormemente, as restrições legais ao exercício desse poder não cresceram proporcionalmente. Houve apenas duas emendas constitucionais significativas que podem impedir um presidente descontrolado: a primeira diz que nenhum presidente pode ser eleito para mais de dois mandatos (22.ª Emenda); e a outra, que o vice-presidente assumirá o poder se o Congresso decidir que o presidente está incapacitado (25.ª Emenda). Nenhuma das duas restringe o exercício diário do poder presidencial.

Nos anos entre as guerras, a ditadura teve uma certa elegância entre a elite americana. Eleanor Roosevelt sugeriu ao marido que o país poderia precisar de um "ditador benevolente" para tirá-lo da Depressão. "Se algum dia este país precisou de um Mussolini, este momento é agora", declarou um senador da Pensilvânia. Este tipo de conversa só foi silenciado pelo ataque a Pearl Harbor.

O fato de nada ter acontecido como as ditaduras imaginadas por Lewis, Heinlein ou Roth deve-se em grande parte ao fato de ninguém como Windrip, Scudder ou Lindbergh ter sido eleito presidente. As aulas de educação cívica ensinam que isso também tem a ver com a Constituição. Os EUA são tão grandes, e o poder político tão difuso, com tanta autoridade atribuída aos Estados, que o governo de um homem só ainda parece impraticável.

Golpes militares – o caminho mais comum para a chegada dos ditadores ao poder – são quase impossíveis nos EUA. O exército está entre as instituições políticas mais saudáveis do país, com líderes determinados a permanecer fora da política. A grande maioria dos agentes policiais trabalha para os governos estaduais e locais, e não para o presidente, de modo que a repressão por parte de um Estado policial também seria difícil de organizar. Esse tipo de tirania pode ser afastada com segurança.

Os tribunais são indepen-

MATT ROURKE/AP – 11/5/2024



dentes e determinados – mesmo aquele em que três dos nove juízes foram nomeados por um dos candidatos presidenciais deste ano. A imprensa é difusa demais para que um partido possa controlá-la nos moldes de Viktor Orbán e do seu partido Fidesz, na Hungria. Mesmo com um ataque determinado à burocracia federal, do tipo que alguns pensadores trumpistas têm em mente, é difícil conseguir que qualquer organização que emprega 25 mil advogados cumpra as ordens de uma pessoa. Tanto o atual presidente quanto o anterior viram políticas relativamente mundanas serem atrasadas ou frustradas por desafios processuais: imagine o que aconteceria se o presidente tentasse cancelar as eleições de 2028.

Muitas destas restrições dependem de hábitos e normas democráticas, e não do que está escrito na lei. Algumas das convenções mais importantes que restringem a Presidência são mais jovens do que as pessoas que atualmente disputam o cargo. A noção de que o Departamento de Justiça não pode simplesmente cumprir as ordens do presidente só existe desde a era da discoteca. Conforme os governantes mudam, as normas podem mudar com eles, deixando a Constituição, as atas do Congresso e a Suprema Corte como freio. É aqui que as coisas ficam mais preocupantes.

ANTITIRANIA. A visão da aula de moral cívica a respeito do governo americano descreve a Constituição como uma proteção visionária e magistral contra a tirania. No entanto, réplicas da Constituição americana foram adotadas em outros países e não conseguiram afastar os tiranos. No século 19, as novas repúblicas da América Latina copiaram esse modelo – federalismo, uma suprema corte, uma legislatura e um presidente – e suas democracias foram derrubadas por homens armados.

No século 20, as Filipinas recortaram e colaram a Constituição americana para trazê-la ao seu país, mas Ferdinand Marcos conseguiu minar a democracia e instalar-se como um homem forte por mais de 20 anos. Em contraste, onde os EUA ajudaram a estabelecer sistemas parlamentares, como no Iraque, na Itália e no Japão, as instituições resistiram. Isto suscita um pensamento herético: e se os EUA tiverem sido à prova de ditadores apesar da sua Constituição, e não por causa dela?

A interpretação da Constituição da aula de moral e cívica está centrada nos freios e contrapesos que impedem que qualquer parte do governo fique forte demais. No entanto, o controle mais explícito sobre o presidente, o impeachment, não funciona. Embora três presidentes tenham sido enviados pela Câmara para julgamento no Senado (Trump foi julgado duas vezes), a Câmara Superior nunca destituiu realmente nenhum presidente do cargo. Mesmo quando Mitch McConnell, o líder da maioria no Senado na época, disse que Trump era "prática e moralmente responsável" pelo caos de 6 de janeiro de 2021, ele e os seus colegas decidiram não destituí-lo do cargo. A razão que ele apresentou foi que Trump tinha claramente cometido um crime e que o local certo para processá-lo seriam os tribunais. Mas o julgamento do 6 de Janeiro, muito atrasado e com base jurídica questionável, mostra quão incerta é a capacidade do sistema jurídico para limitar o poder presidencial.

Jack Smith, o promotor do caso, defende uma teoria jurídica não testada de que o presidente fez parte de uma conspiração para fraudar os EUA. Antes que o caso possa prosseguir, a Suprema Corte tem de decidir quando o presidente está ou não imune a processos judiciais, uma questão em que a Constituição não ajuda. A equipe jurídica de Trump recuou da sua afirmação inicial segundo a qual um presidente deveria ter imunidade mesmo que mandasse assassinar um rival político.

A sua nova posição diz que os presidentes estão imunes a processos judiciais quando desempenham as suas funções oficiais – uma opinião que alguns membros da Suprema Corte parecem dispostos a aceitar. Mas são as coisas feitas a título oficial que são as mais preocupantes para o país, e não pequenos atos de corrupção pessoal ou rixas com rivais. Se os presidentes estão imunes a processos judiciais pelo que fazem como presidentes, e se têm imunidade política porque o impeachment não é uma verdadeira forma de controle, então eles estão acima da lei.

Isso não fazia parte do plano original. Os Pais Fundadores não previram o aumento do partidarismo, o que esvaziou a cláusula de impeachment. Alguns dos poderes que os primeiros Congressos entregaram ao presidente, no entanto, foram concebidos para tornar um pouco mais fácil o que os americanos hoje chamariam de autocracia. Embora os Fundadores quisessem impedir um ditador local, também tinham acabado de viver uma guerra pela independência contra um inimigo poderoso e queriam dar ao presidente os meios para manter a ordem em tempos de crise.

PODERES ESPECIAIS. O Brennan Center, um centro de estudos estratégicos da Universidade de Nova York, identificou 135 poderes estatutários que são atribuídos ao presidente quando este declara uma emergência nacional. Estes incluem coisas como o poder de congelar as contas bancárias dos americanos ou, sob uma lei que concede ao presidente poderes de emergência sobre as comunicações, aprovada em 1942, encerrar a internet (o que, felizmente, seria bastante difícil na prática). Em teoria, o Congresso deve rever e potencialmente revogar as emergências declaradas pelo presidente após 6 ou 12 meses. Na prática, a Câmara age com casualidade para restringi-las. Há mais de 40 emergências atualmente em vigor. Algumas delas têm mais de uma década.

"Há um caminho claro para uma ditadura nos Estados Unidos, que está ficando mais curto a cada dia"
Robert Kagan
Antigo conselheiro de política externa de republicano

"Trump entendeu que a Lei da Insurreição é uma coisa do tipo 'quebre o vidro em caso de emergência'"
Antigo funcionário do governo republicano, em anonimato

Em tempos de guerra, os poderes de emergência foram usados para fechar jornais (sob Woodrow Wilson), para suspender o direito a um julgamento antes da prisão (Franklin Roosevelt) e para justificar a vigilância de americanos e a tortura de estrangeiros (George W. Bush). Mas muitos destes poderes podem ser usados mesmo quando a ameaça ao país é remota. Uma emergência é uma emergência quando o presidente diz que este é o caso e seus advogados concordam. A maioria das emergências é declarada para mobilizar recursos federais quando ocorre um desastre natural – que é como o poder deveria funcionar. Mas, conforme a aprovação de leis se tornou mais difícil, os presidentes consideraram este atalho tentador demais para deixá-lo inexplorado. O muro de Trump na fronteira foi construído sob autoridade emergencial. O perdão da dívida estudantil do presidente Joe Biden, que até agora custou 0,6% do PIB, também foi adotado sob autoridade presidencial de emergência.

No entanto, os presidentes Windrip, Scudder e Lindbergh tinham em mente algo mais sinistro do que a construção de muros ou o perdão de empréstimos estudantis quando tomaram o poder. Para chegar mais perto dos pesadelos imaginados nesses romances, provavelmente serão necessárias tropas nas ruas. Também aqui o passado deixa de ser totalmente tranquilizador. Houve cerca de 70 ocasiões na história americana em que governos estaduais ou locais declararam lei marcial. Apesar de algumas preocupações contemporâneas quanto à possibilidade de uma repetição disso, o que mais chama a atenção nessa variante do poder de emergência é o quanto ela saiu de moda. A última vez que a lei marcial foi declarada foi em Cambridge, Maryland, em 1963, para reprimir uma agitação depois que um cinema forçou os espectadores negros a se sentarem nas últimas filas do andar de cima. A Guarda Nacional de Maryland permaneceu nas ruas por um ano.

INSURREIÇÃO. Hoje em dia é difícil imaginar o envio de tropas e a suspensão de liberdades em solo americano por parte do governo federal. No entanto, se um presidente tirânico quisesse fazê-lo, teria o poder de enviar tropas sob a Lei da Insurreição. Essa lei, datada de 1807, dá ao presidente autoridade para mobilizar o Exército ou a Marinha no caso de uma revolta interna ou quando a lei federal estiver sendo ignorada. A lei afirma que isso pode ser feito quando for lícito, sem definir o que isso significa. "É uma arma carregada para qualquer presidente. Praticamente não há restrições", diz Jack Goldsmith, ex-procurador-geral e atual estudioso do poder presidencial que faz parte de um esforço para reformar a lei.

Armado com a Lei da Insurreição, o que um presidente determinado e maligno poderia fazer? A lei foi usada para coibir greves, para reverter a segregação no Sul dos EUA e, sob George H. W. Bush, foi invocada durante distúrbios raciais em Los Angeles em 1992. Trump pode ter considerado usá-la em 2020, quando alguns protestos se tornaram violentos depois que a polícia em Minneapolis matou George Floyd, um suspeito negro algemado. No fim, apesar do apelo de um senador republicano para que o fizesse, ele hesitou. "Trump entendeu que a Lei da Insurreição é uma coisa do tipo 'quebre o vidro em caso de emergência'", diz um antigo funcionário do alto escalão do governo Trump. "E, seja como for, o Departamento de Defesa não está com pressa de operar contra os cidadãos americanos."

Os contemporâneos de Trump na Academia Militar de Nova York, que ele frequentou quando adolescente, recordam exercícios, sadismo ocasional e votos para o "homem do ano" da escola – a primeira eleição que Trump ganhou. O lugar atraía pais ricos que achavam que seus filhos poderiam se servir de alguma disciplina militar. Também foi defendido pelos ditadores latino-americanos que presumivelmente pensavam que os seus descendentes aprenderiam lições valiosas no exercício da autoridade.

O antigo e talvez futuro presidente ignorou resultados eleitorais dos quais não gosta, incentivou a violência das multidões e ponderou sobre a utilização da Guarda Nacional para deportar milhões de imigrantes que estão ilegalmente no país. Seus discípulos estão mais bem preparados para a presidência dele do que antes. Não há um limite claro para o que o partido dele aceitará. Isso, por sua vez, significa que alguns democratas estão preparados para ignorar as normas para impedi-lo de regressar ao poder, uma dinâmica que, descontrolada, conduz à destruição mútua.

E, no entanto, os estudiosos do declínio democrático – graças ao 45.º presidente, um campo do saber em expansão – salientam que os momentos mais perigosos para um governo popular ocorrem durante uma crise, que um presidente pode explorar para tomar poderes extraordinários dos quais se recusa a abrir mão posteriormente.

Quando confrontado com duas dessas crises durante a sua presidência – a covid-19 e os protestos nacionais após o assassinato de Floyd –, Trump recuou para o modo de comentarista, apontando o péssimo trabalho que todos os outros estavam fazendo. Mesmo os seus piores atos como presidente, como a pressão sobre o secretário de Estado da Geórgia para encher as urnas com cédulas em seu nome, foram mais um caos improvisado do que uma subversão astuta. Ele se perguntou em voz alta sobre atirar em manifestantes em 2020, mas não o fez. Um déspota futuro mais disciplinado (ou uma versão mais maligna de Trump), no entanto, teria amplo espaço para subverter a democracia dos EUA. Parcialmente por uma questão de projeto, os Estados Unidos não são à prova de ditadores. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Música Pop

Billie Eilish narra autodescobertas em um álbum agridoce e caótico

No 3.º disco, 'Hit Me Hard and Soft', a jovem cantora assume o 'coração partido', mas também a liberdade recém-descoberta

ESTADÃOANALISA

PEDRO ANTUNES

Billie Eilish se apresenta para multidões desde os 18 anos. Antes disso, o palco era o seu quarto, dividido com o irmão e produtor Finneas, enquanto burilavam canções que atormentavam os sonhos da jovem adolescente norte-americana.

A experiência de sair da escuridão do quarto e ser jogada sob o maior dos holofotes do pop em anos, a fórceps, foi, como era de se esperar, violenta. Billie sentiu. E esse foi o primeiro sentimento do qual ela, aos 22 anos, começou a se libertar com o novo álbum, em *Hit Me Hard and Soft*.

A estreia, com o disco *We All Fall Asleep, Where Do We Go?*, transformou Billie em ícone fashion e pop. A vanguarda da música dançante e da moda se aglutinou na jovem daquela forma parasitária, como uma sanguessuga vampiresca.

Billie sobreviveu ao caos. Abraçou-o enquanto circulava pelo mundo com um disco soturno, que parecia ter saído dos pesadelos de Tim Burton.

No segundo álbum, ela se esforçou tanto para dizer que estava bem que ficava evidente o contrário: ela ainda não estava. Quis chocar, festejar. Deixou a escuridão. Saíram as batidas eletrônicas, entraram as baladas bossa-novianas. Intimista, sim, com dedos em feridas sensíveis a respeito da sua jornada no mercado – e de relacionamentos abusivos.

Portanto, era de se esperar que *Hit Me Hard and Soft* fosse a emancipação de Billie Eilish. Aqui, ela e Finneas estão soltos para experimentar, e Billie se sente corajosa para esmiuçar seus desejos mais íntimos.

Skinny, a primeira música, parece criar a ponte entre o segundo e o terceiro álbum. Deixa para trás a temática que a atormentava (do pássaro na gaiola) para se sentir livre de vez, para tratar da sua sexualidade. Mais dessa temática vem quando a baladinha de guitarra é trocada por uma roupagem dançante, como um ska robótico. Em *Lunch*, Billie diz: "Poderia almoçar aquela garota".

Billie se descobre amando, enfim. E dói. *Chihiro*, iniciada como um lo-fi japonês, desenvolve-se em um refrão de falsetes e batidas eletrônicas. Billie canta a solidão. Como um diário, ela narra um desamor. "Abra esta porta?", pede.

"Eu quero que você fique", insiste mais uma vez, agora em *Birds of a Feather*, uma música das mais coloridas do álbum, com inspirações oitentistas, iniciada como uma balada soft rock que poderia emplacar na programação de rádios adultas contemporâneas.

LIBERDADE. Dá para sentir a liberdade nas letras de Billie e do irmão, com uma produção cada vez mais ousada e menos caricata de si. *Hit Me Hard and Soft* foge das armadilhas. A voz de Billie, imagino, poderia subir um ponto, perder o ar nebuloso com egos e fades, o que pode causar algum estranhamento para os millennials que, diferentemente da geração Z de Billie Eilish, têm dificuldade de perceber as nuances na produção e tendem a achar o álbum repetitivo.



UNIVERSAL MUSIC

Billie agora se sente corajosa para falar dos desejos mais íntimos

Eis o grande dilema do terceiro disco de Billie. A Gen Z o aclamou, os millennials se aborreceram (calma, há exceções para os dois lados), enquanto os da geração X fingiram que gostaram só para se sentir enturmados com a juventude tiktoker.

Hit Me Hard and Soft tem brilhos na primeira audição, como na citada *Birds of a Feather*, na balada desesperada (e fantástica) *The Greatest* e no volume propositalmente alto de *L'Amour De Ma Vie* – mas também pode soar mais horizontal em uma audição corrida do que a montanha-russa de sentimentos cantados por Billie pode sugerir. Nisso, o primeiro álbum cheio de Billie era mais desafiador, estranho e punk, pelo ineditismo da estética dos dois irmãos.

A impressão é que Billie e Finneas criam uma Alpha FM para a geração Z, com músicas românticas de amor, dor de cotovelo, solidão e desespero, em alusão à estação de rádio dedicada às músicas românticas madrugadas adentro. Como se sintonizassem diferentes artistas e canalizassem sentimentos de distintas sonoridades.

The Greatest – tão boa que merece um parágrafo próprio – é o ápice do trabalho, a sexta faixa, de 11. Nela, Billie está em pedaços por um desajuste do coração. Canta com intensidade inédita, como se precisasse fisicamente arrancar aquela sombra do coração a partir das cordas vocais.

"Cara, eu sou a maior? / Meus parabéns / Todo o meu amor e paciência / Toda a minha admiração / Todas as vezes que esperei / Você me querer nua / Fiz tudo parecer indolor / Cara, eu sou a maior?", diz a letra de *The Greatest*, de Billie Eilish.

MAIS LEVE. Após essa faixa, o disco perde o foco e os irmãos brincam mais, como é de se esperar de um lado b. *The Dinner* é um carrossel sonoro mais sombrio (como uma sobra do primeiro álbum) seguido de *Bittersuite*, cujos ruídos de superpop dos primeiros segundos são substituídos por ecos e minimalismo. "Preciso tomar cuidado porque eu não posso me apaixonar por você, por mais que eu queira", canta.

Liberta, Billie chega ao fim do seu terceiro álbum mais leve do que entrou. A arte da capa, ela afundada na água, dá a sensação de um mergulho. Debaixo d'água, o peso diminui.

Ela está pronta para enfrentar o mundo mais uma vez. Agora, mais livre, fora de algumas gaiolas – não garanto que tenha se livrado de todas, mas de algumas, sim, com toda a certeza. ●

Música Mercado

Lista de mais ouvidos no streaming confirma domínio do artista nacional

Spotify revela ao 'Estadão' a lista dos mais ouvidos no País desde a criação da plataforma, em 2014; há só um estrangeiro

Do vinil para o cassete. Do cassete para o walkman. Do walkman para o CD. Do CD para o celular. Parece que conseguir ter qualquer música na ponta dos dedos é uma mudança bem recente, mas, neste ano, a principal plataforma de streaming musical da atualidade completa uma década de existência.

Em maio, o Spotify comemora o aniversário do seu lançamento oficial – e acompanhar o crescimento na plataforma e os gostos musicais dos brasileiros é sinônimo de entender o mercado musical dos últimos anos. Para celebrar a marca, o streaming divulgou, com exclusividade no **Estadão**, uma lista com os artistas mais ouvidos, ano a ano, desde 2014.

A preferência do brasileiro pela música nacional é evidente: em todos os anos, apenas um artista internacional apareceu como o mais ouvido na plataforma. A lista também provou o incontestável reinado da "rainha da sofrência": Marília Mendonça foi a artista que mais apareceu no ranking. Da mesma forma, o sertanejo foi o gênero que dominou o levantamento desses 10 anos.

Segundo informações do Spotify, foram mais de 770 bilhões de streams – ou reproduções – em todo o período. O número de reproduções de artistas brasileiros aumentou 240 vezes na mesma época – conforme os dados divulgados, o Brasil representa nada menos que 60% do consumo de cantores do País na plataforma. ● **SABRINA LEGRAMANDI**

Os dez mais da década

- **2014:** Calvin Harris
- **2015:** Jorge & Mateus
- **2016:** Jorge & Mateus
- **2017:** Matheus & Kauan
- **2018:** Zé Neto & Cristiano
- **2019:** Marília Mendonça (*foto*)
- **2020:** Marília Mendonça
- **2021:** Barões da Pisadinha
- **2022:** Marília Mendonça
- **2023:** Ana Castela

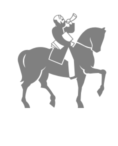


SOM LIVRE

JORNAL DO CARRO

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2024 • ANO 42 • Nº 2125 O ESTADO DE S. PAULO





Avaliação

Como anda a BYD Shark, picape que quer desbancar Hilux, Ranger & cia

Primeiro carro da marca feito no México, utilitário inédito é híbrido plug-in, deve chegar ao Brasil no terceiro trimestre deste ano com preço em torno de R$ 300 mil

FOTOS: BYD/DIVULGAÇÃO







1. Shark é maior que Hilux e Ranger; 2. Cabine tem bom acabamento; 3. Há 4x4 e suspensão independente

MARCUS VINICIUS GASQUES
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO
CIDADE DO MÉXICO

Há tempos as picapes vêm deixando de ser veículos voltados ao trabalho. No nosso primeiro contato com a inédita BYD Shark, ficam evidentes aspectos como conforto e direção agradável – ao menos em vias urbanas. A Cidade do México foi o cenário da voltinha de apenas dez minutos com o primeiro modelo feito pela marca chinesa em sua fábrica mexicana.

No México, onde começa a ser vendida nas próximas semanas, a Shark tem tabela a partir de 899.980 pesos. São cerca de R$ 280 mil, na conversão direta, sem taxas. No Brasil, onde chega no terceiro trimestre, a primeira picape da BYD terá preço inicial em torno dos R$ 300 mil.

O modelo híbrido plug-in, com motor 1.5 a gasolina e dois elétricos e potência total de 430 cv deverá disputar compradores com veteranas com motor a diesel. Como a Toyota Hilux SR (R$ 272.190), Chevrolet S10 Z71 (R$ 281.900) e Ford Ranger XLS V6 (R$ 279.990).

Segundo a BYD, a Shark tem tração nas quatro rodas e suspensão independente. A autonomia, de 840 km, é pelo ciclo europeu NEDC. No modo 100% elétrico, dá para rodar até 100 km. Além disso, o consumo é de 13,3 km/l.

A Shark tem capacidade de carga de 835 kg. O volume da caçamba é de 1.450 litros. São 5,46 metros de comprimento, ou 10 centímetros a mais que a Ranger (5,35 m) e 13 a mais que Hilux (5,33 m). A distância entre os eixos é de 3,26 m.

Na prática, a nova picape oferece amplo espaço interno. É boa a posição de dirigir sobre o grande banco, com ajustes elétricos e o volante tem regulagem de altura e profundidade.

O quadro de instrumentos é uma tela de 10,25 polegadas fácil de ler. No painel fica outra, de 10,8", que concentra as funções do multimídia. Há ainda o sistema head-up display.

Os comandos do start&stop e do pisca-alerta formam um conjunto bonito, mas recuado, atrás da base de recarga de celular sem fio e da haste do câmbio. Com isso o motorista tem de desviar o olhar do caminho para acionar a tecla certa.

BOM ACABAMENTO. Outros destaques são a conexão wi-fi 5G e o assistente virtual. Dá para ativá-lo com um "Hi BYD", e pedir, por exemplo, para abrir e fechar vidros, fazer ligações por celular, acionar o navegador GPS, o ar-condicionado e a ventilação, entre outros.

A cabine bem acabada tem imitação de couro e material emborrachado no painel. O banco traseiro amplo leva três adultos com relativo conforto. Há duas saídas de ar-condicionado e duas portas USB A e C.

Fomos de carona com pilotos da BYD conhecer algumas das virtudes da Shark. A primeira parte da prova incluiu slalon, seguido de aceleração de 0 a 100 km/h (feita em 6,3 segundos) e frenagem forte. Depois, num circuito simulando off-road, a picape passou por um trecho com forte inclinação lateral e fez subida de rampa.

Ao volante, comprovamos que a Shark é silenciosa e tem direção (com assistência elétrica) leve e boa estabilidade. Colabora com isso a suspensão com braços triangulares sobrepostos na dianteira e atrás.

Quando solicitados com firmeza, os freios a discos ventilados nas quatro rodas respondem com eficiência. Vale registrar que essa rápida prova foi feita com a picape sem carga.

A visibilidade é boa e há sensor de ponto cego nos retrovisores, além de câmeras que, segundo a marca, garantem visão de 540°. Ou seja, de 360° ao redor do carro e de 180° da parte inferior do chassi.

Segundo a BYD, a distância mínima do solo com carga total é de 21 centímetros. O ângulo de ataque é de 31°, o de saída é de 19,3° e a capacidade máxima para rampas, de 30°.

A marca exibiu um vídeo que mostra a Shark cruzando um trecho com água até a altura do capô. Contribui com isso o bloqueio dos diferenciais.

Há air bags frontais, laterais e do tipo cortinas. Porém, faltou a bolsa para os joelhos do motorista. A carroceria é feita de aço de alta resistência.

Há ainda o sistema batizado de VTOL (vehicle-to-load). Com isso, as baterias da picape podem ser usadas para alimentar luzes externas ou outros tipos de aparelhos elétricos. ●

O JORNALISTA VIAJOU AO MÉXICO A CONVITE DA BYD DO BRASIL

Ficha técnica

● **BYD Shark plug-in**

Preço*	R$ 300 mil
Motor	1.5 a gasolina e 2 elétricos
Potência total	430 cv
Torque total*	60 mkgf
Tração	4x4 por demanda
Autonomia	840 km
Comprimento	5,46 metros
Largura	1,97 metro
Entre-eixos	3,26 metros

*ESTIMADO; **FONTE:** BYD

Prós & contras

● **Sistema híbrido**
Além de garantir autonomia de 840 km, conjunto pode alimentar equipamentos elétricos externos;



● **Detalhes**
Não há air bag de joelhos e acionar o start&stop e os piscas requer tirar os olhos da via.

FOTOS: MAXUS/DIVULGAÇÃO



1. Dimensões da picape da Maxus são similares às da Amarok;

2. Há duas telas: de 10" no painel e de 12" no sistema multimídia;

3. Capacidade de carga da T90 elétrica é de 1 tonelada



Mercado

Próxima VW Amarok será baseada em picape chinesa

Novo modelo usará plataforma da Maxus T90, com versões a combustão e 100% elétrica, inédita na linha da Amarok

TIÃO OLIVEIRA

A nova VW Amarok não vai ser baseada em um projeto alemão, mas em um modelo chinês. Embora a marca não confirme, a próxima geração da picape média vai usar a base da Maxus T90, marca da Saic e vendida em mercados como Peru, Chile e Paraguai, por exemplo. Segundo a empresa, como se trata de um carro global, as configurações podem variar de acordo com o país.

Vale lembrar que não se trata apenas de uma troca de logotipos. Para suceder a Amarok, a Maxus T90 receberá várias atualizações, como na suspensão, trem de força, sistemas eletrônicos, equipamentos e até acabamento. Além disso, evidentemente, terá a identidade visual da marca alemã.

Segundo fontes ligadas à VW, a picape será vendida no Brasil em versões com motores a combustão e 100% elétrica. A primeira traz o 2.0 de quatro cilindros, biturbo, a diesel, que gera 218 cv de potência e 50 mkgf de torque. No site da Maxus no Uruguai, o preço parte de US$ 40.900 – uns R$ 210 mil na conversão direta.

A tração é na traseira e há opção de 4x4 com acionamento elétrico e reduzida. O chassi, feito de aço de alta resistência tem, segundo a Maxus, 30% a mais de resistência à torção.

A lista de equipamentos inclui seis air bags e auxílio eletrônico de saída em rampa.

Na cabine há revestimentos de couro e bancos da frente com ajustes elétricos. Abertura das portas sem chave e partida do motor por botão também estão no pacote.

Assim como duas telas digitais. A do quadro de instrumentos tem 10 polegadas e a do sistema multimídia, 12" Há, ainda, conexão com Apple CarPlay e Android Auto.

Segundo a Maxus, a T90 EV, 100% elétrica, tem motor com potência equivalente a 176 cv e torque de 32 mkgf. Essa será uma opção inédita na linha da futura VW Amarok.

A autonomia supera 470 km. Chama a atenção o tempo de recarga, de 40 minutos em sistemas rápidos – a lista de equipamentos é similar à da versão com motor turbodiesel.

A capacidade de carga é de uma tonelada. Em dimensões, a T90 é praticamente igual à atual geração a Amarok.

No Paraguai, a T90 EV sai a US$ 68.500. Na conversão direta, são cerca de R$ 350 mil. ●



VOLKSWAGEN/DIVULGAÇÃO

Com várias novidades, VW T-Cross chega à linha 2025

Com atualizações no visual, equipamentos e acabamento, o T-Cross chega à linha 2025 com previsão de vendas a partir de junho. Na frente, foram redesenhados os faróis, grade e para-choque. Atrás, as lanternas também são novas e ganharam uma barra logo abaixo do vigia. Na cabine, há novos revestimentos e detalhes de acabamento. Os motores 1.0 turbo, de até 128 cv, e o 1.4 turbo, de 150 cv, não mudaram. A tabela parte de R$ 142.990. ●

● **STELLANTIS ELETRIFICADA.** A Stellantis, grupo que reúne marcas como Citroën, Fiat, Jeep, Peugeot e RAM, confirmou a produção de veículos com sistemas híbridos e elétricos no Brasil. Para isso, promete investir R$ 14 bilhões no polo industrial de Betim (MG), onde são fabricados os carros da Fiat. O plano prevê a produção de conjuntos híbridos leves, híbridos convencionais e do tipo plug-in, além de 100% elétricos. A apresentação das novas plataformas (*abaixo, à direita*) ocorreu em Betim, em outubro do ano passado.

● **PEUGEOT HÍBRIDO FLEX.** Segundo a Stellantis, o primeiro carro com a nova tecnologia híbrida estreia no segundo semestre deste ano. E, embora a empresa não confirme, a aposta é que seja o Peugeot 2008 com sistema híbrido flex. A expectativa é de o novo carro chegue às lojas entre julho e agosto. Seja como for, ainda não há informações técnicas, como dados de potência e torque, por exemplo.

● **LEAPMOTOR NO BRASIL.** Durante o anúncio dos novos investimentos, Emanuele Cappellano, presidente do Grupo na América Latina, foi questionado sobre a vinda da Leapmotor ao Brasil. Segundo ele, os estudos sobre o posicionamento da nova marca e os mercados onde ela vai atuar estão em andamento. Porém, o *Jornal do Carro* apurou que dois carros da empresa devem chegar em breve: os elétricos T03 e C10, que teve as patentes registradasa no INPI. O SUV elétrico tem motor com 231 cv de potência e 32,6 mkgf de torque.

● **STELLANTIS BIO HYBRID.** Além do Peugeot 2008, outros modelos de marcas da Stellantis deverão ganhar sistemas eletrificados em breve. Na fila (não necessariamente nessa ordem) estão os Fiat Pulse e Fastback, bem como o Basalt, futuro SUV com estilo de cupê do Citroën Aircross, que deve ser lançado no fim do ano. O sistema, batizado de Bio-Hybrid, é híbrido leve e faz as funções do alternador e do motor de partida, fornecendo energia adicional ao carro. ●

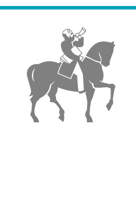


RODRIGO TAVARES/JORNAL DO CARRO

D8 Aventura
Mulheres ensinam como viajar com motos de baixa cilindrada

MOBILIDADE
QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO
EDIÇÃO ESPECIAL MOTOMOTOR





Lançamento

Honda apresenta nova Elite 125 de olho no segmento das scooters

Modelo de entrada da marca teve desenho renovado e ficou mais eficiente com o start&Stop para disputar compradores em fatia de mercado que não para de crescer

HONDA/DIVULGAÇÃO

Elite 125 foi a segunda scooter mais vendida do Brasil em 2023

ARTHUR CALDEIRA
MOTOMOTOR

As scooters, espécie de moto com câmbio automático, tiveram aumento das vendas acima da média do mercado nos últimos anos. Apesar de representarem apenas 9,4% das motos vendidas no Brasil em 2023 com 150 mil unidades, os emplacamentos de scooters cresceram 17,6% em relação a 2022. De olho no segmento, a Honda renovou sua scooter mais acessível, a Elite 125. Além de um design mais moderno, o modelo ganhou outro motor com sistema "Start & Stop" que atende às regras de emissão de poluentes atuais.

Econômicas e fáceis de pilotar, as scooters têm atraído iniciantes e novos usuários. A Elite 125 2025, por exemplo, tem consumo de 49,9 km/litro, segundo testes do Instituto Mauá feitos a pedido da Honda. Com 125 cc, ela tem câmbio automático CVT, que dispensa trocas de marchas.

A demanda por mobilidade explica parte do sucesso das scooters, principalmente nas grandes cidades. Em municípios menores, funcionam como uma alternativa ao falho sistema de transporte público.

De acordo com pesquisas da Honda, as scooters atraem novos clientes para o mundo das duas rodas, como jovens, recém-habilitados e o público feminino, que responde por 60% das vendas do modelo.

MOTOR MENOS POLUENTE. Segunda scooter mais vendida do segmento, a Elite emplacou mais de 10 mil unidades até março, quase o dobro de sua principal concorrente, a Yamaha Neo, também de 125 cc.

Com a atualização do motor para atender à nova fase do programa que reduz o limite de emissão de poluentes, a Honda fez uma reforma completa: adotou uma nova plataforma, baseada na Dio 125, scooter comercializada na Índia e em outros mercados asiáticos. Com linhas mais arredondadas do que a antiga, a Elite 2025 e manteve farol em LED, mas lanterna e seta têm lâmpadas convencionais.

A novidade mais importante está no motor, de um cilindro, duas válvulas, 123,9 cm³ de capacidade e arrefecimento a ar. Movido a gasolina, gera 8,2 cv de potência e 1,06 mkgf de torque. O desempenho é um pouco inferior ao da Elite anterior, mas com nível de emissão abaixo do determinado pela lei.

Colabora com isso o start& stop, que desliga o motor em paradas longas para redudir o consumo e as emissões.

O novo modelo também oferece mais praticidade, graças ao espaço sob o assento, que ficou maior que o da geração anterior, mas ainda assim não comporta um capacete fechado. A scooter renovada chega às lojas na segunda quinzena de junho, com quatro opções de cor: azul, branca, preta e vermelha e três anos de garantia. A tabela subiu 3% em relação à da linha anterior e passou de R$ 12.580 para R$ 12.966. ●

SAIBA MAIS SOBRE SCOOTERS NA PÁGINA D4.



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor: **mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor**

Tecnologia D6
Câmbio automático vira tendência entre as motocicletas



ESTADÃO

Summit Mobilidade D9
Evento em SP terá participação de várias autoridades

Planeta Elétrico D10
GWM dá wallbox grátis para quem comprar o Ora 03

Inovação D11
Minicaminhão elétrico pode levar 350 kg de carga

Mercado

Scooters de entrada têm atraído público iniciante nas duas rodas

Equipadas com câmbio automático CVT e motores de 125 cm³, opções mais acessíveis rodam até 50 km/litro na cidade

ARTHUR CALDEIRA
MOTOMOTOR

Cada vez mais as scooters têm conquistado motociclistas iniciantes e até mesmo novos usuários para o mundo das motos. Nos últimos três anos, a produção de scooters cresceu cerca de 40%, chegando a quase 150 mil unidades em 2023.

Equipadas com câmbio automático CVT, esses veículos são fáceis de pilotar, atraindo assim quem não tem muita experiência sobre duas rodas. De acordo com dados da Honda, para 62% dos compradores do Elite, a scooter com motror de 125 cm³ era sua primeira moto.

Além da facilidade, por não exigir habilidade para controlar a embreagem e trocar as marchas, as scooters também são econômicas. Um modelo como a Elite 125, por exemplo, pode rodar 49,9 km com um litro de gasolina, segundo testes da Honda. Com a variação constante nos preços do combustível, o baixo consumo é importante para quem usa o veículo nos trajetos diários.

Busca crescente
Para atender o aumento da demanda País, produção de scooters cresceu 40% nos últimos três anos

O compartimento que existe sob o assento também facilita transportar coisas, tornando o veículo prático para o dia a dia. Com preços acessíveis, de menos de R$ 15 mil, as scooters de 125 cc reúnem atrativos para quem opta pela moto como um meio de locomoção.

Pensando nisso, elaboramos uma lista, comparando as características e equipamentos de cada modelo, para você escolher a sua; confira.

HONDA ELITE 125. O design da nova Elite 125 ficou mais harmonioso e o acabamento melhorou. Seu motor polui menos e ganhou o sistema Start & Stop, porém ficou menos potente. Não que isso seja primordial nesse segmento, afinal com a velocidade máxima de 89 km/h, a Elite cumpre bem sua proposta de ser um veículo urbano. Destaque para o painel que agora tem computador de bordo, com consumo e autonomia.

Apesar de algumas melhorias, como o bocal externo do tanque e do compartimento maior sob o banco, a Elite 2025 não trouxe grandes inovações em relação ao modelo anterior. A chave de presença e o sistema ABS, itens presentes em outras scooters Honda e nas concorrentes, ficaram de fora da lista de atualizações da Elite 2025. O modelo ainda tem a ignição tradicional e usa freio a disco, na dianteira, mas tambor na traseira, com sistema combinado (CBS).

A Honda Elite 125 2025 tem garantia de três anos e preço público sugerido de R$ 12.966.


1
YAMAHA/DIVULGAÇÃO

1. Yamaha Neo 125 UBS
2. Honda Elite 125
3. Yamaha Fluo 125 ABS
4. Haojue Lindy 125


2
HONDA/DIVULGAÇÃO


3
YAMAHA/DIVULGAÇÃO


4
HAOJUE/DIVULGAÇÃO

Produção

Fabricação dos veículos em Manaus

Em 2023, as fábricas de motocicletas, instaladas em Manaus (AM), produziram quase 150 mil scooters. O volume representa uma alta de 17,6% na comparação com 2022 e compreende quase 10% das motocicletas produzidas no Brasil. Até abril deste ano, a produção superou as 51 mil unidades.

2021	107,2
2022	125,8
2033	148,0

FONTE: ABRACICLO

YAMAHA NEO 125. Scooter mais vendida da Yamaha e o quarta no ranking em 2023, a Yamaha Neo também é uma boa opção para quem está começando no mundo das motos. Leve (pesa 97 kg) e com motor de 9,8 cv, a Neo se diferencia das concorrentes pelas suas rodas de 14 polegadas, que encaram melhor a buraqueira de nossas ruas.

Os freios são a disco, na dianteira, e a tambor, na traseira, com sistema combinado. Seu painel é analógico e bastante simples: traz velocímetro, marcador de combustível, apenas um hodômetro total e luzes de advertência. O farol é de LED. Conta com um pequeno porta-objetos no escudo frontal e, sob o assento, cabe uma mochila ou um capacete de pequenas dimensões.

A Yamaha Neo 125 tem três opções de cores: azul, cinza e vermelho metálico. Outro diferencial é que a marca oferece quatro anos de garantia e o preço sugerido é de R$ 13.395.

HAOJUE LINDY 125. Equipado com motor de 125 cc, carburado, a scooter Lindy da Haojue produz 8,4 cv de potência máxima e faz 35 km/litro, segundo a empresa. Equipada com câmbio CVT, a Lindy usa rodas de 10 polegadas, tanto na dianteira, como na traseira. Os freios também são a disco, na frente, e a tambor, atrás, com sistema combinado.

Versáteis
Além de fáceis de pilotar, elas são econômicas, algo importante para quem usa o veículo todos os dias

O painel é analógico, porém completo, e o sistema de iluminação usa lâmpadas halógenas. Embora o compartimento sob o banco tenha capacidade para apenas 11 litros, a Lindy 125 é vendida com baú traseiro, onde cabe um capacete fechado.

Com garantia de dois anos, a Lindy 125 tem preço sugerido de R$ 13.734 e está disponível em quatro cores.

YAMAHA FLUO 125. Com motor de 125 cc e rodas de 12 polegadas, a nova Yamaha Fluo 125 ABS traz diversos equipamentos que a destacam no segmento de scooters de entrada, como a chave de presença e a tomada 12V no escudo frontal, que permite carregar o smartphone durante a pilotagem. Além de sistema start&stop, seu motor tem 9,5 cv de potência.

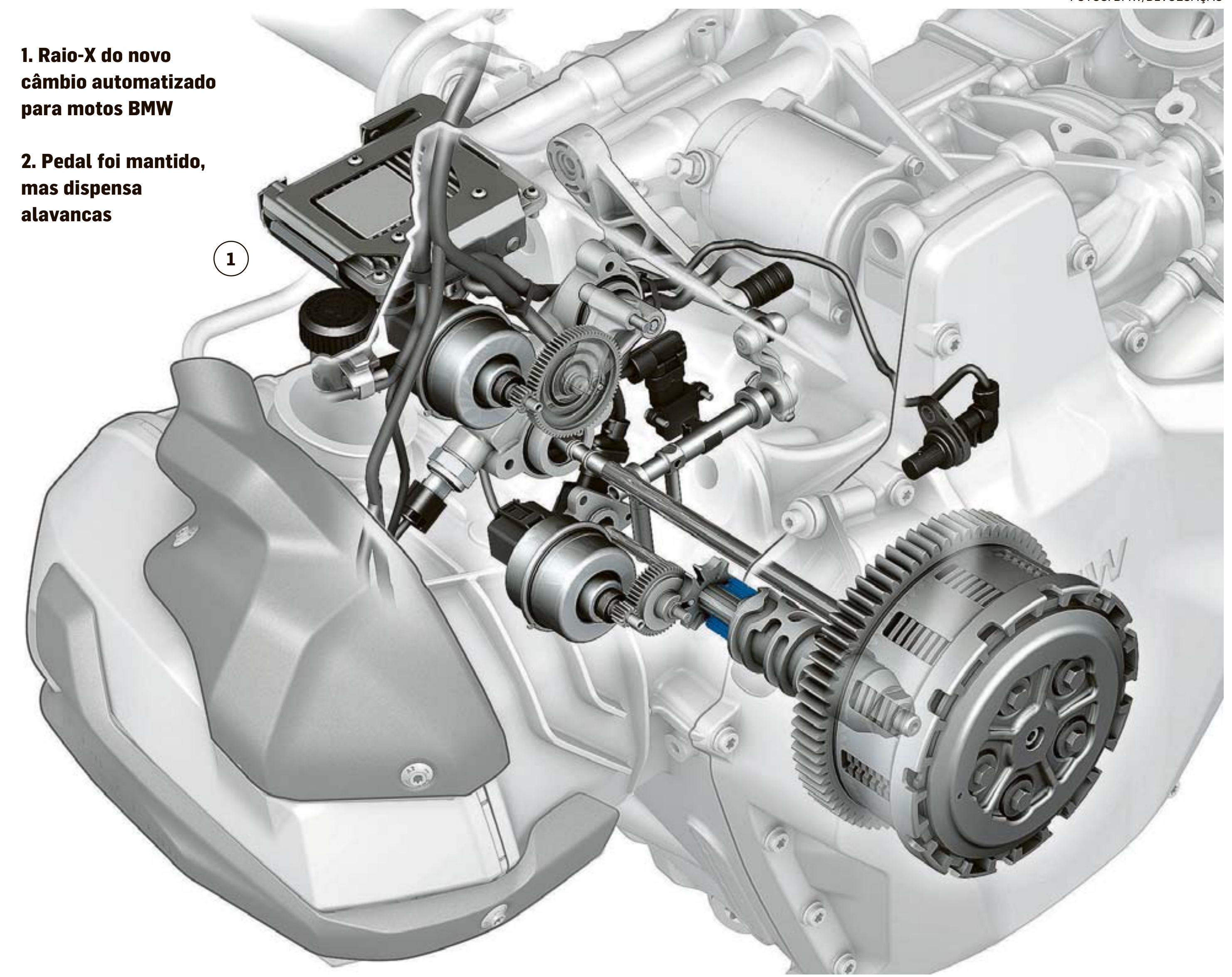
Entretanto, o grande diferencial da Fluo para as concorrentes está nos freios. O modelo é a única scooter de entrada equipada com sistema ABS, que atua apenas na pinça simples do disco dianteiro de 200 mm. Na traseira, o freio é a tambor, com 130 mm de diâmetro.

À venda nas cores azul, marrom e preto, todas metálicas, a Fluo 125 tem preço público sugerido de R$ 14.790. O valor, maior que as concorrentes, justifica-se pela chave de presença e, principalmente, pelo freio ABS, ainda que somente na roda dianteira. ●



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor: **mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor**

FOTOS: BMW/DIVULGAÇÃO



1. Raio-X do novo câmbio automatizado para motos BMW

2. Pedal foi mantido, mas dispensa alavancas

Tecnologia

Câmbios ‘automáticos’ viram tendência nas motocicletas



CVT, embreagem automática, DCT e câmbio automatizado: saiba como funcionam as novas transmissões para motos

ARTHUR CALDERA
MOTOMOTOR

Até hoje, motos automáticas eram sinônimo de scooters e motonetas de baixa cilindrada usadas nos deslocamentos diários. Entretanto, os câmbios “automáticos” estão chegando a motocicletas de maior cilindrada e voltadas para o lazer. Depois da popularização do DCT da Honda, agora a BMW lançou uma transmissão automatizada para suas motocicletas, que dispensa o manete de embreagem.

Mas será que, como nos automóveis, os câmbios automáticos devem se tornar maioria entre as motos? “Acredito que sim. Hoje, cerca de 70% dos carros vendidos no Brasil têm transmissão automática ou automatizada. E isso vem crescendo. A tendência é que aconteça a mesma coisa com as motos”, projeta Marcelo Martini, gerente de vendas do aftermarket da FUCHS, multinacional alemã de lubrificantes.

Atualmente, a transmissão continuamente variável, também chamada de CVT e usada nas scooters, e a embreagem automática centrífuga das motonetas são os câmbios “automáticos” mais populares. Contudo, sistemas mais sofisticados, como a transmissão de dupla embreagem da Honda, conhecida como DCT, têm surgido.

Apesar de terem concepções e funcionamentos distintos, os câmbios automáticos têm o objetivo de facilitar a pilotagem. Afinal, controlar a embreagem com a mão esquerda e trocar de marchas com o pé exige certa habilidade. Não existe um melhor que outro, mas sim com propósitos diferentes. “No caso do CVT das scooters, por exemplo, o objetivo é oferecer mais conforto e economia de combustível”, explica Martini.

Entretanto, câmbios de dupla embreagem, como o da Honda, tem foco no desempenho e segurança. O DCT se caracteriza por realizar trocas bastante rápidas. Além disso, a tecnologia permite ao condutor concentrar-se no trajeto. “Aumenta a segurança no sentido de que o motociclista não precisa se preocupar com o controle da embreagem e se está na marcha ideal em determinada situação”, explica o supervisor de relações públicas da Honda Motos, Luiz Gustavo Guereschi.

Conheça, a seguir, os câmbios que dispensam o uso da embreagem e facilitam a condução da moto:

> **Carros e motos**
>
> **70%**
> **dos carros vendidos no País atualmente têm transmissão automática; movimento parecido está ocorrendo com as motos**

CVT. Utilizado em praticamente todas as scooters, o câmbio CVT é composto por uma correia e polias. Tecnicamente, não existem trocas de marchas, mas o que varia são as relações entre as polias, daí seu nome transmissão continuamente variável, conhecido pelas siglas em inglês CVT (*Continuously Variable Transmission*). Não existe pedal de câmbio, nem o manete da embreagem no CVT. Conforme a velocidade aumenta, o sistema “altera” a relação entre as polias, como se o motociclista subisse de marcha.

Tem como vantagem a suavidade de funcionamento, mas por outro lado tem uma resposta mais lenta. Além disso, exige uma manutenção preventiva, como limpeza e troca da correia periodicamente.

EMBREAGEM AUTOMÁTICA CENTRÍFUGA. O sistema surgiu nas primeiras Honda Super Cub, nos anos de 1950, no Japão. Sem manete de embreagem, mas com um pedal de câmbio, ele dispensa o acionamento manual da embreagem, porém o motociclista precisa trocar de marchas com o pé esquerdo. Ao pisar no pedal, a embreagem automática entra em ação e desconecta o motor do câmbio, permitindo a troca de marcha.

CÂMBIO AUTOMATIZADO DE 2 EMBREAGENS. O DCT é um câmbio com duas embreagens eletro-hidráulicas e trocas automatizadas. Na mecânica, é semelhante à transmissão manual. Atualmente, a tecnologia só é vista em motos Honda.

As mudanças de marcha podem ser feitas em modo Automático, por meio do monitoramento de parâmetros, como a velocidade e a rotação do motor. Ou, ainda, em modo Manual pelo condutor, por meio de botões de mudanças localizados no punho esquerdo do guidão. Não existe manete de embreagem ou pedal de câmbio, o que torna a pilotagem mais simples e fácil.

> **Diversidade**
> **Com concepções e usos distintos, os equipamentos visam facilitar a pilotagem**

E-CLUTCH. Lançada pela Honda, no ano passado, utiliza uma tecnologia eletrônica e um motor elétrico que substitui os tradicionais cabos e controles das embreagens convencionais. O sistema controla a embreagem eletronicamente, permitindo arrancadas, trocas de marchas e paradas suaves sem a necessidade de acionar o manete da embreagem.

O controle eletrônico, de acordo com a Honda, tem mais precisão em diversas situações. O e-clutch preserva a embreagem convencional – inclusive mantendo a alavanca para operação manual. Mas oferece a opção de relegar a operação da embreagem ao sistema controlado eletronicamente. Para mudar de marcha, é preciso usar o pedal de câmbio.

CÂMBIO AUTOMATIZADO BMW. Semelhante ao sistema e-clutch da Honda, o *Automated Shift Assistant* da fabricante alemã, porém, não tem manete de embreagem, mas existe o pedal de câmbio. A embreagem é acionada por um atuador eletromecânico. Ao pisar no pedal de câmbio, um sensor envia a solicitação à unidade de controle. A informação vai para uma unidade de controle do câmbio. O cérebro do sistema, então, controla a embreagem e faz as trocas de marchas.

Há dois modos: Manual e Automático. No modo manual “M”, o condutor pode mudar as marchas no pedal de câmbio da maneira usual. Já no modo “Drive”, as trocas de marchas são feitas automaticamente, dependendo do modo de pilotagem, das rotações do motor, da posição do acelerador e dos parâmetros do ângulo de inclinação. ●



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor: **mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor**

Aventura

Mulheres motociclistas ensinam a pegar a estrada pilotando motos de baixa cilindrada

Fãs de modelos de 150 cm³ não ligam para cilindrada e destino. Para eles, a melhor moto para viajar é a que está na garagem

ARTHUR CALDEIRA
MOTOMOTOR

Um dos programas mais legais para se fazer de moto é pegar a estrada. Entretanto, muitos motociclistas ficam em dúvida se é possível viajar com uma moto pequena, ou seja, de baixa cilindrada. A mineira Celina Martins, 31 anos, descobriu na prática que, além de serem opções mobilidade ágeis e econômicas, essas motos podem ser boas companheiras de viagem. Com sua Honda CG 150 2011, Celina já conheceu todas as capitais dos Estados brasileiros e se prepara para mais uma aventura: vai viajar por nove países da América do Sul.

Natural de Frutal (MG), Celina começou a andar de moto em função do seu trabalho. “Rodava cerca de 120 quilômetros pela BR-153, quase que diariamente, até São José do Rio Preto (SP) com minha CG de 150 cc. Percebi que ela podia me levar a qualquer lugar”, conta. Com o tempo, a mineira se mudou para a cidade no noroeste paulista, mas não deixou de passear.

“Comecei a fazer deslocamentos curtos, para conhecer cidades da região. Em pouco tempo, já tinha visitado todas”, conta ela, que hoje mantém um canal de viagens, com dicas de passeios e outras. Atualmente, a motociclista até tem uma moto de alta cilindrada, uma Triumph Street Triple 765, mas prefere viajar com moto pequena. “Eu gosto dela. É mais fácil de manobrar”, diz a mineira, que tem 1,57 metro e 45 kg e já visitou os quatro extremos do Brasil.

MANUTENÇÃO. Outra vantagem é a facilidade de encontrar peças e fazer a manutenção de sua Honda CG com motor de 150 cm³. “Quando foi a Uiramutã (AP), no extremo norte do Brasil, rodei pela pior estrada que já vi e tive problemas na moto. Até mesmo lá consegui encontrar peças e um mecânico que sabia consertar a moto”, lembra Celina.

Outra vantagem é a economia. Enquanto sua Honda de 150 cc roda até 40 km com um litro de gasolina, sua Triumph mais potente faz 18 km/litro. Em uma viagem longa, isso faz grande diferença nos gastos.

YAMAHA/DIVULGAÇÃO



Thainar rodou 3 mil km em nove dias com a Yamaha Crosser de 150 cc em uma aventura pelo Brasil

ARQUIVO PESSOAL



Celina já conheceu todas as capitais do País com sua Honda CG 150

“De CG 150, piloto com mais cuidado, me arrisco muito menos para fazer uma ultrapassagem. Gosto de viajar com a moto, é fácil de manobrar”
Celina Martins
Motociclista proprietária de Honda CG 150

CUIDADOS. Para garantir a segurança, é preciso saber se portar com motos de baixa cilindrada, diz Celina. “De CG 150, piloto com mais cuidado, me arrisco muito menos para fazer uma ultrapassagem”, afirma.

Sobre a posição na estrada, em pista simples, a orientação é ficar do meio para o canto esquerdo, nunca perto do acostamento. “Assim, evito que alguém tente me ultrapassar pela mesma faixa.” Rodar no meio pode ser perigoso, pois é onde caminhões derramam óleo. “Também fico atenta em curvas, pedágios e trechos onde os veículos precisam reduzir a velocidade, pois sempre tem óleo.”

Já nas estradas de pista dupla, ela orienta ficar na faixa da direita. “Também sinalizo com as mãos quando algum veículo se aproxima muito. Muitos caminhoneiros também são motociclistas e entendem a situação”, diz ela. E por fim, ela aconselha fazer um curso de pilotagem.

ATENÇÃO PELOS OUTROS. Thainar da Silva Araújo, 29 anos, pilota há 11 anos e também trabalha como entregadora com sua Yamaha XTZ 150 Crosser em Itatiaia (RJ), onde mora. “Aprendi que o motociclista precisa pilotar para quem está a sua volta”, diz.

Apesar de já ter tido três motos e de fazer viagens curtas pela Serra da Mantiqueira, que divide os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ela nunca tinha feito uma viagem longa. Mas, em outubro do ano passado, ela fez a aventura da sua vida.

Proprietária de uma Yamaha Crosser, ela foi escolhida para participar do “Tour da Crosser”, uma ação da fabricante japonesa para comprovar que é possível viajar de moto pequena. Assim, a entregadora rodou 3 mil km ao lado de pilotos, jornalistas e influenciadores durante nove dias entre Cuiabá (MT) e Palmas (TO), passando pela Chapada dos Guimarães e pelo deserto do Jalapão. “Quando soube fiquei em choque e comecei a me preparar psicologicamente”, diz.

Ganhadora do concurso
Na viagem de 9 dias, Thainar da Silva Araújo teve que pilotar em terrenos difíceis

Mesmo rodando cerca de 200 quilômetros por dia fazendo entregas, ela diz que em uma viagem longa é preciso treinar a mente. “É preciso ter paciência, porque nem sempre tudo sai como o planejado”, ensina. Thainar também aprendeu a assumir a postura correta sobre a moto e a pilotar em terrenos difíceis. “Tem que manter os braços abertos e firmes. Na terra, você tem que ‘dançar’ com a moto”, diz ela. Viajando com a trail de 150 cc da Yamaha, ela contou com dicas de pilotos experientes, como Moara Sacilotti, que já disputou o Rally dos Sertões diversas vezes, com títulos brasileiros no currículo.

Thainar encoraja as pessoas a fazer viagens longas. Mas, antes, aconselha treinar com trajetos mais curtos e pedir dicas aos mais experientes. ●

Motos pequenas



10 dicas para encarar uma viagem com segurança

Depois de conversar com a experiente Celina Martins e a estreante Thainar Araújo, elaboramos um guia com 10 orientações para viajar de moto pequena; confira.

- Faça uma revisão completa de sua moto
- Aprenda noções básicas de mecânica e leve um kit de ferramentas para emergências
- Comece com viagens mais curtas antes de uma mais longa
- Saia cedo para chegar ao seu destino antes de escurecer
- Nunca viaje à noite, ainda mais com uma moto pequena
- Nas viagens longas, rode no máximo 400 km por dia
- Planeje seu roteiro para rodar com mais intensidade no início e percorrer menos quilômetros quando estiver perto do destino
- Na estrada, atenção especial aos caminhões e ônibus
- Conheça seu limite, o da moto e não se arrisque em ultrapassagens
- Faça paradas para se hidratar a cada 150 km



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor:
mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor

Evento

Summit 2024 terá presença de ministro, governador e prefeito

Renan Filho, Tarcísio de Freitas, Ricardo Nunes e especialistas vão discutir avanços da mobilidade urbana durante o evento

DANIELA SARAGIOTTO

METRÔ-SP/DIVULGAÇÃO



Formas de financiamento do transporte público será um dos temas discutidos pelos participantes

Faltam poucos dias para o Summit Mobilidade 2024, evento que ocorre no próximo dia 28, na Casa das Caldeiras (Av. Francisco Matarazzo, 1650, Água Branca), em São Paulo próximo à Estação Barra Funda do Metrô. O tradicional fórum de discussão tem presença confirmada de autoridades como Renan Filho, ministro dos Transportes, Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador do Estado de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), prefeito de SP, além de especialistas.

Neste ano, o tema do evento, que será presencial, é "Perspectivas da mobilidade: soluções sustentáveis e eficientes para o futuro das áreas urbanas". A realização é do **Estadão**, do **Mobilidade Estadão** e tem apoio de empresas parceiras como BYD, Indigo, Revo e Veloe.

ESPECIALISTAS DO SETOR. Em um dia inteiro de painéis, serão discutidos temas como desafios do transporte público, descarbonização, mobilidade ativa, inovação em produtos e serviços de mobilidade e logística. Para dar conta dessa diversidade de assuntos, foram convidados os maiores especialistas da área para participar.

Outros convidados confirmados são Clarisse Cunha Linke (diretora executiva do Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento - ITDP Brasil), Joubert Flores (presidente do Conselho da ANPTrilhos), Cristina Albuquerque (diretora de Eletromobilidade global da WRI), Letícia Sabino (diretora-presidente do Instituto Caminhabilidade), André Miranda Pimenta (CEO daMotz), Mauro Telles Guimarães (superintendente de Produtos da Veloe), Alexandre Baldy, conselheiro no Brasil da BYD, Marcelo Nunes, vice-presidente executivo da Group Indigo Brasil, entre outros.

Um dos quadros especiais da programação do será o Mobilidade na Periferia, marcado para 14h, que irá discutir a falta de serviços básicos como transporte, infraestrutura e outros nas comunidades brasileiras.

A organização do Summit convidou para esse encontro pessoas que estão contribuindo para tornar a vida além do asfalto mais prática e acessível. Um dos palestrantes será Giva Pereira, CEO e fundador da startup Favela Brasil Xpress, empresa de logística que atua de forma ativa com entregas de e-commerce nas favelas brasileiras, promovendo acesso ao serviço, profissionalização e oportunidade de emprego.

Também participa desse quadro Maria Eduarda da Silva Vieira (Madu), jovem que participou da terceira edição da iniciativa Geração que Move. Artista da periferia, licenciada em Letras no Instituto Federal de São Paulo, Madu trabalha em projetos artísticos voltados para a vivência negra, feminina e periférica. Outra importante presença dessa mesa será Tatiana Silva, diretora executiva do FA.VELA, empreendedora social com mais de 10 anos de experiência no terceiro setor.

No final, haverá a participação de grandes nomes do automobilismo mundial, como os pilotos Christian Fittipaldi, Lucas Di Grassi, Nicolas Costa e Lucas Moraes. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: **mobilidade.estadao.com.br**

Infraestrutura

Compradores do compacto elétrico Ora 03 recebem wallbox gratuito da Great Wall

GREENV/DIVULGAÇÃO



Próximo acordo da GreenV com a Great Wall será para instalar aparelhos do SUV Haval

Parceria com a empresa GreenV possibilita a instalação do equipamento de 7kW e suporte técnico no endereço do usuário

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Fabricantes e empresas de soluções tecnológicas para eletromobilidade estão se movimentando cada vez mais para, juntas, aumentar a infraestrutura de recarga de veículos eletrificados no Brasil. A mais recente parceira envolve a Great Wall Motors (GWM), com suas 72 concessionárias, e a GreenV.

A primeira medida dessa união beneficia os compradores do compacto elétrico Ora 3, versões Skin e GT, que levarão para casa um carregador portátil de série e o wallbox de 7 kW de potência, que pode ser ligado nas tomadas comuns de 110 ou 220 volts. Com três anos de garantia, o wallbox faz a recarga de 20% a 80% da bateria em quatro horas no Skin e em cinco horas e meia no GT.

Caberá à GreenV cuidar de todo o suporte técnico. Ele será responsável pela instalação, assistência técnica e garantia dos carregadores wallbox da GWM em todo o País.

"Foram seis meses de namoro. Temos muita expertise com a jornada de home charger, os carregadores domésticos, e a marca chinesa confiou no nosso trabalho", afirma Walter Neto, diretor comercial da GreenV.

VISITA TÉCNICA. Na concessionária da GMW, o vendedor do Ora 3 fará um cadastro com todos os dados do comprador, enviados para a GreenV que, a partir daí, entra em cena. Um representante técnico da startup vai até a casa do usuário para conhecer o local e fazer o orçamento do serviço de instalação.

"A visita técnica serve para analisar onde está o quadro de energia da residência, se ele se encontra próximo ou não do local de instalação do wallbox. Quanto menor a distância, menor será o valor do nosso trabalho da GreenV", diz Neto.

Segundo o executivo, quando a distância é de aproximadamente 30 metros – o que ocorre em boa parte dos casos –, o orçamento gira em torno de R$ 4.500. A colocação do aparelho também pode ser feita em garagens de edifícios, desde que haja concordância dos moradores e que o condomínio conte com a estrutura adequada.

Ele garante que a GreenV tem o ecossistema completo para atender o cliente. "Nossas instalações incluem todo o pacote de proteção do equipamento, porque trabalhamos fortemente para o avanço da tecnologia da infraestrutura", destaca.

O segundo passo da parceria deverá acontecer em junho, quando a GreenV vai se encarregar da instalação do wallbox dos compradores do SUV Haval, modelo híbrido plug-in que fará parte da promoção da GWM. O aparelho possui a mesma tecnologia e funcionalidade do usado no Ora 3, diferenciando-se somente na estética.

O modelo de negócios entre as duas empresas não se resume à instalação do wallbox. De acordo com Neto, a Green Academy, braço educacional da GreenV, ajudará a capacitar os colaboradores da GWM sobre a parte técnica dos veículos eletrificados. "Queremos contribuir para que as marcas tenham os profissionais mais qualificados do mercado", ressalta.

"A visita técnica serve para analisar onde está o quadro de energia da residência, se ele se encontra próximo ou não do local de instalação do wallbox. Quanto menor a distância, menor será o valor do trabalho"
Walter Neto
Diretor comercial da GreenV

OUTRAS MONTADORAS. O acordo com a Great Wall engrossou a lista de parcerias da GreenV com as fabricantes. A empresa já assinou contratos com Volkswagen, Audi e Porsche, todas pertencentes ao Grupo Volkswagen, e Caoa Chery.

"Fazemos a instalação do equipamento na garagem de quem aluga o ID. Buzz ou o ID.4, da Volkswagen. Nos casos da Porsche e da Audi, executamos as instalações residenciais e nas concessionárias e, na Caoa Chery, cuidamos da instalação e da manutenção. Com esses clientes, trabalhamos com pontos de recarga lenta (AC) e ultrarrápida (DC)", explica Neto.

Pelo aplicativo GVGo, os usuários podem acompanhar onde está o carregador público mais próximo, fazer o desbloqueio do equipamento e monitorar todos as informações a respeito das recargas realizadas. "O cliente recebe um relatório que explica detalhadamente as operações de carregamento da bateria", conta.

Walter Neto acredita que 2024 reserva novas parcerias da GreenV com mais montadoras. "Algumas conversas estão bem adiantadas, porque as fabricantes conhecem nosso know-how nessa área", completa. ●

Outros benefícios

Fabricante oferece 5 anos ou 48.000 km de revisões gratuitas e proteção total da bateria por dois anos

Se não bastasse o wallbox, o comprador do 100% elétrico da GWM tem vantagens na hora da manutenção. A fabricante oferece para o Ora 3 cinco anos ou 48.000 quilômetros de revisões gratuitas e proteção total da bateria por dois anos contra qualquer tipo de dano físico e elétrico.

"Além disso, a garantia da bateria é de oito anos ou 200 mil quilômetros", acentua André Leite, head de produto e marketing da GWM Brasil.

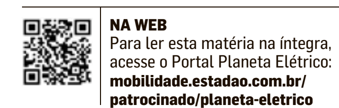
Consulta pública

Prazo sobre recarga em condomínios é ampliado

A consulta pública que discute os critérios de segurança para a instalação de pontos de recarga em edifícios teve o prazo estendido. A pedido da ABVE, o Corpo de Bombeiros do Estado de SP prorrogou por 90 dias (a contar de 6 de maio), o tempo para a discussão do tema. O assunto movimentou todo o segmento da eletromobilidade e do setor imobiliário, desde que a portaria CCB-001/800/ 2024, de 5 de abril, foi publicada com prazo inicial de 30 dias.

Com a decisão do Corpo de Bombeiros, a ABVE e mais oito entidades divulgaram um comunicado com o intuito de "tranquilizar os cidadãos de São Paulo, que utilizam as garagens em condomínios, especialmente usuários de veículos elétricos".

O pedido de prorrogação partiu do presidente da ABVE, Ricardo Bastos, em reunião com os oficiais do Corpo de Bombeiros responsáveis pela consulta pública. ●



NA WEB
Para ler esta matéria na íntegra, acesse o Portal Planeta Elétrico:
mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico

Inovação

Minicaminhão elétrico tem capacidade para levar 350 quilos

Veículo compacto tem seis rodas e dimensões ideais para circular em ciclovias; primeiro modelo já transita pelas ruas de Londres

ERICK SOUZA

O novo veículo de entrega em circulação por vias da capital britânica está entre um minicaminhão elétrico, um triciclo e um quadriciclo. O ePack, construído pela startup Cityshuttle, tem seis rodas, pedal assistido e consegue carregar até 350 kg na parte traseira.

A principal semelhança do ePack com um caminhão é seu formato articulado com carroceria. Ao mesmo tempo, o veículo tem as proporções máximas para transitar por ciclovias, como um quadriciclo grande. Segundo a startup, "com 90 cm de largura, ele é adequado para circular por áreas nas quais os veículos tradicionais não conseguem".

Segundo a empresa, o modelo é uma alternativa ideal para evitar áreas com muito trânsito e reduzir emissões de carbono em grande quantidade.

Conforme pesquisa do EIT InnoEnergy, uma empresa que processa por ano 2 bilhões de encomendas poderia poupar até € 550 milhões até 2030 e 80% das suas emissões se substituísse os tradicionais veículos a combustão por modelos eletrificados.

EPACK/DIVULGAÇÃO



Com menos de 1 metro de largura, veículo pode ser alternativa para reduzir as emissões de carbono

DOIS MOTORES. O trailer acoplado do veículo consegue trabalhar com um volume de carga de 4 mil litros e um peso máximo de carga útil de 350 kg. Para auxiliar o condutor, a potência de pedalada do piloto é ampliada por dois motores de 250 watts nas rodas traseiras da unidade principal.

Com esse equipamento, o ePack pode alcançar uma velocidade máxima de 25 km/h, a depender do terreno e peso a ser transportado. A carga da bateria de lítio de troca rápida tem autonomia para algo entre 60 e 100 km, conforme divulgado pela empresa.

Outras características incluem sistema de iluminação de LED com indicadores de direção, câmera de segurança e alarme dentro do trailer. O veículo também possui duas telas LED integradas nas laterais. Por enquanto, segundo a startup, o veículo está sendo alugado para uso por empresas.●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

INÊS249